



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1240

Quinta-feira - 16 de Maio de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Bela Vista do Toldo	2
Biguaçu	3
Braço do Trombudo	4
Caçador	5
Camboriú	6
Campo Alegre	13
Campos Novos	30
Canoinhas	56
Capinzal	57
Catanduvas	60
Chapadão do Lageado	61
Concórdia	63
Cordilheira Alta	66
Corupá	67
Curitibanos	74
Faxinal dos Guedes	75
Forquilha	76
Fraiburgo	79
Garopaba	105
Gaspar	109
Guaramirim	113
Herval d'Oeste	113
Ibiam	116
Imbituba	120
Ipumirim	121
Irineópolis	121
Itapiranga	125
Joaçaba	125
Lages	126
Lauro Muller	130
Lebon Régis	136
Leoberto Leal	136
Lindóia do Sul	137
Luzerna	137
Massaranduba	142
Meleiro	142
Morro da Fumaça	144
Navegantes	145
Nova Trento	147
Novo Horizonte	148
Orleans	149
Palhoça	150
Palmitos	152
Passo de Torres	152
Passos Maia	152
Paulo Lopes	153
Peritiba	156
Pinheiro Preto	156

Porto União	158
Rio do Sul	159
Santa Terezinha do Progresso	186
São Bento do Sul	186
São Domingos	190
São João do Sul	191
São José	196
São Lourenço do Oeste	326
São Pedro de Alcântara	327
Schroeder	328
Timbó	345
Três Barras	345
Tunápolis	353
Turvo	354
Vargem Bonita	354
Vidal Ramos	354
Videira	355
Xavantina	355

Associações

EGEM	355
------------	-----

Consórcios

CIGA	358
CINCO	359
CIS/AMUREL	362

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria N° 270/2013

PORTARIA N° 270/2013

Concede Insalubridade.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, para o servidor ACT, ROSANGELA TEREZINHA WEBER, ocupante do cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a contar de 01 de abril de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Gabinete do Prefeito, em 15 de maio de 2013.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 16 de maio de 2013.

Portaria Nº 271/2013

PORTARIA Nº 271/2013
Concede Licença Premio.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 60 dias, para o servidor efetivo, CRISTIANY KREMER PRIM, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 17 de maio de 2013, referente ao período aquisitivo de fevereiro/2007 a fevereiro/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de maio de 2013.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 16 de maio de 2013.

Aviso de Licitação Nº 062/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 062/2013; Modalidade: Pregão Presencial Nº. 045/2013; Tipo: Menor Preço por Item; Sistema: Registro de Preço; Objeto: prestação de serviços de recuperação de pneus para a frota de veículos da Secretaria de Obras e Serviços do Município, de Antônio Carlos. Entrega dos envelopes e abertura: 09:00 (nove) horas do dia 29/05/2013 na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 14 de Maio de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Aviso Eleição Conselho Tutelar

AVISO ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR

Eleição dos Conselheiros Tutelares; Objeto: Eleição para o preenchimento das vagas de conselheiros tutelares, admitidos em caráter temporário, regido pela Lei Municipal nº 764, de 20 de maio de 1997, com posterior modificação dada pela Lei n.º 869, de 28 de novembro de 2000; na Resolução nº 139 de 2010 do CONANDA; e na Lei nº 12.696 de 2012; Período de inscrição: De 20 de maio a 03 de junho de 2013. Data da eleição: 21 de junho de 2013. Inscrições: Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, sito, à Rua 6 de Novembro, nº 186, Centro, Antônio Carlos/SC, das 7:30 às 11:30 horas e 13:00 às 17:00 horas. Publicação do Edital: O edital será publicado até o dia 16 de maio de 2013 no site da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, qual seja; www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 15 de maio de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

Aviso de Licitação

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2013.

O Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço, contratação de empresa especializada na execução fracionada de perfuração e detonação com fornecimento de equipamentos e explosivos, para detonação de 10.000 metros cúbicos de material nas pedreiras/cascalheiras exploradas pelo Município de Bela Vista do Toldo/SC, com malha 3 x 1,5 metros, com perfurações alternadas, do tipo "pé de galinha".

A empresa vencedora será responsável pela legalização das áreas perante os órgãos competentes e proprietários. será exigida antes da assinatura do contrato a cópia dos seguintes documentos:

a) requerimento junto ao DNPM, ou anuência dos detentores. Dia 27/05/2013 às 15:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro. O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br, e outras informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 16 de maio de 2013.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

O Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço, contratação de empresa especializada na execução fracionada de perfuração e detonação com fornecimento de equipamentos e explosivos, para detonação de 10.000 metros cúbicos de material nas pedreiras/cascalheiras exploradas pela prefeitura municipal de bela vista do toldo com malha 3 x 1,5 metros, com perfurações alternadas, do tipo "pé de galinha".

A empresa vencedora será responsável pela legalização das áreas perante os órgãos competentes e proprietários. será exigida antes da assinatura do contrato a cópia dos seguintes documentos:

a) requerimento junto ao DNPM, ou anuência dos detentores. Dia 27/05/2013 às 15:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro. O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br, e outras informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 16 de maio de 2013.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Leii Nº 3363/2013

LEI Nº 3363/2013 DE 10 DE MAIO DE 2013

AUTORIZA CESSÃO DE USO DE MICROCOMPUTADORES A ENTIDADES FILANTRÓPICAS ATRAVÉS DO PROJETO INCLUSÃO DIGITAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder temporariamente através do Projeto Biguaçu Faz Inclusão Digital para Entidades Filantrópicas os patrimônios municipais sob os n.º 18.500 a 18.797.

Parágrafo Único - Os patrimônios acima descritos são microcomputadores (01 GB memória, HD 320 GB), acompanhados de uma CPU, um teclado, um mouse e um estabilizador.

Art. 2º - Cabe a Secretaria Municipal de Administração promover o controle dos registros constantes no Patrimônio Municipal, indicando a origem e destinação do bem cedido, identificando qual entidade está com equipamento.

Art. 3º - Deve a Entidade Cessionária apresentar requerimento formal com devida documentação comprobatória, mediante processo administrativo junto a Administração Municipal, demonstrando obrigatoriamente:

I - interesse do recebimento do citado bem móvel descrito no artigo 1º;

II - ser entidade filantrópica, de utilidade pública e sem fins lucrativos;

III - Atestado negativo fazendário, municipal, estadual e federal;

IV - Pleno funcionamento das atividades, mediante alvará ou certidão;

V - Termo de adesão aos O.D.M. (Objetivos do Milênio), devidamente assinado e reconhecido por autenticidades de assinaturas.

Art. 4º - Para poderem participar do projeto as entidades terão que assinar o termo de adesão, inciso V do art. 3º, conforme especificações do projeto elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

Art. 5º - A Entidade além de cumprir obrigatoriamente os requisitos dos artigos 3º e 4º desta Lei terá que assinar um Contrato de Compromisso Particular de Cessão de Uso de Bem Público, para poder receber os Microcomputadores, descritos no artigo 1º.

Art. 6º - Ficam responsáveis a Secretaria da Educação e a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão em fiscalizar o andamento do projeto "Biguaçu faz Inclusão Digital" junto aos cessionários.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de maio de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Lei nº 3363/2013, de 10/05/2013

Sancionada em 10/05/2013

Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS

Escriturária

Decreto Nº 073/2013

DECRETO Nº 073/2013 DE 10 DE MAIO DE 2013.

CONCEDE BENEFÍCIOS FISCAIS NOS TERMOS DA LEI Nº 2932, DE 29 DE JUNHO DE 2010, À ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em Exercício, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos arts 1º e 2º da Lei nº 2932, de 29 de junho de 2010, combinado com os arts 253, 257, 258, 259, 260, 261, 262 e 263, da Lei Complementar nº 003, de 13 de dezembro de 2007, e:

- Considerando a Lei Municipal nº 2.932/2010, que autoriza o Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 253 e seguintes da Lei Complementar nº 003/2007, a conceder a isenção, remissão e anistia, parcial ou total, de taxas exigíveis, decorrentes do exercício do poder de polícia, das entidades declaradas de utilidade pública por esta municipalidade;

- Considerando que de acordo com os documentos e informações que instruem o Processo Administrativo nº 4706 - 2013, a entidade SOCIEDADE AMIGOS PROERDIANOS - COMARCA DE BIGUAÇU, inscrita no CNPJ nº 10.234.734/0001-99, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 2750/2009, atende os requisitos legais para a obtenção dos benefícios fiscais previstos na Lei 2932/2010;

- Considerando que entidades como a requerente são fundadas e mantidas exclusivamente para fins filantrópicos e sociais, como organismos vitais para o funcionamento do governo republicano, em proveito da coletividade, se colocando por vezes nas funções que, a rigor, o Estado deveria cumprir.

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos nos termos do art. 1º da Lei Municipal nº 2.932/2010 os seguintes benefícios fiscais à entidade, SOCIEDADE AMIGOS PROERDIANOS - COMARCA DE BIGUAÇU, inscrita no CNPJ nº 10.234.734/0001-99, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 2750/2009:

I - isenção do pagamento da Taxa de Renovação de Licença para Funcionamento a partir do exercício de 2013, pelo prazo de 3 (três) anos.

Parágrafo Único - Findo o prazo assinalado no inciso I deste artigo, a pessoa jurídica beneficiária deverá requerer a renovação da isenção, comprovando que mantém as condições para usufruir a isenção prevista neste Decreto.

Art. 2º Fica obrigada a beneficiária a requerer e cumprir todos os requisitos impostos em Lei para eventuais requerimentos de alvarás, licenças e renovações, observados somente as isenções e benefícios de valores descritos no artigo anterior.

Art. 3º Os benefícios concedidos por este decreto são exclusivos ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Biguaçu.

Parágrafo único: Os eventos e demais atividades realizadas de forma terceirizada nas instalações da Beneficiária não ficam abrangidos e beneficiados pelo presente decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de maio de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Reg. publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

28ª Convocação Para o Processo Seletivo - Sesau - Edital 001/2012

28ª Convocação para o Processo Seletivo - SESAU - edital 001/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo SESAU edital 001/2012, abaixo relacionados para comparecerem no Setor Pessoal, situado na Praça Nereu Ramos, n. 90, Centro, Biguaçu/SC (Prédio da Prefeitura), até o dia 20/05/2013, entre 13h e 19h, munidos de Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

RESSALTA-SE QUE ESTA CONVOCAÇÃO É PARA ASSUMIR VAGA NA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. O uso do Processo Seletivo da Saúde para complementar o quadro de servidores da Secretaria da Educação faz-se necessário em virtude de a Secretaria de Educação não possuir processo seletivo vigente.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ CONSIDERADO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, os candidatos assinarão contrato e iniciarão suas atividades.

Biguaçu, 14 de maio de 2013.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário da Saúde

Cargo - Lotação 3191 - Motorista - Carteira D (ônibus, utilitário e ambulância)

- 12 - Sérgio Luiz Rosa
- 13 - Nilson João dos Santos
- 14 - Marcio Santos Correia
- 15 - Cristiano Rech Bitencourt
- 16 - Ilton Luiz Cardoso
- 17 - Thiago Andrade
- 18 - Vagner Elier da Silva Ney
- 19 - Aquiles Jasper
- 20 - Alessandro Santos Abreu
- 21 - Fábio Pires Miamoto
- 22 - Daniel Kuhn Pereira
- 23 - Rafael Ricardo Ebert
- 24 - Luciano Freiburger
- 25 - Wilson da Silva Junior
- 26 - Jose da Silva Lima
- 27 - Ranieri Machado Pereira
- 28 - Marcelo Schiffler
- 29 - Jose Luiz Gonzaga
- 30 - Edson Faria de Andrade
- 31 - Claudiomiro Fontoura Lopes

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Extrato de Contrato 19/2013

EXTRATO DE CONTRATO 19/2013

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Assistel Assistência em Telecomunicações Ltda ME CNPJ: 73.715.856/0001-17, sito a Rua Caetano Cé, 56 Bairro Santana, Cidade de Rio do Sul/SC.

Objeto: Locação de Central PABX Digistar digital com a configuração de 08 troncos e 48 ramais, com software de configuração/programação e controle de ligações efetuadas e recebidas de todos os troncos e ramais o qual o cede em locação à LOCATÁRIA.

Vigência: 31.12.2013

Data da assinatura: 14.05.2013

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Caçador

PREFEITURA

Resolução 06 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 06, de 14 de Maio de 2013.

Dispõe sobre os valores de participação do FEAS/SC para Cofinanciamento de Benefícios Eventuais.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento de Benefícios Eventuais, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, no valor de R\$ 13.195,82 (treze mil, cento e noventa e cinco reais e oitenta e dois centavos), destinado as despesas de custeio.

Art. 2º. Os recursos serão destinados ao cofinanciamento de Benefícios Eventuais no Município de Caçador, conforme a Resolução nº 10/11 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Parágrafo Único: Os recursos recebidos do FEAS/SC poderão ser aplicados nas seguintes modalidades:

I - Auxílio Natalidade;

II - Auxílio Funeral;

III- Auxílio Calamidade;

IV - Auxílio Vulnerabilidade.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 14 de maio de 2013.

MARIA DE LOURDES CERATTI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Aviso Concurso de Projetos 01-2013 Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

EDITAL: CONCURSO DE PROJETO Nº 01/2013 - FMS

OBJETO: Seleção de uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Civil de Interesse Público - OSCIP, que se interesse em realizar um projeto de apoio a Execução de Atividades Educativas e de Assistência em Saúde Sexual e Reprodutiva / Planejamento Familiar, por intermédio de Termo de Parceria, em estreita cooperação com a Secretaria Municipal de Saúde, observadas as especificações técnicas, preço e a descrição das atividades estabelecidas no Projeto, Anexo II do Edital, nos termos da Lei Federal 9.790/99 e do Decreto Federal 3.100, de 30 de junho de 1999.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 05/07/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 05/07/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sito Rua Brasília, 1.111, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 14 de maio de 2013.

REJANE SERAFINI

Secretária Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

Editalaudiênciapública1ºquadrimestre2013

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA nº 02/2013.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Caçador convida toda a sociedade civil organizada com atuação e sede no Município de Caçador, bem como os demais munícipes, a participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA, no âmbito da COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTAS DO MUNICÍPIO, que se realizará no dia 27 de maio de 2013, às 18h30min, no Plenário Osvaldo José Gomez, sito à Rua Fernando Machado, 139, com a finalidade de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes ao 1º quadrimestre do exercício de 2013.

Caçador, em 14 de maio de 2013.

CARLOS EVANDRO LUZ,

Presidente da CMC.

Ricardo Pelegrinello,

Presidente da CFOCM.

IPASC

Portaria N.º 594, de 13 de Maio de 2013.

PORTARIA n.º 594, de 13 de maio de 2013.

Nomeia Comissão de Pleito para eleições do Conselho Administrativo e Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso de suas atribuições legais e na conformidade do art. 30 e seguintes da Lei Complementar n.º 93, de 29 de dezembro de 2006,

RESOLVEM:

Art. 1º DESIGNAR os Servidores Públicos Municipais KAREN FERNANDA RIBEIRO, JEAN GUSTAVO BRUSCO e IVETE PEREIRA DE AGOSTINHO, para sob a presidência da primeira, constituírem a Comissão de Pleito para as eleições dos membros do Conselho Administrativo e Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC,

Art. 2º Delegar à Presidente da Comissão, poderes para convocar as eleições de que trata o art. 1º desta Portaria, bem como para baixar normas e instruções para o pleno cumprimento da legislação supracitada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 13 de maio de 2013.

ALCEDIR FERLIN

DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Portaria N.º 592, de 10 de Maio de 2013.

PORTARIA n.º 592, de 10 de maio de 2013.

Concede aposentadoria por idade a SALUTE MARIA PANDINI CONSONI.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 93, de 29/12/06, nos termos do Art. 40, § 1º, III, "b", §§ 2º e 3º da Constituição Federal, com a redação das Emenda Constitucional nº 20/1998 e Emenda Constitucional nº 41/2003, mais o previsto no Art. 37, I, II e III, da Lei Complementar nº 93/2006,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aposentadoria por idade à Servidora SALUTE MARIA PANDINI CONSONI, portadora do RG 1.685.610, inscrita no CPF sob nº 946.693.929-72, PIS/PASEP nº 125.50050.13-6, a contar de 01 de maio de 2013, nos termos do art. 40, § 1º, III, "b", §§ 2º e 3º da Constituição Federal, com a redação das Emendas Constitucionais nº 20/1998 e nº 41/2003 e art. 37, I, II e III, da Lei Complementar nº 93/2006, Matrícula nº 2528 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Servente, Referência 2.5B, lotada na Secretaria de Educação, passando à matrícula nº 3298, no IPASC, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição de 5.210/10950 dias, correspondendo a 47,57%, da média dos salários de contribuição, no valor de R\$ 398,21 (trezentos e noventa e oito reais e vinte e um centavos), e sem paridade, a serem pagos pelo IPASC, assegurada percepção de proventos correspondentes a um piso municipal no valor de R\$ 736,05 (setecentos e trinta e seis reais e cinco centavos), nos termos do Art. 64, da Lei Complementar nº 93/2006.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 10 de maio de 2013.

ALCEDIR FERLIN

DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Camboriú

PREFEITURA

Decreto N.º 1.632/2013

DECRETO N.º 1.632/2013

Disciplina a utilização dos terrenos destinados a sepultamento nos Cemitérios Públicos Municipais de Camboriú.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a escassez de terrenos destinados a sepultamento nos Cemitérios Públicos Municipais de Camboriú;

CONSIDERANDO a dificuldade em encontrar áreas apropriadas para implantação de novos cemitérios públicos;

DECRETA:

Art. 1º A venda e o sepultamento, em relação aos terrenos localizados nos Cemitérios Públicos Municipais de Camboriú, somente poderão ser realizados em favor de pessoas que estiverem, comprovadamente, residindo no Município de Camboriú.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

Em, 13 de maio de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

PR 12/13 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2013-FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM INFRA ESTRUTURA DE TI PARA PLATAFORMA LINUX, VMWARE, MAC E MICROSOFT PARA ANÁLISE, PROJETO, IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SERVIDORES E CLIENTES E SEUS RECURSOS, BEM COMO LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DE REDES DE COMPUTADORES HETEROGÊNEAS DESENVOLVIDO EM LINUX (SHELLSCRIPT, MYSQL E PHP), CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 28 (Vinte e Oito) de Maio de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriui.sc.gov.br.

Camboriú, 14 de Maio de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 24/13 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2013-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE IMPRESSÃO, PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES RENOVÁVEL POR IGUAIS PERÍODOS. SERVIÇOS DE IMPRESSÃO COM O FORNECIMENTO DE COPIADORAS E/OU IMPRESSORAS DIGITAIS (OUTSOURCING DE IMPRESSÃO), QUE DEVERÃO SER NOVAS E DE PRIMEIRO USO, EM LINHA DE FABRICAÇÃO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 29 (Vinte e Nove) de Maio de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no

site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 14 de Maio de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 5/13 - FMAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2013- FMAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE TRANSPORTE DOS INTEGRANTES DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE RAIOL, DURANTE 35 QUARTA-FEIRAS, QUANDO OCORREM OS ENCONTROS DOS IDOSOS NO CENTRO DE MULTIPLO USO, ITINERÁRIO: SAÍDA MONTE ALEGRE, PASSANDO PELO BAIRRO TABOLEIRO, SÃO FRANCISCO DE ASSIS E RIO PEQUENO, COM DESTINO AO BAIRRO AREAIS RETORNO MESMO ITINERÁRIO. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 15:00 horas do dia 29 (Vinte e Nove) de Maio de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 14 de Maio de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Termo de Errata Contrato

TERMO DE ERRATA
ADITIVO DE CONTRATO

O Município de Camboriú, através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos vem comunicar que na publicação do segundo termo aditivo ao contrato 003/2012 da Prefeitura Municipal de Camboriú, publicado no dia 07 de março de 2013:

- Onde lê-se: contrato nº 171/2011

- Leia-se: contrato nº 003/2013

Camboriú SC, 13 de maio de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Editais de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 545 - 567 - 576 - 582 - 587/2009

Editais de Penalidade

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 545/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGP5876	55955084B	6920/0	26/11/2008	R\$ 127,69	233
MAS9535	55955332B	6637/2	09/11/2008	R\$ 127,69	230 * IX
MBM1526	55955265B	5207/0	10/10/2008	R\$ 53,20	169
MCF4267	55538227B	5169/0	14/02/2008	R\$ 957,69	165
MDU2084	55955752B	6653/1	07/11/2008	R\$ 127,69	230 * XI
MFE5439	55955299B	6653/1	22/10/2008	R\$ 127,69	230 * XI
MFF2880	55955363B	5738/0	14/10/2008	R\$ 191,53	186 * II
MFG7468	55955353B	6912/0	14/10/2008	R\$ 53,20	232
MFJ0006	55955277B	6653/1	14/10/2008	R\$ 127,69	230 * XI
MFJ0006	55955278B	6602/0	14/10/2008	R\$ 191,53	230 * VI
MGV1680	55541907B	5185/0	11/06/2008	R\$ 127,69	167
MHM5902	55955456B	5010/0	23/10/2008	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 7 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 567/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

PIAcA	Auto dE Infração	Código dA Infração / DEsdobrAmEnto	DAtA dA Infração	VAlor dA Infração	EnquAdrAmEnto
AIE3125	55538307B	5010/0	20/12/2007	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 7 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 576/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

PIAcA	Auto dE Infração	Código dA Infração / DEsdobrAmEnto	DAtA dA Infração	VALor dA Infração	EnquAdrAmEnto
HPQ9022	55958317B	5541/1	29/04/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
IHI4683	55539596B	5010/0	03/05/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZA7692	55958061B	6556/1	28/04/2009	R\$ 191,53	230 * I
MBU6668	55956809B	5061/0	25/05/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBU6668	55956810B	6599/2	25/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCA1532	55958161B	5010/0	26/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCA1532	55958162B	5061/0	26/04/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCI5732	55957607B	6599/2	23/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCK4056	55956315B	5819/2	28/02/2009	R\$ 574,61	193
MFP8608	55956177B	6726/1	18/04/2009	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGQ4671	55958267B	5819/2	14/05/2009	R\$ 574,61	193
MIX2500	55956597B	6580/0	24/05/2009	R\$ 191,53	230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 7 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 582/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BGD7186	55958362B	5045/0	16/05/2009	R\$ 191,53	162 * V
BGD7186	55958363B	6912/0	16/05/2009	R\$ 53,20	232
BTL8798	55957995B	6920/0	18/05/2009	R\$ 127,69	233
BVY3979	55955920B	5169/1	11/05/2009	R\$ 957,69	165
DDT1569	55955217B	5274/2	12/06/2009	R\$ 191,53	175
DDT1569	55955219B	5835/0	12/06/2009	R\$ 127,69	195
LWT0821	55956149B	6920/0	18/05/2009	R\$ 127,69	233
MDY2697	55958257B	6050/1	13/05/2009	R\$ 191,53	208
MEC3779	55956541B	5819/2	01/05/2009	R\$ 574,61	193
MGD1921	55542647B	6912/0	13/05/2009	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 7 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 587/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

PIAcA	Auto dE InfrAção	Código dA InfrAção / DEsdobrAmEnto	DAtA dA InfrAção	VALor dA InfrAção	EnquAdrAmEnto
AGV6228	55956045B	5347/0	30/01/2009	R\$ 85,12	178
ANW0007	55956550B	5452/1	26/06/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
IDK3085	55957694B	6599/2	20/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
IMX6546	55958230B	5010/0	02/06/2009	R\$ 574,61	162 * I
IMX6546	55958231B	6653/1	02/06/2009	R\$ 127,69	230 * XI
IMX6546	55958232B	5061/0	02/06/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
IMX6546	55958233B	6912/0	02/06/2009	R\$ 53,20	232
LZM6515	55958213B	6041/2	26/05/2009	R\$ 127,69	207
MCO2179	55955943B	5010/0	26/06/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCO2179	55955944B	5061/0	26/06/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MEJ9085	55541326B	5568/0	01/05/2009	R\$ 127,69	181 * XIX
MEN6117	55958380B	6726/1	20/05/2009	R\$ 127,69	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 7 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA

Campo Alegre

PREFEITURA

Lei Nº 3.966 de 15 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.966 DE 15 DE MAIO DE 2013

ALTERA DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 3.925 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Altera disposições do Art.2º da Lei Municipal nº 3.925 de 14 de fevereiro de 2013 a qual passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir a área de terra descrita no art. 1º desta Lei, pelo preço de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), com base na avaliação do perito oficial judicial.”

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”,
15 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
15/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.967 de 15 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.967 DE 15 DE MAIO DE 2013

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A ARPEM - ASSOCIAÇÃO REGIONAL DA EMPRESA MOVELEIRA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Contribuição, no valor total de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a ser repassada em uma única parcela, à ARPEM - ASSOCIAÇÃO REGIONAL DA EMPRESA MOVELEIRA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.787.747/0001-69, sita a Rua Afonso Grosskopf, 352, Bairro Colonial, Município de São Bento do Sul/SC, objetivando a parceria na realização da Móvel Brasil 2013 - Feira de Móveis e Decoração.

Parágrafo único: A feira de que trata o artigo 1º desta Lei, realizar-se-á no período de 14 a 17 de maio de 2013 no Centro de Eventos Promosul, Município de São Bento do Sul/SC.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo primeiro - Os cheques nominais de que trata este artigo, deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, que deverão integrar a Prestação de Contas ao Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo segundo - Os Recursos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público do Município de Campo Alegre/SC..

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 1º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a Prestação de Contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro da ARPEM - ASSOCIAÇÃO REGIONAL DA EMPRESA MOVELEIRA.

Art.7º) A Prestação de Contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, no prazo de até 60 (sessenta) dias após a realização do Evento de que trata o artigo 1º da presente Lei, instruída com os seguintes documentos:

- I - Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- II - Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- III - Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- IV - Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- V - Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da ARPEM - ASSOCIAÇÃO REGIONAL DA EMPRESA MOVELEIRA.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas correntes efetuadas a partir do mês de maio de 2013.

Art.9º) As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.03.22.661.00.41.1.055 - Apoio a Feira de Móveis e Decorações “Móvel Brasil” da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, Elemento de Despesa - 335041.00 - Contribuições.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”,
15 de maio de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
15/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.968 de 15 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.968 DE 15 DE MAIO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar e Criar Elemento de Despesa no valor de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

08.02 - Serviço de Transporte e Frota

26.782.0047.2.136 - Manutenção da Frota Municipal

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 50.000,00

339036.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 2.000,00

339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 20.000,00

Total R\$ 72.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos

400000.00.136 - Despesas de Capital

440000.00.136 - Investimentos

449000.00.136 - Aplicações Diretas

449061.00.136 - Aquisição de Imóveis R\$ 72.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

15 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.969 de 15 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.969 DE 15 DE MAIO DE 2013

ABRE CRÉDITO ESPECIAL E CRIA ELEMENTOS DE DESPESA E SUPLEMENTA-OS POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a Criar Elementos de Despesa e Suplementa-os no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), no Orçamento Vigente.

01.00 - Câmara de Vereadores

01.01 - Câmara de Vereadores

01.031.0000.6.001 - Manutenção das Atividades da Câmara de Vereadores

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339047.00.136 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 500,00

335041.00.136 - Contribuição a Entidades de Direito Privado R\$ 3.500,00

Total R\$ 4.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

01.00 - Câmara de Vereadores

01.01 - Câmara de Vereadores

01.031.0000.3.001 - Capacitação de Servidores

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 4.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

15 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.767 de 14 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.767 DE 14 DE MAIO DE 2013

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social de nº 02 e 03 de 10 de maio de 2013 anexas, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de maio de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

14 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 10 DE MAIO DE 2013

Dispõe aprovação e destinação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) referente aos Benefícios Eventuais.

Karina Teresinha Muehlbauer, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, proveniente do FEAS, no valor de R\$ 4.514,72.

Parágrafo Único. Os Benefícios Eventuais referem-se às provisões suplementares e provisórias, prestadas ao cidadão e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Art.2º) Os recursos do FEAS serão destinados ao custeio de Benefícios Eventuais para a provisão de auxílio natalidade;

Art.3º) Os recursos cofinanciados de que trata esta resolução não poderão ser aplicados em itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentadura, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos, e outros itens inerentes à área da saúde, como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leite, dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoa que tenha necessidade de uso, conforme expresso na Resolução nº 39 do CNAS e conforme Lei Municipal 3931/ 2013, artigo 15º.

Art.4º) Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 09 de Maio de 2013.
KARINA TERESINHA MUEHLBAUER
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e Publicada a presente Resolução aos nove dias do mês de maio de 2013.

LÍLIAN TEREZINHA BARTSCH
Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 10 DE MAIO DE 2013

Dispõe sobre Fórum para eleição da Sociedade Civil para Composição do Conselho Municipal de Assistência Social para o Biênio 2013/2015.

Karina Teresinha Muehlbauer, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º) Realizar Fórum de Eleição para composição da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência de acordo com a Lei Municipal nº 3907 de 12 de Dezembro de 2012, no dia 21 de Maio de 2013, às 15:00h em primeira convocação e 15:15h em última convocação, no Auditório do Espaço Cultural Professora Sirley Maria Neumann Iohanson.

Art. 2º) Eleger comissão eleitoral composta por 4 conselheiros para acompanhar e deliberar acerca de casos pertinentes no processo eleitoral;

Art. 3º) Divulgar Edital de Convocação do Fórum de Eleição, que será parte integrante desta Resolução.

Art. 4º) Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 09 de Maio de 2013.
KARINA TERESINHA MUEHLBAUER
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e Publicada a presente Resolução aos nove dias do mês de maio de 2013.

LÍLIAN TEREZINHA BARTSCH
Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
Secretaria Municipal da Saúde e Desenvolvimento Social
Conselho Municipal de Assistência Social

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL Nº 001 DE 10 DE MAIO DE 2013 - CMAS

Convocação do Fórum de eleição da Sociedade Civil para composição da representação não governamental do Conselho Municipal de Assistência Social para Biênio 2013/ 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal/1988, Lei Federal nº. 8742/93 - LOAS e na Lei Municipal nº 2149/ 1996 alterada pela Lei 3907/2012, através da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, CONVOCA as Entidades e Organizações de Assistência Social não governamentais com Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, Organizações e Representantes de Usuários da política e Representantes dos trabalhadores do SUAS, com sede neste município, para o Fórum de Eleição da Sociedade Civil para composição da representação não governamental deste Conselho para o Biênio 2013/ 2015 que será realizado no dia 21 de Maio de 2013.

Art. 1º - A eleição das Entidades e Organizações de Assistência Social Não Governamentais, organizações e representantes de usuários e de trabalhadores na área de assistência social que integrarão o Conselho Municipal de Assistência Social do Município

de Campo Alegre, biênio 2013/2015, se dará através de Fórum de Eleição, que será realizado no dia 21 de Maio de 2013, às 15h00min em primeira convocação e 15h15min em última convocação, no Auditório do Espaço Cultural Professora Sirley Maria Neumann Iohanson, situado a Av. Getúlio Vargas, nº 606.

§ 1º - A publicação do presente edital será feita no site www.campoalegre.sc.gov.br, e nos murais da Prefeitura Municipal de Campo Alegre e da Câmara de Vereadores de Campo Alegre e tem caráter de Convocação Eleitoral.

§ 2º - As Entidades e Organizações de Assistência Social não governamentais, organizações e representantes de usuários e representantes dos trabalhadores do SUAS eleitos exercerão mandato de 02 (dois) anos no Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre, admitindo-se apenas mais uma recondução.

Dos Eleitores

Art. 2º - São eleitores aptos a participarem do Fórum de Eleição, todas as Entidades e Organizações da sociedade civil devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, organizações e representantes dos usuários da assistência social, representantes dos trabalhadores do SUAS, do município de Campo Alegre.

Das Vagas

Art. 3º - Conforme previsto na Lei nº 3907/ 2012 artº 3º inciso II poderá concorrer à eleição para compor o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, para o biênio 2013/2015, 06 (seis) representantes titulares e suplentes da sociedade civil de âmbito municipal, distribuídas entre os segmentos da área de assistência social do Município de Campo Alegre, sendo:

I. 02 representantes de Usuários da Política de Assistência Social do município de Campo Alegre, dentre os beneficiários do programa Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada - BPC e de famílias acompanhadas pelo Sistema de Proteção Básica e Especial do Município;

II. 02 representantes de entidades Prestadoras de Serviço da Área de Assistência Social, no âmbito municipal;

III. 02 representantes de entidades dos Trabalhadores da Área de Assistência Social, no âmbito municipal, conforme previsto na Resolução nº 17/2011, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

Dos documentos para inscrição

Entidades e Organizações de Assistência Social:

Art. 4º - Fotocópia de documentos que comprovem a existência da Entidade: Estatuto Social da Entidade, ata de posse da última diretoria e cópia da Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, e documentos pessoais do representante (RG, CPF, comprovante de residência).

Representantes de Usuários:

Art. 5º - Declaração do Órgão Gestor da Política de Assistência Social comprovando ser usuário desta política em âmbito municipal, e documentos pessoais (RG, CPF, comprovante de residência).

Representantes de Trabalhadores do SUAS:

Art. 6º - Declaração do Conselho Representante ou da entidade que exerce seu trabalho na área da Assistência Social Municipal (para os casos de entidades com inscrição no conselho em projetos, programas, benefícios socioassistenciais), e documentos pessoais (RG, CPF, comprovante de residência).

Da realização do Fórum de Eleição

Art. 7º - O Fórum de Eleição da Sociedade Civil para compor o Conselho Municipal de Assistência Social será coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social juntamente com a Comissão de eleição formada por Conselheiros municipais.

Parágrafo Único - Cabe a Secretaria Executiva do CMAS, dar ciência dos termos deste Edital de Convocação do Fórum de Eleição ao Ministério Público e às Entidades e Organizações de Assistência Social não governamentais com Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, Organizações e Representantes de Usuários da política e Representantes dos trabalhadores do SUAS habilitados a participarem do presente pleito.

Art. 8º - A mesa receptora formada para o Fórum de Eleição será composta por dois representantes, sendo um da Comissão de Eleição e outro da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, e ficarão responsáveis por:

- I. Registrar a ata da abertura ao término do Fórum de Eleição, contendo local, data, horário, bem como eventuais ocorrências;
- II. Receber o credenciamento e fotocópias das carteiras de identidade dos delegados votantes;
- III. Registrar o nome dos participantes, de forma legível, na lista de presença;
- IV. Colher as assinaturas dos delegados nos espaços correspondentes ao registro de seus nomes;

Art. 9º - O Fórum de Eleição terá início com a apresentação pela Comissão de Eleição do procedimento de escolha dos representantes não governamentais que comporão o CMAS para o biênio 2013/2015.

Art. 10º - Cada candidato terá 00:03min. (três) para apresentar sua Entidade, seu segmento, ou se apresentar e expor os motivos pelos quais pretende fazer parte do CMAS.

Parágrafo único - A ordem da apresentação será por meio da classificação, conforme ordem de inscrição no dia do evento, bem como, obedecendo a ordem por segmentos: 1. Entidades e Organizações de Assistência Social, 2. Representantes de usuários; 3. Representantes de Trabalhadores, conforme estabelecido no art. 3º deste Edital.

Art. 11º - Após as apresentações, os Representantes da Comissão e da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social dividirão os participantes em 03 grupos conforme cada segmento e farão o processo de escolha para composição do CMAS no biênio 2013/2015, sendo cada grupo coordenado por um membro da Comissão de Eleição do CMAS.

Art. 12º - A Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social apresentará aos presentes os nomes dos eleitos definidos pelos grupos, sendo o resultado registrado em ata e assinado por todos os presentes.

Da Proclamação dos Eleitos

Art. 13º - Serão proclamados eleitos, os representantes definidos pelo Fórum de Eleição, sendo titular e suplente.

Art.14º - O resultado final do Fórum de Eleição será divulgado até 24 de Maio de 2013 no site: www.campoalegre.sc.gov.br.

Da Posse dos eleitos

Art.15º - A posse dos eleitos dar-se-á na próxima reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social a ser realizada em 27 de Maio de 2013.

Das Disposições Finais

Art. 16 º - A função de membro de Conselho é considerada de interesse público relevante e não remunerado.

Art. 17 º - Os conselheiros terão as seguintes responsabilidades:

- I. Participar de reuniões ordinárias mensalmente, segundo o cronograma fixado pela plenária no início de cada exercício;
- II. Participar de reuniões extraordinárias conforme convocação da mesa diretora ou por requerimento de 2/3 (dois terços) de seus membros;
- III. Conhecer e cumprir o regimento interno e demais legislações em vigor.

Art. 18º - Casos omissos serão avaliados pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Assistência Social.

Karina Teresinha Muehlbauer
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre

Decreto Nº 7.766 de 13 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.766 DE 13 DE MAIO DE 2013

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTES E OBRAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 18, inciso II e Artigo 71 Inciso V da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002 em seus Art. 29 e § 4º do Art. 74; Decreta:

Art.1º) Fica nomeado o Vice Prefeito Sr. SEBASTIÃO VENDELINO KONS, Registro no Sistema sob nº 955257, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, a partir de 13 de maio de 2013.

Art.2º) O Secretário Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, deverá na forma da Lei, optar por apenas um Subsídio Público.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
13 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária de Municipal Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416 em: 13/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.768 de 15 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.768 DE 15 DE MAIO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.967 de 15 de maio de 2013; Decreta:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar e Criar Elemento de Despesa no valor de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.
08.02 - Serviço de Transporte e Frota
26.782.0047.2.136 - Manutenção da Frota Municipal
300000.00.136 - Despesas Correntes
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
339000.00.136 - Aplicações Diretas
339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 50.000,00
339036.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 2.000,00
339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 20.000,00
Total R\$ 72.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.
08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos
400000.00.136 - Despesas de Capital
440000.00.136 - Investimentos
449000.00.136 - Aplicações Diretas
449061.00.136 - Aquisição de Imóveis R\$ 72.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
15 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
15/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.769 de 15 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.769 DE 15 DE MAIO DE 2013

ABRE CRÉDITO ESPECIAL E CRIA ELEMENTOS DE DESPESA E SUPLEMENTA-OS POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.969 de 15 de maio de 2013; Decreta:

Art.1º) Autorizar o Poder Legislativo Municipal a Criar Elementos de Despesa e Suplementa-os no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), no Orçamento Vigente.

01.00 - Câmara de Vereadores
01.01 - Câmara de Vereadores
01.031.0000.6.001 - Manutenção das Atividades da Câmara de Vereadores
300000.00.136 - Despesas Correntes
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
339000.00.136 - Aplicações Diretas
339047.00.136 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 500,00
335041.00.136 - Contribuição a Entidades de Direito Privado R\$ 3.500,00

Total R\$ 4.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

01.00 - Câmara de Vereadores

01.01 - Câmara de Vereadores

01.031.0000.3.001 - Capacitação de Servidores

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 4.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
15 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
15/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Resolução Nº 02 de 10 de Maio de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 10 DE MAIO DE 2013

Dispõe aprovação e destinação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) referente aos Benefícios Eventuais.

Karina Teresinha Muehlbauer, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, proveniente do FEAS, no valor de R\$ 4.514,72.

Parágrafo Único. Os Benefícios Eventuais referem-se às provisões suplementares e provisórias, prestadas ao cidadão e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Art.2º) Os recursos do FEAS serão destinados ao custeio de Benefícios Eventuais para a provisão de auxílio natalidade;

Art.3º) Os recursos cofinanciados de que trata esta resolução não poderão ser aplicados em itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentadura, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos, e outros itens inerentes à área da saúde, como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leite, dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoa que tenha necessidade de uso, conforme expresso na Resolução nº 39 do CNAS e conforme Lei Municipal 3931/ 2013, artigo 15º.

Art.4º) Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 09 de Maio de 2013.

KARINA TERESINHA MUEHLBAUER

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e Publicada a presente Resolução aos nove dias do mês de maio de 2013.

LÍLIAN TEREZINHA BARTSCH

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Resolução Nº 03 de 10 de Maio de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 10 DE MAIO DE 2013

Dispõe sobre Fórum para eleição da Sociedade Civil para Composição do Conselho Municipal de Assistência Social para o Biênio 2013/2015.

Karina Teresinha Muehlbauer, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º) Realizar Fórum de Eleição para composição da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência de acordo com a Lei Municipal nº 3907 de 12 de Dezembro de 2012, no dia 21 de Maio de 2013, às 15:00h em primeira convocação e 15:15h em última convocação, no Auditório do Espaço Cultural Professora Sirley Maria Neumann Iohanson.

Art. 2º) Eleger comissão eleitoral composta por 4 conselheiros para acompanhar e deliberar acerca de casos pertinentes no processo eleitoral;

Art. 3º) Divulgar Edital de Convocação do Fórum de Eleição, que será parte integrante desta resolução.

Art. 4º) Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 09 de Maio de 2013.

KARINA TERESINHA MUEHLBAUER

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e Publicada a presente Resolução aos nove dias do mês de maio de 2013.

LÍLIAN TEREZINHA BARTSCH

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Portaria Nº 9.965 de 13 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.965 DE 13 DE MAIO DE 2013

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 9º e seus respectivos Parágrafos, da Lei Complementar

Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:
Art.1º) Prorrogar a Licença Maternidade da Servidora CAROLINA FAGOTTI DE ALMEIDA LODETTI, ocupante do cargo público na função de Odontólogo I, Matrícula Funcional nº 000709, Registro no Sistema sob nº 955154, por um período de 60 (sessenta) dias, a partir de 08 de maio de 2013 à 06 de julho de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 08 de maio de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/ SC, 13 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416 em: 13/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.969 de 14 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.969 DE 14 DE MAIO DE 2013

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À CHEFE DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA A SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença Maternidade a Servidora Srª. SIRLONE DE SOUZA CARNEIRO, ocupante do cargo público de Chefe do Serviço de Vigilância a Saúde, Matrícula Funcional nº 000428, Registro no Sistema sob nº 954286, por um período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 12 de maio de 2013 a 08 de setembro de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de maio de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

14 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416 em: 14/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.970 de 14 de Maio de 2013

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 9.970 DE 14 DE MAIO DE 2013

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DA CHEFE DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA A SAÚDE E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial aos Artigos 71 e 72, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Designar a servidora Agente Administrativo II - LUCIELLE KAROLYNE CUBAS, Matrícula Funcional nº 000500, Registro no Sistema sob nº 954556, para substituir a Chefe do Serviço de Vigilância a Saúde, do Município de Campo Alegre/SC, a partir de 13 de maio de 2013 até a 06 de novembro de 2013, por motivo da titular SIRLONE DE SOUZA CARNEIRO, Matrícula Funcional nº 000428, Registro no Sistema sob nº 954286 encontrar-se em gozo de licença maternidade.

Art.2º) A servidora designada será remunerada com 50% (cinquenta por cento) do valor da Gratificação da Função de Confiança atribuída ao cargo de Chefe do Serviço de Vigilância a Saúde.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

14 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416 em: 14/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.971 de 15 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.971 DE 15 DE MAIO DE 2013

DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONDUTA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando os princípios inerentes à Administração Pública, fica estabelecido que os Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC., e demais Agentes deverão, à partir desta data, observar as seguintes normas de conduta abaixo descritas:

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Dispor sobre normas de condutas para os servidores públicos municipais e demais agentes, conforme a seguir descritas nos artigos subsequentes.

Art.2º) Utilizar o telefone e a internet exclusivamente para fins profissionais, relativos ao serviço público municipal.

Art.3º) Fica proibido, o acesso em redes sociais como Facebook, chats de bate papo como o Messenger, microblog twitter e serviço Skype (que permite a transmissão de voz e imagens via internet), bem como de usar programas "estranhos" ao serviço público e outros não ligados à atividade Administrativa Municipal.

Art.4º) Utilizar no plano de fundo da "área de trabalho" e "proteção de tela" nos equipamentos de informática, somente imagens provenientes dos softwares, ou aquelas instituídas pela Administração Pública Municipal.

Art.5º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de maio de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416 em: 15/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.972 de 14 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.972 DE 14 DE MAIO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público ocupante do cargo público de Técnico em Nível Médio, na função de Técnico de Processamento de Dados, JEFFERSON JEAN DUVOISIN, Matrícula Funcional nº 337, Registro no Sistema sob nº 352110, referente ao período aquisitivo: 08 de junho de 2012 a 07 de junho de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 13 de maio de 2013 a 22 de maio de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
14 de maio de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Aviso de Licitação - Pregão (Presencial) Nº 58/2013 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2013 MODALIDADE PREGÃO (presencial)

1 – DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1 - O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, inscrito no C NPJ sob nº 83.102.749/0001-77, torna público que está instaurando licitação, através do presente instrumento, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, na modalidade PREGÃO (de forma presencial), tipo MENOR PREÇO, segundo as condições estabelecidas no presente Edital, nos seus Anexos, cujos termos, igualmente, o integram.

1.1.1 - DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 28 DE MAIO DE 2013, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

1.1.1.1 – A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

1.1.2 - DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA: 28/05/2013

HORA: 10 HORAS

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

1.2 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS RECURSOS:

1.2.1 - As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2013, na seguinte classificação: Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 – Secretaria Municipal de Planej. Transporte e Obras; Unidade: 08.01 – Serviço de Planejamento e Obras; Função: 15 – Urbanismo; Subfunção: 452 – Serviços Urbanos; Programa – 0044 – Manutenção das Ativ. Da Sec. Munic. De Planej. Transp e Obras ; Projeto: 2.111 – Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planej. Transporte e Obras ; Elemento de Despesa: 3.3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (código reduzido 174), Valor estimado = R\$ 8.437,10).

1.3 - Não serão aceitas nem recebidas (pela Comissão de Licitações ou Pregoeiro), em hipótese alguma, documentações e propostas após a data e hora aprazadas no item 1.1.1, ainda que tenham sido despachadas, endereçadas e/ou enviadas por qualquer meio, anteriormente a data de vencimento.

1.4 - Ocorrendo a decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a Licitação fica automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação, no mesmo local e horário.

2 - DO OBJETO E CONDIÇÕES

2.1 – O objeto do presente Edital consiste na aquisição de uniformes e equipamentos de proteção individual para os funcionários da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras. As quantidades e especificações constam do Anexo I, parte integrante deste Edital.

2.1.2 – Será fornecido modelo do brasão à empresa vencedora do lote 01 desta licitação, que deverá montar o layout e encaminhar para aprovação prévia, somente após a aprovação do município a empresa poderá confeccionar o material.

2.1.3 – A entrega do lote 01 deverá ser feita em até 15 (quinze) dias consecutivos após o recebimento da autorização de fornecimento e o prazo para a entrega dos lotes 02 e 03 será de 10 dias consecutivos após o recebimento da autorização de fornecimento.

2.1.3.1- A autorização de fornecimento que trata o item 2.1.3 será encaminhada a empresa vencedora via fax ou e-mail.

2.1.4 – A empresa vencedora entregará o objeto na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, com veículo próprio, sem custo adicional de frete ou outros.

2.1.5 – Caso o objeto entregue tenha sido recusado pela fiscalização deste Município deverá ser substituído no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de notificação, sem qualquer ônus para o Município.

2.1.6 - Se a substituição do item não for realizada no prazo estipulado no item 2.1.5, a empresa vencedora estará sujeita às sanções

previstas neste Edital e em Lei.

2.1.6.1 - O recebimento do objeto, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa vencedora pela segurança, qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização do mesmo, durante todo o prazo de garantia.

2.1.7 - O critério de julgamento será pelo requisito **MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE**

3 - DA APRESENTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Os interessados deverão entregar, na data, horário e local indicados neste Edital 2 (dois) envelopes fechados e numerados, em cuja parte externa deverá constar:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA e/ou PREÇO

Pregão nº 58/2013

Nome da empresa licitante

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO e/ou HABILITAÇÃO

Pregão nº 58/2013

Nome da empresa licitante

3.1.1 - O envelope nº 01 deverá conter a proposta comercial e o nº 02 a documentação necessária à habilitação;

3.1.2 - Encerrado o prazo para entrega dos envelopes, nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer adendos ou alterações à documentação ou a proposta.

3.2. DA PARTICIPAÇÃO

3.2.1. Poderão participar desta Licitação empresas do ramo que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital;

3.2.2. Não poderão participar da presente Licitação empresas:

a) Concordatárias ou em processo de recuperação judicial ou de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

b) Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou que estejam com tal direito suspenso;

c) Estrangeiras que não funcionem no País.

4 – DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Os interessados em efetuar lances verbais, manifestar intenção de recurso, e/ou participar como representante da empresa na sessão, deverão se credenciar junto ao Pregoeiro, no início da sessão de abertura do pregão, através de representante legal devidamente munido de documento que o credencie a participar do procedimento licitatório.

4.2 - O credenciamento que trata o item 4.1 poderá ser realizado das seguintes formas:

4.2.1 - Por meio de procuração pública ou particular com firma reconhecida expressando seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome da representada (acompanhada do respectivo Estatuto, Contrato Social, ou ato constitutivo da empresa a representar, para confirmação dos poderes ali estabelecidos); ou.

4.2.2 - Em sendo o representante sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá este apresentar cópia autenticada do respectivo Estatuto, Contrato Social, ou ato constitutivo da empresa a representar, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.3 - O representante deverá apresentar, também, carteira de

identidade ou documento equivalente que o identifique.

4.4 - Será admitido apenas 1 (um) representante para cada empresa licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4.5 - Os documentos para o credenciamento (exceto carteira de identidade ou documento equivalente que o identifique) deverão ser apresentados em fotocópia autenticada.

4.5.1 - A autenticação que trata o item 4.5 poderá ser realizada em cartório competente ou por servidor público integrante da Equipe de Apoio ou Pregoeiro (deste Pregão), ou publicação em órgão da imprensa oficial (exceto os documentos emitidos via Internet).

4.5.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 4.5.1, somente poderá ser realizada até às 09 horas e 30 minutos do dia 28 de maio de 2013, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

4.5.1.2 - A autenticação somente poderá ser feita mediante apresentação de cópia do documento acompanhada da via ORIGINAL.

5 – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - Aberta a sessão, após o credenciamento, os interessados ou os seus representantes apresentarão a Declaração, conforme modelo no Anexo II (FORA dos Envelopes nºs 1 e 2), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

5.1.1 - Em caso do licitante não apresentar a Declaração poderá preenchê-la na própria sessão, pelo licitante devidamente credenciado à sessão, utilizando o modelo padrão fornecido pela Equipe de Apoio.

5.1.2 - Caso o licitante não compareça a sessão de julgamento e não apresente a Declaração, este estará automaticamente desclassificado.

6 - DA COMPROVAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem valer-se da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, também (FORA dos Envelopes nºs 1 e 2), Certidão Simplificada (emitida pela Junta Comercial do respectivo Estado), comprovando o enquadramento como micro empresa ou empresa de pequeno porte.

6.1.1 - A Certidão Simplificada que trata o item 6.1 deverá ser recente, não sendo aceito com data de emissão anterior a 01 de abril de 2013.

6.1.2 - A Certidão Simplificada de que trata o item 6.1 deverá ser apresentada em original ou fotocópia autenticada.

6.1.2.1 - A autenticação que trata o item 6.1.2 poderá ser realizada em cartório competente ou por ou servidor público integrante da Equipe de Apoio ou Pregoeiro (deste Pregão).

6.1.2.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 6.1.2.1, somente poderá ser realizada até às 09 horas e 30 minutos do dia 28 de maio de 2013, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

6.1.2.1.2 - A autenticação somente poderá ser feita mediante apresentação de cópia do documento acompanhada da via ORIGINAL.

7- DA PROPOSTA COMERCIAL

7.1 - A proposta comercial (envelope nº. 01) deverá conter (conforme modelo constante do Anexo I):

Especificação do objeto cotado, conforme discriminados no Anexo I;

Preço unitário e total do item, formulado em moeda corrente nacional, devendo estar nele incluídas todas as despesas, tais como: frete, impostos, etc.

Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias; e

7.1.1 - Em caso de divergência entre o preço unitário e total do item, será considerado o preço unitário;

7.1.2 - A omissão dos prazos de execução e de validade da proposta não desclassificará o proponente, sendo considerados os estipulados neste Edital;

7.1.3 - Serão consideradas apenas as propostas devidamente carimbadas (ou identificadas) e assinadas, que não contenham emendas ou rasuras;

7.1.3.1 - A falta de assinatura e carimbo (ou identificação) na proposta poderá ser suprida pelo representante legal da empresa presente (e credenciado) à Sessão.

7.1.5 - Não serão aceitas propostas alternativas de preço oferecidas pelo mesmo licitante.

7.1.6 - Os proponentes poderão utilizar até 2 (duas) casas decimais para a apresentação do valor da proposta.

8 - DA HABILITAÇÃO

8.1 - Os licitantes deverão apresentar no envelope nº 02, os seguintes documentos:

8.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1.1 - Contrato social, ou documento constitutivo.

8.1.1.1.1 - Fica dispensado da apresentação do contrato social ou documento constitutivo a empresa que já o apresentou (cópia autenticada) no Credenciamento (item 4).

8.1.2 - HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

8.1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

8.1.2.2 - Certidão Conjunta de Débitos e Tributos Federais;

8.1.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante;

8.1.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante;

8.1.2.5 - Prova de regularidade relativa a Seguridade Social – Certidão Negativa de Débito - CND, com o INSS, demonstrando situação regular no cumprimento das contribuições sociais, ou conjunta, na forma da lei;

8.1.2.6 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

8.1.2.7 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.1.2.7.1 - Não será aceito Certidão de Ação Trabalhista para fins de comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, que exige o item 8.1.2.7, que somente será comprovado com a apresentação da CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

8.1.3 – OUTRAS COMPROVAÇÕES

8.1.3.1 - Declaração da licitante, subscrita pelo representante legal, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo constante do ANEXO III.

8.2 - Os documentos que trata o subitem 8.1 deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou servidor público integrante da Equipe de Apoio deste Pregão, ou publicação em órgão da imprensa oficial (exceto os documentos emitidos via Internet).

8.2.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item

anterior, somente poderá ser realizada até às 09 horas e 30 minutos do dia 28 de maio de 2013, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

8.3 – Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial (exceto quando o próprio documento comprovar que é válido tanto para matriz quanto para filial).

9 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E DA HABILITAÇÃO

9.1 - Aberta a sessão do PREGÃO, no local, dia e hora definidos neste edital, o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, adotará os seguintes procedimentos:

9.1.1- Conferência do credenciamento dos representantes legais, mediante confronto do instrumento de credenciamento com seu documento de identificação;

– Recebimento da Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;

9.1.3 - Recebimento da Declaração do Enquadramento de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso;

9.1.4 - Abertura do envelope contendo a proposta comercial;

9.1.5 – Ordenação e classificação das propostas em ordem crescente de preços e verificação da conformidade da proposta de menor preço, com as especificações e as demais exigências constantes deste Edital;

9.1.6 - Classificação das propostas de menor preço TOTAL DO LOTE e daquelas que contenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas comerciais escritas nas condições definidas nesta alínea, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

9.1.7 - Solicitação de lances verbais aos representantes presentes e credenciados que serão formulados individualmente e seqüencialmente, a partir do autor da proposta classificada de maior preço. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes. No caso de empate no preço das propostas escritas, será efetuado sorteio para definição da ordem de formulação dos lances verbais;

9.1.8 – Aplicabilidade de Lei Complementar nº 123/2006 “direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte”, conforme o caso, somente às empresas que apresentaram a Declaração que trata o item 5.0;

9.1.8 - Abertura do envelope de habilitação do licitante, cuja proposta foi classificada com menor preço, para confirmação de suas condições habilitatórias;

9.1.9 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar no envelope de habilitação os documentos referentes à regularidade fiscal, todavia, apresentada a declaração constante do item 5.0, eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, no prazo de dois dias úteis, contados da data de sessão de julgamento, na forma da Lei Complementar nº 123/06.

9.1.10 - Espaço concedido aos licitantes para manifestação e motivação de interposição de recurso quanto às fases do pregão.

9.2 - Caso não se realizem lances verbais ou a empresa não credencie representante para participar da sessão, serão considerados os preços constantes das propostas escritas;

- Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente, às penalidades constantes neste Edital.

10 - DOS RECURSOS

10.1 - Das decisões do pregoeiro caberá recurso, desde que haja manifestação da intenção de recorrer feita durante a sessão, com registro em ata da síntese de suas razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, contados a partir do término do prazo do recorrente. A licitante que apresentou a intenção do recurso terá prazo de 3 (três) dias consecutivos para protocolizar as razões do recurso

10.2 - O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo;

10.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

10.4 - A falta de manifestação do licitante de interpor recurso no decorrer da sessão pública de abertura do pregão, importará a decadência do direito de recurso e será adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata circunstanciada, com o registro das Licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise dos documentos de habilitação e dos recursos interpostos, além de outros registros pertinentes.

11.2. O procedimento de adjudicação será do Pregoeiro, se não houver recurso, ou da autoridade competente, que também procederá à homologação do certame.

12 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 - O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o recebimento da respectiva nota fiscal (das cargas já entregues), desde que conferida e aceita pela fiscalização deste Município.

12.1.1 – Não será aceito nota fiscal com rasuras ou que não atendam a legislação pertinente vigente.

12.2 - Nenhum pagamento será feito à Contratada se pendente de cumprimento qualquer sanção/multa que lhe tenha sido imposta ou que não esteja em dia com a documentação exigida (neste instrumento) para a habilitação.

13 - DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO

13.1 - O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, deixar de cumprir parcial ou totalmente as cláusulas contratuais, comportar-se de modo indôneo, fizer declaração falsa, cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, poderá ficar impedido de licitar e contratar com o Município de Campo Alegre pelo prazo de até 5 (cinco) anos e estará sujeito também à aplicação de multas, conforme segue:

a) Multa de 5% sobre o valor total dos itens vencidos pela empresa, nos casos de desistência da proposta.

b) Multa de até 10% do valor total vencido pela empresa, nos casos que venham a gerar a rescisão do contrato, ou descumprimento contratual, ou ainda, ter cometido algum dos itens citados no item 13.1.

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - A licitação poderá ser revogada em qualquer de suas fases, por motivos de oportunidade e conveniência administrativa,

devidamente justificados, sem que caiba aos respectivos participantes direito a reclamação ou indenização;

14.2 - A participação no presente processo licitatório implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste Edital e nos documentos que dele fazem parte integrante, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

14.3 - Da sessão pública para realização do pregão será lavrada ATA circunstanciada, que registrará os fatos ocorridos durante a sessão, o registro dos licitantes credenciados, as propostas escritas e verbais apresentadas, a análise da documentação exigida para habilitação e a intenção de interposição de recursos;

14.4 – Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br.

14.5 - Os pedidos de esclarecimentos de dúvidas de caráter técnico ou legal sobre o presente edital deverão ser objeto de consulta por escrito, ao(a) Pregoeiro(a) deste Município, para o seguinte endereço de e-mail: licitacao@campoalegre.sc.gov.br, ou protocolizados no Serviço de Protocolo deste Município, em até 03 (três) dias consecutivos antes da data de abertura da Licitação. O(a) Pregoeiro(a) responderá às questões formuladas e disponibilizará a consulta e resposta no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), sendo de total responsabilidade dos licitantes o acesso e acompanhamento no respectivo site.

14.6 – Eventuais impugnações ao edital, somente serão recebidas em até 02 (dois) dias úteis da data fixada para o término do recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão. A impugnação deverá ser entregue, em sua via original, protocolizada (no Protocolo da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292 – Centro, Campo Alegre-SC).

14.7 – Qualquer informação, alteração ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

14.8 - Os casos omissos no presente Edital serão analisados de acordo com a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93, suas alterações e demais legislação em vigor, pertinentes à matéria.

14.9 - O resumo do presente Edital será afixado no Mural da Prefeitura Municipal, publicado no Diário Oficial do Município, e ainda, a sua íntegra disponibilizada no site: www.campoalegre.sc.gov.br.

14.10 – A entrega dos envelopes de proposta e documentos no Protocolo da Prefeitura Municipal é de total responsabilidade da empresa licitante.

14.11 - Este edital foi elaborado de acordo com as informações/exigências contidas no Termo de Referência, e que consta dos autos do processo.

14.11.1 – Todas as informações/exigências contidas no Termo de Referência citado no item 14.11 foram transcritas para este Edital.

14.12 – Fazem parte integrantes deste Edital;

ANEXO I - Modelo de Planilha para a Apresentação da Proposta;

ANEXO II - Modelo Declaração Cumprimento Requisitos de Habilitação;

ANEXO III - Modelo Declaração Inexistência de Fatos Impeditivos;

ANEXO IV – Modelo Declaração Atendimento a Legislação Trabalhista; e

ANEXO V – Valor de Referência.

Campo Alegre, 15 de maio de 2013.
MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Edital devidamente aprovado pela assessoria jurídica deste Município, conforme fl. 28 constante do processo licitatório em epígrafe, em cumprimento ao § único, art. 38, da Lei Federal 8.666/93 e alterações.

ANEXO I
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2013,
MODALIDADE PREGÃO (presencial)

MODELO DE PLANILHA PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
LOTE 01

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	24	peça	Camiseta de malha, manga curta, cinza mescla, tam. M, gola v, estampada com logo da prefeitura no bolso, nas costas estampado "SECRETARIA DE OBRAS" letras brancas com 3cm de altura, frase com 30cm de comprimento			
02	69	peça	Camiseta de malha, manga curta, cinza mescla, tam. G, gola v, estampada com logo da prefeitura no bolso, nas costas estampado "SECRETARIA DE OBRAS" letras brancas com 3cm de altura, frase com 30cm de comprimento			
03	39	peça	Camiseta de malha, manga curta, cinza mescla, tam. GG, gola v, estampada com logo da prefeitura no bolso, nas costas estampado "SECRETARIA DE OBRAS" letras brancas com 3cm de altura, frase com 30cm de comprimento			
04	03	peça	Camiseta de malha, manga curta, cinza mescla, tam. EGG, gola v, estampada com logo da prefeitura no bolso, nas costas estampado "SECRETARIA DE OBRAS" letras brancas com 3cm de altura, frase com 30cm de comprimento			
05	09	peça	CALÇA meio cóis elástico, brim, cor cinza chumbo nº 40			
06	20	peça	CALÇA meio cóis elástico, brim, cor cinza chumbo nº 42			
07	36	peça	CALÇA meio cóis elástico, brim, cor cinza chumbo nº 44			

08	36	peça	CALÇA meio cóis elástico, brim, cor cinza chumbo nº 46			
09	24	peça	CALÇA meio cóis elástico, brim, cor cinza chumbo nº 48			
10	06	peça	CALÇA meio cóis elástico, brim, cor cinza chumbo nº 50			
11	02	peça	CALÇA meio cóis elástico, brim, cor cinza chumbo nº 52			
12	02	peça	CALÇA meio cóis elástico, brim, cor cinza chumbo nº 56			
PREÇO TOTAL DO LOTE 01						

LOTE 02

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
13	08	par	BOTINA cano alto, sem bico de aço, elástico, solado PU nº 38, cor preta			
14	10	par	BOTINA cano alto, sem bico de aço, elástico, solado PU nº 39, cor preta			
15	26	par	BOTINA cano alto, sem bico de aço, elástico, solado PU nº 40, cor preta			
16	18	par	BOTINA cano alto, sem bico de aço, elástico, solado PU nº 41, cor preta			
17	16	par	BOTINA cano alto, sem bico de aço, elástico, solado PU nº 42, cor preta			

18	12	par	BOTINA cano alto, sem bico de aço, elástico, solado PU nº 43, cor preta			
19	02	par	BOTINA cano alto, sem bico de aço, elástico, solado PU nº 44, cor preta			
20	01	par	BOTINA couro cru, elástico, solado PU nº 44, cor preta			
PREÇO TOTAL DO LOTE 02						

LOTE 03

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
21	02	par	SAPATO MASCU- LINO nº 40 solado PU sem cadarço, cor preta			
22	02	par	SAPATO MASCU- LINO nº 39 solado PU sem cadarço, cor preta			
23	02	par	SAPATO MASCU- LINO nº 42 solado PU sem cadarço, cor preta			
24	06	par	SAPA- TÊNIS feminino solado PU sem bico de aço nº 36, cor preta			
25	04	par	SAPA- TÊNIS feminino solado PU sem bico de aço nº 37, cor preta			

26	02	par	SAPA- TÊNIS feminino solado PU sem bico de aço nº 38, cor preta			
PREÇO TOTAL DO LOTE 03						

Validade da proposta: _____ dias (não inferior a 60 dias)

CARIMBO E ASSINATURA:

ANEXO II

(Processo Licitatório nº 58/2013, modalidade Pregão)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(Nome _____ do _____ licitan-
te) _____, CNPJ Nº _____
sediada (endereço completo) _____

_____ declara, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os
requisitos de habilitação para a participação no presente processo
licitatório, modalidade Pregão nº 58/2013.

_____ de _____ de _____

NOME: _____

CPF: _____

ASSINATURA: _____

ANEXO III

(Processo Licitatório nº 58/2013, modalidade Pregão)

DECLARAÇÃO

(Nome _____ do _____ licitan-
te) _____, CNPJ
Nº _____ sediada (endereço completo) _____

_____ declara, sob
as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impediti-
vos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____ de _____ de _____

NOME: _____

CPF: _____

ASSINATURA: _____

ANEXO IV

(Processo Licitatório nº 58/2013, modalidade Pregão)

VALOR ESTIMADO

LOTE 01

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Uni- tário	Valor Total
------	------	-------	-----------	---------------------	-------------



01	24	peça	Camiseta de malha, manga curta, cinza mescla, tam. M, gola v, estampada com logo da prefeitura no bolso, nas costas estampado "SECRETARIA DE OBRAS" letras brancas com 3cm de altura, frase com 30 cm de comprimento	13,00	312,00
02	69	peça	Camiseta de malha, manga curta, cinza mescla, tam. G, gola v, estampada com logo da prefeitura no bolso, nas costas estampado "SECRETARIA DE OBRAS" letras brancas com 3cm de altura, frase com 30cm de comprimento	13,00	897,00
03	39	peça	Camiseta de malha, manga curta, cinza mescla, tam. GG, gola v, estampada com logo da prefeitura no bolso, nas costas estampado "SECRETARIA DE OBRAS" letras brancas com 3cm de altura, frase com 30cm de comprimento	13,00	507,00

04	03	peça	Camiseta de malha, manga curta, cinza mescla, tam. EGG, gola v, estampada com logo da prefeitura no bolso, nas costas estampado "SECRETARIA DE OBRAS" letras brancas com 3cm de altura, frase com 30cm de comprimento	13,00	39,00
05	09	peça	CALÇA meio cóis elástico, brim, cor cinza chumbo nº 40	26,00	234,00
06	20	peça	CALÇA meio cóis elástico, brim, cor cinza chumbo nº 42	26,00	520,00
07	36	peça	CALÇA meio cóis elástico, brim, cor cinza chumbo nº 44	26,00	936,00
08	36	peça	CALÇA meio cóis elástico, brim, cor cinza chumbo nº 46	26,00	936,00
09	24	peça	CALÇA meio cóis elástico, brim, cor cinza chumbo nº 48	26,00	624,00
10	06	peça	CALÇA meio cóis elástico, brim, cor cinza chumbo nº 50	26,00	156,00
11	02	peça	CALÇA meio cóis elástico, brim, cor cinza chumbo nº 52	26,00	52,00
12	02	peça	CALÇA meio cóis elástico, brim, cor cinza chumbo nº 56	26,00	52,00
PREÇO TOTAL DO LOTE 01				5.265,00	

LOTE 02

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
------	------	-------	-----------	----------------	-------------



13	08	par	BOTINA cano alto, sem bico de aço, elásti- co, solado PU nº 38, cor preta	28,30	226,40
14	10	par	BOTINA cano alto, sem bico de aço, elásti- co, solado PU nº 39, cor preta	28,30	283,00
15	26	par	BOTINA cano alto, sem bico de aço, elásti- co, solado PU nº 40, cor preta	28,30	735,80
16	18	par	BOTINA cano alto, sem bico de aço, elásti- co, solado PU nº 41, cor preta	28,30	509,40
17	16	par	BOTINA cano alto, sem bico de aço, elásti- co, solado PU nº 42, cor preta	28,30	452,80
18	12	par	BOTINA cano alto, sem bico de aço, elásti- co, solado PU nº 43, cor preta	28,30	339,60
19	02	par	BOTINA cano alto, sem bico de aço, elásti- co, solado PU nº 44, cor preta	28,30	56,60
20	01	par	BOTINA couro cru, elástico, solado PU nº 44, cor preta	36,90	36,90
PREÇO TOTAL DO LOTE 02 2.640,50					

LOTE 03

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Uni- tário	Valor Total
21	02	par	SAPATO MASCULINO nº 40 sola- do PU sem cadarço, cor preta	28,60	57,20

22	02	par	SAPATO MASCULINO nº 39 sola- do PU sem cadarço, cor preta	28,60	57,20
23	02	par	SAPATO MASCULINO nº 42 sola- do PU sem cadarço, cor preta	28,60	57,20
24	06	par	SAPATÊNIS feminino solado PU sem bico de aço nº 36, cor preta	30,00	180,00
25	04	par	SAPATÊNIS feminino solado PU sem bico de aço nº 37, cor preta	30,00	120,00
26	02	par	SAPATÊNIS feminino solado PU sem bico de aço nº 38, cor preta	30,00	60,00
PREÇO TOTAL DO LOTE 03 531,60					

Aviso de Licitação - Pregão (Presencial) Nº 60/2013
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 60/2013

Considerando que o processo licitatório nº 53/2013 foi "deserto", inicia-se nova licitação.

O objeto da licitação consiste no REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de até 200 m³ (duzentos metros cúbicos) de madeira de eucalipto (em peças serradas, tipo vigas, vigotes, pranchão corrido, pilar, travessas, etc.), material destinado à manutenção e recuperação de diversas pontes do Município, conforme tabela abaixo:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor máximo fixado (Unit.)
01	200	M³	Madeira de eucalipto (em peças serradas, tipo vigas, vigotes, pranchão corrido, pilar, travessas, etc.)	360,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 28/05/2013, às 14 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 13 horas e 45 minutos, do dia 28/05/2013, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:



- Código Reduzido: 189; Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras; Unidade: 08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos; Função: 15 - Urbanismo; Subfunção: 452 - Serviços Urbanos; Programa: 45 - Manutenção das Vias Públicas e Conservação de Logradouros; Atividade: 2.023 - Vias Públicas e Logradouros; Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 0.1.0080 - Recursos Ordinários.

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 60/2013".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 15 de maio de 2013.

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Apostila Nº 1/2013 - Assist. Social

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE-SC

A P O S T I L A Nº 1/2013

(Ref. Contrato nº 3/2010)

Considerando a Comunicação de reajuste de preços apresentada pela empresa contratada BETHA SISTEMAS LTDA, em decorrência ao período contratual (12 meses);

Considerando previsão de reajustamento no item 4.4 do instrumento convocatório (TP 3/2010) e cláusula quinta do contrato nº 3/2010 e o índice estabelecido (IGPM);

RESOLVE,

REAJUSTAR o contrato nº 3/2010, em 8,0494% (acumulado 12 meses - IGPM),, sendo que os valores passaram a vigorar como segue:

Und	Descrição	Vlr. Unit Mensal (Aditivo nº 3/2012)	Vlr. Unit Mensal (reajustado através da Apostila nº 1/2013)
Mês	Contabilidade Pública	137,45	148,51
Mês	Compras e Licitações	80,18	86,63
VALOR MENSAL		217,63	235,14

A diferença mensal de R\$ 17,51 será emitida nota de empenho complementar no valor total de R\$ 157,59 (referente 9 meses, de abril a dezembro/2013).

Campo Alegre, 25 de abril de 2013.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora

Apostila Nº 1/2013 - Iprecal

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL

A P O S T I L A Nº 1/2013

(Ref. Contrato nº 16/2010)

Considerando a Comunicação de reajuste de preços apresentada pela empresa contratada BETHA SISTEMAS LTDA, em decorrência ao período contratual (12 meses);

Considerando previsão de reajustamento no item 4.4 do instrumento convocatório (TP 3/2010) e cláusula quarta (§ 1º) do contrato nº 16/2010 e o índice estabelecido (IGPM);

RESOLVE,

REAJUSTAR o contrato nº 16/2010, em 8,0494% (acumulado 12 meses - IGPM),, sendo que os valores passaram a vigorar como segue:

Und	Descrição	Vlr. Unit Mensal (Termo Aditivo nº 6/2012)	Vlr. Unit Mensal (reajustado através da Apostila nº 1/2013)
Mês	Contabilidade Pública	206,18	222,78
Mês	Compras e Licitações	80,18	86,63
Mês	Folha de Pagamento	137,45	148,51
VALOR MENSAL		423,81	457,92

Justificativa contábil:

O Termo Aditivo 10/2012 prorrogou a vigência do contrato nº 6/2010 até 31 de janeiro de 2013. Para a cobertura da despesa referente a prorrogação do prazo para o mês de janeiro emitiu-se a Autorização de Fornecimento nº 9/2013 (que gerou a nota de empenho nº 5/2013). Ocorre que o valor unitário dos sistemas locados está incorreto, sendo correto conforme descrito na coluna acima descrito "Vlr. Unit Mensal (Termo Aditivo nº 6/2012)", gerando uma diferença de R\$ 13,30 (que foi liquidada da nota de empenho nº 24/2013).

O Termo Aditivo nº 4/2013 prorroga o contrato nº 6/2010 até dezembro de 2013. Para cobertura da despesa foi emitido a Autorização de Fornecimento nº 14/2013 (que gerou a nota de empenho nº 24/2013) e novamente os valores unitários estão incorretos, gerando uma diferença de R\$ 146,30 (R\$ 13,30 por mês).

Então, considerando o pedido de reajuste anual do contrato, aproveita-se para emitir nova Autorização de Fornecimento corrigindo os valores unitários para o período de 9 (nove) meses, sendo de abril a dezembro/2013 (informando o valor corrigido).

O saldo remanescente da nota de empenho nº 24/2013 será anulado.

Campo Alegre, 25 de abril de 2013.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Diretora Executiva do IPRECAL

Apostila Nº 4/2013 - Saúde

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC

A P O S T I L A Nº 4/2013

(Ref. Contrato nº 16/2010)

Considerando a Comunicação de reajuste de preços apresentada pela empresa contratada BETHA SISTEMAS LTDA, em decorrência ao período contratual (12 meses);

Considerando previsão de reajustamento no item 4.4 do instrumento convocatório (TP 3/2010) e cláusula quarta (§ 1º) do contrato nº 16/2010 e o índice estabelecido (IGPM);

RESOLVE,

REAJUSTAR o contrato nº 16/2010, em 8,0494% (acumulado 12 meses - IGPM),, sendo que os valores passaram a vigorar como

segue:

Und	Deescrição	Vlr. Unit Mensal (Aditivo 6/2012)	Vlr. Unit Mensal (reajustado atra- vés da Apostila nº 4/2013)
Mês	Contabilidade Pública	137,45	148,51
Mês	Compras e Lici- tações	80,18	86,63
Mês	Patrimônio	80,18	86,63
VALOR MENSAL		297,81	321,77

A diferença mensal de R\$ 23,96 será emitida nota de empenho complementar no valor total de R\$ 215,64 (referente 9 meses, de abril a dezembro/2013).

Campo Alegre, 25 de abril de 2013.
CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora

Edital Nº 001 de 10 de Maio de 2013 - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL Nº 001 DE 10 DE MAIO DE 2013 - CMAS

Convocação do Fórum de eleição da Sociedade Civil para compo-
sição da representação não governamental do Conselho Municipal
de Assistência Social para Biênio 2013/ 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre no
uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Fede-
ral/1988, Lei Federal nº. 8742/93 - LOAS e na Lei Municipal nº
2149/ 1996 alterada pela Lei 3907/2012, através da Secretaria
Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, CONVOCA as En-
tidades e Organizações de Assistência Social não governamentais
com Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, Orga-
nizações e Representantes de Usuários da política e Representan-
tes dos trabalhadores do SUAS, com sede neste município, para
o Fórum de Eleição da Sociedade Civil para composição da repre-
sentação não governamental deste Conselho para o Biênio 2013/
2015 que será realizado no dia 21 de Maio de 2013.

Art. 1º - A eleição das Entidades e Organizações de Assistência
Social Não Governamentais, organizações e representantes de
usuários e de trabalhadores na área de assistência social que in-
tegrarão o Conselho Municipal de Assistência Social do Município
de Campo Alegre, biênio 2013/2015, se dará através de Fórum
de Eleição, que será realizado no dia 21 de Maio de 2013, às
15h00min em primeira convocação e 15h15min em última con-
vocação, no Auditório do Espaço Cultural Professora Sirley Maria
Neumann Iohanson, situado a Av. Getúlio Vargas, nº 606.

§ 1º - A publicação do presente edital será feita no site [www.cam-
poalegre.sc.gov.br](http://www.cam-
poalegre.sc.gov.br), e nos murais da Prefeitura Municipal de Campo
Alegre e da Câmara de Vereadores de Campo Alegre e tem caráter
de Convocação Eleitoral.

§ 2º - As Entidades e Organizações de Assistência Social não go-
vernamentais, organizações e representantes de usuários e repre-
sentantes dos trabalhadores do SUAS eleitos exercerão mandato
de 02 (dois) anos no Conselho Municipal de Assistência Social
de Campo Alegre, admitindo-se apenas mais uma recondução.

Dos Eleitores

Art. 2º - São eleitores aptos a participarem do Fórum de Eleição,
todas as Entidades e Organizações da sociedade civil devidamente
inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, organizações
e representantes dos usuários da assistência social, representan-
tes dos trabalhadores do SUAS, do município de Campo Alegre.

Das Vagas

Art. 3º - Conforme previsto na Lei nº 3907/ 2012 artº 3º inciso
II poderá concorrer à eleição para compor o Conselho Municipal
de Assistência Social - CMAS, para o biênio 2013/2015, 06 (seis)
representantes titulares e suplentes da sociedade civil de âmbito
municipal, distribuídas entre os segmentos da área de assistência
social do Município de Campo Alegre, sendo:

I. 02 representantes de Usuários da Política de Assistência Social
do município de Campo Alegre, dentre os beneficiários do pro-
grama Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada - BPC
e de famílias acompanhadas pelo Sistema de Proteção Básica e
Especial do Município;

II. 02 representantes de entidades Prestadoras de Serviço da Área
de Assistência Social, no âmbito municipal;

III. 02 representantes de entidades dos Trabalhadores da Área
de Assistência Social, no âmbito municipal, conforme previsto na
Resolução nº 17/2011, do Conselho Nacional de Assistência Social
- CNAS;

.

Dos documentos para inscrição

Entidades e Organizações de Assistência Social:

Art. 4º - Fotocópia de documentos que comprovem a existência
da Entidade: Estatuto Social da Entidade, ata de posse da última
diretoria e cópia da Inscrição no Conselho Municipal de Assistência
Social, e documentos pessoais do representante (RG, CPF, com-
provante de residência).

Representantes de Usuários:

Art. 5º - Declaração do Órgão Gestor da Política de Assistência
Social comprovando ser usuário desta política em âmbito munici-
pal, e documentos pessoais (RG, CPF, comprovante de residência).

Representantes de Trabalhadores do SUAS:

Art. 6º - Declaração do Conselho Representante ou da entidade
que exerce seu trabalho na área da Assistência Social Municipal
(para os casos de entidades com inscrição no conselho em proje-
tos, programas, benefícios socioassistenciais), e documentos pes-
soais (RG, CPF, comprovante de residência).

Da realização do Fórum de Eleição

Art. 7º - - O Fórum de Eleição da Sociedade Civil para compor o
Conselho Municipal de Assistência Social será coordenada pela Se-
cretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social juntamente
com a Comissão de eleição formada por Conselheiros municipais.

Parágrafo Único - Cabe a Secretaria Executiva do CMAS, dar ciên-
cia dos termos deste Edital de Convocação do Fórum de Eleição
ao Ministério Público e às Entidades e Organizações de Assistência
Social não governamentais com Inscrição no Conselho Municipal
de Assistência Social, Organizações e Representantes de Usuários
da política e Representantes dos trabalhadores do SUAS habilita-
dos a participarem do presente pleito.

Art. 8º - A mesa receptora formada para o Fórum de Eleição será
composta por dois representantes, sendo um da Comissão de Elei-
ção e outro da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento
Social, e ficarão responsáveis por:

I. Registrar a ata da abertura ao término do Fórum de Eleição,
contendo local, data, horário, bem como eventuais ocorrências;

II. Receber o credenciamento e fotocópias das carteiras de identi-
dade dos delegados votantes;

III. Registrar o nome dos participantes, de forma legível, na lista

de presença;

IV. Colher as assinaturas dos delegados nos espaços correspondentes ao registro de seus nomes;

Art. 9º - O Fórum de Eleição terá início com a apresentação pela Comissão de Eleição do procedimento de escolha dos representantes não governamentais que comporão o CMAS para o biênio 2013/2015.

Art. 10º - Cada candidato terá 00:03min. (três) para apresentar sua Entidade, seu segmento, ou se apresentar e expor os motivos pelos quais pretende fazer parte do CMAS.

Parágrafo único - A ordem da apresentação será por meio da classificação, conforme ordem de inscrição no dia do evento, bem como, obedecendo a ordem por segmentos: 1. Entidades e Organizações de Assistência Social, 2. Representantes de usuários; 3. Representantes de Trabalhadores, conforme estabelecido no art. 3º deste Edital.

Art. 11º - Após as apresentações, os Representantes da Comissão e da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social dividirão os participantes em 03 grupos conforme cada segmento e farão o processo de escolha para composição do CMAS no biênio 2013/2015, sendo cada grupo coordenado por um membro da Comissão de Eleição do CMAS.

Art. 12º - A Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social apresentará aos presentes os nomes dos eleitos definidos pelos grupos, sendo o resultado registrado em ata e assinado por todos os presentes.

Da Proclamação dos Eleitos

Art. 13º - Serão proclamados eleitos, os representantes definidos pelo Fórum de Eleição, sendo titular e suplente.

Art. 14º - O resultado final do Fórum de Eleição será divulgado até 24 de Maio de 2013 no site: www.campoalegre.sc.gov.br.

Da Posse dos eleitos

Art. 15º - A posse dos eleitos dar-se-á na próxima reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social a ser realizada em 27 de Maio de 2013.

Das Disposições Finais

Art. 16º - A função de membro de Conselho é considerada de interesse público relevante e não remunerado.

Art. 17º - Os conselheiros terão as seguintes responsabilidades:

- I. Participar de reuniões ordinárias mensalmente, segundo o cronograma fixado pela plenária no início de cada exercício;
- II. Participar de reuniões extraordinárias conforme convocação da mesa diretora ou por requerimento de 2/3 (dois terços) de seus membros;
- III. Conhecer e cumprir o regimento interno e demais legislações em vigor.

Art. 18º - Casos omissos serão avaliados pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Assistência Social.

KARINA TERESINHA MUEHLBAUER
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre

Campos Novos

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 77/2013

CONTRATO Nº 77/2013

TERMO ADITIVO 01/2013 DO CONTRATO ORIGINAL Nº 51/2012

O Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 08.595.042/0001-24, representado por seu Gestor o Sr. Nelson Luiz de Paula, e a empresa ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº. 03.377.072/0001-40, com amparo no Art. 65, II da Lei nº 8.666/93, resolvem pactuar este Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas:

PRIMEIRA: As partes ratificam o prazo do contrato original constante no originário do Processo Licitatório 05/2012 - Modalidade TP 01/2012 de 07/03/2012, prorrogando-o por mais 05 (cinco) meses.

SEGUNDA: O valor do contrato original permanece sem alterações.

TERCEIRA: - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão a conta dos itens orçamentários: Código reduzido dotação: 5 e 32, 4.4.90.51.99.00.00.00.0.1.0063.0- 146 Obras, reformas e Ampliações.

QUARTA: As demais cláusulas do contrato administrativo original nº 51/2012, permanecem inalteradas.

E por estarem certos e para que surtam efeitos legais, foi lavrado este termo em duas vias de igual teor que vai assinado pelas partes e por testemunhas.

Campos Novos, 03 de Abril de 2013.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

NELSON LUIZ DE PAULA

Gestor

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ nº. 03.377.072/0001-40

Testemunhas:

CPF:

CPF:

Extrato Nº 78/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE COMPRA E VENDA Nº 78/2013
Pelo presente Contrato Administrativo de Compra e Venda integrante do Processo Licitatório "Pregão Presencial nº 13/2013", de um lado o Município de Campos Novos, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Nelson Luiz de Paula, e de outro a empresa DIPAR, com sede na Rua Coronel Farrapos, 1073, Bairro Centro, campos Novos - SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. 82.803.230/0001-53, tem justo e acordado o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 - A segunda das acima qualificadas, de ora em diante denominada de VENDEDORA, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 13/2013 obriga-se a vender a primeira das acima qualificadas, denominada de ora em diante de FUNDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO E EXPEDIENTE PARA



USO NAS ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.

Cláusula 2ª - DA ENTREGA

2.1 - A entrega dos itens deverá ocorrer de forma parcelada de acordo com necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, a Proponente Vencedora deverá proceder à entrega dos itens em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais.

Cláusula 3ª - DAS OBRIGAÇÕES DA VENDEDORA

3.1 - Entregar o objeto contratado de acordo com o previsto na cláusula 2ª, e nas condições, no preço e nos prazos estabelecidos no Edital de Pregão nº 13/2013;

3.2 - Garantir a qualidade do produto contratado;

3.3 - Substituir imediatamente o produto se estiver fora das especificações técnicas contidas no anexo 2.

3.4 - Fornecer toda e qualquer informação e orientação técnica ao FUNDO para o bom emprego e utilização do produto vendido.

3.5 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.6 - Não transferir a terceiros, em todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

Cláusula 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO

4.1 - Fiscalizar e controlar a entrega, comunicando a VENDEDORA, qualquer irregularidade constatada no produto entregue;

4.2 - Efetuar o (s) pagamento (s) segundo os prazos e condições estabelecidas neste Contrato.

Cláusula 5ª - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão a conta dos itens orçamentários:

3.3.90.30.16.00.00.00 0161.0 - Aquisição de Material de expediente do orçamento vigente.

Cláusula 6ª - DO PREÇO

O preço total contratado por este instrumento, de acordo com proposta apresentada pela VENDEDORA no processo licitatório é de R\$ 2.630,40 (dois mil seiscentos e trinta reais e quarenta centavos).

Cláusula 7ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após entrega da respectiva Nota Fiscal no Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos-SC, salientando que os preços não sofrerão reajustes.

Cláusula 8ª - DOS PRAZOS CONTRATUAIS

A VENDEDORA deverá comparecer ao Setor de Compras do Fundo Municipal de Saúde, até 02 (dois) dias após a comunicação do resultado da licitação para assinatura do presente instrumento, sendo a vigência do Contrato até 31/12/2013 ou o consumo total dos produtos e das quantidades licitadas conforme item 2.1 do Edital de Pregão nº 13/2013, respeitada as determinações do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 9ª - DA RESCISÃO E DA REVOGAÇÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente por iniciativa do FUNDO, atendida sempre a conveniência administrativa, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a VENDEDORA, qualquer espécie de indenização.

9.2 - A critério do FUNDO, caberá ainda rescisão deste CONTRATO, quando a VENDEDORA:

9.2.1 - Não cumprir qualquer das diretrizes contratuais;

9.2.2 - Transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do FUNDO;

9.2.3 - Entrar em concordata ou falência, resultando no inadimplemento das obrigações constantes desse instrumento e no ato que o originou;

9.3 - Ocorrendo a rescisão prevista nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, a VENDEDORA responderá por perdas e danos;

9.4 - O presente instrumento poderá ser rescindido também por mútuo consenso das partes;

9.5 - Fica ressalvado ao FUNDO o direito de revogar o presente instrumento por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, incorrendo em tal hipótese, direito da VENDEDORA de receber qualquer indenização ou reparação.

Cláusula 10ª - DAS SANÇÕES

O descumprimento por parte da VENDEDORA de qualquer das cláusulas do presente Contrato ou mesmo do ato que o originou, implicará numa multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor integral do Contrato, além da responsabilidade civil que advir da irregularidade por perdas e danos ao Município, bem como da suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e declaração de inidoneidade.

Ainda Ficam impedidos de licitar pelo prazo de até 5 (cinco) anos, os licitantes que:

I - ensejarem o retardamento da execução deste pregão;

II - não mantiverem a proposta, injustificadamente;

III - fazer declarações falsas;

IV - falharem ou fraudarem na execução do contrato;

V - pelo fornecimento de mercadorias em desconformidade com o especificado;

VI - pela não substituição, no prazo estipulado, das mercadorias recusadas;

VII - pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste pregão;

VIII - Além das penalidades previstas nos incisos anteriores, o município poderá aplicar ao licitante vencedor as sanções previstas no Art.87 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 11ª - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos Novos, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

E, por assim estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presentes, para que fazendo parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 13/2013, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos Novos, 10 de Abril de 2013.

MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS DIPAR

NELSON LUIZ DE PAULA

CNPJ 82.803.230/0001-53

Secretário Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____

CPF:

CPF:

Extrato Nº 79/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE COMPRA E VENDA Nº 79/2013
Pelo presente Contrato Administrativo de Compra e Venda integrante do Processo Licitatório "Pregão Presencial nº 13/2013", de um lado o Município de Campos Novos, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Nelson Luiz de Paula, e de outro a empresa L.A.INFORMATICA E SUP P/ ESCRITORIO LTDA, com sede na Rua Marechal Deodoro, 337, Bairro Centro, campos Novos - SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério

da Fazenda sob nº. 11.924.851/0001-47, tem justo e acordado o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 - A segunda das acima qualificadas, de ora em diante denominada de VENDEDORA, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 13/2013 obriga-se a vender a primeira das acima qualificadas, denominada de ora em diante de FUNDO-AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO E EXPEDIENTE PARA USO NAS ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.

Cláusula 2ª - DA ENTREGA

2.1 - A entrega dos itens deverá ocorrer de forma parcelada de acordo com necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, a Proponente Vencedora devesse proceder à entrega dos itens em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais.

Cláusula 3ª - DAS OBRIGAÇÕES DA VENDEDORA

3.1 - Entregar o objeto contratado de acordo com o previsto na cláusula 2ª, e nas condições, no preço e nos prazos estabelecidos no Edital de Pregão nº 13/2013;

3.2 - Garantir a qualidade do produto contratado;

3.3 - Substituir imediatamente o produto se estiver fora das especificações técnicas contidas no anexo 2.

3.4 - Fornecer toda e qualquer informação e orientação técnica ao FUNDO para o bom emprego e utilização do produto vendido.

3.5 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.6 - Não transferir a terceiros, em todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

Cláusula 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO

4.1 - Fiscalizar e controlar a entrega, comunicando a VENDEDORA, qualquer irregularidade constatada no produto entregue;

4.2 - Efetuar o (s) pagamento (s) segundo os prazos e condições estabelecidas neste Contrato.

Cláusula 5ª - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão a conta dos itens orçamentários:

3.3.90.30.16.00.00.00 0161.0 - Aquisição de Material de expediente do orçamento vigente.

Cláusula 6ª - DO PREÇO

O preço total contratado por este instrumento, de acordo com proposta apresentada pela VENDEDORA no processo licitatório é de R\$ 2.123,00 (dois mil cento e vinte e três reais).

Cláusula 7ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após entrega da respectiva Nota Fiscal no Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos-SC, salientando que os preços não sofrerão reajustes.

Cláusula 8ª - DOS PRAZOS CONTRATUAIS

A VENDEDORA deverá comparecer ao Setor de Compras do Fundo Municipal de Saúde, até 02 (dois) dias após a comunicação do resultado da licitação para assinatura do presente instrumento, sendo a vigência do Contrato até 31/12/2013 ou o consumo total dos produtos e das quantidades licitadas conforme item 2.1 do Edital de Pregão nº 13/2013, respeitada as determinações do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 9ª - DA RESCISÃO E DA REVOGAÇÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente por iniciativa do FUNDO, atendida sempre a conveniência

administrativa, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a VENDEDORA, qualquer espécie de indenização.

9.2 - A critério do FUNDO, caberá ainda rescisão deste CONTRATO, quando a VENDEDORA:

9.2.1 - Não cumprir qualquer das diretrizes contratuais;

9.2.2 - Transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do FUNDO;

9.2.3 - Entrar em concordata ou falência, resultando no inadimplemento das obrigações constantes desse instrumento e no ato que o originou;

9.3 - Ocorrendo a rescisão prevista nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, a VENDEDORA responderá por perdas e danos;

9.4 - O presente instrumento poderá ser rescindido também por mútuo consenso das partes;

9.5 - Fica ressalvado ao FUNDO o direito de revogar o presente instrumento por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, incorrendo em tal hipótese, direito da VENDEDORA de receber qualquer indenização ou reparação.

Cláusula 10ª - DAS SANÇÕES

O descumprimento por parte da VENDEDORA de qualquer das cláusulas do presente Contrato ou mesmo do ato que o originou, implicará numa multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor integral do Contrato, além da responsabilidade civil que advir da irregularidade por perdas e danos ao Município, bem como da suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e declaração de inidoneidade.

Ainda Ficam impedidos de licitar pelo prazo de até 5 (cinco) anos, os licitantes que:

I - ensejarem o retardamento da execução deste pregão;

II - não mantiverem a proposta, injustificadamente;

III - fazer declarações falsas;

IV - falharem ou fraudarem na execução do contrato;

V - pelo fornecimento de mercadorias em desconformidade com o especificado;

VI - pela não substituição, no prazo estipulado, das mercadorias recusadas;

VII - pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste pregão;

VIII - Além das penalidades previstas nos incisos anteriores, o município poderá aplicar ao licitante vencedor as sanções previstas no Art.87 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 11ª - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos Novos, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

E, por assim estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presentes, para que fazendo parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 13/2013, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos Novos, 10 de Abril de 2013.

MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

NELSON LUIZ DE PAULA

Secretário Municipal de Saúde

L.A. INFORM E SUP P/ ESC LTDA

CNPJ 11.924.851/0001-47

TESTEMUNHAS:

1) _____ 2) _____

CPF: _____ CPF: _____

Extrato Nº 80/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE COMPRA E VENDA Nº 80/2013
Pelo presente Contrato Administrativo de Compra e Venda integrante do Processo Licitatório "Pregão Presencial nº 13/2013", de um lado o Município de Campos Novos, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Nelson Luiz de Paula, e de outro a empresa OBJETIVA COM EQUIP LTDA ME, com sede na Rua Silvino Ciarini, 530, Bairro Industriais, Concordia - SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. 11.499.653/0001-83, tem justo e acordado o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 - A segunda das acima qualificadas, de ora em diante denominada de VENDEDORA, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 13/2013 obriga-se a vender a primeira das acima qualificadas, denominada de ora em diante de FUNDO-AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO E EXPEDIENTE PARA USO NAS ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.

Cláusula 2ª - DA ENTREGA

2.1 - A entrega dos itens deverá ocorrer de forma parcelada de acordo com necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, a Proponente Vencedora deverá proceder à entrega dos itens em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais.

Cláusula 3ª - DAS OBRIGAÇÕES DA VENDEDORA

3.1 - Entregar o objeto contratado de acordo com o previsto na cláusula 2ª, e nas condições, no preço e nos prazos estabelecidos no Edital de Pregão nº 13/2013;
3.2 - Garantir a qualidade do produto contratado;
3.3 - Substituir imediatamente o produto se estiver fora das especificações técnicas contidas no anexo 2.
3.4 - Fornecer toda e qualquer informação e orientação técnica ao FUNDO para o bom emprego e utilização do produto vendido.
3.5 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
3.6 - Não transferir a terceiros, em todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

Cláusula 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO

4.1 - Fiscalizar e controlar a entrega, comunicando a VENDEDORA, qualquer irregularidade constatada no produto entregue;
4.2 - Efetuar o (s) pagamento (s) segundo os prazos e condições estabelecidas neste Contrato.

Cláusula 5ª - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão a conta dos itens orçamentários:
3.3.90.30.16.00.00.00 0161.0 - Aquisição de Material de expediente do orçamento vigente.

Cláusula 6ª - DO PREÇO

O preço total contratado por este instrumento, de acordo com proposta apresentada pela VENDEDORA no processo licitatório é de R\$ 5.343,30 (cinco mil trezentos e quarenta e três reais e trinta centavos).

Cláusula 7ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após entrega da respectiva Nota Fiscal no Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos-SC, salientando que os preços não sofrerão reajustes.

Cláusula 8ª - DOS PRAZOS CONTRATUAIS

A VENDEDORA deverá comparecer ao Setor de Compras do Fundo Municipal de Saúde, até 02 (dois) dias após a comunicação do resultado da licitação para assinatura do presente instrumento, sendo a vigência do Contrato até 31/12/2013 ou o consumo total dos produtos e das quantidades licitadas conforme item 2.1 do Edital de Pregão nº 13/2013, respeitada as determinações do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 9ª - DA RESCISÃO E DA REVOGAÇÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente por iniciativa do FUNDO, atendida sempre a conveniência administrativa, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a VENDEDORA, qualquer espécie de indenização.

9.2 - A critério do FUNDO, caberá ainda rescisão deste CONTRATO, quando a VENDEDORA:

9.2.1 - Não cumprir qualquer das diretrizes contratuais;

9.2.2 - Transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do FUNDO;

9.2.3 - Entrar em concordata ou falência, resultando no inadimplemento das obrigações constantes desse instrumento e no ato que o originou;

9.3 - Ocorrendo a rescisão prevista nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, a VENDEDORA responderá por perdas e danos;

9.4 - O presente instrumento poderá ser rescindido também por mútuo consenso das partes;

9.5 - Fica ressalvado ao FUNDO o direito de revogar o presente instrumento por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, incorrendo em tal hipótese, direito da VENDEDORA de receber qualquer indenização ou reparação.

Cláusula 10ª - DAS SANÇÕES

O descumprimento por parte da VENDEDORA de qualquer das cláusulas do presente Contrato ou mesmo do ato que o originou, implicará numa multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor integral do Contrato, além da responsabilidade civil que advir da irregularidade por perdas e danos ao Município, bem como da suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e declaração de inidoneidade.

Ainda Ficam impedidos de licitar pelo prazo de até 5 (cinco) anos, os licitantes que:

I - ensejarem o retardamento da execução deste pregão;

II - não mantiverem a proposta, injustificadamente;

III - fazer declarações falsas;

IV - falharem ou fraudarem na execução do contrato;

V - pelo fornecimento de mercadorias em desconformidade com o especificado;

VI - pela não substituição, no prazo estipulado, das mercadorias recusadas;

VII - pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste pregão;

VIII - Além das penalidades previstas nos incisos anteriores, o município poderá aplicar ao licitante vencedor as sanções previstas no Art.87 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 11ª - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos Novos, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

E, por assim estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presentes, para que fazendo parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 13/2013, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos Novos, 10 de Abril de 2013.
MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

NELSON LUIZ DE PAULA
Secretário Municipal de Saúde

OBJETIVA COM EQUIP LTDA ME
CNPJ 11.499.653/0001-83

TESTEMUNHAS:

1) _____ 2) _____
CPF: _____ CPF: _____

Extrato Nº 81/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE COMPRA E VENDA Nº 81/2013
Pelo presente Contrato Administrativo de Compra e Venda integrante do Processo Licitatório "Pregão Presencial nº 13/2013", de um lado o Município de Campos Novos, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Nelson Luiz de Paula, e de outro a empresa ROBERTO TESSARO & CIA LTDA, com sede na Avenida XV de Novembro, 818, Joaçaba - SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. 85.248.680/0001-10, tem justo e acordado o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 - A segunda das acima qualificadas, de ora em diante denominada de VENDEDORA, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 13/2013 obriga-se a vender a primeira das acima qualificadas, denominada de ora em diante de FUNDO-AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO E EXPEDIENTE PARA USO NAS ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.

Cláusula 2ª - DA ENTREGA

2.1 - A entrega dos itens deverá ocorrer de forma parcelada de acordo com necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, a Proponente Vencedora deverá proceder à entrega dos itens em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais.

Cláusula 3ª - DAS OBRIGAÇÕES DA VENDEDORA

3.1 - Entregar o objeto contratado de acordo com o previsto na cláusula 2ª, e nas condições, no preço e nos prazos estabelecidos no Edital de Pregão nº 13/2013;
3.2 - Garantir a qualidade do produto contratado;
3.3 - Substituir imediatamente o produto se estiver fora das especificações técnicas contidas no anexo 2.
3.4 - Fornecer toda e qualquer informação e orientação técnica ao FUNDO para o bom emprego e utilização do produto vendido.
3.5 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
3.6 - Não transferir a terceiros, em todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

Cláusula 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO

4.1 - Fiscalizar e controlar a entrega, comunicando a VENDEDORA, qualquer irregularidade constatada no produto entregue;
4.2 - Efetuar o (s) pagamento (s) segundo os prazos e condições estabelecidas neste Contrato.

Cláusula 5ª - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão a conta dos itens orçamentários:
3.3.90.30.16.00.00.00 0161.0 - Aquisição de Material de expediente do orçamento vigente.

Cláusula 6ª - DO PREÇO

O preço total contratado por este instrumento, de acordo com

proposta apresentada pela VENDEDORA no processo licitatório é de R\$ 5.971,70 (cinco mil novecentos e setenta e um reais e setenta centavos).

Cláusula 7ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após entrega da respectiva Nota Fiscal no Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos-SC, salientando que os preços não sofrerão reajustes.

Cláusula 8ª - DOS PRAZOS CONTRATUAIS

A VENDEDORA deverá comparecer ao Setor de Compras do Fundo Municipal de Saúde, até 02 (dois) dias após a comunicação do resultado da licitação para assinatura do presente instrumento, sendo a vigência do Contrato até 31/12/2013 ou o consumo total dos produtos e das quantidades licitadas conforme item 2.1 do Edital de Pregão nº 13/2013, respeitada as determinações do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 9ª - DA RESCISÃO E DA REVOGAÇÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente por iniciativa do FUNDO, atendida sempre a conveniência administrativa, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a VENDEDORA, qualquer espécie de indenização.

9.2 - A critério do FUNDO, caberá ainda rescisão deste CONTRATO, quando a VENDEDORA:

9.2.1 - Não cumprir qualquer das diretrizes contratuais;
9.2.2 - Transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do FUNDO;
9.2.3 - Entrar em concordata ou falência, resultando no inadimplemento das obrigações constantes desse instrumento e no ato que o originou;

9.3 - Ocorrendo a rescisão prevista nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, a VENDEDORA responderá por perdas e danos;

9.4 - O presente instrumento poderá ser rescindido também por mútuo consenso das partes;

9.5 - Fica ressalvado ao FUNDO o direito de revogar o presente instrumento por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, incorrendo em tal hipótese, direito da VENDEDORA de receber qualquer indenização ou reparação.

Cláusula 10ª - DAS SANÇÕES

O descumprimento por parte da VENDEDORA de qualquer das cláusulas do presente Contrato ou mesmo do ato que o originou, implicará numa multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor integral do Contrato, além da responsabilidade civil que advir da irregularidade por perdas e danos ao Município, bem como da suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e declaração de inidoneidade.

Ainda Ficam impedidos de licitar pelo prazo de até 5 (cinco) anos, os licitantes que:

I - ensejarem o retardamento da execução deste pregão;

II - não mantiverem a proposta, injustificadamente;

III - fazer declarações falsas;

IV - falharem ou fraudarem na execução do contrato;

V - pelo fornecimento de mercadorias em desconformidade com o especificado;

VI - pela não substituição, no prazo estipulado, das mercadorias recusadas;

VII - pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste pregão;

VIII - Além das penalidades previstas nos incisos anteriores, o município poderá aplicar ao licitante vencedor as sanções previstas no Art.87 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 11ª - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos Novos, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

E, por assim estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presentes, para que fazendo parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 13/2013, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos Novos, 10 de Abril de 2013.

MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

NELSON LUIZ DE PAULA

Secretário Municipal de Saúde

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

CNPJ 11.499.653/0001-83

TESTEMUNHAS:

1) _____ 2) _____

CPF: _____ CPF: _____

Extrato Nº 82/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE COMPRA E VENDA 82/2013

Pelo presente Contrato Administrativo de Compra e Venda integrante do Processo Licitatório "Pregão Presencial nº 14/2013", de um lado o Município de Campos Novos, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Senhor NELSON LUIZ DE PAULA, e de outro a empresa BACKES CONFECÇÕES LTDA ME, com sede na Rua Alwin Wachholz, 860, Bloco B, Blumenau - SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. 01.570.669/0001-81, tem justo e acordado o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 - A segunda das acima qualificadas, de ora em diante denominada de VENDEDORA, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 14/2013 obriga-se a vender a primeira das acima qualificadas, denominada de ora em diante de FUNDO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA FARDAMENTO DOS FUNCIONARIOS DO SAMU, DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.

Cláusula 2ª - DA ENTREGA

2.1 - A entrega dos itens deveram ocorrer dentro de 15 dias a contar da data de homologação, a Proponente Vencedora devera proceder à entrega em ate 05 (cinco) dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais.

Cláusula 3ª - DAS OBRIGAÇÕES DA VENDEDORA

3.1 - Entregar o material contratado de acordo com o previsto na cláusula 2ª, e nas condições, no preço e nos prazos estabelecidos no Edital de Pregão nº 14/2013;

3.2 - Garantir a qualidade do produto contratado;

3.3 - Substituir imediatamente os produtos que se apresentarem fora das especificações técnicas;

3.4 - Fornecer toda e qualquer informação e orientação técnica ao FUNDO para o bom emprego e utilização do produto vendido.

3.5 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.6 - Não transferir a terceiros, em todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

Cláusula 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.1 - Fiscalizar e controlar a entrega, comunicando a VENDEDORA, qualquer irregularidade constatada no produto entregue;

4.2 - Efetuar o (s) pagamento (s) segundo os prazos e condições estabelecidas neste Contrato.

Cláusula 5ª - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão a conta dos itens orçamentários:

Código reduzido dotação: 01

3.3.90.30.28.00.00.00 - Material e Proteção e Segurança

Cláusula 6ª - DO PREÇO

O preço total contratado por este instrumento, de acordo com proposta apresentada pela VENDEDORA no processo licitatório é de R\$ 5.475,00 (cinco mil quatrocentos e setenta e cinco reais).

Cláusula 7ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após entrega da respectiva Nota Fiscal no Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos-SC, salientando que os preços não sofrerão reajustes.

Cláusula 8ª - DOS PRAZOS CONTRATUAIS

A VENDEDORA deverá comparecer ao Setor de Compras do Fundo Municipal de Saúde, até 02 (dois) dias após a comunicação do resultado da licitação para assinatura do presente instrumento, sendo a vigência do Contrato até o consumo total dos produtos e das quantidades licitadas conforme item 2.1 do Edital de Pregão nº 14/2013, respeitada as determinações do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 9ª - DA RESCISÃO E DA REVOGAÇÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente por iniciativa do FUNDO, atendida sempre a conveniência administrativa, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a VENDEDORA, qualquer espécie de indenização.

9.2 - A critério do FUNDO, caberá ainda rescisão deste CONTRATO, quando a VENDEDORA:

9.2.1 - Não cumprir qualquer das diretrizes contratuais;

9.2.2 - Transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do FUNDO;

9.2.3 - Entrar em concordata ou falência, resultando no inadimplemento das obrigações constantes desse instrumento e no ato que o originou;

9.3 - Ocorrendo a rescisão prevista nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, a VENDEDORA responderá por perdas e danos;

9.4 - O presente instrumento poderá ser rescindido também por mutuo consenso das partes;

9.5 - Fica ressalvado ao FUNDO o direito de revogar o presente instrumento por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, incorrendo em tal hipótese, direito da VENDEDORA de receber qualquer indenização ou reparação.

Cláusula 10ª - DAS SANÇÕES

O descumprimento por parte da VENDEDORA de qualquer das cláusulas do presente Contrato ou mesmo do ato que o originou, implicará numa multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor integral do Contrato, além da responsabilidade civil que advir da irregularidade por perdas e danos ao Município, bem como da suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e declaração de inidoneidade.

Ainda Ficam impedidos de licitar pelo prazo de até 5 (cinco) anos, os licitantes que:

I - ensejarem o retardamento da execução deste pregão;

II - não mantiverem a proposta, injustificadamente;

III - fazer declarações falsas;

IV - falharem ou fraudarem na execução do contrato;

V - pelo fornecimento de mercadorias em desconformidade com o especificado;

VI - pela não substituição, no prazo estipulado, das mercadorias recusadas;

VII - pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste pregão;

VIII - Além das penalidades previstas nos incisos anteriores, o município poderá aplicar ao licitante vencedor as sanções previstas no Art.87 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 11ª - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos Novos, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

E, por assim estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presentes, para que fazendo parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 14/2013, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos Novos, 11 de Abril de 2013.

MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

NELSON LUIZ DE PAULA

Secretária Municipal de Saúde

BACKES CONFECÇÕES LTDA ME

CNPJ 01.570.669/0001-81

TESTEMUNHAS:

1) _____

CPF: _____

2) _____

CPF: _____

Extrato Nº 83/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE COMPRA E VENDA 83/2013

Pelo presente Contrato Administrativo de Compra e Venda integrante do Processo Licitatório "Pregão Presencial nº 14/2013", de um lado o Município de Campos Novos, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Senhor NELSON LUIZ DE PAULA, e de outro a empresa DINASTIA DO SOL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, com sede na Rua São Jorge, 26, Bairro Caminho Novo, Palhoça - SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. 06.324.687/0001-05, tem justo e acordado o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 - A segunda das acima qualificadas, de ora em diante denominada de VENDEDORA, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 14/2013 obriga-se a vender a primeira das acima qualificadas, denominada de ora em diante de Fundo: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA FARDAMENTO DOS FUNCIONARIOS DO SAMU, DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.

Cláusula 2ª - DA ENTREGA

2.1 - A entrega dos itens deveram ocorrer dentro de 15 dias a contar da data de homologação, a Proponente Vencedora devera proceder à entrega em ate 05 (cinco) dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais.

Cláusula 3ª - DAS OBRIGAÇÕES DA VENDEDORA

3.1 - Entregar o material contratado de acordo com o previsto na cláusula 2ª, e nas condições, no preço e nos prazos estabelecidos no Edital de Pregão nº 14/2013;

3.2 - Garantir a qualidade do produto contratado;

3.3 - Substituir imediatamente os produtos que se apresentarem fora das especificações técnicas;

3.4 - Fornecer toda e qualquer informação e orientação técnica ao FUNDO para o bom emprego e utilização do produto vendido.

3.5 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.6 - Não transferir a terceiros, em todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

Cláusula 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.1 - Fiscalizar e controlar a entrega, comunicando a VENDEDORA, qualquer irregularidade constatada no produto entregue;

4.2 - Efetuar o (s) pagamento (s) segundo os prazos e condições estabelecidas neste Contrato.

Cláusula 5ª - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão a conta dos itens orçamentários:

Código reduzido dotação: 01

3.3.90.30.28.00.00.00 - Material e Proteção e Segurança

Cláusula 6ª - DO PREÇO

O preço total contratado por este instrumento, de acordo com proposta apresentada pela VENDEDORA no processo licitatório é de R\$ 2.942,50 (dois mil novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

Cláusula 7ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após entrega da respectiva Nota Fiscal no Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos-SC, salientando que os preços não sofrerão reajustes.

Cláusula 8ª - DOS PRAZOS CONTRATUAIS

A VENDEDORA deverá comparecer ao Setor de Compras do Fundo Municipal de Saúde, até 02 (dois) dias após a comunicação do resultado da licitação para assinatura do presente instrumento, sendo a vigência do Contrato até o consumo total dos produtos e das quantidades licitadas conforme item 2.1 do Edital de Pregão nº 14/2013, respeitada as determinações do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 9ª - DA RESCISÃO E DA REVOGAÇÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente por iniciativa do FUNDO, atendida sempre a conveniência administrativa, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a VENDEDORA, qualquer espécie de indenização.

9.2 - A critério do FUNDO, caberá ainda rescisão deste CONTRATO, quando a VENDEDORA:

9.2.1 - Não cumprir qualquer das diretrizes contratuais;

9.2.2 - Transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do FUNDO;

9.2.3 - Entrar em concordata ou falência, resultando no inadimplemento das obrigações constantes desse instrumento e no ato que o originou;

9.3 - Ocorrendo a rescisão prevista nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, a VENDEDORA responderá por perdas e danos;

9.4 - O presente instrumento poderá ser rescindido também por mutuo consenso das partes;

9.5 - Fica ressalvado ao FUNDO o direito de revogar o presente instrumento por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, incorrendo em tal hipótese, direito da VENDEDORA de receber qualquer indenização ou reparação.

Cláusula 10ª - DAS SANÇÕES

O descumprimento por parte da VENDEDORA de qualquer das cláusulas do presente Contrato ou mesmo do ato que o originou, implicará numa multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor integral do Contrato, além da responsabilidade civil que advir da irregularidade por perdas e danos ao Município, bem como da suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e declaração de inidoneidade.

Ainda Ficam impedidos de licitar pelo prazo de até 5 (cinco) anos, os licitantes que:

I - ensejarem o retardamento da execução deste pregão;

II - não mantiverem a proposta, injustificadamente;

III - fazer declarações falsas;

IV - falharem ou fraudarem na execução do contrato;

V - pelo fornecimento de mercadorias em desconformidade com o especificado;

VI - pela não substituição, no prazo estipulado, das mercadorias recusadas;

VII - pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste pregão;

VIII - Além das penalidades previstas nos incisos anteriores, o município poderá aplicar ao licitante vencedor as sanções previstas no Art.87 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 11ª - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos Novos, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

E, por assim estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presentes, para que fazendo parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 14/2013, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos Novos, 11 de Abril de 2013.

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

Secretária Municipal de Saúde

DINASTIA DO SOL IND E COM LTDA NELSON LUIZ DE PAULA
CNPJ 06.324.687/0001-05

TESTEMUNHAS:

1) _____

CPF:

2) _____

CPF:

Extrato Nº 84/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE COMPRA E VENDA 84/2013

Pelo presente Contrato Administrativo de Compra e Venda integrante do Processo Licitatório "Pregão Presencial nº 15/2013", de um lado o Município de Campos Novos, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Senhor NELSON LUIZ DE PAULA, e de outro a empresa L.A. INFORMATICA E SUP P/ ESC LTDA, com sede na Rua Marechal Deodoro, 337, centro, Campos Novos - SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. 11.924.851/0001-47, tem justo e acordado o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 - A segunda das acima qualificadas, de ora em diante denominada de VENDEDORA, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 15/2013 obriga-se a vender a primeira das acima qualificadas, denominada de ora em diante de FUNDO: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE RODAS, DE BANHO, ANDADORES E MULETAS PARA EMPRESTIMO POR TEMPO INDETERMINADO A PESSOAS DO MUNICÍPIO QUE NECESSITAM DEVIDO A PROBLEMAS DE SAUDE

Cláusula 2ª - DA ENTREGA

2.1 - A entrega dos itens deveram ocorrer de forma parcelada de acordo com necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, a Proponente Vencedora devera proceder à entrega em ate 05 (cinco) dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais.

Cláusula 3ª - DAS OBRIGAÇÕES DA VENDEDORA

3.1 - Entregar o material contratado de acordo com o previsto na cláusula 2ª, e nas condições, no preço e nos prazos estabelecidos no Edital de Pregão nº 15/2013;

3.2 - Garantir a qualidade do produto contratado;

3.3 - Substituir imediatamente os produtos que se apresentarem fora das especificações técnicas;

3.4 - Fornecer toda e qualquer informação e orientação técnica ao FUNDO para o bom emprego e utilização do produto vendido.

3.5 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.6 - Não transferir a terceiros, em todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

Cláusula 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.1 - Fiscalizar e controlar a entrega, comunicando a VENDEDORA, qualquer irregularidade constatada no produto entregue;

4.2 - Efetuar o (s) pagamento (s) segundo os prazos e condições estabelecidas neste Contrato.

Cláusula 5ª - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão a conta dos itens orçamentários:

Código reduzido dotação: 01

4.4.90.52.08.00.00.00 - Equipamentos Permanentes

Cláusula 6ª - DO PREÇO

O preço total contratado por este instrumento, de acordo com proposta apresentada pela VENDEDORA no processo licitatório é de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Cláusula 7ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após entrega da respectiva Nota Fiscal no Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos-SC, salientando que os preços não sofrerão reajustes.

Cláusula 8ª - DOS PRAZOS CONTRATUAIS

A VENDEDORA deverá comparecer ao Setor de Compras do Fundo Municipal de Saúde, até 02 (dois) dias após a comunicação do resultado da licitação para assinatura do presente instrumento, sendo a vigência do Contrato até o consumo total dos produtos e das quantidades licitadas conforme item 2.1 do Edital de Pregão nº 15/2013, respeitada as determinações do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 9ª - DA RESCISÃO E DA REVOGAÇÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente por iniciativa do FUNDO, atendida sempre a conveniência administrativa, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a VENDEDORA, qualquer espécie de indenização.

9.2 - A critério do FUNDO, caberá ainda rescisão deste CONTRATO, quando a VENDEDORA:

9.2.1 - Não cumprir qualquer das diretrizes contratuais;

9.2.2 - Transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do FUNDO;

9.2.3 - Entrar em concordata ou falência, resultando no inadimplemento das obrigações constantes desse instrumento e no ato que o originou;

9.3 - Ocorrendo a rescisão prevista nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, a VENDEDORA responderá por perdas e danos;

9.4 - O presente instrumento poderá ser rescindido também por mutuo consenso das partes;

9.5 - Fica ressalvado ao FUNDO o direito de revogar o presente instrumento por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, incorrendo em tal hipótese, direito da VENDEDORA de receber qualquer indenização ou reparação.

Cláusula 10ª - DAS SANÇÕES

O descumprimento por parte da VENDEDORA de qualquer das cláusulas do presente Contrato ou mesmo do ato que o originou, implicará numa multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor integral do Contrato, além da responsabilidade civil que advir da irregularidade por perdas e danos ao Município, bem como da suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e declaração de inidoneidade.

Ainda Ficam impedidos de licitar pelo prazo de até 5 (cinco) anos, os licitantes que:

I - ensejarem o retardamento da execução deste pregão;

II - não mantiverem a proposta, injustificadamente;

III - fazer declarações falsas;

IV - falharem ou fraudarem na execução do contrato;

V - pelo fornecimento de mercadorias em desconforme com o especificado;

VI - pela não substituição, no prazo estipulado, das mercadorias recusadas;

VII - pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste pregão;

VIII - Além das penalidades previstas nos incisos anteriores, o município poderá aplicar ao licitante vencedor as sanções previstas no Art.87 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 11ª - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos Novos, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

E, por assim estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presentes, para que fazendo parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 15/2013, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos Novos, 12 de Abril de 2013.

MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

NELSON LUIZ DE PAULA

Secretária Municipal de Saúde

L A INFORMATICA E SUP P/ ESC LT

CNPJ 11.924.851/0001-47

TESTEMUNHAS:

1) _____

CPF:

2) _____

CPF:

Extrato Nº 85/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE COMPRA E VENDA 85/2013

Pelo presente Contrato Administrativo de Compra e Venda integrante do Processo Licitatório "Pregão Presencial nº 15/2013", de um lado o Município de Campos Novos, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Senhor NELSON LUIZ DE PAULA, e de outro a empresa METROMED COM DE MAT MED HOSP, com sede na Avenida Barão do Rio Branco, 220, centro, Rio do Sul - SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. 83.157.032/0001-22, tem justo e acordado o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 - A segunda das acima qualificadas, de ora em diante denominada de VENDEDORA, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 15/2013 obriga-se a vender a primeira das acima qualificadas, denominada de ora em diante de FUNDO: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE RODAS, DE BANHO, ANDADORES E MULETAS PARA EMPRESTIMO POR TEMPO INDETERMINADO A PESSOAS DO MUNICIPIO QUE NECESSITAM DEVIDO A PROBLEMAS DE SAUDE

Cláusula 2ª - DA ENTREGA

2.1 - A entrega dos itens deveram ocorrer de forma parcelada de acordo com necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, a Proponente Vencedora devera proceder à entrega em ate 05 (cinco) dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais.

Cláusula 3ª - DAS OBRIGAÇÕES DA VENDEDORA

3.1 - Entregar o material contratado de acordo com o previsto na cláusula 2ª, e nas condições, no preço e nos prazos estabelecidos no Edital de Pregão nº 15/2013;

3.2 - Garantir a qualidade do produto contratado;

3.3 - Substituir imediatamente os produtos que se apresentarem fora das especificações técnicas;

3.4 - Fornecer toda e qualquer informação e orientação técnica ao FUNDO para o bom emprego e utilização do produto vendido.

3.5 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.6 - Não transferir a terceiros, em todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

Cláusula 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.1 - Fiscalizar e controlar a entrega, comunicando a VENDEDORA, qualquer irregularidade constatada no produto entregue;

4.2 - Efetuar o (s) pagamento (s) segundo os prazos e condições estabelecidas neste Contrato.

Cláusula 5ª - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão a conta dos itens orçamentários:

Código reduzido dotação: 01

4.4.90.52.08.00.00.00 - Equipamentos Permanentes

Cláusula 6ª - DO PREÇO

O preço total contratado por este instrumento, de acordo com proposta apresentada pela VENDEDORA no processo licitatório é de R\$ 2.920,00 (dois mil novecentos e vinte reais).

Cláusula 7ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após entrega da respectiva Nota Fiscal no Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos-SC, salientando que os preços não sofrerão reajustes.

Cláusula 8ª - DOS PRAZOS CONTRATUAIS

A VENDEDORA deverá comparecer ao Setor de Compras do Fundo Municipal de Saúde, até 02 (dois) dias após a comunicação do resultado da licitação para assinatura do presente instrumento, sendo a vigência do Contrato até o consumo total dos produtos e das quantidades licitadas conforme item 2.1 do Edital de Pregão nº 15/2013, respeitada as determinações do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 9ª - DA RESCISÃO E DA REVOGAÇÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente por iniciativa do FUNDO, atendida sempre a conveniência administrativa, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a VENDEDORA, qualquer espécie de indenização.

9.2 - A critério do FUNDO, caberá ainda resilição deste CONTRATO, quando a VENDEDORA:

9.2.1 - Não cumprir qualquer das diretrizes contratuais;

9.2.2 - Transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do FUNDO;

9.2.3 - Entrar em concordata ou falência, resultando no inadimplimento das obrigações constantes desse instrumento e no ato que o originou;

9.3 - Ocorrendo a rescisão prevista nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, a VENDEDORA responderá por perdas e danos;

9.4 - O presente instrumento poderá ser rescindido também por mutuo consenso das partes;

9.5 - Fica ressalvado ao FUNDO o direito de revogar o presente instrumento por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, incorrendo em tal hipótese, direito da VENDEDORA de receber qualquer indenização ou reparação.

Cláusula 10ª - DAS SANÇÕES

O descumprimento por parte da VENDEDORA de qualquer das cláusulas do presente Contrato ou mesmo do ato que o originou, implicará numa multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor integral do Contrato, além da responsabilidade civil que advir da irregularidade por perdas e danos ao Município, bem como da suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e declaração de inidoneidade.

Ainda Ficam impedidos de licitar pelo prazo de até 5 (cinco) anos, os licitantes que:

I - ensejarem o retardamento da execução deste pregão;

II - não mantiverem a proposta, injustificadamente;

III - fazer declarações falsas;

IV - falharem ou fraudarem na execução do contrato;

V - pelo fornecimento de mercadorias em desconformidade com o especificado;

VI - pela não substituição, no prazo estipulado, das mercadorias recusadas;

VII - pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste pregão;

VIII - Além das penalidades previstas nos incisos anteriores, o

município poderá aplicar ao licitante vencedor as sanções previstas no Art.87 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 11ª - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos Novos, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

E, por assim estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presentes, para que fazendo parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 15/2013, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos Novos, 12 de Abril de 2013.

MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

NELSON LUIZ DE PAULA

Secretária Municipal de Saúde

METROMED COM DE MAT MED HOSP

CNPJ 83.157.032/0001-22

TESTEMUNHAS:

1) _____

CPF: _____

2) _____

CPF: _____

Extrato Nº 86/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE COMPRA E VENDA 86/2013

Pelo presente Contrato Administrativo de Compra e Venda integrante do Processo Licitatório "Pregão Presencial nº 15/2013", de um lado o Município de Campos Novos, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Senhor NELSON LUIZ DE PAULA, e de outro a empresa PROHOSPITAL SUL COM MAT MED E ODONT, com sede na Rua Tuiuti, 165, Sala 04, centro, Rio do Sul - SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. 05.077.346/0001-01, tem justo e acordado o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 - A segunda das acima qualificadas, de ora em diante denominada de VENDEDORA, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 15/2013 obriga-se a vender a primeira das acima qualificadas, denominada de ora em diante de FUNDO: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE RODAS, DE BANHO, ANDADORES E MULETAS PARA EMPRESTIMO POR TEMPO INDETERMINADO A PESSOAS DO MUNICIPIO QUE NECESSITAM DEVIDO A PROBLEMAS DE SAÚDE

Cláusula 2ª - DA ENTREGA

2.1 - A entrega dos itens deveram ocorrer de forma parcelada de acordo com necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, a Proponente Vencedora devera proceder à entrega em ate 05 (cinco) dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais.

Cláusula 3ª - DAS OBRIGAÇÕES DA VENDEDORA

3.1 - Entregar o material contratado de acordo com o previsto na cláusula 2ª, e nas condições, no preço e nos prazos estabelecidos no Edital de Pregão nº 15/2013;

3.2 - Garantir a qualidade do produto contratado;

3.3 - Substituir imediatamente os produtos que se apresentarem fora das especificações técnicas;

3.4 - Fornecer toda e qualquer informação e orientação técnica ao FUNDO para o bom emprego e utilização do produto vendido.

3.5 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.6 - Não transferir a terceiros, em todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

Cláusula 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.1 - Fiscalizar e controlar a entrega, comunicando a VENDEDORA, qualquer irregularidade constatada no produto entregue;

4.2 - Efetuar o (s) pagamento (s) segundo os prazos e condições estabelecidas neste Contrato.

Cláusula 5ª - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão a conta dos itens orçamentários:

Código reduzido dotação: 01

4.4.90.52.08.00.00.00 - Equipamentos Permanentes

Cláusula 6ª - DO PREÇO

O preço total contratado por este instrumento, de acordo com proposta apresentada pela VENDEDORA no processo licitatório é de R\$ 9.135,00 (nove mil cento e trinta e cinco reais).

Cláusula 7ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após entrega da respectiva Nota Fiscal no Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos-SC, salientando que os preços não sofrerão reajustes.

Cláusula 8ª - DOS PRAZOS CONTRATUAIS

A VENDEDORA deverá comparecer ao Setor de Compras do Fundo Municipal de Saúde, até 02 (dois) dias após a comunicação do resultado da licitação para assinatura do presente instrumento, sendo a vigência do Contrato até o consumo total dos produtos e das quantidades licitadas conforme item 2.1 do Edital de Pregão nº 15/2013, respeitada as determinações do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 9ª - DA RESCISÃO E DA REVOGAÇÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente por iniciativa do FUNDO, atendida sempre a conveniência administrativa, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a VENDEDORA, qualquer espécie de indenização.

9.2 - A critério do FUNDO, caberá ainda rescisão deste CONTRATO, quando a VENDEDORA:

9.2.1 - Não cumprir qualquer das diretrizes contratuais;

9.2.2 - Transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do FUNDO;

9.2.3 - Entrar em concordata ou falência, resultando no inadimplemento das obrigações constantes desse instrumento e no ato que o originou;

9.3 - Ocorrendo a rescisão prevista nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, a VENDEDORA responderá por perdas e danos;

9.4 - O presente instrumento poderá ser rescindido também por mutuo consenso das partes;

9.5 - Fica ressalvado ao FUNDO o direito de revogar o presente instrumento por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, incorrendo em tal hipótese, direito da VENDEDORA de receber qualquer indenização ou reparação.

Cláusula 10ª - DAS SANÇÕES

O descumprimento por parte da VENDEDORA de qualquer das cláusulas do presente Contrato ou mesmo do ato que o originou, implicará numa multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor integral do Contrato, além da responsabilidade civil que advir da irregularidade por perdas e danos ao Município, bem como da suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e declaração de inidoneidade.

Ainda Ficam impedidos de licitar pelo prazo de até 5 (cinco) anos, os licitantes que:

I - ensejarem o retardamento da execução deste pregão;

II - não mantiverem a proposta, injustificadamente;

III - fazer declarações falsas;

IV - falharem ou fraudarem na execução do contrato;

V - pelo fornecimento de mercadorias em desconformidade com o especificado;

VI - pela não substituição, no prazo estipulado, das mercadorias recusadas;

VII - pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste

pregão;

VIII - Além das penalidades previstas nos incisos anteriores, o município poderá aplicar ao licitante vencedor as sanções previstas no Art.87 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 11ª - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos Novos, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

E, por assim estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presentes, para que fazendo parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 15/2013, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos Novos, 12 de Abril de 2013.

MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

NELSON LUIZ DE PAULA

Secretária Municipal de Saúde

PROHOSPITAL SUL COM MAT MED E ODONT

CNPJ 05.077.346/0001-01

TESTEMUNHAS:

1) _____

CPF:

2) _____

CPF:

Extrato Nº 87/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 87/2013

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Nereu Ramos, 333, Centro, CNPJ sob o nº 08.595.042/0001-24, Inscrição Estadual Isenta, na cidade de Campos Novos -SC, neste ato, representada pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr NELSON LUIZ DE PAULA, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA,, doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, 134, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, neste ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr., Advogado, portador da cédula de identidade profissional nº 24.7570AB/SC e inscrito no CPF sob nº. 004.770.259-19, com fundamento na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, pactuam o presente contrato de prestação de serviços, mediante às cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso com acessos simultâneo, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação dos sistemas de Contabilidade Pública e Compras e Licitações, em ambiente windows, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidade descritas no Anexo I.

1.2. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

- a) Manutenção legal e corretiva durante o período contratual.
- b) Configuração e parametrização conforme procedimentos do Fundo.
- c) Suporte técnico operacional, exclusivamente nos SISTEMAS contratados.
- d) Serviços de alterações específicas da Fundo, quando solicitado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 12 meses, contados a partir da data de implantação dos sistemas, com vigência até 30/04/2014, podendo ser prorrogado por períodos de 12 (doze)

meses até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares, através de termos aditivos contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- a) Pela locação dos SISTEMAS, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme detalhamento especificado no Anexo II.
- b) Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção, será pago o valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 0,60 (sessenta centavos) o KM rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 110,00 (cento e dez reais) ao dia, apurado em solicitação de serviço, quando exigir a presença do técnico.
- c) O faturamento terá início após a implantação dos SISTEMAS.
- e) O pagamento da licença de uso será efetuado todo dia primeiro do mês subsequente à locação dos SISTEMAS, mediante apresentação da nota fiscal.
- d) O pagamento pelos demais serviços será efetuado em parcela única, em até 15(quinze) dias da conclusão dos respectivos serviços e mediante apresentação da nota fiscal.
- e) Em caso de atraso, incidirá sobre o valor das locações multa de 2% (dois por cento), mais juros de 1% (hum por cento) ao mês, a título de compensação financeira, desde o dia subsequente ao do vencimento até o do seu efetivo pagamento.
- f) Os valores contratados serão corrigidos anualmente de acordo com o IGP-M acumulado no período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da locação do Sistema objeto do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: (09) Recursos Próprios, do orçamento vigente

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

- a) O aplicativo é de propriedade da CONTRATADA, que concede à CONTRATANTE o direito de uso de licenças do(s) Sistema(s), objeto deste contrato, instalada no servidor e em computadores conectados em rede, de acordo com a quantidade de acessos simultâneos indicado no Anexo II.
- b) É vedada a cópia dos sistemas e do gerenciador do Banco de Dados, exceto para fazer backup. Os sistemas estão protegidos pela lei nº. 9.609/98, que prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção e pela lei nº.9.610/98, cuja indenização pode chegar ao valor de 3.000 (três mil) cópias, para cada cópia instalada ilegalmente.
- c) É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do(s) software(s) contratado a um outro usuário, assim como também é a engenharia reversa, a decompilação ou a decompilação do(s) referido(s) sistema(s).
- d) Responsabilidade por danos indiretos: Em nenhuma hipótese a CONTRATADA será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar (o)s referido(s) Sistema(s), ainda que a CONTRATADA tenha sido alertada quanto à possibilidade destes danos.

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

Caberá à CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento pela locação do(s) sistema(s) objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionados, assim como, as despesas referente a solicitação de envio das atualizações pelo correio ou transportadora, inclusive a mídia.
- b) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.
- c) Custear os gastos necessários para implantação, suporte técnico e alterações específicas solicitadas nos sistemas.
- d) Manter pessoal habilitado para operacionalização dos sistemas.

- e) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização dos sistemas licenciados, incluindo:
- e1) assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas
 - e2) manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina,
 - e3) dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.
- f) Digitação das informações necessárias para atingir os resultados esperados do(s) sistema(s).
- g) Conferir os resultados obtidos na utilização do(s) sistema(s) lícito(s). Em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a CONTRATADA em tempo hábil para que esta possa corrigir o problema que for gerado por erro do(s) sistema(s)
- h) Comunicar a CONTRATADA por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, o cancelamento de algum sistema contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

Caberá a CONTRATADA:

- a) Instalar o(s) sistema(s), objeto deste contrato, e treinar os funcionários da CONTRATANTE na utilização do(s) mesmo(s).
- b) Prestar suporte somente na operacionalização dos(s) sistema(s), objeto deste contrato, ao usuário que tenha recebido o devido treinamento.
- c) Manter informado o técnico da CONTRATANTE, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.
- d) Manter os sistemas de acordo com as características do Anexo I.
- e) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos(s) sistema(s), causadas por problemas originados dos fontes dos seus programas.
- f) Tratar como confidenciais, informações e dados contidos no(s) sistema(s) da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante à terceiros.
- g) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

CLÁUSULA OITAVA - DO TREINAMENTO

O treinamento para o usuário operacionalizar o sistema deverá ser realizado dentro de 30 (trinta) dias após sua instalação e obedecerá aos seguintes critérios:

- a) A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados, sendo não mais do que dois usuários por sistema locado.
- b) A CONTRATANTE indicará dois usuários aos quais o treinamento será realizado com características de possibilidade de suporte ao usuário posteriormente.
- c) Definida a equipe de treinamento, a CONTRATADA realizará o treinamento, em uma única etapa, sem obrigação de repetir.
- d) O treinamento constará de apresentação geral do sistema e acompanhamento de toda a documentação em nível de usuário.
- e) O treinamento prático deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta, referente a cada tela, bem como a emissão de relatórios e sua respectiva análise.

CLÁUSULA NONA - DA MANUTENÇÃO NOS SISTEMAS

- a) As modificações de cunho legal impostas pelos órgãos federais e estaduais, serão introduzidas no(s) sistema(s), durante a vigência do contrato, sem ônus para a CONTRATANTE e em prazos compatíveis com a legislação.
- b) Caso não haja tempo hábil para implementar as modificações legais entre a divulgação e o início da vigência das mesmas, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais, até a atualização do(s) sistema(s).
- c) As implementações específicas da CONTRATANTE serão objeto

de negociação.

d) As melhorias e novas funções introduzidas no(s) sistema(s) originalmente licenciado(s) são distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir. Cabe a CONTRATANTE adotar a última versão no prazo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento. Após este prazo a CONTRATADA não mais estará obrigada a fornecer suporte a versão antiga.

e) As atualizações do(s) sistema(s) são disponibilizadas no site [http:// download.betha.com.br/](http://download.betha.com.br/) ou enviadas, pelo correio, desde que solicitada, para o endereço pactuado da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SUPORTE TÉCNICO

10.1. O suporte técnico, após-implantação dos sistemas, deverá ser efetuado por técnico habilitado com o objetivo de:

- a) Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização do(s) sistema(s);
- b) Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança,
- c) Treinar funcionários da CONTRATANTE na operacionalização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc.,
- d) Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas, como: Reconstruir bases de dados danificadas por negligência do cliente; Analisar bases de dados via acesso remoto ou na Betha; Migrar para versões de sistemas que trazem benefícios ao cliente; Alterar fórmulas de cálculo; Desenvolver novos relatórios e documentos, que não estejam no(s) sistema(s) contratado(s) e seja específico do cliente; Desenvolver ATBs específicos para troca de senhas; Analisar as alterações solicitadas para previsão de prazo e orçamento; Desenvolver alterações solicitadas referente a melhorias específicas, exigência legal municipal e serviços no sistema; Outros serviços inerentes ao sistema.

10.2. Este atendimento poderá ser realizado por telefone, fac-símile, internet através de serviços de suporte remoto, ou no ambiente da CONTRATADA, sempre que as alternativas anteriores não resultarem em solução satisfatória.

10.3. O suporte por telefone ou remoto deverão ser atendidos quando feito por funcionários que possuam habilitação para a operação do(s) sistema(s), do equipamento, do sistema operacional e de utilitários.

10.4. As solicitações de alterações do(s) sistema(s), serão cadastradas pelo usuário da CONTRATANTE, no site e-suporte.betha.com.br, devendo estar acompanhada de documentação ou comentário que caracterize o serviço a ser efetuado. Após a execução do serviço, a CONTRATADA disponibilizará no site [ftp://betha.com.br/ download/suporte](ftp://betha.com.br/download/suporte) ou enviará o programa alterado em sua forma executável, via internet ou correio, para os endereços pactuados da CONTRATANTE, que deverá fazer os testes de conformidade, instalar e repassar aos usuários do sistema.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO

A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

- a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de

30 (trinta) dias.

c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO

As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Campos novos - SC para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 2(duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Campos Novos, 02 de maio de 2013.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE BETHA SISTEMAS LTDA.

NELSON LUIZ DE PAULA

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

CPF nº

CPF nº

ANEXO I - DAS CARACTERÍSTICAS

CONTRATO Nº CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

O objetivo deste Anexo I é a descrição das funcionalidades técnicas dos SISTEMAS locados pela CONTRATANTE, conforme Cláusula I deste contrato.

1 - SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

O Sistema de Contabilidade Pública deverá registrar todos os atos e fatos contábeis ocorridos e possibilitar o atendimento à legislação vigente, à análise da situação da administração pública, e a obtenção de informações contábeis e gerenciais necessárias à tomada de decisões.

1.1 Efetuar a escrituração contábil nos sistemas Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação em partidas em conformidade com os Artigos 83 a 106 da Lei 4.320/64, inclusive com registro em livro DIÁRIO.

1.2 Possibilitar a integração com o Sistema de Licitações, possibilitando a geração dos fornecedores e das dotações para o Sistema de Licitações, e possibilitando que o Sistema de Licitações gere os empenhos automaticamente para o Sistema de Contabilidade pública.

1.3 Possibilitar a integração com o Sistema de Folha de Pagamento, gerando automaticamente os empenhos orçamentários e extra-orçamentários;

1.4 Possibilitar a integração com a Contabilidade da Prefeitura, possibilitando assim a consolidação mensal da movimentação contábil;

1.5 Possibilitar o registro das transferências financeiras recebidas da Prefeitura;

1.6 Possibilitar a emissão de liquidação, ordens de pagamento e restos a pagar com seleção dos documentos a serem gerados.

1.7 Possuir Gerador de Relatórios, na língua portuguesa,, que possibilite ao próprio usuário a criação de relatórios específicos necessários ao controle de informações de seu interesse, inclusive com possibilidade de geração de arquivos;

1.8 Gerar relatórios gerenciais das Transferências financeiras, Despesa, Restos a Pagar, Depósitos de Diversas Origens, Bancos e outros, de acordo com o interesse do Tribunal de Contas, bem como Boletim Financeiro;

1.9 Elaborar os anexos e demonstrativos do balancete mensal e do balanço anual, na forma da Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/00 - LRF e Resolução TC-16/94 do Tribunal de Contas.

1.10 Atender as Portarias Federais em vigor, possibilitando a execução da Despesa, bem como permitir a emissão dos anexos

exigidos, e de forma que em cada exercício estejam disponíveis a estrutura e descrições das Portarias Federais vigentes no período selecionado;

1.12 Possibilitar configurar permissões de acesso para que determinados usuários tenham permissões de acesso aos cadastros para consultas, mas sem permissão para efetuar alterações;

1.14 Possibilitar o registro de empenhos por Estimativa, Global e Ordinário.

1.15 Possibilitar a emissão de sub-empenhos sobre o empenho Global.

1.16 Possibilitar a anulação dos empenhos por estimativa no final do exercício, visando a não inscrição em Restos a Pagar.

1.17 Possibilitar o controle do pagamento de Empenho, Restos a Pagar e Despesas Extras, em contrapartida com várias Contas Pagadoras.

1.18 Possibilitar inscrever automaticamente no Sistema de Compensação dos empenhos de Adiantamentos, quando da sua concessão e o lançamento das respectivas baixas, quando da prestação de contas;

1.19 Controlar o prazo de vencimento dos pagamentos de empenhos, emitindo relatórios de parcelas a vencer e vencidas, visando o controle do pagamento dos compromissos em ordem cronológica;

1.20 Possibilitar o registro do pagamento total ou parcial da despesa e anulação do registro de pagamento, fazendo os lançamentos necessários;

1.21 Permitir informar as retenções de despesas orçamentárias na liquidação, efetuando automaticamente os respectivos lançamentos;

1.22 Fazer os lançamentos da despesa automaticamente nos Sistemas Financeiro, Orçamentário, Patrimonial e Compensado, conforme o caso;

1.23 Efetuar o lançamento do cancelamento de restos a pagar em contrapartida com a conta definida pelo usuário;

1.24 Possibilitar o controle de Restos a Pagar em contas separadas por exercício conforme tipos de despesas do legislativo, para fins de inscrição e/ou cancelamento, quando for o caso;

1.25 Executar o encerramento do exercício, com todos os lançamentos automáticos e com a apuração do resultado;

1.26 Possibilitar iniciar os movimentos contábeis no novo exercício mesmo que o anterior ainda não esteja encerrado, e com possibilidade de atualização automática dos saldos contábeis;

1.27 Emitir Notas de Pagamento, de Despesa extra, de Empenhos e de sub-empenhos, possibilitando inclusive a criação de novos modelos de documentos, quando necessário;

1.28 Emitir ordens de Pagamento de Restos a Pagar, Despesa Extra e de Empenho, possibilitando inclusive a criação de novos modelos de documentos, quando necessário;

1.29 Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa, permitindo a emissão de relatórios das despesas por tipo;

1.30 Possibilitar o controle da despesa por fontes de recursos;

1.31 Cadastrar e controlar as dotações constantes no Orçamento e as decorrentes de Créditos Adicionais Especiais e Extraordinários;

1.32 Cadastrar e controlar os Créditos Suplementares e as anulações de dotações;

1.33 Permitir bloqueio e desbloqueio das dotações orçamentárias;

1.34 Emitir as planilhas que formam o Quadro de Detalhamento da Despesa;

1.35 Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, e por período;.

1.36 Gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e estimativos;

1.37 Efetuar o controle automático dos saldos das contas, apontando eventuais estouros de saldos, ou lançamentos indevidos;

1.38 Permitir informar no orçamento da despesa o Cronograma Mensal de Desembolso, emissão de relatórios comparativos entre o previsto e o executado;

1.39 Permitir informar no orçamento a Programação Financeira



Mensa1, com emissão de relatórios comparativos entre o previsto e o executado;

1.40 Possuir processo de encerramento mensal, que verifique e eventuais divergências de saldos, e que após o encerramento não possibilite alterações em lançamentos contábeis já efetuados. Possibilitar também a exclusão de encerramento mensal, possibilitando correções em períodos anteriores.

1.41 Possuir cadastros de Convênios e Prestação de Contas de Convênio, Contratos e Caução.

1.42 Permitir a alteração no valor, na dotação e no fornecedor enquanto não houver liquidação do empenho.

1.43 Emitir os relatórios da Contas Públicas para publicação, conforme Lei 9.755/98, Instrução Normativa 28/99 do TCU e Portaria 275/00.

1.44 Emitir relatórios: Pagamentos Efetuados, Razão da Despesa, Pagamentos em Ordem Cronológica, Livro Diário, Extrato do Credor, Demonstrativo Mensal dos Restos a Pagar, Relação de cheques Compensados e Não Compensados: Gráficos da Despesa;

1.45 Possuir o cadastro de precatórios com identificação do beneficiário que permita relacionar as despesas do orçamento e como também na sua execução;

1.46 Permitir o cadastramento das fontes de recursos conforme estrutura padronizada conforme Portaria Conjunta STN/SOF nº 3/2008, assim como a emissão dos relatórios.

1.47 Possuir registro e emissão de relatório de conciliação bancária.

1.48 Possibilitar a emissão de cheques no pagamento de Empenho, Restos a Pagar e Despesas Extra, com opção de baixa manual ou automática dos respectivos documentos;

1.49 Permitir a geração dos relatórios bimestrais e quadrimestrais de acordo com as portarias estabelecidas pela STN (Secretaria do Tesouro Nacional).

1.50. Efetuar a geração de arquivos no formato do MANAD - Manual Normativo de Arquivos Digitais para a Secretaria da Receita da Previdência.

2 - SISTEMA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

2.1 Acompanhar todo o processo licitatório, envolvendo as etapas desde a preparação (processo administrativo) até o julgamento, registrando as atas, deliberação (preço global), mapa comparativo de preços, interposição de recurso, impugnação, anulação, revogação, parecer jurídico, e sua homologação e adjudicação.

2.2 Controlar os materiais e serviços adquiridos, provenientes ou não das licitações, acompanhando todo o processo, desde a solicitação de compra até a chegada do bem ao seu destino.

2.3 Permitir o cadastramento de materiais por grupo, classe e item ou de forma sequencial.

2.4 Permitir agrupar várias solicitações de compras dos diversos setores para um novo processo licitatório ou para compra direta.

2.5 Permitir o gerenciamento dos fornecedores através de consulta aos processos licitatórios ou itens de licitação e as compras efetuadas ou serviços executados.

2.6 Controlar as despesas realizadas e a realizar, evitando a realização de despesas de mesma natureza com dispensa de licitação ou modalidade de licitação devida, por ultrapassarem os respectivos limites legais.

2.7 Controlar os limites de cada modalidade estabelecidos na lei através do objeto da compra.

2.8 Permitir o controle de gastos por unidade orçamentária através de limites mensais preestabelecidos pelo usuário.

2.9 Controlar a data de validade das certidões negativas e outros documentos dos fornecedores, possibilitando a emissão de ofício com a relação dos mesmos.

2.10 Possibilitar a integração com o sistema de Contabilidade, no que se refere ao bloqueio do valor da despesa previsto no processo licitatório, possibilitando ser automático ou através de arquivo texto, também atualizar fornecedores cadastrados no sistema de compras e licitações ou vice-versa.

2.11 permitir que as despesas, e demais dados contábeis do

sistema contábil de início do exercício sejam copiados para o sistema de compras.

2.12 Permitir atualizar os saldos das despesas do sistema de compras através de rotinas de integração com o sistema contábil.

2.13 O sistema deverá manter, no banco de dados, modelos de textos de Editais ou Contratos, possibilitando a escolha de um dos modelos existentes no sistema ou importando arquivos criados pelo usuário.

2.14 Possibilitar a gravação em disquete dos itens do processo licitatório ou registro de preço, ou coleta que será enviado aos fornecedores para facilitar coleta de preços de cada item.

2.15 Permitir a cotação em disquete dos itens das propostas de processos licitatórios e coletas de preços por lote de materiais.

2.16 Possibilitar consultas aos preços, por materiais ou por fornecedores, praticados em licitações ou despesas anteriores.

2.17 Possibilitar a emissão da autorização de compra ou fornecimento por centro de custo, por dotação ou global.

2.18 Emitir todos os relatórios cadastrais, gerenciais e oficiais exigidos por lei.

2.19 Emitir o Edital de Licitação.

2.20 Permitir integração com outros sistemas atualizando dados cadastrais de fornecedores, materiais, etc.

2.21 Controlar as quantidades entregues parcialmente pelo fornecedor.

2.22 Permitir que para a cotação de materiais através de Coleta de Preço, seja gerada uma planilha de coleta de preço por meio impresso e também por arquivo, para informar a coleta pelo fornecedor em seu estabelecimento.

2.23 Gerar Processos Administrativos pelo preço médio ou menor preço cotado da Coleta de Preços.

2.24 Gerar Compras Diretas e processos licitatórios pelo menor preço cotado na Coleta de preços.

2.25 Gerar entrada no almoxarifado a partir da liquidação da mercadoria.

2.26 Gerar empenho para a contabilidade.

2.28 Permitir alterar o texto a ser gerado no empenho.

2.29 Permitir a edição e criação de novos modelos de editais de processos e contratos.

2.30 Permitir criar relatórios pela própria entidade.

2.31 Permitir gerar arquivos para o sistema e-Sfinge - do Tribunal de Contas de Santa Catarina relativos aos atos administrativos de licitações e contratos.

2.32 Ter relatório para conferência de inconsistências a serem corrigidas no sistema antes de gerar os arquivos para o e-Sfinge (TCE-SC).

2.33 Permitir que os centros de custos requisitantes de cada item do processo licitatório, sejam levados para o contrato aditivo.

2.34 Possuir histórico do contrato.

2.35 Possibilitar copiar os itens de um outro processo licitatório, já cadastrado.

2.36 Possibilitar copiar os itens de uma outra compra direta.

2.37 Permitir agrupar os itens do processo licitatório por centro de custos.

2.38 Permitir alterar a data de emissão das autorizações de fornecimento.

2.39 Possuir cronograma de pagamentos dos contratos.

2.40 Possuir cronograma de entrega dos itens dos contratos.

2.41 Identificar uma requisição de compra para o caso de serviço ou produto.

2.42 Controlar as requisições pendentes.

2.43 Verificar e acompanhar a situação das requisições, possibilitando controlar as liberações, ou reprovações das requisições para atendimento.

2.44 Permitir registrar as coletas de preços pesquisadas pela entidade, tendo uma rotina para identificar o menor preço.

2.45 Permitir coleta de preços por lotes.

2.46 Permitir montar os itens do processo administrativo e licitatório por lotes.

2.47 Gerar as compras a partir de uma coleta de preços.

2.48 Possuir classificação das propostas do Pregão Presencial automaticamente, conforme critérios de classificação imposto na legislação (Lei 10.520).

2.49 Permitir efetuar lances para a modalidade de "Pregão Presencial".

2.50 Emitir a ATA do Pregão Presencial e histórico com os lances.

2.51 Não permitir alterar a descrição do material após sua utilização.

2.52 Não permitir utilizar despesas sem saldo contábil.

2.53 Sugerir o número da licitação seqüencial, ou por modalidade.

2.54 Poder separar os itens do processo por despesa orçamentária a ser utilizada.

2.55 Permitir o controle de permissões dos usuários por centro de custo para a consulta de suas requisições de compra.

Campos Novos, 02 de maio de 2013.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE BETHA SISTEMAS LTDA.

NELSON LUIZ DE PAULA ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR.

CONTRATANTE CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:

CPF nº CPF nº

ANEXO II - DOS VALORES

CONTRATO Nº CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

O objetivo deste Anexo II é o detalhamento do valor anual dos SISTEMAS, objeto deste contrato.

ITEM	QTIDADE MESES	SISTEMA	VALOR MEN-SAL	VALOR TOTAL
01	12	Sistema de Contabilidade Pública com até 04 acessos	300,00	3.600,00,64
02	12	Sistema de Compras e Licitações com até 04 acessos	200,00	2.400,0068
VALOR TOTAL R\$				6.000,00,32

Campos Novos, 02 de maio de 2013.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE BETHA SISTEMAS LTDA.

NELSON LUIZ DE PAULA ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR.

CONTRATANTE CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:

CPF nº CPF nº

Extrato Nº 88/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE COMPRA E VENDA Nº 88/2013
Pelo presente Contrato Administrativo de Compra e Venda integrante do Processo Licitatório "Pregão Presencial nº 16/2013", de um lado o Município de Campos Novos, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. NELSON LUIZ DE PAULA, e de outro a empresa JACIR GONÇALVES WALTQR ME, com sede na Rua Danuzia Bess, nº 03, Bairro Centro, Campos Novos - SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. 13.362.121/0001-25, tem justo e acordado o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 - A segunda das acima qualificadas, de ora em diante

denominada de EMPRESA VENCEDORA, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 16/2013 refere-se à contratação pelo Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos de empresa para a prestação de serviços de lavagem dos veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2.013, prestar serviços a primeira das acima qualificadas, denominada de ora em diante de FUNDO:

Cláusula 2ª - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

2.1 - A execução do objeto do presente contrato deverá ocorrer nas condições, no preço e nos prazos estabelecidos no Edital de Pregão nº 16/2013;

2.2 A CONTRATADA deverá:

a) Efetuar a limpeza geral dos veículos interna e externa, incluindo limpeza de lataria, vidro, rodas e pneus, tapeçaria, estofamento e porta-malas.

b) Efetuar a lavagem de bancos, carpetes e estofados, quando necessário.

c) Fornecer todo o material necessário para limpeza dos veículos, incluindo equipamentos, sem ônus para a CONTRATANTE.

d) O Prestador de serviços deverá usar produtos de primeira linha e equipamentos adequados para uma perfeita execução dos serviços,

e) A CONTRATADA será responsável por quaisquer avarias ou danos causados por seus profissionais, seja nos veículos da contratada ou a terceiros, durante a execução dos serviços.

f) O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato.

g) Os vidros deverão receber atenção especial, de maneira a não conterem resíduos de produtos que dificultam a visibilidade noturna,

Cláusula 3ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1 - Fiscalizar e controlar a prestação dos serviços, comunicando a EMPRESA, qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;

3.2 - Efetuar o (s) pagamento (s) segundo os prazos e condições estabelecidas neste Contrato.

Cláusula 4ª - VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 - A vigência do contrato a ser firmado com a Proponente vencedora terá vigência até o dia 31/12/2013, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vista à obtenção de preço e condições mais vantajosas para a administração, respeitadas as determinações do art. 57 da Lei 8.666/93 com suas alterações, com início imediato a partir da assinatura do mesmo.

Cláusula 5ª - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão a conta dos itens orçamentários:

3.3.90.39.15.00.00.00 - Limpeza de veículos

Cláusula 6ª - DO PREÇO

O preço total contratado por este instrumento, de acordo com proposta apresentada pela EMPRESA VENCEDORA no processo licitatório é de R\$ 20.750,00 (vinte mil setecentos e cinquenta reais).

Cláusula 7ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após entrega da respectiva Nota Fiscal no Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos-SC, salientando que os preços não sofrerão reajustes.

Cláusula 8ª - DOS PRAZOS CONTRATUAIS

A EMPRESA VENCEDORA deverá comparecer ao Setor de Compras do Fundo Municipal de Saúde, até 02 (dois) dias após a comunicação do resultado da licitação para assinatura do presente instrumento, sendo a vigência do Contrato até o consumo total dos produtos e das quantidades licitadas conforme item 2.1 do Edital de Pregão nº 16/2013, respeitada as determinações do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 9ª - DA RESCISÃO E DA REVOGAÇÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente por iniciativa do FUNDO, atendida sempre a conveniência administrativa, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a EMPRESA VENCEDORA, qualquer espécie de indenização.

9.2 - A critério do FUNDO, caberá ainda rescisão deste CONTRATO, quando a EMPRESA VENCEDORA:

9.2.1 - Não cumprir qualquer das diretrizes contratuais;

9.2.2 - Transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do FUNDO;

9.2.3 - Entrar em concordata ou falência, resultando no inadimplemento das obrigações constantes desse instrumento e no ato que o originou;

9.3 - Ocorrendo a rescisão prevista nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, a EMPRESA VENCEDORA responderá por perdas e danos;

9.4 - O presente instrumento poderá ser rescindido também por mútuo consenso das partes;

9.5 - Fica ressalvado ao FUNDO o direito de revogar o presente instrumento por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, incorrendo em tal hipótese, direito da EMPRESA VENCEDORA de receber qualquer indenização ou reparação.

Cláusula 10ª - DAS SANÇÕES

O descumprimento por parte da EMPRESA VENCEDORA de qualquer das cláusulas do presente Contrato ou mesmo do ato que o originou, implicará numa multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor integral do Contrato, além da responsabilidade civil que advir da irregularidade por perdas e danos ao Município, bem como da suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e declaração de inidoneidade.

Ainda ficam impedidos de licitar pelo prazo de até 05 (cinco) anos, os licitantes que:

I - ensejarem o retardamento da execução deste pregão;

II - não mantiverem a proposta, injustificadamente;

III - fazer declarações falsas;

IV - falharem ou fraudarem na execução do contrato;

V - pelo fornecimento de mercadorias em desconformidade com o especificado;

VI - pela não substituição, no prazo estipulado, das mercadorias recusadas;

VII - pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste pregão;

VIII - Além das penalidades previstas nos incisos anteriores, o município poderá aplicar ao licitante vencedor as sanções previstas no Art.87 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 11ª - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos Novos, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

E, por assim estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presentes, para que fazendo parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 16/2013, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos Novos, 18 de Abril de 2013.

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

NELOS N LUIZ DE PAULA

Secretário Municipal de Saúde

JACIR GONÇALVES WALTER ME

CNPJ 13.362.121/0001-25

TESTEMUNHAS:

1) _____ 2) _____
CPF: _____ CPF: _____

Extrato Nº 89/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE COMPRA E VENDA 89/2013

Pelo presente Contrato Administrativo de Compra e Venda integrante do Processo Licitatório "Pregão Presencial nº 17/2013", de um lado o Município de Campos Novos, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Senhor NELSON LUIZ DE PAULA, e de outro a empresa AUTO ELITE LTDA, com sede na Rod. BR 282 KM 343,6, Bairro Nossa Sra. Lourdes, Campos Novos - SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. 83.270.397/0009-16, tem justo e acordado o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 - A segunda das acima qualificadas, de ora em diante denominada de VENDEDORA, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 17/2013 obriga-se a vender a primeira das acima qualificadas, denominada de ora em diante de Fundo: AQUISIÇÃO DE UM VEICULO AUTOMOTOR ZERO KM BICOMBUSTIVEL ANO 2013, PARA USO DA VIGILANCIA SANITARIA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

Cláusula 2ª - DA ENTREGA

2.1 - A entrega do item deve ocorrer dentro de 15 dias, a Proposante Vencedora deverá proceder à entrega em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais.

Cláusula 3ª - DAS OBRIGAÇÕES DA VENDEDORA

3.1 - Entregar o material contratado de acordo com o previsto na cláusula 2ª, e nas condições, no preço e nos prazos estabelecidos no Edital de Pregão nº 17/2013;

3.2 - Garantir a qualidade do produto contratado;

3.3 - Substituir imediatamente os produtos que se apresentarem fora das especificações técnicas;

3.4 - Fornecer toda e qualquer informação e orientação técnica ao FUNDO para o bom emprego e utilização do produto vendido.

3.5 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.6 - Não transferir a terceiros, em todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

Cláusula 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.1 - Fiscalizar e controlar a entrega, comunicando a VENDEDORA, qualquer irregularidade constatada no produto entregue;

4.2 - Efetuar o (s) pagamento (s) segundo os prazos e condições estabelecidas neste Contrato.

Cláusula 5ª - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão a conta dos itens orçamentários:

Código reduzido dotação: 33 e 34

4.4.90.52.48.00.00.00 - Veículos Diversos

Cláusula 6ª - DO PREÇO

O preço total contratado por este instrumento, de acordo com proposta apresentada pela VENDEDORA no processo licitatório é de R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais).

Cláusula 7ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após entrega da respectiva Nota Fiscal no Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos-SC, salientando que os preços não sofrerão reajustes.

Cláusula 8ª - DOS PRAZOS CONTRATUAIS

A VENDEDORA deverá comparecer ao Setor de Compras do Fundo Municipal de Saúde, até 02 (dois) dias após a comunicação do resultado da licitação para assinatura do presente instrumento, sendo a vigência do Contrato até o consumo total dos produtos e das quantidades licitadas conforme item 2.1 do Edital de Pregão nº 17/2013, respeitada as determinações do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 9ª - DA RESCISÃO E DA REVOGAÇÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente por iniciativa do FUNDO, atendida sempre a conveniência

administrativa, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a VENDEDORA, qualquer espécie de indenização.

9.2 - A critério do FUNDO, caberá ainda resilição deste CONTRATO, quando a VENDEDORA:

9.2.1 - Não cumprir qualquer das diretrizes contratuais;

9.2.2 - Transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do FUNDO;

9.2.3 - Entrar em concordata ou falência, resultando no inadimplemento das obrigações constantes desse instrumento e no ato que o originou;

9.3 - Ocorrendo a rescisão prevista nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, a VENDEDORA responderá por perdas e danos;

9.4 - O presente instrumento poderá ser rescindido também por mutuo consenso das partes;

9.5 - Fica ressalvado ao FUNDO o direito de revogar o presente instrumento por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, incorrendo em tal hipótese, direito da VENDEDORA de receber qualquer indenização ou reparação.

Cláusula 10ª - DAS SANÇÕES

O descumprimento por parte da VENDEDORA de qualquer das cláusulas do presente Contrato ou mesmo do ato que o originou, implicará numa multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor integral do Contrato, além da responsabilidade civil que advir da irregularidade por perdas e danos ao Município, bem como da suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e declaração de inidoneidade.

Ainda Ficam impedidos de licitar pelo prazo de até 5 (cinco) anos, os licitantes que:

I - ensejarem o retardamento da execução deste pregão;

II - não mantiverem a proposta, injustificadamente;

III - fazer declarações falsas;

IV - falharem ou fraudarem na execução do contrato;

V - pelo fornecimento de mercadorias em desconformidade com o especificado;

VI - pela não substituição, no prazo estipulado, das mercadorias recusadas;

VII - pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste pregão;

VIII - Além das penalidades previstas nos incisos anteriores, o município poderá aplicar ao licitante vencedor as sanções previstas no Art.87 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 11ª - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos Novos, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

E, por assim estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presentes, para que fazendo parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 17/2013, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos Novos, 19 de Abril de 2013.

MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

NELSON LUIZ DE PAULA

Secretária Municipal de Saúde

AUTO ELITE LTDA

CNPJ 83.270.397/0009-16

TESTEMUNHAS:

1) _____
CPF:

2) _____
CPF:

Extrato Nº 90/2013

CONTRATO Nº 90/2013

TERMO ADITIVO 03/2013 DO CONTRATO ORIGINAL Nº 05/2013

O Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 08.595.042/0001-24, representado por seu Gestor o Sr. Nelson Luiz de Paula, e a empresa AUTO POSTO TROPEIRO LTDA, com sede BR 282, KM 345, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. 00.861.547/0001-81, com amparo no Art. 65, II da Lei nº 8.666/93, resolvem pactuar este Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas:

PRIMEIRA: As partes ratificam o prazo do contrato original constante no originário do Processo Licitatório 01/2013 - Modalidade PR 01/2013 de 07/01/2013.

SEGUNDA: O OLEO S10 passa a ser valor unitário de R\$ 2,36 (dois reais e trinta e seis centavos), OLEO DIESEL COMUM passa a ser R\$ 2,31 (Dois reais e trinta e um centavos).

TERCEIRA: - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão a conta dos itens orçamentários: Código reduzido dotação: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos do orçamento vigente.

QUARTA: As demais cláusulas do contrato administrativo original nº 05/2013, permanecem inalteradas.

E por estarem certos e para que surtam efeitos legais, foi lavrado este termo em duas vias de igual teor que vai assinado pelas partes e por testemunhas.

Campos Novos, 19 de Abril de 2013.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

NELSON LUIZ DE PAULA

Gestor

AUTO POSTO TROPEIRO

CNPJ: 00.861.547/0001-81

Testemunhas:

CPF:

CPF:

Extrato Nº 91/2013

CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO DE ALUGUEL Nº 91/2013

Contrato Público Administrativo de Aluguel de imóvel que entre si fazem o Sr. SADY JACOMEL, inscrito no CPF nº 397.566.889-04, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Frei Rogerio, 764, nesta cidade, doravante denominado LOCADOR e o Município de Campos Novos - Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 333, inscrito no CNPJ 08.595.042/0001-24, neste ato representado pelo Sr. Nelson Luiz de Paula, Secretário Municipal de Saúde de Campos Novos, denominado simplesmente LOCATÁRIO, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do objeto da locação

Pelo presente instrumento o locador fornece em locação ao locatário BARRACÃO LOCALIZADO NA RUA JOÃO GONÇALVES DE ARAUJO, BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA DESTINADO A DEPOSITO TEMPORARIO DE PNEUS INSERVIVEIS PARA DESTINO FINAL ADEQUADO FEITO PELA EMPRESA PLANETA SOLUÇÕES AMBIENTAIS DO MUNICIPIO DE BARRA VELHA -SC.

CLÁUSULA SEGUNDA: Do prazo de locação

O prazo de vigência do presente contrato é de 08 (oito) meses iniciando-se em 02 de maio de 2013 e tendo como termino o dia 31 de dezembro de 2013, data em que o LOCATÁRIO compromete-se em devolver o imóvel ora LOCADO nas mesmas condições que recebeu, respondendo por qualquer dano causado as instalações locadas, inclusive deixando original algumas modificações que por

ventura tenham sido feitas na sala locada.

CLÁUSULA TERCEIRA: Dos pagamentos

O valor do aluguel para vigência deste contrato fica acertado em R\$ 1.300,00 (Hum mil e trezentos reais) mensais.

PARAGRAFO ÚNICO: Dos pagamentos

Os pagamentos que trata a Cláusula Terceira deverão ser efetuados até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao mês vincendo.

CLÁUSULA QUARTA: Da origem dos recursos

As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta do orçamento geral do Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos.

3.3.90.39.10.00.00.00 - Locação de Imóveis

CLÁUSULA QUINTA: Da cedência e sub-locação

O LOCATÁRIO não poderá ceder ou sub-locar o imóvel, objeto deste contrato a terceiros.

CLÁUSULA SEXTA: Da rescisão contratual

A parte que pretender rescindir o presente contrato deverá com antecedência de pelo menos 30 dias, comunicar POR ESCRITO a outra parte.

CLÁUSULA SÉTIMA: Das disposições finais

O não cumprimento de qualquer uma das cláusulas do presente contrato importará na sua rescisão, cabendo a parte causadora da mesma, o pagamento de uma multa contratual no valor de um aluguel, ou seja, R\$ 1.300,00 (Hum mil e trezentos reais), ficando assim eleito o Foro da Comarca de Campos Novos - SC, para dirimir qualquer dúvida oriunda de presente instrumento.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

Campos Novos, 02 de maio de 2013.

NELSON LUIZ DE PAULA SADY JACOMEL

Secretario Municipal Saude Contratado
Contratante

Testemunhas:

CPF:

CPF:

Extrato Nº 92/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE COMPRA E VENDA Nº 92/2013

Pelo presente Contrato Administrativo de Compra e Venda integrante do Processo Licitatório "Pregão Presencial nº 18/2013", de um lado o Município de Campos Novos, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Nelson Luiz de Paula, e de outro a empresa AIRTON SILVA DA MOTTA, com sede na Avenida 15 de Novembro, Bairro Centro, Capinzal - SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. 13.467.809/0001-70, tem justo e acordado o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 - A segunda das acima qualificadas, de ora em diante denominada de VENDEDORA, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 18/2013 obriga-se a vender a primeira das acima qualificadas, denominada de ora em diante de Fundo: AQUISIÇÃO DE CARGA DE GAS E MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

Cláusula 2ª - DA ENTREGA

2.1 - A entrega dos itens deverá ocorrer de forma parcelada de acordo com necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, a Proponente Vencedora devesa proceder à entrega dos itens em até 08 (oito) dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais.

Cláusula 3ª - DAS OBRIGAÇÕES DA VENDEDORA

3.1 - Entregar o material contratado de acordo com o previsto na

cláusula 2ª, e nas condições, no preço e nos prazos estabelecidos no Edital de Pregão nº 18/2013;

3.2 - Garantir a qualidade do produto contratado;

3.3 - Substituir imediatamente os produtos que se apresentarem fora das especificações técnicas;

3.4 - Fornecer toda e qualquer informação e orientação técnica ao FUNDO para o bom emprego e utilização do produto vendido.

3.5 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.6 - Não transferir a terceiros, em todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

Cláusula 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO

4.1 - Fiscalizar e controlar a entrega, comunicando a VENDEDORA, qualquer irregularidade constatada no produto entregue;

4.2 - Efetuar o (s) pagamento (s) segundo os prazos e condições estabelecidas neste Contrato.

Cláusula 5ª - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão a conta dos itens orçamentários:

3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização.

Cláusula 6ª - DO PREÇO

O preço total contratado por este instrumento, de acordo com proposta apresentada pela VENDEDORA no processo licitatório é de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais).

Cláusula 7ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após entrega da respectiva Nota Fiscal no Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos-SC.

Cláusula 8ª - DOS PRAZOS CONTRATUAIS

A VENDEDORA deverá comparecer ao Setor de Compras do Fundo Municipal de Saúde, até 02 (dois) dias após a comunicação do resultado da licitação para assinatura do presente instrumento, sendo a vigência do Contrato até o consumo total dos produtos e das quantidades licitadas conforme item 2.1 do Edital de Pregão nº 14/2013, respeitada as determinações do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 9ª - DA RESCISÃO E DA REVOGAÇÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente por iniciativa do FUNDO, atendida sempre a conveniência administrativa, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a VENDEDORA, qualquer espécie de indenização.

9.2 - A critério do FUNDO, caberá ainda rescisão deste CONTRATO, quando a VENDEDORA:

9.2.1 - Não cumprir qualquer das diretrizes contratuais;

9.2.2 - Transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do FUNDO;

9.2.3 - Entrar em concordata ou falência, resultando no inadimplemento das obrigações constantes desse instrumento e no ato que o originou;

9.3 - Ocorrendo a rescisão prevista nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, a VENDEDORA responderá por perdas e danos;

9.4 - O presente instrumento poderá ser rescindido também por mútuo consenso das partes;

9.5 - Fica ressalvado ao FUNDO o direito de revogar o presente instrumento por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, incorrendo em tal hipótese, direito da VENDEDORA de receber qualquer indenização ou reparação.

Cláusula 10ª - DAS SANÇÕES

O descumprimento por parte da VENDEDORA de qualquer das

cláusulas do presente Contrato ou mesmo do ato que o originou, implicará numa multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor integral do Contrato, além da responsabilidade civil que advir da irregularidade por perdas e danos ao Município, bem como da suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e declaração de inidoneidade.

Ainda Ficam impedidos de licitar pelo prazo de até 5 (cinco) anos, os licitantes que:

I - ensejarem o retardamento da execução deste pregão;

II - não mantiverem a proposta, injustificadamente;

III - fazer declarações falsas;

IV - falharem ou fraudarem na execução do contrato;

V - pelo fornecimento de mercadorias em desconforme com o especificado;

VI - pela não substituição, no prazo estipulado, das mercadorias recusadas;

VII - pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste pregão;

VIII - Além das penalidades previstas nos incisos anteriores, o município poderá aplicar ao licitante vencedor as sanções previstas no Art.87 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 11ª - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos Novos, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

E, por assim estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presentes, para que fazendo parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 18/2013, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos Novos, 06 de Maio de 2013.

MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

NELSON LUIZ DE PAULA

Secretário Municipal de Saúde

AIRTON SILVA DA MOTTA

CNPJ: 13.467.809/0001-70

TESTEMUNHAS:

1) _____

CPF: _____

2) _____

CPF: _____

Extrato Nº 93/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE COMPRA E VENDA Nº 93/2013

Pelo presente Contrato Administrativo de Compra e Venda integrante do Processo Licitatório "Pregão Presencial nº 18/2013", de um lado o Município de Campos Novos, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Nelson Luiz de Paula, e de outro a empresa AP OESTE DIST DE ALIMENTOS LTDA, com sede na Rua Rodrigues Alves 825 D, bairro Bela Vista, Chapeco - SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. 05.919.156/0001-94, tem justo e acordado o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 - A segunda das acima qualificadas, de ora em diante denominada de VENDEDORA, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 18/2013 obriga-se a vender a primeira das acima qualificadas, denominada de ora em diante de Fundo: AQUISIÇÃO DE CARGA DE GAS E MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

Cláusula 2ª - DA ENTREGA

2.1 - A entrega dos itens deverá ocorrer de forma parcelada de acordo com necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, a Proponente Vencedora deverá proceder à entrega dos itens em até 08 (oito) dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais.

Cláusula 3ª - DAS OBRIGAÇÕES DA VENDEDORA

3.1 - Entregar o material contratado de acordo com o previsto na cláusula 2ª, e nas condições, no preço e nos prazos estabelecidos no Edital de Pregão nº 18/2013;

3.2 - Garantir a qualidade do produto contratado;

3.3 - Substituir imediatamente os produtos que se apresentarem fora das especificações técnicas;

3.4 - Fornecer toda e qualquer informação e orientação técnica ao FUNDO para o bom emprego e utilização do produto vendido.

3.5 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.6 - Não transferir a terceiros, em todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

Cláusula 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO

4.1 - Fiscalizar e controlar a entrega, comunicando a VENDEDORA, qualquer irregularidade constatada no produto entregue;

4.2 - Efetuar o (s) pagamento (s) segundo os prazos e condições estabelecidas neste Contrato.

Cláusula 5ª - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão a conta dos itens orçamentários:

3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização.

Cláusula 6ª - DO PREÇO

O preço total contratado por este instrumento, de acordo com proposta apresentada pela VENDEDORA no processo licitatório é de R\$ 12.099,70 (doze mil e noventa e nove reais e setenta centavos).

Cláusula 7ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após entrega da respectiva Nota Fiscal no Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos-SC.

Cláusula 8ª - DOS PRAZOS CONTRATUAIS

A VENDEDORA deverá comparecer ao Setor de Compras do Fundo Municipal de Saúde, até 02 (dois) dias após a comunicação do resultado da licitação para assinatura do presente instrumento, sendo a vigência do Contrato até o consumo total dos produtos e das quantidades licitadas conforme item 2.1 do Edital de Pregão nº 14/2013, respeitada as determinações do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 9ª - DA RESCISÃO E DA REVOGAÇÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente por iniciativa do FUNDO, atendida sempre a conveniência administrativa, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a VENDEDORA, qualquer espécie de indenização.

9.2 - A critério do FUNDO, caberá ainda rescisão deste CONTRATO, quando a VENDEDORA:

9.2.1 - Não cumprir qualquer das diretrizes contratuais;

9.2.2 - Transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do FUNDO;

9.2.3 - Entrar em concordata ou falência, resultando no inadimplemento das obrigações constantes desse instrumento e no ato que o originou;

9.3 - Ocorrendo a rescisão prevista nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, a VENDEDORA responderá por perdas e danos;

9.4 - O presente instrumento poderá ser rescindido também por mutuo consenso das partes;

9.5 - Fica ressalvado ao FUNDO o direito de revogar o presente instrumento por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, incorrendo em tal hipótese, direito da VENDEDORA de receber qualquer indenização ou reparação.

Cláusula 10ª - DAS SANÇÕES

O descumprimento por parte da VENDEDORA de qualquer das cláusulas do presente Contrato ou mesmo do ato que o originou, implicará numa multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor integral do Contrato, além da responsabilidade civil que advir da irregularidade por perdas e danos ao Município, bem como da suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e declaração de inidoneidade.

Ainda Ficam impedidos de licitar pelo prazo de até 5 (cinco) anos, os licitantes que:

I - ensejarem o retardamento da execução deste pregão;

II - não mantiverem a proposta, injustificadamente;

III - fazer declarações falsas;

IV - falharem ou fraudarem na execução do contrato;

V - pelo fornecimento de mercadorias em desconformidade com o especificado;

VI - pela não substituição, no prazo estipulado, das mercadorias recusadas;

VII - pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste pregão;

VIII - Além das penalidades previstas nos incisos anteriores, o município poderá aplicar ao licitante vencedor as sanções previstas no Art.87 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 11ª - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos Novos, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

E, por assim estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presentes, para que fazendo parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 18/2013, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos Novos, 06 de Maio de 2013.

MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

NELSON LUIZ DE PAULA

Secretário Municipal de Saúde

AP OESTE DIST VOM ALIM LTDA

CNPJ: 05.919.156/0001-94

TESTEMUNHAS:

1) _____
CPF: _____

2) _____
CPF: _____

Extrato Nº 94/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE COMPRA E VENDA Nº 94/2013

Pelo presente Contrato Administrativo de Compra e Venda integrante do Processo Licitatório "Pregão Presencial nº 18/2013", de um lado o Município de Campos Novos, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Nelson Luiz de Paula, e de outro a empresa CAPINZAL CENTEER LTDA, com sede na Rua Carmelo Zocoli, 483, Centro, Capinzal - SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. 07.383.088/0001-17, tem

justo e acordado o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 - A segunda das acima qualificadas, de ora em diante denominada de VENDEDORA, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 18/2013 obriga-se a vender a primeira das acima qualificadas, denominada de ora em diante de Fundo: AQUISIÇÃO DE CARGA DE GAS E MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

Cláusula 2ª - DA ENTREGA

2.1 - A entrega dos itens deverá ocorrer de forma parcelada de acordo com necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, a Proponente Vencedora deverá proceder à entrega dos itens em até 08 (oito) dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais.

Cláusula 3ª - DAS OBRIGAÇÕES DA VENDEDORA

3.1 - Entregar o material contratado de acordo com o previsto na cláusula 2ª, e nas condições, no preço e nos prazos estabelecidos no Edital de Pregão nº 18/2013;

3.2 - Garantir a qualidade do produto contratado;

3.3 - Substituir imediatamente os produtos que se apresentarem fora das especificações técnicas;

3.4 - Fornecer toda e qualquer informação e orientação técnica ao FUNDO para o bom emprego e utilização do produto vendido.

3.5 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.6 - Não transferir a terceiros, em todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

Cláusula 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO

4.1 - Fiscalizar e controlar a entrega, comunicando a VENDEDORA, qualquer irregularidade constatada no produto entregue;

4.2 - Efetuar o (s) pagamento (s) segundo os prazos e condições estabelecidas neste Contrato.

Cláusula 5ª - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão a conta dos itens orçamentários:

3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização.

Cláusula 6ª - DO PREÇO

O preço total contratado por este instrumento, de acordo com proposta apresentada pela VENDEDORA no processo licitatório é de R\$ 11.867,15 (onze mil oitocentos e sessenta e sete reais e quinze centavos).

Cláusula 7ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após entrega da respectiva Nota Fiscal no Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos-SC.

Cláusula 8ª - DOS PRAZOS CONTRATUAIS

A VENDEDORA deverá comparecer ao Setor de Compras do Fundo Municipal de Saúde, até 02 (dois) dias após a comunicação do resultado da licitação para assinatura do presente instrumento, sendo a vigência do Contrato até o consumo total dos produtos e das quantidades licitadas conforme item 2.1 do Edital de Pregão nº 14/2013, respeitada as determinações do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 9ª - DA RESCISÃO E DA REVOGAÇÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente por iniciativa do FUNDO, atendida sempre a conveniência administrativa, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a VENDEDORA, qualquer espécie de

indenização.

9.2 - A critério do FUNDO, caberá ainda rescisão deste CONTRATO, quando a VENDEDORA:

9.2.1 - Não cumprir qualquer das diretrizes contratuais;

9.2.2 - Transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do FUNDO;

9.2.3 - Entrar em concordata ou falência, resultando no inadimplemento das obrigações constantes desse instrumento e no ato que o originou;

9.3 - Ocorrendo a rescisão prevista nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, a VENDEDORA responderá por perdas e danos;

9.4 - O presente instrumento poderá ser rescindido também por mútuo consento das partes;

9.5 - Fica ressalvado ao FUNDO o direito de revogar o presente instrumento por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, incorrendo em tal hipótese, direito da VENDEDORA de receber qualquer indenização ou reparação.

Cláusula 10ª - DAS SANÇÕES

O descumprimento por parte da VENDEDORA de qualquer das cláusulas do presente Contrato ou mesmo do ato que o originou, implicará numa multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor integral do Contrato, além da responsabilidade civil que advir da irregularidade por perdas e danos ao Município, bem como da suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e declaração de inidoneidade.

Ainda Ficam impedidos de licitar pelo prazo de até 5 (cinco) anos, os licitantes que:

I - ensejarem o retardamento da execução deste pregão;

II - não mantiverem a proposta, injustificadamente;

III - fazer declarações falsas;

IV - falharem ou fraudarem na execução do contrato;

V - pelo fornecimento de mercadorias em desconformidade com o especificado;

VI - pela não substituição, no prazo estipulado, das mercadorias recusadas;

VII - pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste pregão;

VIII - Além das penalidades previstas nos incisos anteriores, o município poderá aplicar ao licitante vencedor as sanções previstas no Art.87 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 11ª - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos Novos, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

E, por assim estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presentes, para que fazendo parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 18/2013, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos Novos, 06 de Maio de 2013.

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

NELSON LUIZ DE PAULA

Secretário Municipal de Saúde

CAPINZAL CENTER LTDA

CNPJ: 07.383.088/0001-17

TESTEMUNHAS:

1) _____
CPF: _____

2) _____
CPF: _____

Extrato Nº 95/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE COMPRA E VENDA Nº 95/2013
Pelo presente Contrato Administrativo de Compra e Venda integrante do Processo Licitatório "Pregão Presencial nº 18/2013", de um lado o Município de Campos Novos, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Nelson Luiz de Paula, e de outro a empresa CINDARA PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA EIRELI com sede na Rua Cel Pedro carlos, 685, centro, Campos Novos -SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. 10.803.816/0001-07, tem justo e acordado o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 - A segunda das acima qualificadas, de ora em diante denominada de VENDEDORA, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 18/2013 obriga-se a vender a primeira das acima qualificadas, denominada de ora em diante de Fundo: AQUISIÇÃO DE CARGA DE GAS E MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

Cláusula 2ª - DA ENTREGA

2.1 - A entrega dos itens deverá ocorrer de forma parcelada de acordo com necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, a Proponente Vencedora deverá proceder à entrega dos itens em até 08 (oito) dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais.

Cláusula 3ª - DAS OBRIGAÇÕES DA VENDEDORA

3.1 - Entregar o material contratado de acordo com o previsto na cláusula 2ª, e nas condições, no preço e nos prazos estabelecidos no Edital de Pregão nº 18/2013;

3.2 - Garantir a qualidade do produto contratado;

3.3 - Substituir imediatamente os produtos que se apresentarem fora das especificações técnicas;

3.4 - Fornecer toda e qualquer informação e orientação técnica ao FUNDO para o bom emprego e utilização do produto vendido.

3.5 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.6 - Não transferir a terceiros, em todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

Cláusula 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO

4.1 - Fiscalizar e controlar a entrega, comunicando a VENDEDORA, qualquer irregularidade constatada no produto entregue;

4.2 - Efetuar o (s) pagamento (s) segundo os prazos e condições estabelecidas neste Contrato.

Cláusula 5ª - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão a conta dos itens orçamentários:

3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higiênização.

Cláusula 6ª - DO PREÇO

O preço total contratado por este instrumento, de acordo com proposta apresentada pela VENDEDORA no processo licitatório é de R\$ 3.069,00 (três mil e sessenta e nove reais).

Cláusula 7ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após entrega da respectiva Nota Fiscal no Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos-SC.

Cláusula 8ª - DOS PRAZOS CONTRATUAIS

A VENDEDORA deverá comparecer ao Setor de Compras do Fundo Municipal de Saúde, até 02 (dois) dias após a comunicação do resultado da licitação para assinatura do presente instrumento,

sendo a vigência do Contrato até o consumo total dos produtos e das quantidades licitadas conforme item 2.1 do Edital de Pregão nº 14/2013, respeitada as determinações do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 9ª - DA RESCISÃO E DA REVOGAÇÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente por iniciativa do FUNDO, atendida sempre a conveniência administrativa, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a VENDEDORA, qualquer espécie de indenização.

9.2 - A critério do FUNDO, caberá ainda rescisão deste CONTRATO, quando a VENDEDORA:

9.2.1 - Não cumprir qualquer das diretrizes contratuais;

9.2.2 - Transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do FUNDO;

9.2.3 - Entrar em concordata ou falência, resultando no inadimplemento das obrigações constantes desse instrumento e no ato que o originou;

9.3 - Ocorrendo a rescisão prevista nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, a VENDEDORA responderá por perdas e danos;

9.4 - O presente instrumento poderá ser rescindido também por mútuo consenso das partes;

9.5 - Fica ressalvado ao FUNDO o direito de revogar o presente instrumento por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, incorrendo em tal hipótese, direito da VENDEDORA de receber qualquer indenização ou reparação.

Cláusula 10ª - DAS SANÇÕES

O descumprimento por parte da VENDEDORA de qualquer das cláusulas do presente Contrato ou mesmo do ato que o originou, implicará numa multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor integral do Contrato, além da responsabilidade civil que advir da irregularidade por perdas e danos ao Município, bem como da suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e declaração de inidoneidade.

Ainda Ficam impedidos de licitar pelo prazo de até 5 (cinco) anos, os licitantes que:

I - ensejarem o retardamento da execução deste pregão;

II - não mantiverem a proposta, injustificadamente;

III - fazer declarações falsas;

IV - falharem ou fraudarem na execução do contrato;

V - pelo fornecimento de mercadorias em desconformidade com o especificado;

VI - pela não substituição, no prazo estipulado, das mercadorias recusadas;

VII - pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste pregão;

VIII - Além das penalidades previstas nos incisos anteriores, o município poderá aplicar ao licitante vencedor as sanções previstas no Art.87 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 11ª - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos Novos, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

E, por assim estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presentes, para que fazendo parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 18/2013, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos Novos, 06 de Maio de 2013.

MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

NELSON LUIZ DE PAULA

Secretário Municipal de Saúde

CINDARA PROD HIG E LIMP
CNPJ: 10.803.816/0001-07

TESTEMUNHAS:

1) _____
CPF: _____

2) _____
CPF: _____

Extrato Nº 96/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE COMPRA E VENDA Nº 96/2013
Pelo presente Contrato Administrativo de Compra e Venda integrante do Processo Licitatório "Pregão Presencial nº 18/2013", de um lado o Município de Campos Novos, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Nelson Luiz de Paula, e de outro a empresa OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, com sede na Rua Silvino Ciarini, 530, Sala A, Concorida -SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. 11.499.653/0001-83, tem justo e acordado o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 - A segunda das acima qualificadas, de ora em diante denominada de VENDEDORA, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 18/2013 obriga-se a vender a primeira das acima qualificadas, denominada de ora em diante de Fundo: AQUISIÇÃO DE CARGA DE GAS E MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

Cláusula 2ª - DA ENTREGA

2.1 - A entrega dos itens deverá ocorrer de forma parcelada de acordo com necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, a Proponente Vencedora deverá proceder à entrega dos itens em até 08 (oito) dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais.

Cláusula 3ª - DAS OBRIGAÇÕES DA VENDEDORA

3.1 - Entregar o material contratado de acordo com o previsto na cláusula 2ª, e nas condições, no preço e nos prazos estabelecidos no Edital de Pregão nº 18/2013;

3.2 - Garantir a qualidade do produto contratado;

3.3 - Substituir imediatamente os produtos que se apresentarem fora das especificações técnicas;

3.4 - Fornecer toda e qualquer informação e orientação técnica ao FUNDO para o bom emprego e utilização do produto vendido.

3.5 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.6 - Não transferir a terceiros, em todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

Cláusula 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO

4.1 - Fiscalizar e controlar a entrega, comunicando a VENDEDORA, qualquer irregularidade constatada no produto entregue;

4.2 - Efetuar o (s) pagamento (s) segundo os prazos e condições estabelecidas neste Contrato.

Cláusula 5ª - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão a conta dos itens orçamentários:

3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienezação.

Cláusula 6ª - DO PREÇO

O preço total contratado por este instrumento, de acordo com proposta apresentada pela VENDEDORA no processo licitatório é de R\$ 3.753,36 (três mil setecentos e cinquenta e três reais e trinta

e seis centavos).

Cláusula 7ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após entrega da respectiva Nota Fiscal no Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos-SC.

Cláusula 8ª - DOS PRAZOS CONTRATUAIS

A VENDEDORA deverá comparecer ao Setor de Compras do Fundo Municipal de Saúde, até 02 (dois) dias após a comunicação do resultado da licitação para assinatura do presente instrumento, sendo a vigência do Contrato até o consumo total dos produtos e das quantidades licitadas conforme item 2.1 do Edital de Pregão nº 14/2013, respeitada as determinações do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 9ª - DA RESCISÃO E DA REVOGAÇÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente por iniciativa do FUNDO, atendida sempre a conveniência administrativa, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a VENDEDORA, qualquer espécie de indenização.

9.2 - A critério do FUNDO, caberá ainda rescisão deste CONTRATO, quando a VENDEDORA:

9.2.1 - Não cumprir qualquer das diretrizes contratuais;

9.2.2 - Transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do FUNDO;

9.2.3 - Entrar em concordata ou falência, resultando no inadimplemento das obrigações constantes desse instrumento e no ato que o originou;

9.3 - Ocorrendo a rescisão prevista nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, a VENDEDORA responderá por perdas e danos;

9.4 - O presente instrumento poderá ser rescindido também por mutuo consenso das partes;

9.5 - Fica ressalvado ao FUNDO o direito de revogar o presente instrumento por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, incorrendo em tal hipótese, direito da VENDEDORA de receber qualquer indenização ou reparação.

Cláusula 10ª - DAS SANÇÕES

O descumprimento por parte da VENDEDORA de qualquer das cláusulas do presente Contrato ou mesmo do ato que o originou, implicará numa multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor integral do Contrato, além da responsabilidade civil que advir da irregularidade por perdas e danos ao Município, bem como da suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e declaração de inidoneidade.

Ainda Ficam impedidos de licitar pelo prazo de até 5 (cinco) anos, os licitantes que:

I - ensejarem o retardamento da execução deste pregão;

II - não mantiverem a proposta, injustificadamente;

III - fazer declarações falsas;

IV - falharem ou fraudarem na execução do contrato;

V - pelo fornecimento de mercadorias em desconforme com o especificado;

VI - pela não substituição, no prazo estipulado, das mercadorias recusadas;

VII - pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste pregão;

VIII - Além das penalidades previstas nos incisos anteriores, o município poderá aplicar ao licitante vencedor as sanções previstas no Art.87 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 11ª - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos Novos, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

E, por assim estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presentes, para que fazendo parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 18/2013, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos Novos, 06 de Maio de 2013.

MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

NELSON LUIZ DE PAULA

Secretário Municipal de Saúde

OBJETIVA COM DE EQUIP LTDA

CNPJ: 11.499.653/0001-83

TESTEMUNHAS:

1) _____

CPF: _____

2) _____

CPF: _____

Extrato Nº 97/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE COMPRA E VENDA Nº 97/2013

Pelo presente Contrato Administrativo de Compra e Venda integrante do Processo Licitatório "Pregão Presencial nº 18/2013", de um lado o Município de Campos Novos, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Nelson Luiz de Paula, e de outro a empresa ROBERTO TESSARO & CIA LTDA- DINAMICA PAPELARIA, com sede na Avenida XV de Novembro, 818, Centro, Joaçaba -SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. 85.248.680/0001-10, tem justo e acordado o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 - A segunda das acima qualificadas, de ora em diante denominada de VENDEDORA, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 18/2013 obriga-se a vender a primeira das acima qualificadas, denominada de ora em diante de Fundo: AQUISIÇÃO DE CARGA DE GAS E MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

Cláusula 2ª - DA ENTREGA

2.1 - A entrega dos itens deverá ocorrer de forma parcelada de acordo com necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, a Proponente Vencedora deverá proceder à entrega dos itens em até 08 (oito) dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais.

Cláusula 3ª - DAS OBRIGAÇÕES DA VENDEDORA

3.1 - Entregar o material contratado de acordo com o previsto na cláusula 2ª, e nas condições, no preço e nos prazos estabelecidos no Edital de Pregão nº 18/2013;

3.2 - Garantir a qualidade do produto contratado;

3.3 - Substituir imediatamente os produtos que se apresentarem fora das especificações técnicas;

3.4 - Fornecer toda e qualquer informação e orientação técnica ao FUNDO para o bom emprego e utilização do produto vendido.

3.5 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.6 - Não transferir a terceiros, em todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

Cláusula 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO

4.1 - Fiscalizar e controlar a entrega, comunicando a VENDEDORA, qualquer irregularidade constatada no produto entregue;

4.2 - Efetuar o (s) pagamento (s) segundo os prazos e condições

estabelecidas neste Contrato.

Cláusula 5ª - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão a conta dos itens orçamentários:

3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higiene e Saúde.

Cláusula 6ª - DO PREÇO

O preço total contratado por este instrumento, de acordo com proposta apresentada pela VENDEDORA no processo licitatório é de R\$ 7.987,20 (nove mil novecentos e oitenta e sete reais e vinte centavos).

Cláusula 7ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após entrega da respectiva Nota Fiscal no Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos-SC.

Cláusula 8ª - DOS PRAZOS CONTRATUAIS

A VENDEDORA deverá comparecer ao Setor de Compras do Fundo Municipal de Saúde, até 02 (dois) dias após a comunicação do resultado da licitação para assinatura do presente instrumento, sendo a vigência do Contrato até o consumo total dos produtos e das quantidades licitadas conforme item 2.1 do Edital de Pregão nº 14/2013, respeitada as determinações do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 9ª - DA RESCISÃO E DA REVOGAÇÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente por iniciativa do FUNDO, atendida sempre a conveniência administrativa, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a VENDEDORA, qualquer espécie de indenização.

9.2 - A critério do FUNDO, caberá ainda rescisão deste CONTRATO, quando a VENDEDORA:

9.2.1 - Não cumprir qualquer das diretrizes contratuais;

9.2.2 - Transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do FUNDO;

9.2.3 - Entrar em concordata ou falência, resultando no inadimplemento das obrigações constantes desse instrumento e no ato que o originou;

9.3 - Ocorrendo a rescisão prevista nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, a VENDEDORA responderá por perdas e danos;

9.4 - O presente instrumento poderá ser rescindido também por mútuo consenso das partes;

9.5 - Fica ressalvado ao FUNDO o direito de revogar o presente instrumento por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, incorrendo em tal hipótese, direito da VENDEDORA de receber qualquer indenização ou reparação.

Cláusula 10ª - DAS SANÇÕES

O descumprimento por parte da VENDEDORA de qualquer das cláusulas do presente Contrato ou mesmo do ato que o originou, implicará numa multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor integral do Contrato, além da responsabilidade civil que advir da irregularidade por perdas e danos ao Município, bem como da suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e declaração de inidoneidade.

Ainda Ficam impedidos de licitar pelo prazo de até 5 (cinco) anos, os licitantes que:

I - ensejarem o retardamento da execução deste pregão;

II - não mantiverem a proposta, injustificadamente;

III - fazer declarações falsas;

IV - falharem ou fraudarem na execução do contrato;

V - pelo fornecimento de mercadorias em desconformidade com o especificado;

VI - pela não substituição, no prazo estipulado, das mercadorias recusadas;

VII - pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste pregão;

VIII - Além das penalidades previstas nos incisos anteriores, o município poderá aplicar ao licitante vencedor as sanções previstas no Art.87 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 11ª - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos Novos, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

E, por assim estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presentes, para que fazendo parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 18/2013, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos Novos, 06 de Maio de 2013.

MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

NELSON LUIZ DE PAULA

Secretário Municipal de Saúde

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

CNPJ: 85.248.680/0001-10

TESTEMUNHAS:

1) _____
CPF:

2) _____
CPF:

Extrato Nº 98/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE COMPRA E VENDA Nº 98/2013

Pelo presente Contrato Administrativo de Compra e Venda integrante do Processo Licitatório "Pregão Presencial nº 18/2013", de um lado o Município de Campos Novos, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Nelson Luiz de Paula, e de outro a empresa SUPERMERCADO SERVELAR LTDA, com sede na Rua João Gonçalves de Araujo, 829, Bairro Aparecida, Campos Novos - SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. 95.836.748/0002-16, tem justo e acordado o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 - A segunda das acima qualificadas, de ora em diante denominada de VENDEDORA, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 18/2013 obriga-se a vender a primeira das acima qualificadas, denominada de ora em diante de Fundo: AQUISIÇÃO DE CARGA DE GAS E MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

Cláusula 2ª - DA ENTREGA

2.1 - A entrega dos itens deverá ocorrer de forma parcelada de acordo com necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, a Proponente Vencedora deverá proceder à entrega dos itens em até 08 (oito) dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais.

Cláusula 3ª - DAS OBRIGAÇÕES DA VENDEDORA

3.1 - Entregar o material contratado de acordo com o previsto na cláusula 2ª, e nas condições, no preço e nos prazos estabelecidos no Edital de Pregão nº 18/2013;

3.2 - Garantir a qualidade do produto contratado;

3.3 - Substituir imediatamente os produtos que se apresentarem

fora das especificações técnicas;

3.4 - Fornecer toda e qualquer informação e orientação técnica ao FUNDO para o bom emprego e utilização do produto vendido.

3.5 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.6 - Não transferir a terceiros, em todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

Cláusula 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO

4.1 - Fiscalizar e controlar a entrega, comunicando a VENDEDORA, qualquer irregularidade constatada no produto entregue;

4.2 - Efetuar o (s) pagamento (s) segundo os prazos e condições estabelecidas neste Contrato.

Cláusula 5ª - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão a conta dos itens orçamentários:

3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização.

Cláusula 6ª - DO PREÇO

O preço total contratado por este instrumento, de acordo com proposta apresentada pela VENDEDORA no processo licitatório é de R\$ 4.570,70 (quatro mil quinhentos e setenta reais e setenta centavos).

Cláusula 7ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após entrega da respectiva Nota Fiscal no Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos-SC.

Cláusula 8ª - DOS PRAZOS CONTRATUAIS

A VENDEDORA deverá comparecer ao Setor de Compras do Fundo Municipal de Saúde, até 02 (dois) dias após a comunicação do resultado da licitação para assinatura do presente instrumento, sendo a vigência do Contrato até o consumo total dos produtos e das quantidades licitadas conforme item 2.1 do Edital de Pregão nº 14/2013, respeitada as determinações do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 9ª - DA RESCISÃO E DA REVOGAÇÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente por iniciativa do FUNDO, atendida sempre a conveniência administrativa, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a VENDEDORA, qualquer espécie de indenização.

9.2 - A critério do FUNDO, caberá ainda rescisão deste CONTRATO, quando a VENDEDORA:

9.2.1 - Não cumprir qualquer das diretrizes contratuais;

9.2.2 - Transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do FUNDO;

9.2.3 - Entrar em concordata ou falência, resultando no inadimplemento das obrigações constantes desse instrumento e no ato que o originou;

9.3 - Ocorrendo a rescisão prevista nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, a VENDEDORA responderá por perdas e danos;

9.4 - O presente instrumento poderá ser rescindido também por mútuo consenso das partes;

9.5 - Fica ressalvado ao FUNDO o direito de revogar o presente instrumento por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, incorrendo em tal hipótese, direito da VENDEDORA de receber qualquer indenização ou reparação.

Cláusula 10ª - DAS SANÇÕES

O descumprimento por parte da VENDEDORA de qualquer das cláusulas do presente Contrato ou mesmo do ato que o originou, implicará numa multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor integral do Contrato, além da responsabilidade civil que advir

da irregularidade por perdas e danos ao Município, bem como da suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e declaração de inidoneidade.

Ainda Ficam impedidos de licitar pelo prazo de até 5 (cinco) anos, os licitantes que:

I - ensejarem o retardamento da execução deste pregão;

II - não mantiverem a proposta, injustificadamente;

III - fazer declarações falsas;

IV - falharem ou fraudarem na execução do contrato;

V - pelo fornecimento de mercadorias em desconformidade com o especificado;

VI - pela não substituição, no prazo estipulado, das mercadorias recusadas;

VII - pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste pregão;

VIII - Além das penalidades previstas nos incisos anteriores, o município poderá aplicar ao licitante vencedor as sanções previstas no Art.87 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 11ª - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos Novos, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

E, por assim estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presentes, para que fazendo parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 18/2013, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos Novos, 06 de Maio de 2013.

MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

NELSON LUIZ DE PAULA

Secretário Municipal de Saúde

SUPERMERCADO SERVELAR LTDA

CNPJ: 95.836.748/0002-16

TESTEMUNHAS:

1) _____

CPF: _____

2) _____

CPF: _____

Extrato Nº 99/2013

CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO DE ALUGUEL Nº 99/2013
Contrato Público Administrativo de Prestação de Serviços que entre si fazem a empresa INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA ME, estabelecida a Rua Duque de Caxias, 1212, Sala 43, centro, Joaçaba - SC, e o Município de Campos Novos - Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 333, inscrito no CNPJ 08.595.042/0001-24, neste ato representada pelo Sr. Nelson Luiz de Paula, Secretário Municipal de Saúde de Campos Novos, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do objeto

O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços de locação e assessoria técnica do sistema G-MUS - gestão Municipal de Saúde concedido por parte da CONTRATADA, que será implantado na CONTRATANTE.

Os módulos do sistema G-MUS que o Município está contratando são:

Cadastros

Controle de estoque/Farmácia

CLÁUSULA SEGUNDA: Do prazo de locação

O presente contrato terá duração de doze meses podendo ser renovado por iguais períodos sucessivos, se nenhuma das partes

se manifestarem contrario com antecedência mínima de 30 dias da data do vencimento.

CLÁUSULA TERCEIRA: Dos pagamentos

A contratante pagará pelo treinamento de 40 horas do sistema o valor de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais) e taxa de manutenção mensal o valor de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

Para demais atendimentos necessários a contratante pagará a contrata o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) referente a diária para atendimento in loco, mais R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por hora técnica necessária.

CLÁUSULA QUARTA: Da origem dos recursos

As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta do orçamento geral do Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos.

3.3.90.39.08.00.00.00 - Manutenção de Software

CLÁUSULA QUINTA: Da cedência e sub-locação

O Contratado não poderá ceder ou sub-locar os serviços deste contrato a terceiros.

CLÁUSULA SEXTA: Da rescisão contratual

A parte que pretender rescindir o presente contrato deverá com antecedência de pelo menos 90 dias, comunicar POR ESCRITO a outra parte.

CLÁUSULA SÉTIMA: Das disposições finais

O não cumprimento de qualquer uma das cláusulas do presente contrato importará na sua rescisão, cabendo a parte causadora da mesma, o pagamento de uma multa contratual eleito o Foro da Comarca de Campos Novos - SC, para dirimir qualquer dúvida oriunda de presente instrumento.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

Campos Novos, 06 de Maio de 2013.

Nelson Luiz de Paula

SECRETARIO MUNICIPAL

Contratante

INOVADORA SERV. EM TEC. DA INFORMAÇÃO LT

Saude Contratado

Testemunhas:

CPF:

CPF:

SAMAE

Ata Registro Preços 02/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 12/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº05/2013

REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE de Campos Novos - SC, sito na Rua Caetano Carlos, 466, inscrito no CNPJ sob n.º 83.158.105/001-09, e a empresa SB TRANSPORTES TERRAPLENAGEM E COMÉRCIO EIRELI ME, com sede na Rodovia SC 456, nº1940, na cidade de Monte Carlo-SC, inscrita no CNPJ sob n.º15.644.209/0001-65, IE 256.736.227, doravante neste ato, denominados CONTRATANTE E CONTRATADA, respectivamente, sendo a primeira representada por seu Diretor, Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF n.º 543.523.209-00 e a segunda por Saionara Brandalise, portadora do CPF n.º 006.594.029-63, doravante denominado FORNECEDOR, para a prestação de serviços na reposição de calçamento, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149

de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1 - A presente ATA tem como objetivo a prestação de serviços de aproximadamente 1.500m² de reposição de calçamento, em diversas ruas do município de Campos Novos - SC.

Subcláusula Única - A CONTRATADA declara ter conhecimento detalhado da documentação atinente ao objeto do presente Contrato, possuir condições de executá-lo dentro das normas técnicas com qualidade e segurança.

CLÁUSULA II - DOS PREÇOS

2.2 - No preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA III - DOS PAGAMENTOS

3.1 - O pagamento pela prestação de Serviços objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada, de acordo com a proposta que a mesma apresentou, sendo que este ocorrerá no dia 10 (dez) do mês subsequente a execução dos serviços, mediante laudo de medição expedido e aprovado pelo setor de engenharia do SAMAE. Além disso, devem ser apresentadas as Certidões de Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS, FGTS, Município, Estado e União.

3.2 - A NOTA FISCAL deverá indicar o número do EMPENHO correspondente e também indicar o nome do banco e número da conta bancária da firma licitante

3.3 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA, incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução dos serviços contratados, constituindo-se na única remuneração devida.

3.4 - O preço estipulado será fixo, não havendo reajuste de qualquer espécie.

3.5 - Não haverá, em hipótese alguma, PAGAMENTO ANTECIPADO.

3.6 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.7 - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.

3.8 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA IV - DOS EMPREGADOS DA CONTRATADA

4.1 - A CONTRATADA obriga-se a observar, quanto ao pessoal empregado no objeto de que trata este Contrato, a legislação pertinente, especialmente, quanto às obrigações previdenciárias, trabalhistas e de segurança.

4.1.1 - Subcláusula Primeira: É de total responsabilidade da CONTRATADA, a observância das normas relativas a Segurança e Medicina do Trabalho, que deverão estar em efetivo funcionamento, durante a execução do objeto deste Contrato.

4.1.2 - Subcláusula Segunda: A Contratada é a única responsável pelo pagamento de todas as verbas e direitos trabalhistas dos empregados que designar para realizar os serviços que são objetos do contrato, não havendo qualquer tipo de responsabilidade do SAMAE, seja solidária ou subsidiária. Se, no entanto, o SAMAE vier a ser processado em ação trabalhista, sendo condenado ou não, a Contratada será responsável pelo pagamento de honorários advocatícios aos advogados do SAMAE na ordem de 20% sobre o valor que for dado à causa, como forma de indenização pela simples inclusão do SAMAE no processo.

CLÁUSULA V - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

5.1 - Não prestar declaração ou informação, sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, a respeito do objeto do presente contrato ou a ele inerentes;

5.2 - Adquirir todos os equipamentos, ferramentas necessários à execução dos serviços objeto deste Contrato;

5.3 - Não será permitido subempreitar a obra, em parte ou no todo;

5.4 - Serviços ou atividades que necessitem de contratação de empresa ou pessoal especializado deverão ser solicitados, antecipadamente e por escrito, autorização à direção do SAMAE.

5.5 - Arcar com responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais, resultantes da execução deste Contrato;

5.6 - Os serviços jamais, por pretexto algum, deverão ficar sem a presença do responsável, para que não ocorram paralisações da mesma;

5.7 - A contratada terá o prazo máximo de 8 (oito) horas, após emissão da ordem de compra emitida pelo para o início da execução dos serviços setor de compras.

CLÁUSULA VI - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE se obriga a:

6.1 - Cumprir orientações e procedimentos técnicos especializados pela CONTRATADA;

6.2 - Facilitar à CONTRATADA, acesso a informações necessárias à execução dos serviços explícitos neste Contrato;

6.3 - Colocar a disposição da CONTRATADA dados/materiais para execução dos serviços.

CLÁUSULA VII - DA RESCISÃO

7. 1- O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por qualquer um dos motivos previstos no inciso I do art. 79 da Lei n.º 8.666/93, contando que haja comunicação escrita da parte interessada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA VIII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

8.1 - Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93, Lei 8.883/94, suas alterações, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA IX - DA VIGÊNCIA

9.1 - O Prazo de validade da resente ATA de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA X - DO FORO

10.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Campos Novos, SC, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato, de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Estando justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins.

Campos Novos - SC, 24 de Abril de 2013

Pela Contratante

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

Pela Contratada

SAIONARA BRANDALISE

SB Transportes Terraplenagem e Comércio Eireli Ltda

TESTEMUNHAS

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA

CPF - 049.807.399-89

NEUSA A. L. DOS SANTOS

CPF - 693.438.029-00

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação de Alteração do Edital de Chamamento Público Nº FMS 01/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC

ALTERAÇÃO DO EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO N.º FMS 01/2013

Objeto: Chamamento Público para Credenciamento de Profissionais para prestação de serviços na área médica, com serviços nas especialidades de Psiquiatria e Neurocirurgia.

Inscrições: A partir de 16 de abril de 2013.

Local para inscrições: Setor de protocolo da Prefeitura do Município de Canoinhas, sito à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro - Canoinhas - SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.

Edital: Edital completo e seus anexos disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br, link - licitações, no local de informações adicionais.

Canoinhas/SC, 15 de abril de 2013.

DA ALTERAÇÃO: Inclusão da possibilidade do credenciamento de Pessoas Jurídicas para prestação dos serviços (item 3.1 do edital).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Edital de Pregão Presencial Nº 39/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 66/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 39/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 04 de junho de 2013, às 14h05min, a abertura das propostas para REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO DIESEL S-10 DESTINADO AO ABASTECIMENTO DE CAMINHÕES DA PREFEITURA, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Informações (47) 3621-7705.

Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Edital de Tomada de Preços Nº 09/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 55/2013
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 09/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 04/06/2013, às 15h15min, Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DE 02 (DUAS) UNIDADES HABITACIONAIS MISTA, COM ÁREA DE 40,00 M², NA RUA FRANCISCO DE PAULA E SILVA, BAIRRO INDUSTRIAL 01, NESTA CIDADE DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 15h00min do dia 04/06/2013. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 7-104/2011

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 7-104/2011
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 132/2011
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 37/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 7-104/2011 referente ao contrato n.º PMC 104/2011. Data do Aditivo: 14/05/2012. Objeto Contratado: IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA AVENIDA GUILHERME PRUST. Contratada: SOCIEDADE INDUSTRIAL E COMERCIAL SICOL LTDA, CNPJ: 83.189.084/0001-80. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. A vigência do contrato que era até 14/05/2013, passará a ser até 14/06/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

FMASC - Processo Licitatório Nº 2/2013 - Pregão Eletrônico Nº 2/2013

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório Nº 2/2013
Pregão Eletrônico Nº 2/2013

OBJETO: Aquisição fracionada de gêneros alimentícios, material de higiene e limpeza e gás de cozinha, para manutenção das atividades do Centro de Convivência da Terceira Idade, para o ano de 2013, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://www.cidadecompras.com.br>, Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 06/06/2013.

MENOR PREÇO UNITÁRIO
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço <https://www.cidadecompras.com.br>
Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.
No sítio: www.capinzal.sc.gov.br
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 16 de Maio de 2013.
MARIA DAGMAR WOLFF SURDI
Pregoeira

FMSC - Processo Licitatório Nº 21/2013 - Pregão Eletrônico Nº 3/2013

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório Nº 21/2013
Pregão Eletrônico Nº 3/2013

OBJETO: Aquisição fracionada de medicamentos para a farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde, para posterior distribuição a população do município, durante o ano de 2013, recursos próprios e da Atenção Básica.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://www.cidadecompras.com.br>, Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 10/06/2013.

MENOR PREÇO UNITÁRIO
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço <https://www.cidadecompras.com.br>
Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.
No sítio: www.capinzal.sc.gov.br
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 16 de Maio de 2013.
MARIA DAGMAR WOLFF SURDI
Pregoeira

FMSC - Processo Licitatório Nº 22/2013 - Pregão Eletrônico Nº 4/2013

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório Nº 22/2013
Pregão Eletrônico Nº 4/2013

OBJETO: Aquisição de material odontológico para uso do Fundo Municipal de Saúde, nas atividades do Setor de Odontologia, no ano de 2013, recursos próprios e da atenção Básica.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://www.cidadecompras.com.br>, Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 07/06/2013.

MENOR PREÇO UNITÁRIO
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço <https://www.cidadecompras.com.br>
Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.
No sítio: www.capinzal.sc.gov.br
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 16 de Maio de 2013.
MARIA DAGMAR WOLFF SURDI
Pregoeira

FMSC = Edital de Credenciamento Nº 002/2013 - Para Laboratórios de Análises Clínicas
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2013
PARA LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS

O Município de Capinzal, através da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital de Credenciamento.

I - DO OBJETO

O presente Edital tem como objeto:

Credenciamento de Laboratório de Análises Clínicas para realização de exames de análises clínicas para a Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, durante o ano de 2013.

O presente edital estará aberto para credenciamento de interessados durante todo o ano de 2013.

O prazo de entrega dos documentos para credenciamento terá início no dia 16/05/2013 até 31/12/2013, no horário de expediente em vigor, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Secretaria da Saúde, sala da diretoria administrativa, RUA ALEXANDRE THOMAZONI, 120 - andar térreo da câmara de vereadores.

HORÁRIO: Das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.
TELEFONE No (0 __49)3555-8716, **FAX** No 3555-8715.

Capinzal - SC, 16 de Maio de 2013.
JANE TEREZINHA SERENA
Secretária da Saúde e Desenvolvimento Social

FMSC = Edital de Credenciamento Nº 003/2013 - Para Serviços Médicos Em Neurologia
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2013
PARA SERVIÇOS MÉDICOS EM NEUROLOGIA

O Município de Capinzal, através da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital de Credenciamento.

I - DO OBJETO

O presente Edital tem como objeto:

1 - Credenciamento de Empresa para realização de consultas médicas em neurologia, eletroencefalogramas e eletroneuromiografias para os pacientes da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

O presente edital estará aberto para credenciamento de interessados durante todo o ano de 2013.

O prazo de entrega dos documentos para credenciamento terá início no dia 16/05/2013 até 31/12/2013, no horário de expediente em vigor, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Secretaria da Saúde, sala diretoria administrativa, RUA ALEXANDRE THOMAZONI, 120 - andar térreo da câmara de vereadores.

HORÁRIO: Das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.
TELEFONE No (0 __49)3555-8716, **FAX** No 3555-8715.

Capinzal - SC, 16 de Maio de 2013.
JANE TEREZINHA SERENA
Secretária da Saúde e Desenvolvimento Social

PMC - Processo Licitatório Nº 81/2013 - Pregão Eletrônico Nº 19/2013
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório Nº 81/2013
Pregão Eletrônico Nº 19/2013

OBJETO: Aquisição de brinquedos para construção da Brinquedoteca conforme convênio nº 009/2012 de 11 de maio de 2012, do Consórcio Machadinho, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://www.cidadecompras.com.br>, Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 04/06/2013.

MENOR PREÇO UNITÁRIO
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:
No endereço <https://www.cidadecompras.com.br>
Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.
No sítio: www.capinzal.sc.gov.br
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, **FAX** Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 16 de Maio de 2013.
MARIA DAGMAR WOLFF SURDI
Pregoeira

PMC - Processo Licitatório Nº 83/2013 - Pregão Eletrônico Nº 20/2013
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório Nº 83/2013
Pregão Eletrônico Nº 20/2013

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene para pessoas em situação de vulnerabilidade social atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de referência Especializado de Assistência Social - CREAS, para fornecimento mediante parecer social, para assistência comunitária, recursos próprios, para o ano de 2013.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://www.cidadecompras.com.br>, Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 05/06/2013.

MENOR PREÇO UNITÁRIO
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:
No endereço <https://www.cidadecompras.com.br>
Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.
No sítio: www.capinzal.sc.gov.br
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, **FAX** Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 16 de Maio de 2013.
MARIA DAGMAR WOLFF SURDI
Pregoeira

PMC = Processo Licitatório Nº 0078/2013 - Concorrência Para Obras e Serviços de Engenharia Nº 002/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0078/2013

Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia Nº 002/2013

OBJETO: Contratação de empresa para execução das obras e serviços para implantação do Sistema de Esgoto Sanitário - SES, nos termos do Projeto da Rede Coletora e da Estação de Tratamento (ETE) do Lot. Santa Maria e Lot. Nova Capinzal, com valor máximo da obra fixado em R\$ 1.618.473,69, por intermédio da CEF, com recursos do Ministério das Cidades, contrato de repasse nº 0352.423-44/2011, programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, até 31/12/2013.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 14:00 horas, para abertura às 14:05 horas do dia 18/06/2013.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO DEVIDO AO GRANDE NÚMERO DE ARQUIVOS SERÁ NO Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744

Capinzal, 16 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito de Capinzal

PMC = Resultado do Leilão - Processo Licitatório Nº 73/2013 - Leilão Nº 001/2013.

RESULTADO DO LEILÃO

Processo Licitatório Nº 73/2013

Leilão Nº 001/2013.

OBJETO:

Alienação de bens móveis inservíveis:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Lance Mínimo R\$
1	1,00	UN	Veículo VW kombi ano 2000, placas MAU-7834	4.000,00

PROPONENTE	VALOR TOTAL R\$
NÃO HOUVE INTERESSADOS	

2	1,00	UN	Veículo VW kombi ano 2000, placas MEJ-6050	5.000,00
---	------	----	--	----------

PROPONENTE	VALOR TOTAL R\$
Casmur Transportes Ltda.	5.300,00

3	1,00	UN	Veículo KIA besta 16 passageiros, ano 2005, placas MGY-2290	15.000,00
---	------	----	---	-----------

PROPONENTE	VALOR TOTAL R\$
Marcelo Coelho Ferreira M.E	20.201,00
Lucas Roberto Heller	25.482,00

4	1,00	UN	Caminhão basculante Ford 13000, ano 1985, placas LWS-0595	15.000,00
---	------	----	---	-----------

PROPONENTE	VALOR TOTAL R\$
NÃO HOUVE INTERESSADOS	

5	1,00	UN	Motocicleta marca Honda, modelo NX-150, ano 1990, placas LWR-2977	500,00
---	------	----	---	--------

PROPONENTE	VALOR TOTAL R\$
Lucas Roberto Heller	612,00
Jaime Paggi.	890,00
Casmur Transportes Ltda.	700,00

6	1,00	UN	Veículo VW Gol 1.0 ano e modelo 2003, placas MBY-1784 - Fumrebom	7.000,00
---	------	----	--	----------

PROPONENTE	VALOR TOTAL R\$
Orivil Fongaro	8.210,00

Os proponentes que ofereceram maiores lances, conforme quadro acima, foram declarados vencedores do presente leilão.

Abre-se vistas ao processo e prazo para interposição de recursos na forma da Lei.

Capinzal, 15 de maio de 2013.

PAULO RONALDO WAMES

LEILOEIRO

PORTARIA Nº 535

FMS Contrato 0058/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0058/2013

Pregão Presencial Nº 9/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal

CONTRATADA: OXIGENIO JOAÇABA COM. DE GASES ATMOSFERI

OBJETO: Aquisição de gás oxigênio para uso das ambulâncias da Secretaria da Saúde e atendimento aos pacientes que realiza oxigenoterapia domiciliar, durante o ano de 2013, recursos próprios.

VALOR R\$: 50.247,00

VIGÊNCIA: 13/05/2013 ate 31/12/2013



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

PMC Contrato 0149/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0149/2013

Pregão Eletrônico Nº 17/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: MARCIO MARCELO ZIMMERMANN & CIA LTDA ME

OBJETO: Aquisição de um distribuidor de adubo orgânico líquido, com a capacidade para 4.000 lt, para as atividades desenvolvidas pela secretaria de Agricultura, recursos do Governo Federal e recursos próprios.

VALOR R\$: 11.380,00

VIGÊNCIA: 13/05/2013 ate 31/12/2013

SIMAE

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº Cao/16/2013

Pregão Presencial Nº CAO/16/2013

Processo Licitatório Nº CAO/0137/2013

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de móveis para escritório.

TIPO: Menor Preço Por Item.

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 29 de maio de 2013.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.com.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 16 de maio de 2013.

FRANCIELI A. DA ROSA

Pregoeira

Catanduvas

PREFEITURA

Decreto Nº 1.896 de 13 de Maio de 2013

DECRETO Nº 1.896, de 13 de maio de 2013.

"ALTERA A DATA DA ETAPA PREPARATÓRIA MUNICIPAL DA 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC) no uso de suas atribuições legais, considerando o Decreto Estadual nº 6231, de 16 de outubro de 2012, a Resolução Normativa nº 14 de 06 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades e o Decreto Municipal nº 1.883 de 27 de março de 2013, decreta:

Art. 1º Fica alterada a data da Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, previamente estipulada para 14 de maio de 2013 (Decreto nº 1.883/2013), para o dia 29 de maio de 2013.

Parágrafo único Mantém-se as demais disposições do Decreto nº 1.883/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 13 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

Primeiro Adendo ao Edital: Processo Licitatório Nº 0042/2013 - Pregão Nº 0017/2013

PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0042/2013

PREGÃO Nº 0028/2013

A Prefeita do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exma. Senhora Gisa Aparecida Giacomini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEIe
CONSIDERANDO solicitação do Setor de Compras e Licitação;

CONSIDERANDO o interesse da Administração Municipal em atribuir excepcional respeito ao princípio constitucional da eficiência;

TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados, a retificação das disposições que constam do Processo Licitatório nº 0042/2013, Pregão n.º 0028/2013, conforme segue:

a) Fica acrescido ao ANEXO I do Edital o item 5.1.8.3, com a seguinte redação:

5.1.8.3 Em caso de indenização integral (básica, furto e roubo), o valor da importância segurada para o item 13 - ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC 150 SD 102 103 HP N 30656 81 Ano/Modelo 2002 - Chassi nº B 1882 fica determinado em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) equivalente ao preço de mercado sendo que a máquina é utilizada em área mista (rural e urbana).

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvas - SC, 15 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal



PEGAS
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria N 192 de 15.05.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 192/2013

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo - Edital nº. 001/2013/SMECE;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário PATRICIA PEREIRA, para exercer as funções do Cargo de Professora ACT - 20 horas, Nível I, no Centro Educacional de Ensino Fundamental, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar como Segundo professor na Turma do 5º ano, no período Vespertino, pelo período de 16.05.2013 a 20.12.2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
15 de maio de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 191 de 15.05.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 191/2013

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com as disposições do art. 12, e do anexo V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Designar ELISIANE FELIPE TOMIOSSO, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, para exercer a função gratificada de Chefe de Serviço, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 2º Fica acrescido ao salário do cargo efetivo, a gratificação de 40% (quarenta por cento), FG - 3, prevista no anexo V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,
15 de maio de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Processo Licitatório Nº 46/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2013

O Município de Chapadão do Lageado torna público o resultado do Processo Licitatório nº 46, Tomada de Preços nº 02/2013.

Objeto: Construção do Centro de Eventos do Município de Chapadão do Lageado/SC, com área total de 1.317,76 m², compreendendo a 2ª e a 3ª Etapa, de acordo com projetos, memoriais descritivos, quadros de quantidades (orçamentos) e cronogramas físico-financeiros e demais documentos pertinentes ao projeto em anexo. FORNECEDOR/VENCEDOR: SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

VALOR: R\$ 705.555,55 (setecentos e cinco mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

HOMOLOGAÇÃO: 15/05/2013.

Chapadão do Lageado (SC), 15 de maio de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 70/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 42/2013 - PM

Nº. do Contrato: 42/2013.

Processo Licitatório nº 18/2013 - PM

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o art. 65, inciso I, alínea b da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual, em virtude do acréscimo quantitativo do objeto contratual pactuado inicialmente.

Valor: O acréscimo quantitativo decorrente do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor contratual na importância de R\$ 3.703,29 (três mil setecentos e três reais e vinte e nove centavos);

DATA DA ASSINATURA: 06 de maio de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 71/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 71/2013 - PM

Nº. do Contrato: 71/2013.

Vigência: 07/05/2013 à 31/12/2013

Processo Licitatório nº 44/2013 - PM

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: JORNAL VALE SUL LTDA ME.

Valor: R\$ 5.984,00 (cinco mil novecentos e oitenta e quatro reais);

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de Jornal Regional (Alto Vale do Itajaí) de circulação semanal em Chapadão do Lageado e Região para publicação de Atos Institucionais e demais matérias de interesse público emanados pelo Poder Executivo de acordo com o Anexo II – Termo de Referência.

As matérias elaboradas pela Administração deverão ser publicadas exatamente no mesmo teor, sem acréscimos, espaços em branco e/ou entrelinhas, conforme repassadas pelos servidores autorizados da Municipalidade.

ITEM	SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
------	---------	---------	------------

1	Contratação de Jornal Regional (Alto Vale do Itajaí) de circulação semanal em Chapadão do Lageado e Região para publicação de Atos Institucionais e demais matérias de interesse público emanados, que deverão ser divulgados na primeira publicação subsequente à autorização da Administração.	Centimetro/Coluna	544
---	--	-------------------	-----

DATA DA ASSINATURA: 07 de maio de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 72/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 72/2013 - PM

Nº. do Contrato: 72/2013.

Vigência: 07/05/2013 à 31/12/2013

Processo Licitatório nº 48/2013 - PM

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: SÉRGIO DOS SANTOS MÓVEIS ME.

Valor: R\$ 23.637,00 (vinte e três mil seiscentos e trinta e sete reais);

Objeto: O Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO, para atender o Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e os demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada
1	AR CONDICIONADO, 9.000 btus, ar quente e frio, sistema split - Com Instalação	Un	3,00
2	AR CONDICIONADO, 12.000 btus, ar quente e frio, sistema split - Com Instalação	Un	10,00
3	AR CONDICIONADO, 18.000 btus, ar quente e frio, sistema split - Com Instalação	Un	1,00
4	AR CONDICIONADO, 24.000 btus, ar quente e frio, sistema split - Com Instalação	Un	1,00

DATA DA ASSINATURA: 07 de maio de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 73/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 73/2013 - PM

Nº. do Contrato: 73/2013.

Vigência: 08/05/2013 à 31/12/2013

Processo Licitatório nº 54/2013 - PM

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: ALVARO SACENTI

Valor: R\$ 14.500,00 (quatorze mil quinhentos reais);

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a Instalação de Sistema de Tratamento de Água para o Centro Educacional Valdemiro Manoel Chiquio, localizado na comunidade de Rio Saltinho, Estrada Geral, s/n, Município de Chapadão do Lageado/SC.

DATA DA ASSINATURA: 08 de maio de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 75/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 75/2013 - PM

Nº. do Contrato: 75/2013.

Vigência: 15/05/2013 à 31/12/2013

Prazo de Execução: 330 (trezentos e trinta) dias;

Processo Licitatório nº 46/2013 - PM

Regime de Execução: Empreitada por preço Global;

Contratante: Município de Chapadão do Lageado/SC.

Contratado/Credenciado: SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Valor: R\$ 705.555,55 (setecentos e cinco mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos);

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de Empresa para a Construção do Centro de Eventos do Município de Chapadão do Lageado/SC, com área total de 1.317,76 m², compreendendo a 2ª e a 3ª Etapa, de acordo com projetos, memoriais descritivos, quadros de quantidades (orçamentos) e cronogramas físico-financeiros e demais documentos pertinentes ao projeto em anexo.

1.1 Considera-se:

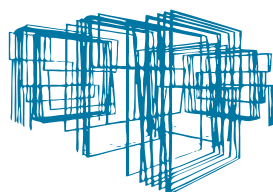
2ª ETAPA: A Execução de Serviços Iniciais; Pré Moldado; Infra-Estrutura; Supra-Estrutura; Paredes; Cobertura e Revestimento do Centro de Eventos no Município de Chapadão do Lageado/SC, vinculada ao Contrato de Repasse Nº 0364866-51/2011 - Objeto: Construção de um Centro de Eventos - 2º Etapa.

3ª ETAPA: A Execução de Pisos; Rampa; Forro; Instalações Elétricas; Instalações Hidrossanitárias; Prev. Contra Incêndio; Esquadrias; Pintura e Limpeza da Obra do Centro de Eventos no Município de Chapadão do Lageado/SC, vinculada ao Contrato de Repasse nº 0385293-73/2012 - Objeto: Construção de um Centro de Eventos - 3º Etapa.

DATA DA ASSINATURA: 15 de maio de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal



Programa de
Gestão de Obras



Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº 6/2013 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2013 - FMS

Objeto: Aquisição de materiais de consumo médico e odontológico para as unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no(s) anexo(s) "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 28/05/2013.

Início da Sessão: dia 28/05/2013, às 08h e 30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 15 de maio de 2013.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Extrato 1º TA Contrato Nº 30/2013 - Fumas

Contrato Nº : 30/2013/2013

Aditivo Nº : 1ºTA/2013

Tipo Aditivo : Outros

Contratante : FUNDO DE ASSISTENCIA AO SERVIDOR - FUMAS

Contratada : FST SERVICOS MEDICOS SOCIEDADE SIMPLES S S

Licitação : Inexigibilidade 1/2013

Objeto : CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS INTERESSADAS NA PRESTACAO DE SERVICO MEDICO, HOSPITALAR, LABORATORIAL E DE FISIOTERAPIA, NUTRICAO, FONOAUDIOLOGIA E PSICOLOGIA, EXAMES COMPLEMENTARES PARA DIAGNOSTICO E TRATAMENTO AOS SEGURADOS NOMINADOS PELA LEI COMPLEMENTAR N 163. DE 26 07 99 E DECRE TO N 4.155 DE 16 09 99. 1º Termo Aditivo ao contrato inicial 30/2013, referente inclusão do Dr. Davi Tesser Neto, para atendimento na area de Otorrinolaringologia.
Vigência : Início: 02/05/2013 Término: 31/12/2013
Assinatura : 02/05/2013

Dotação : 284 - 18.001.2352.3339039500000000.02000000

Dotação : 309 - 18.001.2352.3339039500000000.06000000

Extrato Contrato Nº 11/2013 - Fmec

Contrato Nº : 11/2013

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : RAISA TURISMO LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 5/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte de passageiros das delegações da FMEC de forma a viabilizar a participação em competições esportivas, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.
Vigência : Início: 10/05/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura : 10/05/2013

Valor R\$: 227.700,00 (Duzentos e Vinte e Sete Mil e Setecentos Reais)

Dotação : 185 - 20.001.2452.3339039270000000.01000000

Extrato Contrato Nº 3/2013 - FMC

Contrato Nº : 3/2013

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : ORTOBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ORTOPE-DIA LTDA

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 1/2013

Objeto : Contratação de serviços de empresa, do ramo de elevadores, para aquisição e instalação de 01 (um) elevador e 01 (uma) plataforma elevatória, para o Centro Cultural Concórdia.

Vigência : Início: 06/05/2013 Término: 05/05/2015

Assinatura : 06/05/2013

Valor R\$: 116.490,00 (Cento e Dezesesseis Mil e Quatrocentos e Noventa Reais)

Dotação : 200 - 19.001.2403.3449051980000000.01000000

Extrato Contrato Nº 48/2013 - FUMAS

Contrato Nº : 48/2013

Contratante : FUNDO DE ASSISTENCIA AO SERVIDOR - FUMAS

Contratada : COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DE CONCORDIA E REGIAO

Licitação : Inexigibilidade 3/2013

Objeto : Credenciamento de empresas interessadas na prestação de serviço médico, hospitalar, laboratorial, fisioterapia, nutrição, fonoaudióloga, psicologia, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na lei Complementar nº 163, de 26 de julho de 1999 e Decreto nº 4155, de 16 de setembro de 1999.

Vigência : Início: 02/05/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura : 02/05/2013

Valor R\$: 400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais)

Dotação : 284 - 18.001.2352.3339039500000000.02000000

Adendo 02 ao Edital Concorrência Nº 2/2013 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 02 AO EDITAL CONCORRÊNCIA Nº 2/2013 PMC

O Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: seleção de empresa(s) para outorga de Concessão de Direito Real de Uso de 5 (cinco) lotes de terra nua, conforme previsão expressa nas Leis Complementares Municipais no 477, de 18/12/06 e nº 253, de 20/11/2002 sendo todos localizados na Área Industrial do Município, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimento do ramo industrial, de acordo com as normas estabelecidas no Edital e com o Anexo "D", foi alterado.

Em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/1993, o prazo para recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO e 02 - PROPOSTA TÉCNICA, contendo, respectivamente, a documentação de habilitação e a proposta técnica dos interessados, fica alterado para dia 01 de julho de 2013 até as 16:00 horas, sendo que a sessão de abertura da licitação, fica alterada para o dia 02 de julho de 2013 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão,

em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 15 de maio de 2013.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Comunicação de Indeferimento de Recurso - Pregão Presencial Nº 43/2013 - PMC
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2013 - PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível contratação durante o exercício de 2013, de serviços de limpeza de fossas, caixas de água, desinsetização e desratização para atender as necessidades das unidades administrativas, Fundo e Fundações, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Presidente da Comissão de Licitações torna público que na data de 14/05/2013 foi INDEFERIDO o recurso administrativo interposto pela licitante: DESINSECT ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. De consequência, fica inalterado o julgamento proferido na sessão do dia 30/04/2013, prosseguindo o processo para adjudicação e posterior homologação do objeto licitado. Fica a disposição das licitantes, se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à diretoria de compras.

Concórdia, SC, 15 de maio de 2013.
NAIR KOPPE VOGT
Pregoeira

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 15/2013
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2013

A Secretária Municipal Administração, torna público que ratificou o ato do senhor Carlos Fernando Comassetto, Diretor Administrativo, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 14 de maio de 2013, para contratação de empresa do ramo de seguros para segurar as dependências do Centro Administrativo Municipal, a favor da empresa MUNDOSEG CORRETORA DE SEGUROS SOCIEDADE SIMPLES LTDA, no valor total de R\$ 2.737,65 (dois mil, setecentos e trinta e sete reais e sessenta e cinco centavos).

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Balanco Financeiro Abril 2013 - Iprecon
- Balanco Financeiro Abril 2013 - IPRECON

**IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCORDIA**

AN TC-05 Balanco Financeiro
Período de Referência: Abril / 2013

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIAS	2.007.828,93	4.951.267,18	ORÇAMENTÁRIA	415.035,40	1.998.078,67
Receitas Orçamentárias	2.007.828,93	4.951.267,18	Despesas Correntes	415.035,40	1.967.948,67
Receitas Correntes	1.472.498,43	2.778.551,13	Pessoal e Encargos Sociais	17.940,11	73.811,69
Receita Tributária	0,00	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receita de Contribuições	267.700,32	1.065.237,59	Outras Despesas Correntes	397.095,29	1.894.136,98
Receita Patrimonial	812.591,01	1.253.699,83	Despesas de Capital	0,00	130,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Investimentos	0,00	130,00
Receita Industrial	0,00	0,00	Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	Amortização da Dívida	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	Despesas Intraorçamentárias	0,00	30.000,00
Outras Receitas Correntes	392.207,10	459.613,71	Despesas Intraorçamentárias Correntes	0,00	30.000,00
(-) Deduções das Receitas Correntes	0,00	0,00	Despesas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	535.330,50	2.172.716,05			
(-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias Correntes	0,00	0,00			
Receitas de Capital	0,00	0,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00	0,00			
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	487.237,23	2.277.190,92	EXTRAORÇAMENTÁRIA	1.497.706,43	3.051.983,73
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	72.201,83	278.485,47	Depósitos	72.201,83	278.485,47
Consignações	11.533,04	42.832,55	Consignações	11.533,04	42.832,55
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	60.668,79	235.652,92	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	60.668,79	235.652,92
Restos a Pagar	415.035,40	1.998.078,67	Restos a Pagar	425.504,60	1.773.498,26
Obrigações a Pagar	415.035,40	1.998.078,67	Obrigações a Pagar	425.504,60	1.773.498,26
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Valores Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Valores Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	626,78	Decréscimos Patrimoniais	1.000.000,00	1.000.000,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	61.556.804,37	59.960.733,00	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	62.139.128,70	62.139.128,70
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	11.294,75	894.363,06	Bancos Conta Movimento	22.940,51	22.940,51
Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	61.545.509,62	59.066.369,94	Investimentos do RPPS	62.116.188,19	62.116.188,19
TOTAL	64.051.870,53	67.189.191,10	TOTAL	64.051.870,53	67.189.191,10

Notas:

ONEIDE BERTOLINI
Contadora

LUCILENE L. LAZZAROTTI
Diretora-Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N. 370/2013

DECRETO Nº370/2013, DE 13 DE MAIO DE 2013

“REVOGA DECRETO Nº 274/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 274/2013, que institui, horário especial, aos Servidores Municipal, Sr. SILVANO ANDREIS GABRIEL, das 7 às 13 horas e MAICON ADÃO DEFILTRO, das 13 às 19 horas, lotados na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, excepcionalmente, visando suprir necessidades da Secretaria, necessitando otimizar o sistema com 2 operadores no mesmo trator agrícola, a partir de 08/04/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 13 de maio de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 371/2013

DECRETO Nº371/2013, DE 14 DE MAIO DE 2013

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto Nº 067/2010, DECRETA

Art. 1º Conceder 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, a Servidora Municipal, Sra. DAIANE FÁVERO, ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico do Ensino Fundamental, 20 horas semanal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 14 de maio de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 372/2013

DECRETO Nº372/2013, DE 15 DE MAIO DE 2013

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto Nº 067/2010, DECRETA

Art. 1º Conceder 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra. SANDRA FIGUEIRÓ PEDROSO CENCI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 15 de maio de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Extrato Aviso de Licitação- Concorrência 001/2013

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA tipo MENOR PREÇO, de acordo com a Lei 8.666/93, e normas estabelecidas no Edital. Processo Administrativo n. 57/2013
Edital: Concorrência n. 001/2013
Tipo: Menor preço global.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa prestação de serviços de telecomunicação, necessários a implantação, operação, manutenção e gerenciamento de internet e telefonia fixa das localidades constantes no anexo I do edital, e fornecimento de acessos concentrados para formação de uma rede privada (intranet) sem conexão a internet com equipamentos, baseada em cabeamento de fibra óptica e rádio digital.
Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 18/06/2013
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 18/06/2013
O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 15 de maio de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Edital Homologação das Inscrições Processo Seletivo Edital 005/2013

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N. 005/2013

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES RELATIVO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº. 005/2013, PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO PODER EXECUTIVO DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Alceu Mazzioni, Prefeito do Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em obediência ao que determina o item 5.1 do Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 005/2013, e demais disposições legais, RESOLVE,

a homologação das inscrições, conforme segue:

I - INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Cargo: Professor	
Nº Insc.	Nome do Candidato
001	Jéssica Gabriel
002	Neiomi Elisabete Triches
003	Daiane Fávero
004	Larisa Carolini Gáspari

II - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

A prova escrita será obrigatória para todos os candidatos/cargos, independente de qualquer outra condição, sob pena de eliminação sumária da seleção, será realizada no dia 15 de maio de 2013, na cidade de Cordilheira Alta, das 08:30 às 11:30 horas, no Auditório da Prefeitura Municipal, na Rua Celso Tozzo, nº 27, centro, Cordilheira Alta - Santa Catarina.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cordilheira Alta (SC),
em 14 de maio de 2013.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº. 582/2013

DECRETO Nº. 582/2013

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.086/2012 de 13 de dezembro de 2012,
DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 22,49 (vinte e dois reais e quarenta e nove centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.3.90.00.00.00.00	0.3.00.24	Aplicações Diretas	22,49
TOTAL			22,49

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2012, fonte 03.00.24 - Transferências de Convênios - Outros, no valor de R\$ 22,49 (vinte e dois reais e quarenta e nove centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 08 de abril de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Registrado e Publicado o presente Decreto, nesta Secretaria de

Administração e Fazenda aos oito dias do mês de abril de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 584/2013

DECRETO Nº. 584/2013

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.086/2012 de 13 de dezembro de 2012,
DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 134,12 (cento e trinta e quatro reais e doze centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
015.451.0040.1003		Pavimentação e Conservação de Área Urbana	
4.4.90.00.00.00.00	0.3.00.24	Aplicações Diretas	134,12
TOTAL			134,12

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2012, fonte 03.00.24 - Transferências de Convênios - Outros, no valor de R\$ 134,12 (cento e trinta e quatro reais e doze centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 15 de abril de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Registrado e Publicado o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos quinze dias do mês de abril de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 590/2013

DECRETO Nº. 590/2013

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.086/2012 de 13 de dezembro de 2012,
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
09.000		Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
09.001		Manutenção da Assistência Social	
008.244.0064.2011		Manutenção do Departamento de Assistência Social	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.63	Aplicações Diretas	4.000,00
TOTAL			4.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
09.000	Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação		
09.001	Manutenção da Assistência Social		
008.244.0064.2011	Manutenção do Departamento de Assistência Social		
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.63	Aplicações Diretas	4.000,00
TOTAL			

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 13 de Maio de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos treze dias do mês de Maio de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2529/13

PORTARIA Nº 2529/13

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. ADRIANE KISTER VETTERLEIN.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ADRIANE KISTER VETTERLEIN, a partir de 18 de abril de 2013, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2013, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na CEI Franz Dorn, em virtude de substituição da Professora Roberta de Oliveira Silva Dresch, que está sob júdice solicitando afastamento por impossibilidade laboral junto ao INSS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 18 de abril de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 24 de abril de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2538/13

PORTARIA Nº 2538/13

NOMEIA O SR. UIRAJÁ DA ROSA RODRIGUES JÚNIOR PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE ESPORTE E RENDIMENTO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, o Sr. UIRAJA DA ROSA RODRIGUES JÚNIOR para o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Esporte e Rendimento, percebendo a remuneração prevista no fator 28 do Anexo XI da Lei Municipal nº 014/09, e suas alterações.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 02 de Maio de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2539/13

PORTARIA Nº 2539/13

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, A SRA VALÉRIA ASSIS DE OLIVEIRA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. VALÉRIA ASSIS DE OLIVEIRA, aprovada e classificada em 3º lugar, no Concurso Público nº 001/2010, para o cargo de Assistente Administrativo, com vencimento mensal fator 15, carga horária de 35 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 02 de maio de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2540/13

PORTARIA Nº 2540/13

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, O SR. RICARDO ANTONIO BUENO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. RICARDO ANTONIO BUENO, a partir de 02 de maio de 2013, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2013, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na EMEF Francisco Mees e CEJAC, em virtude da substituição da Professora Grace Raquel Benkendorf Raasch, que está atuando como Conselheira Tutelar e da Professora Cleia Werner que encontra-se no laboratório EMEF Francisco Mees, lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 02 de maio de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2541/13

PORTARIA Nº 2541/13

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. THAISE JUNCKES MATHEDI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. THAISE JUNCKES MATHEDI, a partir de 02 de Maio de 2013, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2013, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar na EMEF Aluísio Carvalho de Oliveira, em virtude da substituição da Professora Grace Raquel Benkendorf Raasch, que está atuando como Conselheira Tutelar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 02 de Maio de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2542/13

PORTARIA Nº 2542/13

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, O SR. IVO MELCHERT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. IVO MELCHERT, a partir de 02 de maio de 2013, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2013, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar na EMEF Aluísio Carvalho de Oliveira e EMEF Francisco Mees, em virtude da substituição da funcionária Cristina Kohls que está afastada para tratamento de saúde, lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 02 de maio de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2543/13

PORTARIA Nº 2543/13

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA, O SR. GABRIEL FRANCO VIEIRA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. GABRIEL FRANCO VIEIRA, a partir de 02 de maio de 2013, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2013, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Médico de Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no ESF 2, em virtude da ausência de candidato aprovado em concurso público, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 02 de maio de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2544/13

PORTARIA Nº 2544/13

NOMEIA A SRA. GRACE RAQUEL BENKENDORF RAASCH, PARA O CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e combinando com a Lei Municipal nº 1612/2005, de 20 de setembro de 2005,

CONSIDERANDO o processo de eleição dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizado sob o edital nº 002/2012/CMDCA/Corupá;

CONSIDERANDO o resultado final dos membros do CMDCA e sua classificação,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado a Sra. GRACE RAQUEL BENKENDORF RAASCH, para ocupar o cargo de Conselheira Tutelar, com a carga horária remunerada de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 02 de Maio de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2545/13

PORTARIA Nº 2545/13

DIMINUI CARGA HORÁRIA DA JORNADA DE TRABALHO DA CONSELHEIRA TUTELAR REINTRAUD MENESTRINA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e combinando com a Lei Municipal nº 1612/2005,

RESOLVE:

Art. 1º- Diminuir a carga horária, a pedido da servidora REINTRAUD MENESTRINA, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 02 de Maio de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2546/13

PORTARIA Nº 2546/13

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA ADEMILDE PANNACE PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar a servidora ADEMILDE PANNACE, ocupante do cargo de Assistente Social efetiva, portadora da CNH Registro nº 00776149451, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 06 de Maio de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2547/13

PORTARIA Nº 2547/13

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA KÁTIA THAISE DUARTE DOS SANTOS PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar a servidora KÁTIA THAISE DUARTE DOS SANTOS, ocupante do cargo de Psicóloga efetiva, portadora da CNH Registro nº 03350564007, categoria B, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 06 de Maio de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2548/13

PORTARIA Nº 2548/13

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA MAGLIANE CRISTINA SIVERIS PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar a servidora MAGLIANE CRISTINA SIVERIS, ocupante do cargo de Assistente Social ACT, portadora da CNH Registro nº 02867886460, categoria B, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 06 de Maio de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2549/13.

PORTARIA Nº 2549/13.

NOMEIA LUANA TALITA ROCHA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA EXECUTIVA DE GOVERNO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. LUANA TALITA ROCHA, para o cargo de Diretora Executiva de Governo, percebendo a remuneração prevista no fator 38 do Anexo XI da Lei Municipal nº 014/09, e suas alterações.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 06 de Maio de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2550/13

PORTARIA Nº 2550/13

NOMEIA A SRA. LUANA TALITA ROCHA, DIRETORA EXECUTIVA DE GOVERNO, PARA RESPONDER CUMULATIVAMENTE PELO CARGO DE CONTADORA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica nomeada a Sra. LUANA TALITA ROCHA para responder cumulativamente sem remuneração pelo cargo de Contadora da Prefeitura Municipal, Fundação e Autarquia, interinamente.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 09 de maio de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2554/13

PORTARIA Nº 2554/13

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ACT, A SRA. ADRIANA KLAUMANN.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ADRIANA KLAUMANN, a partir de 09 de Maio de 2013, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2013, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Agente Comunitário de Saúde ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no ESF 2, em virtude de substituição da Sra. Elizângela do Carmo Godinho Porsch, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 10 de Maio de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2555/13

PORTARIA Nº 2555/13

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ACT, A SRA. MARIA ELÉIA GANSKE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. MARIA ELÉIA GANSKE, a partir de 10 de Maio de 2013, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2013, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Agente Comunitário de Saúde ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no ESF 4, em virtude de substituição da Sra. Lucia Kwiatkowski Fischer que se encontra em afastamento por problemas de saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 10 de Maio de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2556/13

PORTARIA Nº 2556/13
DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA ADRIANE GARCIA DA SILVA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar a servidora ADRIANE GARCIA DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Agrimensor efetiva, portadora da CNH Registro nº 02789366680, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 10 de Maio de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2557/13

PORTARIA Nº 2557/13
NOMEIA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA, PARA ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL E SUA UTILIZAÇÃO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e, combinando com o art. 53 da Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Comissão de Avaliação Sócio-Econômico, para análise das características do imóvel e sua utilização, representado por:

- ELIZETE CARDOSO

Cargo: Assistente Social - Matrícula nº 8717-01

- SILVANA WILLE KLETTENBERG

Cargo: Assistente Administrativa - Matrícula nº 7971-01

- SILVANA ZOLETTI DA SILVA FERNANDES

Cargo: Assistente Social - Matrícula nº 7456-05

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1712/12 de 02 de fevereiro de 2012.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 10 de Maio de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2558/13

PORTARIA Nº 2558/13
AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO PROFESSOR II, O SR ANTÔNIO FRANCISCO DE SOUZA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. ANTÔNIO FRANCISCO DE SOUZA, aprovado e classificado em 7º lugar, no Concurso Público nº 001/2010, para o cargo de Professor II, para o vencimento mensal de nível II, carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01º de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 10 de maio de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2559/13

PORTARIA Nº 2559/13
AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO PROFESSOR II, A SRA. ELIZETE KIATKOWSKI CARVALHO DE LIMA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ELIZETE KIATKOWSKI CARVALHO DE LIMA, aprovada e classificada em 8º lugar, no Concurso Público nº 001/2010, para o cargo de Professora II, para o vencimento mensal de nível II, carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 11 de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 10 de maio de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2560/13

PORTARIA Nº 2560/13

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO PROFESSOR II, A SRA. FRANCIELI BRONSTRUP.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. FRANCIELI BRONSTRUP, aprovada e classificada em 2º lugar, no Concurso Público nº 001/2010, para o cargo de Professora II, para o vencimento mensal de nível II, carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 10 de maio de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2561/13

PORTARIA Nº 2561/13

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO ENFERMEIRO ESF, A SRA. DAIANE BOTECA URACH.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. DAIANE BOTECA URACH, aprovada e classificada em 6º lugar, no Concurso Público nº 001/2010, para o cargo de Enfermeira ESF, para o vencimento mensal de fator 31, carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 14 de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 10 de maio de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2562/13

PORTARIA Nº 2562/13

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO MERENDEIRA, A SRA. ISONÉIA DOS SANTOS KELNER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ISONÉIA DOS SANTOS KELNER, aprovada e classificada em 9º lugar, no Concurso Público nº 001/2010, para o cargo de Merendeira, para o vencimento mensal de fator 02, carga horária de 44 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 18 de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 10 de maio de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2563/13

PORTARIA Nº 2563/13

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO MERENDEIRA, A SRA. CRISTIANE TAMANINI ALCÂNTARA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. CRISTIANE TAMANINI ALCÂNTARA, aprovada e classificada em 10º lugar, no Concurso Público nº 001/2010, para o cargo de Merendeira, para o vencimento mensal de fator 02, carga horária de 44 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 03 de Abril de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 10 de maio de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Pregão Presencial 024/13 - Registro de Preço

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO -

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 024/13

REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO:Eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE ARTESANATO(TECIDOS), PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS COM VULNERABILIDADE SOCIAL CADASTRADAS NOS PROGRAMAS SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 16/05/2013, às 09h00min do dia 28/05/2013.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 28/05/13.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: licitacao@corupa.sc.gov.br.

Corupá, 16 de Maio de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 025/13 - Registro de Preço

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO -

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 025/13

REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO:Eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE ARTESANATO PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS COM VULNERABILIDADE SOCIAL CADASTRADAS NOS PROGRAMAS SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 16/05/2013, às 14h00min do dia 28/05/2013.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 28/05/13.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: licitacao@corupa.sc.gov.br.

Corupá, 16 de Maio de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Curitibanos**PREFEITURA****Decreto Nº 4.286/2013**

DECRETO Nº 4.286/2013

RETIFICA VALORES DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONSTANTES DO DECRETO Nº 4.260/2013

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos :

DECRETA

Art. 1º. Ficam retificados os valores do superávit financeiro apurado para o exercício de 2013 do Fundo Municipal de Saúde alterando o artigo 7º do Decreto n. 4.260/2013 que passa a ter a seguinte redação:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTES DE RECURSO	VALOR
- Recurso Ordinário	R\$ 24.387,86
- Recurso SUS UNIÃO - VIG. EM SAÚDE	R\$ 56.144,40
- Recurso SUS UNIÃO - ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 158.597,25
- Recurso SUS UNIÃO - ASSIST. FARMACÊUTICA	R\$ 31.325,69
- Recurso SUS UNIÃO - MAC	R\$ 18.859,13
- Recurso Investimento SUS União	R\$ 10,76
- Recurso SAMU-MUNICÍPIOS	R\$ 134,57
- Recurso SUS ESTADO -	R\$ 275.397,49

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 10 de maio de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos dez dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal.

CARINE TATSCH

Secretário Municipal de Saúde

Edital de Pregão Presencial Nº 108/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie; com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para aquisição de pneus 185/65 R15 para manutenção das viaturas MGQ-5575 e MHB-7681, da 24ª CIRETRAN - Polícia Civil de Curitibanos/SC. Conforme Anexo I deste Edital. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 05/06/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 05/06/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e

Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 13 de Maio de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 109/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2013

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a aquisição de materiais de construção para manutenção da rampa de largada (Gate) da Pista de Bicicross, conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 05/06/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 05/06/2013, será realizada Sessão Pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 13 de Maio de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 110/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2013

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie; com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO COM INFORMAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO DE Curitiba, A SER DISTRIBUÍDO AO PÚBLICO VISITANTE DA EXPOCENTRO 2013. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 06/06/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 06/06/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 14 de Maio de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL
Pregoeiro

Contrato Nº.: 257/2013

Contrato Nº.: 257/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Litocenter Serviços Médicos Ltda EPP

Valor : 6.880,00 (seis mil oitocentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 13/05/2013 Término: 13/05/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 10/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : A realização de procedimentos de Litotripsia a fim de atender as necessidades da população de Curitiba durante o ano de 2013 e os seguintes, observado o limite de prazo estabelecido pela lei 8.666/93 para a contratação de serviços a serem prestados de forma continuada.

Curitiba, 14 de Maio de 2013

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Extrato de Contrato Contrato Nº. 0012/2013

Estado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Contrato Contrato nº. 0012/2013 Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Adeval bike Papelaria e bazar Ltda ME Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de expediente destinados a casa da criança e peti Valor: R\$ 2.981,51 (dois mil novecentos e oitenta e um reais e cinquenta e um centavos) Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0004/2013, na Modalidade Tomada de Preços nº 0001/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de abril de 2013.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Contrato Nº. 0013/2013

Estado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Contrato Contrato nº. 0013/2013 Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Jandira Capellaro Rodrigues e Cia Ltda ME Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de expediente destinados a casa da criança e peti Valor: R\$ 1.174,81 (mil cento e setenta e quatro reais e oitenta e um centavos) Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0004/2013, na Modalidade Tomada de Preços nº 0001/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de abril de 2013.

EDEGAR GIORDANI,
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Contrato Nº. 0083/2013

Estado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Contrato Contrato nº. 0083/2013 Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Rosecler Justina Feo Objeto: Aquisição de forma parcelada de mercadorias e produtos para a merenda escolar do ensino infantil e fundamental das escolas de Faxinal dos Guedes Valor: R\$ 11.947,60 (onze mil

novecentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos) Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0039/2013, na Modalidade Tomada de Preços nº 0002/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de abril de 2013.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal.

Forquilha

PREFEITURA

Decreto Nº. 049, de 19 de Abril de 2013.

DECRETO Nº. 049, DE 19 DE ABRIL DE 2013.

NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPORER CONSELHO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei nº. 1.323, 21 de novembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Administração do Regime Próprio de Previdência, os seguintes membros:

I - Representantes do Governo Municipal indicados pelo Poder Executivo:

a) Titulares: Andressa Westrup Wernke e Elisandra Colombo Donato;

b) Suplentes: Jadna Colombo Pereira e Paula Pokamaja Teixeira.

II - Representantes do Governo Municipal indicados pelo Poder Legislativo:

a) Titular: Vaudriana Savi;

b) Suplente: Neiro José Padilha.

III - Representantes dos segurados ativos indicados pelo Sindicato dos Servidores Municipais:

a) Titulares: Jerson da Silva Mota e Valmir Hobold;

b) Suplentes: Armando Sartor e Alice Ronchi.

IV - Representantes dos servidores inativos e pensionistas indicados pelo Sindicato dos Servidores Municipais:

a) Laurita Preis;

b) Tecla Backes Martins.

Art.2º Caberá à servidora Andressa Westrup Wernke a presidência do Conselho de Administração com a suplência da servidora Elisandra Colombo Donato.

Art. 3º O exercício do cargo no Conselho Gestor do Fundo Municipal de Previdência dos Servidores de Forquilha será considerado serviço público relevante sem ônus para o Município.

Art. 4º O exercício do cargo no Conselho Gestor do Fundo Municipal de Assistência dos Servidores de Forquilha será considerado serviço público relevante sem ônus para o Município.

Art. 5º A vigência deste Decreto será de 02 (dois) anos.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 19 de abril de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 19 de abril de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 050, de 19 de Abril de 2013.

DECRETO Nº. 050, DE 19 DE ABRIL DE 2013.

cria o Fórum Municipal de Educação do Município de Forquilha.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a portaria do MEC Nº1407 de 14 de dezembro de 2010. Considerando as deliberações da Conferência Nacional de Educação - CONAE/2010; considerando a necessidade de traduzir, no conjunto das ações da Secretaria de Educação, políticas educacionais que garantam a democratização da gestão e a qualidade social da educação,

DECRETA:

Art. 1º O Fórum Municipal de Educação de Forquilha, de caráter permanente, tem por finalidade coordenar a Conferência Municipal de Educação, o Plano Municipal de Educação, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações, e promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Nacional de Educação.

Art. 2º Compete ao Fórum Municipal de Educação:

I - Convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Nacional de Educação, etapa municipal, bem como divulgar suas deliberações;

II - Elaborar o Regimento Interno, bem como o da Conferência Nacional de Educação- Etapa Municipal;

III - Oferecer suporte técnico às escolas e entidades educacionais para a organização do dia da CONAE na escola e na sua entidade;

IV - Acompanhar e avaliar o processo de implantação das deliberações da Conferência Nacional de Educação, etapa municipal;

V - Planejar e organizar espaços de debates sobre a Política Municipal de Educação;

VI - Elaborar o Plano Municipal de Educação;

Art. 3º O Fórum Municipal de Educação será integrado por membros representantes dos seguintes órgãos e entidades:

a) Secretaria Municipal de Educação;

b) Representante do Conselho Municipal de Educação - CME;

c) Representante de pais de alunos;

d) Representante dos Diretores municipais, estaduais e particulares;

e) Representante dos profissionais da Educação municipal, estadual e particular;

f) Representante dos Estudantes, estaduais e particulares;

g) Representante dos Estudantes Universitários;

h) Representante da Educação de Jovens e adultos;

i) Representante da Entidade de Educação Especial;

j) Representante do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente - CMDCA;

k) Representante da Câmara de Vereadores;

Art. 4º Os representantes de que trata o art.3º serão indicados pelos titulares e dirigentes dos órgãos e entidades a que pertencem e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º A estrutura e os procedimentos operacionais do Fórum Municipal de Educação de Forquilha serão definidos no seu Regimento Interno, aprovados em reunião convocada para este fim, observadas as disposições deste decreto.

Parágrafo único. O Fórum será coordenado pela Secretaria de Educação.

Art. 6º O Fórum, a Conferência Nacional de Educação - etapa municipal, a implementação do Plano Municipal de Educação, estarão administrativamente vinculada a Secretaria de Educação de Forquilha, para garantir seu funcionamento.

Art. 7º Os representantes de que trata o art.3º deste Decreto, não receberão qualquer tipo de remuneração por sua atuação, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 19 de abril de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 19 de abril de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 051, de 19 de Abril de 2013.

DECRETO Nº. 051, DE 19 DE ABRIL DE 2013.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME, DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Portaria MEC Nº 1.407, de 14 de dezembro de 2010. Considerando a composição do Fórum Municipal de Educação,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Fórum Municipal de Educação de caráter permanente, do município de Forquilha / SC, composto pelos seguintes membros:

I - Sonia Regina Silveira Gonçalves, Rosane Gava Padoin, Daiana Candido da Silveira Minatto, Carlene da Silva Forgiarini, Ana Lucia da Silva, Maria Aparecida Motta Steiner, Eva Moro Botelho Hoepers, Mariane Rocha Niehues e Sonia Regina Alamini como representantes da Secretaria de Educação;

II - Daiane Savi, representante do Conselho Municipal de Educação;

III - Gislane Fábio Carboni, representante de pais de alunos;

IV - Janaina Benincá Machado e Jucelma da Silva Martins Beretta representantes dos Diretores Municipais;

V - Nisete Nuernberg Manica, representante dos Diretores Estaduais;

VI - Mariléia Preis de Faveri, representante dos Diretores Particulares;

VII - Maria Edilene Brognoli, Alessandra Luiz Beretta e Zilda Horr, representantes dos profissionais da rede municipal de ensino;

VIII - Valdirene Fernandes, representante dos profissionais da rede estadual de ensino;

VX - Maria Liberaci Motta Bristot, representante dos profissionais da rede particular de ensino;

X - Bruno Piccolo, representante da rede estadual de ensino;

XI - Paloma Braga Garcia, representante da rede particular de ensino;

XII - Daniela Faraco Peruchi, representante dos Estudantes Universitários;

XIII - Karla Karoline Gava, representante da Educação de Jovens e Adultos;

VX - Perpétua Rocha Búrigo, representante da Entidade de Educação Especial;

XV - Mabel Tibes da Silva, representante do Conselho Municipal do

Direito da Criança e do Adolescente - CMDCA;
XVI - Dimas Kammer, representante da Câmara de Vereadores.

Art. 2º Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Forquilha/SC, 19 de abril de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 19 de abril de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Aviso de Licitação **AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 76/PMF/2013.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de mobiliário escolar, através de empresas do ramo pertinente, em atendimento às Escolas da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 29 de maio de 2013 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: licitações@forquilha.sc.gov.br e processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 15 de maio de 2013.
VALDECIR TISCOSKI
Pregoeiro

Aviso de Licitação **AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 78/PMF/2013.

OBJETIVO: aquisição de forma parcelada de "galerias de concreto pré-moldado", para uso em diversos locais do Município de Forquilha/SC, conforme ABNT NBR 15.396/2006, durante o exercício de 2013.

DATA DE ABERTURA: Dia 28 de maio de 2013 às 10:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 15 de maio de 2013.
VALDECIR TISCOSKI
Pregoeiro

Aviso de Licitação **AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 79/PMF/2013.

OBJETIVO: aquisição de extintores novos contra princípio de incêndio e recargas, para instalação em diversos veículos e prédios públicos do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 28 de maio de 2013 às 14:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do

Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 15 de maio de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Extrato de Contrato FMS Nº. 45/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 45/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ORLEANS INFORMÁTICA LTDA. ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de equipamentos, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 81531.16200/1120-20 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 6.986,00 (seis mil novecentos e oitenta e seis).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 10/2013.

DATA DA ASSINATURA - 07 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 103/PMF/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 103/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME

OBJETO - Constitui objeto do presente Contrato a aquisição pelo CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, de Materiais didáticos, através de empresas do ramo pertinente, para atendimento as escolas da rede municipal de ensino básico do município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 17.229,18 (dezessete mil duzentos e vinte e nove reais e dezoito centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 0501.2014.3390 (47).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite Nº 56/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 03 de maio de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 83/PMF/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 83/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestar serviços na manutenção e instalação da iluminação pública municipal, durante o exercício de 2013, no Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 70.158,00 (setenta mil cento e cinquenta e oito reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 0701.2037.3390 (98).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite Nº 46/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 15 de abril de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 94/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 94/2013

COMODATÁRIO - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMANDANTE - Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA

OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a entrega gratuita (comodato) de uma área de 896,51m² (oitocentos e noventa e seis metros, cinquenta e um centímetros quadrados), do imóvel devidamente matriculados sob os nºs. 2.622 e 2.623, em 09.5.2007, junto ao Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha/SC.

VALOR - Fica, desde já, ajustado, que após o decurso do prazo do presente comodato, o COMODATÁRIO e a COMANDANTE firmarão um contrato de aluguel da área acima descrita do imóvel no valor mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

VIGÊNCIA - 07/05/2014

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 66/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 08 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 25/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 25/2013

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 144/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA

DO OBJETO - Execução de serviços na construção da Sede Esportiva da Comunidade de Sanga do Café, incluindo vestiários do campo de futebol, com área total de 118,90 m², na Rodovia dos Imigrantes Italianos, Localidade de Sanga do Café, Município de Forquilha/SC, conforme convênio nº. 4445/2012-8, firmado junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma, vinculado ao Projeto PTEC 000684/2012 - FUNDESPORTE, compreendendo ainda o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações, determinações previstas no projeto básico e projeto executivo e de acordo com a proposta da contratada, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual.

DO VALOR - O presente termo tem por objeto a redução de R\$ 2.552,09 (dois mil quinhentos e cinquenta e dois reais e nove centavos) do Contrato PMF nº 144/2012 , haja vista que, devido a serviços não executados por modificação do projeto e necessidade de obra ou adaptação, se faz necessário a supressão de alguns serviços bem como a revisão de alguns valores conforme laudo do Engenheiro Civil Ademar João Back, que é parte integrante do presente termo, independentemente de transcrição.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 24 de abril de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 26/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 26/2013

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 143/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA

DO OBJETO - Execução de serviços na construção das arquibancadas do Estádio Pinheirão, em dois seguimentos, sendo um com 33,50m de extensão e outro com 57,50m de extensão, na Rua Antonio Machado, Bairro Ouro Negro, Município de Forquilha/SC, conforme convênio nº. 4442/2012-3, firmado junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma, vinculado ao Projeto PTEC 000660/2012 - FUNDESPORTE, compreendendo ainda o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações, determinações previstas no projeto básico e projeto executivo e de acordo com a proposta da contratada.

DO VALOR - O presente termo tem por objeto o aditamento em R\$ 8.610,30 (oito mil seiscentos e dez reais e trinta centavos) do Contrato PMF nº 143/2012 para maior, relativo a necessidade de obra e adaptações conforme planilha anexa aprovada pelo setor de engenharia da CONTRATANTE, que é parte integrante do presente termo, independentemente de transcrição

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 24 de abril de 2013..

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Portaria Nº 1532/2013

PORTARIA N.º 1.532, DE 15 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037, de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MILENA MAYARA FURLAN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 095.519.149-10, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de maio de 2013 até 16 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1533/2013

PORTARIA N.º 1.533, DE 15 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com

o Edital n.º 0037, de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, LILIAN OLIVEIRA DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 069.327.429-85, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de maio de 2013 até 16 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1534/2013

PORTARIA N.º 1.534, DE 15 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, NELCI FATIMA RIBEIRO DE DEUS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 813.703.699-72, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de maio de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1535/2013

PORTARIA N.º 1.535, DE 15 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0746/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MARLI CARDOSO PADILHA, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 946.597.109-04, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de maio de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de maio de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1536/2013

PORTARIA Nº 1.536, DE 15 DE MAIO DE 2013.
Revoga Licença sem Remuneração a Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 2.859/2013, de 07 de maio de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a pedido, a licença sem remuneração concedida, para determinar que o servidor interessado MAMEDIO ALVES DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 387.153.179-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de MECÂNICO, retorne as suas atividades normais, a partir de 20 de maio de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de maio de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso da Republicação Tomada de Preços Nº 0003/2013

Republicação Edital de Tomada de Preços Nº 0003/2013 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 0003/2013 - PMF (alteração da data de abertura)

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de Gestão para implementação do programa de Produção Integrado dos Sistemas Agropecuários (PISA), definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em cumprimento ao acordo assinado em 2009 (COP15), que estabeleceu a adoção pelo Brasil da agricultura de baixo carbono (ABC), junto a Secretaria de Agropecuária do Município através de profissional devidamente habilitado. Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Global; Julgamento: Menor Preço Global; Protocolo dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 29.05.2013: Abertura do Certame: No mesmo dia às 14:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email: compras@fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo(SC), 14 de maio de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Aviso da Republicação Tomada de Preços Nº 0004/2013

Republicação Edital de Tomada de Preços Nº 0004/2013 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 0004/2013 - PMF (alteração da data de abertura)

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de orientação técnica com notório saber em Produção Integrada de Sistemas Agropecuários - PISA, compreendendo o desenvolvimento e aplicação de metodologia de extensão rural com base em consultoria de orientação técnica, difusão de tecnologias e boas práticas de gestão em sistemas de produção, para produtores rurais que se dedicam à produção leiteira no município, abrangendo 12 (doze) propriedades rurais denominadas Unidades de Difusão Tecnológica (UDT). Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Global; Julgamento: Menor Preço Global; Protocolo dos Envelopes: Até às 15:00 horas do dia 29.05.2013: Abertura do Certame: No mesmo dia às 15:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email: compras@fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo(SC), 14 de maio de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0018/2013

Aviso da Inexigibilidade de Licitação Nº 0018/2013 - PMF
Processo Administrativo Licitatório Nº 0104/2013
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: Serviços de revisão (com fornecimento de peças, materiais e óleos lubrificantes) das 3000 horas da motoniveladora "New Holland RG 170.B", patrimônio nº 246, diretamente da concessionária autorizada para o Estado de Santa Catarina, SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, conforme Declaração emitida da empresa "CNH LATINA AMERICA LTDA - NEW HOLLAND". Contratada: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 06.224.121/0010-94. Valor e pagamento: R\$ 4.762,24 (quatro mil, setecentos e sessenta e dois reais e vinte e quatro centavos) que será pago 30 dias após a prestação dos serviços e emissão da nota fiscal. Fundamento Legal: Art. 25, inc. I da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo(SC), 14 de maio de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0019/2013

Aviso da Inexigibilidade de Licitação Nº 0019/2013 - PMF
Processo Administrativo Licitatório Nº 0105/2013
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: Serviços de revisão (com fornecimento de peças, materiais e óleos lubrificantes) das 1000 horas da carregadeira "New Holland W130", patrimônio nº 266, diretamente da concessionária autorizada para o Estado de Santa Catarina, SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, conforme Declaração emitida da empresa "CNH LATINA AMERICA LTDA - NEW HOLLAND". Contratada: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 06.224.121/0010-94. Valor e pagamento: R\$ 5.124,32 (cinco mil, cento e vinte e quatro reais e trinta e dois centavos) que será pago 30 dias após a prestação dos serviços e emissão da nota fiscal. Fundamento Legal: Art. 25, inc. I da Lei nº 8.666/93 e

alterações posteriores.

Fraiburgo(SC), 14 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0073/2013 - Rp 0041

Aviso do Pregão Presencial nº 0073/2013 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0073/2013 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS 0041/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de serviço de diagramação e impressão do Boletim Informativo Municipal de Fraiburgo, em papel jornal em formato de tablóide com tiragem mínima de 6.000 (seis mil) exemplares e máxima de 9.000 (nove mil) exemplares por edição, durante o período de junho a dezembro de 2013. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 09:15 horas do dia 28/05/2013. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 15 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Seleção Act Nº 0025/2013

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0025 DE 15 DE MAIO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para a função pública de FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO. O preenchimento de vagas será para o ano de 2013, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 16 de maio de 2013 a 21 de maio de 2013, das 08:30 às 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3013.

Fraiburgo, 15 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Extrato de Edital de Seleção Act Nº 0026/2013

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0026 DE 15 DE MAIO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para a função pública de

PSICÓLOGO. O preenchimento de vagas será para o ano de 2013, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 16 de maio de 2013 a 21 de maio de 2013, das 08:30 às 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3013.

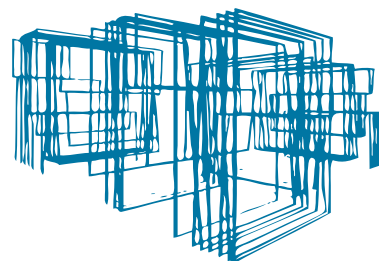
Fraiburgo, 15 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento



Programa de
Gestão de Obras



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Anexos - RREO Relativo ao 2º Bimestre de 2013

Anexos - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO relativo ao 2º Bimestre de 2013

Município de FRAIBURGO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	66.150.000,00	66.150.000,00	13.087.010,11	19,78	26.293.701,57	39,75	39.856.298,43
RECEITAS CORRENTES	65.950.500,00	65.950.500,00	11.858.296,72	17,98	23.738.599,48	35,99	42.211.900,52
RECEITA TRIBUTÁRIA	8.758.000,00	8.758.000,00	2.391.733,94	27,31	4.318.986,05	49,31	4.439.013,95
IMPOSTOS	5.737.200,00	5.737.200,00	1.928.567,91	33,62	2.654.632,31	46,27	3.082.567,69
TAXAS	2.453.800,00	2.453.800,00	359.846,23	14,66	1.345.504,16	54,83	1.108.295,84
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	567.000,00	567.000,00	103.319,80	18,22	318.849,58	56,23	248.150,42
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	903.000,00	903.000,00	177.516,35	19,66	299.863,36	33,21	603.136,64
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	903.000,00	903.000,00	25.691,68	2,85	92.534,92	10,25	810.465,08
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	0,00	0,00	151.824,67	0,00	207.328,44	0,00	-207.328,44
RECEITA PATRIMONIAL	561.330,00	561.330,00	94.383,91	16,81	180.085,08	32,08	381.244,92
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	7.300,00	7.300,00	3.003,60	41,15	3.003,60	41,15	4.296,40
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	554.030,00	554.030,00	91.380,31	16,49	175.881,48	31,75	378.148,52
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	-1.200,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.507.650,00	4.507.650,00	775.124,44	17,20	1.533.065,35	34,01	2.974.584,65
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	49.489.400,00	49.489.400,00	8.169.116,82	16,51	16.909.017,56	34,17	32.580.382,44
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	49.314.680,00	49.314.680,00	8.123.741,31	16,47	16.850.294,31	34,17	32.464.385,69
Transf. de Instituições Privadas	153.720,00	153.720,00	24.123,00	15,69	37.470,74	24,38	116.249,26
Transf. de Pessoas	21.000,00	21.000,00	21.252,51	101,20	21.252,51	101,20	-252,51
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.731.120,00	1.731.120,00	250.421,26	14,47	497.582,08	28,74	1.233.537,92
Multas e Juros de Mora	795.900,00	795.900,00	138.009,56	17,34	254.912,32	32,03	540.987,68
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	89.620,00	89.620,00	10.799,87	12,05	31.473,72	35,12	58.146,28
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	842.100,00	842.100,00	90.280,72	10,72	199.864,93	23,73	642.235,07
RECEITAS DIVERSAS	3.500,00	3.500,00	11.331,11	323,75	11.331,11	323,75	-7.831,11
RECEITAS DE CAPITAL	199.500,00	199.500,00	1.228.713,39	615,90	2.555.102,09	280,75	-2.355.602,09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	105.000,00	105.000,00	302.832,08	288,41	1.222.729,82	164,50	-1.117.729,82
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	105.000,00	105.000,00	302.832,08	288,41	1.222.729,82	164,50	-1.117.729,82
ALIENAÇÃO DE BENS	94.500,00	94.500,00	5.997,11	6,35	11.118,51	11,77	83.381,49
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	63.000,00	63.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	31.500,00	31.500,00	5.997,11	19,04	11.118,51	35,30	20.381,49
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	919.884,20	0,00	1.321.253,76	0,00	-1.321.253,76
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	99.300,00	0,00	210.300,00	0,00	-210.300,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	820.584,20	0,00	1.110.953,76	0,00	-1.110.953,76
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	66.150.000,00	66.150.000,00	13.087.010,11	19,78	26.293.701,57	39,75	39.856.298,43

Continua 1/3

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	66.150.000,00	66.150.000,00	13.087.010,11	19,78	26.293.701,57	39,75	39.856.298,43
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	66.150.000,00	66.150.000,00	13.087.010,11	19,78	26.293.701,57	39,75	39.856.298,43
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.741.175,38	—	—	1.223.716,25	—	—
Superávit Financeiro	—	2.741.175,38	—	—	1.223.716,25	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	66.150.000,00	6.073.197,17	72.223.197,17	10.350.851,64	35.740.959,79	12.084.230,87	22.120.364,19	30,63	50.102.832,98
DESPESAS CORRENTES	57.456.260,00	2.372.834,16	59.829.094,16	8.729.312,96	27.551.327,77	10.379.457,54	18.358.747,60	30,69	41.470.346,56
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.408.123,60	148.444,19	34.556.567,79	5.603.563,70	10.550.458,04	5.588.494,81	10.499.794,15	30,38	24.056.773,64
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	113.078,68	265.484,89	53,10	234.515,11
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.548.136,40	2.224.389,97	24.772.526,37	3.125.749,26	16.500.869,73	4.677.884,05	7.593.468,56	30,65	17.179.057,81
DESPESAS DE CAPITAL	8.493.740,00	3.700.363,01	12.194.103,01	1.621.538,68	8.189.632,02	1.704.773,33	3.761.616,59	30,85	8.432.486,42
INVESTIMENTOS	6.323.740,00	3.700.363,01	10.024.103,01	1.332.415,91	6.019.632,02	1.300.557,38	2.857.174,64	28,50	7.166.928,37
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.170.000,00	0,00	2.170.000,00	289.122,77	2.170.000,00	404.215,95	904.441,95	41,68	1.265.558,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	66.150.000,00	6.073.197,17	72.223.197,17	10.350.851,64	35.740.959,79	12.084.230,87	22.120.364,19	30,63	50.102.832,98

Continua 2/3

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	66.150.000,00	6.073.197,17	72.223.197,17	10.350.851,64	35.740.959,79	12.084.230,87	22.120.364,19	30,63	50.102.832,98
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	4.173.337,38	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	66.150.000,00	6.073.197,17	72.223.197,17	10.350.851,64	35.740.959,79	12.084.230,87	26.293.701,57	30,63	50.102.832,98

FONTE:

FRAIBURGO, 14/05/2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/O-9

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	66.150.000,00	72.223.197,17	10.350.851,64	35.740.959,79	12.084.230,87	22.120.364,19	100,00	30,63	50.102.832,98
Legislativa	2.200.000,00	2.200.000,00	291.245,72	687.706,24	273.817,74	583.756,99	2,64	26,53	1.616.243,01
Ação Legislativa	2.200.000,00	2.200.000,00	291.245,72	687.706,24	273.817,74	583.756,99	2,64	26,53	1.616.243,01
Administração	6.923.802,40	7.124.298,37	859.556,36	2.627.873,42	1.039.929,99	1.861.671,19	8,42	26,13	5.262.627,18
Administração Geral	5.438.802,40	5.639.298,37	640.046,21	2.133.390,57	845.743,36	1.475.633,70	6,67	26,17	4.163.664,67
Administração Financeira	1.330.000,00	1.330.000,00	209.043,13	481.769,31	183.462,16	375.193,71	1,70	28,21	954.806,29
Controle Interno	155.000,00	155.000,00	10.467,02	12.713,54	10.724,47	10.843,78	0,05	7,00	144.156,22
Segurança Pública	736.360,00	1.185.211,09	100.640,94	461.446,72	51.453,21	290.426,52	1,31	24,50	894.784,57
Policiamento	410.650,00	714.975,14	43.541,68	372.814,00	40.434,05	259.568,24	1,17	36,30	455.406,90
Defesa Civil	325.710,00	470.235,95	57.099,26	88.632,72	11.019,16	30.858,28	0,14	6,56	439.377,67
Assistência Social	1.870.020,00	2.075.202,67	319.067,25	683.382,87	294.969,76	448.427,30	2,03	21,61	1.626.775,37
Assistência ao Idoso	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Assistência ao Portador de Deficiência	221.420,00	224.307,38	0,00	119.250,00	64.850,00	86.550,00	0,39	38,59	137.757,38
Assistência à Criança e ao Adolescente	154.550,00	175.015,90	22.027,35	56.239,06	23.981,09	31.977,37	0,14	18,27	143.038,53
Assistência Comunitária	1.444.050,00	1.625.879,39	297.039,90	507.893,81	206.138,67	329.899,93	1,49	20,29	1.295.979,46
Saúde	10.525.934,00	12.068.440,32	2.219.744,38	5.861.944,39	2.562.811,73	4.530.882,22	20,48	37,54	7.537.558,10
Atenção Básica	7.722.934,00	8.818.969,73	1.738.365,86	3.915.284,77	1.922.957,92	3.368.032,66	15,23	38,19	5.450.937,07
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.885.800,00	2.170.720,33	204.569,07	1.453.944,01	418.409,51	752.712,05	3,40	34,68	1.418.008,28
Suporte Profilático e Terapêutico	646.900,00	707.451,66	183.019,76	342.290,64	183.336,14	332.945,87	1,51	47,06	374.505,79
Vigilância Sanitária	108.200,00	158.285,72	14.247,38	29.724,27	12.214,85	22.034,94	0,10	13,92	136.250,78
Vigilância Epidemiológica	162.100,00	213.012,88	79.542,31	120.700,70	25.893,31	55.156,70	0,25	25,89	157.856,18
Educação	25.136.283,60	26.512.697,45	3.629.635,66	12.876.395,05	4.782.459,89	8.068.531,04	36,48	30,43	18.444.166,41
Alimentação e Nutrição	1.286.050,00	1.362.555,75	230.571,43	509.080,16	255.438,92	405.973,33	1,84	29,79	956.582,42
Ensino Fundamental	15.473.823,60	15.814.507,90	2.226.098,21	7.877.450,06	2.696.001,40	4.393.026,53	19,86	27,78	11.421.481,37
Ensino Médio	259.650,00	259.650,00	0,00	254.650,00	90.938,52	107.608,56	0,49	41,44	152.041,44
Ensino Superior	400.000,00	400.000,00	0,00	400.000,00	106.089,32	130.761,83	0,59	32,69	269.238,17
Educação Infantil	7.691.050,00	8.646.163,51	1.170.620,22	3.828.429,82	1.631.330,84	3.027.704,03	13,69	35,02	5.618.459,48
Educação de Jovens e Adultos	25.710,00	29.820,29	2.345,80	6.785,01	2.660,89	3.456,76	0,02	11,59	26.363,53
Cultura	860.000,00	970.486,74	325.344,83	596.478,03	255.774,66	329.528,05	1,49	33,95	640.958,69
Difusão Cultural	860.000,00	970.486,74	325.344,83	596.478,03	255.774,66	329.528,05	1,49	33,95	640.958,69

Continua 1/3

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	66.150.000,00	72.223.197,17	10.350.851,64	35.740.959,79	12.084.230,87	22.120.364,19	100,00	30,63	50.102.832,98
Urbanismo	3.802.200,00	5.867.258,51	948.344,09	4.080.157,70	966.230,05	2.498.259,46	11,29	42,58	3.368.999,05
Infra-Estrutura Urbana	347.100,00	2.371.797,39	242.789,43	1.823.543,85	357.320,52	1.356.147,37	6,13	57,18	1.015.650,02
Serviços Urbanos	3.455.100,00	3.495.461,12	705.554,66	2.256.613,85	608.909,53	1.142.112,09	5,16	32,67	2.353.349,03
Habitação	121.000,00	155.083,55	120,00	120,00	120,00	120,00	0,00	0,08	154.963,55
Habitação Rural	40.000,00	40.000,00	120,00	120,00	120,00	120,00	0,00	0,30	39.880,00
Habitação Urbana	81.000,00	115.083,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.083,55
Saneamento	5.127.350,00	5.128.742,00	597.435,24	3.043.183,19	770.472,37	1.323.932,62	5,99	25,81	3.804.809,38
Saneamento Básico Rural	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Saneamento Básico Urbano	5.077.350,00	5.078.742,00	597.435,24	3.043.183,19	770.472,37	1.323.932,62	5,99	26,07	3.754.809,38
Gestão Ambiental	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
Agricultura	1.655.000,00	1.655.000,00	287.055,70	672.093,29	256.028,05	436.104,10	1,97	26,35	1.218.895,90
Abastecimento	150.000,00	150.000,00	58.995,68	58.995,68	1.631,68	1.631,68	0,01	1,09	148.368,32
Extensão Rural	1.505.000,00	1.505.000,00	228.060,02	613.097,61	254.396,37	434.472,42	1,96	28,87	1.070.527,58
Indústria	190.000,00	190.000,00	900,00	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190.000,00
Promoção Industrial	190.000,00	190.000,00	900,00	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190.000,00
Comércio e Serviços	185.000,00	185.000,00	30.479,00	30.479,00	10.479,00	10.479,00	0,05	5,66	174.521,00
Promoção Comercial	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Turismo	135.000,00	135.000,00	30.479,00	30.479,00	10.479,00	10.479,00	0,05	7,76	124.521,00
Transporte	454.550,00	454.610,17	128.748,77	278.678,78	50.057,18	145.416,89	0,66	31,99	309.193,28
Transporte Rodoviário	454.550,00	454.610,17	128.748,77	278.678,78	50.057,18	145.416,89	0,66	31,99	309.193,28
Desporto e Lazer	867.500,00	956.166,30	321.124,53	501.194,53	156.239,67	218.481,36	0,99	22,85	737.684,94
Desporto Comunitário	867.500,00	956.166,30	321.124,53	501.194,53	156.239,67	218.481,36	0,99	22,85	737.684,94
Encargos Especiais	5.250.000,00	5.250.000,00	291.409,17	3.338.926,58	613.387,57	1.374.347,45	6,21	26,18	3.875.652,55
Serviço da Dívida Interna	2.670.000,00	2.670.000,00	289.122,77	2.670.000,00	517.294,63	1.169.926,84	5,29	43,82	1.500.073,16
Outros Encargos Especiais	2.580.000,00	2.580.000,00	2.286,40	668.926,58	96.092,94	204.420,61	0,92	7,92	2.375.579,39

Continua 2/3

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	66.150.000,00	72.223.197,17	10.350.851,64	35.740.959,79	12.084.230,87	22.120.364,19	100,00	30,63	50.102.832,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	66.150.000,00	72.223.197,17	10.350.851,64	35.740.959,79	12.084.230,87	22.120.364,19	100,00	30,63	50.102.832,98

FONTE:

FRAIBURGO, 14/05/2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPI MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Contadora CRC/SC nº 021.357/O- Controlador Interno

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2012 A ABRIL/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	6.369.700,10	5.724.363,46	6.093.661,91	5.670.173,42	5.828.379,48	6.096.189,95	5.880.096,92	6.727.319,71	6.387.432,29	6.555.493,90	5.645.889,75	7.119.168,39	74.097.869,28	72.013.620,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	640.916,40	599.706,55	584.607,05	636.768,96	614.620,96	667.836,22	545.939,70	629.058,24	993.072,58	934.179,53	716.806,62	1.674.927,32	9.238.440,13	8.758.000,00
I.P.T.U.	83.060,25	67.447,97	39.778,05	66.532,03	53.250,01	53.994,53	7.305,67	9.778,58	1.035,35	11.368,11	59.365,27	1.117.146,62	1.570.062,44	1.470.000,00
I.R.R.F	80.200,84	61.432,20	62.870,80	62.879,76	62.488,58	63.015,72	93.809,47	116.025,85	50.718,11	64.083,47	83.440,41	71.214,34	872.179,55	781.200,00
I.S.S.	220.883,32	229.762,48	242.612,45	245.955,97	287.477,21	239.371,76	242.741,01	282.539,26	265.825,36	254.133,29	247.090,34	226.029,52	2.984.421,97	2.940.000,00
I.T.B.I.	55.503,21	34.361,29	63.639,65	73.246,94	43.369,47	119.436,91	43.806,63	40.706,47	28.521,61	50.379,10	71.514,20	52.767,21	677.252,69	546.000,00
Outras Receitas Tributárias	201.268,78	206.702,61	175.706,10	188.154,26	168.035,69	192.017,30	158.276,92	180.008,08	646.972,15	554.215,56	255.396,40	207.769,63	3.134.523,48	3.020.800,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	84.208,33	68.542,49	66.949,46	68.945,97	72.153,32	67.046,29	70.072,56	66.487,56	66.547,74	55.799,27	83.477,60	94.038,75	864.269,34	903.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	337.386,71	70.188,03	105.544,47	70.549,68	54.678,07	308.130,47	65.531,91	27.563,63	49.026,03	36.675,14	45.379,88	49.004,03	1.219.658,05	561.330,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	369.327,26	317.528,41	334.768,99	380.692,93	328.612,47	362.247,25	339.964,96	367.677,90	342.391,42	415.549,49	417.873,61	357.250,83	4.333.885,52	4.507.650,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.656.374,19	4.415.755,81	4.386.570,76	4.348.348,84	4.629.416,30	4.534.018,22	4.736.863,70	5.533.966,26	4.793.047,08	5.009.477,09	4.255.284,93	4.820.593,31	56.119.716,49	55.552.520,00
Cota-Parte do F.P.M.	1.330.932,58	1.135.749,90	848.140,06	935.904,73	818.902,91	869.302,39	1.175.004,98	1.910.107,45	1.224.548,67	1.647.499,27	948.837,24	1.018.080,96	13.863.011,14	15.225.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	996.111,54	1.029.392,63	1.006.835,93	1.007.857,28	1.168.854,08	1.101.562,50	1.185.131,97	1.197.980,84	1.127.302,37	1.005.136,48	973.653,33	1.144.190,70	12.944.009,65	13.230.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	213.125,79	186.267,98	216.949,32	232.579,71	222.247,03	267.100,53	198.093,03	124.109,16	108.137,76	145.762,72	182.442,65	210.603,67	2.307.419,35	2.079.000,00
Cota-Parte do ITR.	1.022,96	1.109,93	1.066,22	1.505,52	4.774,95	19.398,88	4.109,01	8.409,00	2.244,74	4.582,88	1.065,94	8.553,93	57.843,96	31.500,00
Outras Transferências Correntes	710.772,73	688.089,95	1.041.772,69	850.035,66	939.324,48	885.461,17	695.230,93	901.853,82	693.213,36	621.040,71	754.045,11	794.392,12	9.575.232,73	7.491.920,00
Transferências da LC 61/1989	19.696,19	17.595,80	16.408,75	18.136,84	18.341,83	17.727,61	17.947,09	20.607,72	19.795,66	15.199,69	13.418,09	12.303,62	207.178,89	205.800,00
Transferências da LC 87/1996	5.523,48	5.523,48	5.523,48	5.523,48	0,00	11.046,96	5.523,48	5.523,48	0,00	0,00	0,00	20.819,15	65.006,99	69.300,00
Transferências do FUNDEB	1.379.188,92	1.352.026,14	1.249.874,31	1.296.805,62	1.456.971,02	1.362.418,18	1.455.823,21	1.365.374,79	1.617.804,52	1.570.255,34	1.381.822,57	1.611.649,16	17.100.013,78	17.220.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	281.487,21	252.642,17	615.221,18	164.867,04	128.898,36	156.911,50	121.724,09	102.566,12	143.347,44	103.813,38	127.067,11	123.354,15	2.321.899,75	1.731.120,00
DEDUÇÕES (II)	513.282,26	475.127,71	418.984,53	440.301,34	446.623,94	456.830,64	517.161,70	536.949,42	496.405,62	566.217,81	423.883,26	482.878,16	5.774.646,39	6.063.120,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	513.282,26	475.127,71	418.984,53	440.301,34	446.623,94	456.830,64	517.161,70	536.949,42	496.405,62	566.217,81	423.883,26	482.878,16	5.774.646,39	6.063.120,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	5.856.417,84	5.249.235,75	5.674.677,38	5.229.872,08	5.381.755,54	5.639.359,31	5.362.935,22	6.190.370,29	5.891.026,67	5.989.276,09	5.222.006,49	6.636.290,23	68.323.222,89	65.950.500,00

FONTE:

FRAIBURGO, 14/05/2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/O-9MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 28 Feb 2013 (B)	Em 30 Abr 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.667.172,71	5.086.844,45	4.985.460,58
DEDUÇÕES (II)	7.556.398,95	9.977.695,34	10.096.019,06
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.382.865,39	11.705.711,99	12.033.785,59
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	826.466,44	1.728.016,65	1.937.766,53
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.889.226,24	-4.890.850,89	-5.110.558,48
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.889.226,24	-4.890.850,89	-5.110.558,48

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2013 (C - A)
VALOR	-219.707,59	-2.221.332,24

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-3.625.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 28 Feb 2013 (B)	Em 30 Abr 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

FRAIBURGO, 14/05/2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/O-9

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	65.396.470,00	11.766.916,41	23.562.718,00	22.802.603,30
Receita Tributária	8.758.000,00	2.391.733,94	4.318.986,05	4.060.612,32
I.P.T.U.	1.470.000,00	1.176.511,89	1.188.915,35	1.242.259,16
I.S.S.	2.940.000,00	473.119,86	993.078,51	982.453,84
I.T.B.I.	546.000,00	124.281,41	203.182,12	172.315,35
I.R.R.F.	781.200,00	154.654,75	269.456,33	231.009,61
Outras Receitas Tributárias	3.020.800,00	463.166,03	1.664.353,74	1.432.574,36
Receita de Contribuição	903.000,00	177.516,35	299.863,36	277.570,01
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	903.000,00	177.516,35	299.863,36	277.570,01
Receita Patrimonial Líquida	7.300,00	3.003,60	4.203,60	22.891,24
Receita Patrimonial	561.330,00	94.383,91	180.085,08	378.612,18
(-) Aplicações Financeiras	554.030,00	91.380,31	175.881,48	355.720,94
Transferências Correntes	49.489.400,00	8.169.116,82	16.909.017,56	15.461.356,25
F.P.M.	12.285.000,00	1.573.534,60	3.871.173,01	3.738.995,40
I.C.M.S.	10.584.000,00	1.694.275,43	3.400.226,70	3.418.404,73
Convênios	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Outras Transferências Correntes	26.620.400,00	4.901.306,79	9.637.617,85	8.203.956,12
Demais Receitas Correntes	6.238.770,00	1.025.545,70	2.030.647,43	2.980.173,48
Dívida Ativa	842.100,00	90.280,72	199.864,93	281.883,05
Diversas Receitas Correntes	5.396.670,00	935.264,98	1.830.782,50	2.698.290,43
RECEITAS DE CAPITAL (II)	199.500,00	1.228.713,39	2.555.102,09	2.435.959,11
Operações de Crédito (III)	105.000,00	302.832,08	1.222.729,82	458.181,90
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	94.500,00	5.997,11	11.118,51	50.117,32
Transferências de Capital	0,00	919.884,20	1.321.253,76	1.927.659,89
Convênios	0,00	820.584,20	1.110.953,76	1.916.721,91
Outras Transferências de Capital	0,00	99.300,00	210.300,00	10.937,98
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	919.884,20	1.321.253,76	1.927.659,89
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	-
				0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	65.396.470,00	12.686.800,61	24.883.971,76	24.730.263,19

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	59.829.094,16	10.379.457,54	18.358.747,60	17.202.285,03
Pessoal e Encargos Sociais	34.556.567,79	5.588.494,81	10.499.794,15	9.887.123,99
Juros e Encargos da Dívida (IX)	500.000,00	113.078,68	265.484,89	83.030,86
Outras Despesas Correntes	24.772.526,37	4.677.884,05	7.593.468,56	7.232.130,18
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	59.329.094,16	10.266.378,86	18.093.262,71	17.119.254,17
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	12.194.103,01	1.704.773,33	3.761.616,59	4.230.613,90
Investimentos	10.024.103,01	1.300.557,38	2.857.174,64	4.059.198,58
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.170.000,00	404.215,95	904.441,95	171.415,32
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	10.024.103,01	1.300.557,38	2.857.174,64	4.059.198,58

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	200.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	69.553.197,17	11.566.936,24	20.950.437,35	21.178.452,75
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-4.156.727,17	1.119.864,37	3.933.534,41	3.551.810,44
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.223.716,25	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.223.716,25	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				1.916.470,00

FONTE:

FRAIBURGO, 14/05/2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/O-9

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	49.161,71	777.304,73	774.195,10	3.109,63	49.161,71	95.346,24	1.746.808,81	1.667.255,22	1.667.255,22	9.651,87	165.247,96
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	49.161,71	772.412,91	769.303,28	3.109,63	49.161,71	79.170,53	1.235.409,12	1.142.183,35	1.142.183,35	7.314,61	165.081,69
CONTROLADORIA INTERNA	0,00	37,18	37,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	131,34	131,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROCURDORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	12,17	12,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	10.659,28	10.659,28	0,00	0,00	0,00	28.902,10	28.520,73	28.520,73	0,00	381,37
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	0,00	598,07	598,07	0,00	0,00	0,00	1.400,00	1.225,95	1.225,95	174,05	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEI	0,00	1.712,49	1.712,49	0,00	0,00	35.568,00	6.359,90	6.233,83	6.233,83	126,07	35.568,00
SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIEN	0,00	164,94	164,94	0,00	0,00	0,00	50,00	44,22	44,22	5,78	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMIC	0,00	91,59	91,59	0,00	0,00	0,00	200,00	139,30	139,30	60,70	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPOR	49.161,71	713.666,78	710.557,15	3.109,63	49.161,71	40.665,46	1.053.535,26	1.014.453,97	1.014.453,97	6.366,55	73.380,20
SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	45.068,05	45.068,05	0,00	0,00	0,00	2.033,50	31,00	31,00	0,00	2.002,50
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	271,02	271,02	0,00	0,00	2.937,07	142.928,36	91.534,35	91.534,35	581,46	53.749,62
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FM	0,00	476,99	476,99	0,00	0,00	0,00	1.628,00	1.461,73	1.461,73	0,00	166,27
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER -	0,00	476,99	476,99	0,00	0,00	0,00	1.628,00	1.461,73	1.461,73	0,00	166,27
SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO	0,00	4.414,83	4.414,83	0,00	0,00	0,00	82.539,00	80.201,74	80.201,74	2.337,26	0,00
AUTARQUIA MUNICIPAL	0,00	4.414,83	4.414,83	0,00	0,00	0,00	82.539,00	80.201,74	80.201,74	2.337,26	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.175,71	427.232,69	443.408,40	443.408,40	0,00	0,00
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.175,71	427.232,69	443.408,40	443.408,40	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	49.161,71	777.304,73	774.195,10	3.109,63	49.161,71	95.346,24	1.746.808,81	1.667.255,22	1.667.255,22	9.651,87	165.247,96

FONTE:

FRAIBURGO, 14/05/2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalISABEL CRISTINA BEHER SCAPINE
Contadora CRC/SC nº 021.357/O-9MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	6.416.340,00	6.416.340,00	2.003.004,28	2.802.059,71	43,67
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.958.040,00	1.958.040,00	1.231.572,95	1.285.534,59	65,65
1.1.1- IPTU	1.470.000,00	1.470.000,00	1.176.551,75	1.188.955,21	80,88
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	5.040,00	5.040,00	2,03	79,27	1,57
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	315.000,00	315.000,00	32.722,99	57.972,28	18,40
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	168.000,00	168.000,00	22.336,04	38.567,69	22,96
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(39,86)	(39,86)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	546.000,00	546.000,00	124.281,41	203.182,12	37,21
1.2.1- ITBI	546.000,00	546.000,00	125.981,41	204.882,12	37,52
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(1.700,00)	(1.700,00)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.131.100,00	3.131.100,00	492.495,17	1.043.886,67	33,34
1.3.1- ISS	2.940.000,00	2.940.000,00	473.146,74	993.105,39	33,78
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	23.100,00	23.100,00	6.638,54	10.814,83	46,82
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	147.000,00	147.000,00	10.875,94	34.018,61	23,14
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	21.000,00	21.000,00	2.530,65	6.644,54	31,64
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(696,70)	(696,70)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	781.200,00	781.200,00	154.654,75	269.456,33	34,49
1.4.1- IRRF	781.200,00	781.200,00	154.654,75	269.456,33	34,49
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	30.840.600,00	30.840.600,00	4.533.969,28	9.834.179,52	31,89
2.1- Cota-Parte FPM	15.225.000,00	15.225.000,00	1.966.918,20	4.838.966,14	31,78
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	14.868.336,80	14.868.336,80	1.966.918,20	4.838.966,14	32,55
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	356.663,20	356.663,20	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	13.230.000,00	13.230.000,00	2.117.844,03	4.250.282,88	32,13
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	69.300,00	69.300,00	20.819,15	20.819,15	30,04
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	205.800,00	205.800,00	25.721,71	60.717,06	29,50
2.5- Cota-Parte ITR	31.500,00	31.500,00	9.619,87	16.447,49	52,21
2.6- Cota-Parte IPVA	2.079.000,00	2.079.000,00	393.046,32	646.946,80	31,12
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	37.256.940,00	37.256.940,00	6.536.973,56	12.636.239,23	33,92
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.208.150,00	2.208.150,00	427.984,03	809.249,69	36,65
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.680.000,00	1.680.000,00	293.562,41	672.618,22	40,04
5.2- Outras Transferências do FNDE	492.450,00	492.450,00	131.660,10	131.660,10	26,74
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	35.700,00	35.700,00	2.761,52	4.971,37	13,93
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	648.225,66	648.225,66	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	648.225,66	648.225,66	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	120.750,00	120.750,00	110.538,35	110.539,96	91,54
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.328.900,00	2.328.900,00	1.186.748,04	1.568.015,31	67,33

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	6.063.120,00	6.063.120,00	906.761,42	1.969.384,85	32,48
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.940.000,00	2.940.000,00	393.383,60	967.793,13	32,92
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.646.000,00	2.646.000,00	423.568,60	850.056,18	32,13
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	13.860,00	13.860,00	4.163,83	4.163,83	30,04
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	41.160,00	41.160,00	5.144,34	12.143,40	29,50
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.300,00	6.300,00	1.923,96	3.289,47	52,21
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	415.800,00	415.800,00	78.577,09	131.938,84	31,73
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	17.325.000,00	17.325.000,00	3.008.925,69	6.208.104,63	35,83
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	17.220.000,00	17.220.000,00	2.993.471,73	6.181.531,59	35,90
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	105.000,00	105.000,00	15.453,96	26.573,04	25,31
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	11.156.880,00	11.156.880,00	2.086.710,31	4.212.146,74	37,75
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	12.127.500,00	12.127.500,00	2.103.963,85	3.675.468,00	30,31
13.1- Com Educação Infantil	5.177.500,00	5.177.500,00	1.023.242,51	1.924.275,39	37,17
13.2- Com Ensino Fundamental	6.950.000,00	6.950.000,00	1.080.721,34	1.751.192,61	25,20
14- OUTRAS DESPESAS	5.197.500,00	5.554.163,20	1.296.222,69	2.349.770,26	42,31
14.1- Com Educação Infantil	1.447.500,00	1.604.163,20	240.138,61	585.017,47	36,47
14.2- Com Ensino Fundamental	3.750.000,00	3.950.000,00	1.056.084,08	1.764.752,79	44,68
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	17.325.000,00	17.681.663,20	3.400.186,54	6.025.238,26	34,08
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					59,20
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 ²				356.663,20	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	9.314.235,00	9.314.235,00	1.634.243,39	3.159.059,81	33,92
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	7.562.650,00	7.719.313,20	1.328.158,79	2.616.847,16	33,90
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	6.625.000,00	6.781.663,20	1.263.381,12	2.509.292,86	37,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	937.650,00	937.650,00	64.777,67	107.554,30	11,47
24- ENSINO FUNDAMENTAL	13.660.233,60	13.894.343,89	2.447.982,89	4.145.803,89	29,84
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	10.700.000,00	10.900.000,00	2.136.805,42	3.515.945,40	32,26
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.960.233,60	2.994.343,89	311.177,47	629.858,49	21,03
25- ENSINO MÉDIO	225.000,00	225.000,00	86.668,12	103.338,16	45,93
26- ENSINO SUPERIOR	400.000,00	400.000,00	106.089,32	130.761,83	32,69
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	21.847.883,60	22.238.657,09	3.968.899,12	6.996.751,04	31,46
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					4.212.146,74
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					26.573,04
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					356.663,20
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					4.595.382,98
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.167.268,07
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					17,15

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.711.500,00	1.805.956,85	125.360,56	125.360,56	6,94
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.576.900,00	2.458.083,51	688.200,21	946.419,44	38,50
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	3.288.400,00	4.264.040,36	813.560,77	1.071.780,00	25,14
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	25.136.283,60	26.502.697,45	4.782.459,89	8.068.531,04	30,44
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	663.093,10	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.181.531,59	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	6.017.601,16	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	26.573,04	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	853.596,57	0,00

FRAIBURGO, 14/05/2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/O-9

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 356.663,20, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	105.000,00	1.222.729,82		-1.117.729,82
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	12.194.103,01	3.761.616,59	0,00	8.432.486,42
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	12.194.103,01	3.761.616,59	0,00	8.432.486,42
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-12.089.103,01	-2.538.886,77		-9.550.216,24

FONTE:

FRAIBURGO, 14/05/2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/O-9

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	94.500,00	11.118,51	83.381,49
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	31.500,00	11.118,51	20.381,49
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	63.000,00	0,00	63.000,00
TOTAL	94.500,00	11.118,51	83.381,49

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	329.079,52	185.900,00	0,00	143.179,52
Investimentos	329.079,52	185.900,00	0,00	143.179,52
TOTAL	329.079,52	185.900,00	0,00	143.179,52

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	234.579,52	-174.781,49	59.798,03

FONTE:

FRAIBURGO, 14/05/2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/O-9

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	6.416.340,00	6.416.340,00	2.802.059,71	43,67
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.470.000,00	1.470.000,00	1.188.915,35	80,88
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	546.000,00	546.000,00	203.182,12	37,21
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.940.000,00	2.940.000,00	993.078,51	33,78
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	781.200,00	781.200,00	269.456,33	34,49
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	28.140,00	28.140,00	10.894,10	38,71
Dívida Ativa dos Impostos	462.000,00	462.000,00	91.500,80	19,81
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	189.000,00	189.000,00	45.032,50	23,83
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	30.315.600,00	30.315.600,00	9.834.179,52	32,44
Cota-Parte FPM	14.700.000,00	14.700.000,00	4.838.966,14	32,92
Cota-Parte ITR	31.500,00	31.500,00	16.447,49	52,21
Cota-Parte IPVA	2.079.000,00	2.079.000,00	646.946,80	31,12
Cota-Parte ICMS	13.230.000,00	13.230.000,00	4.250.282,88	32,13
Cota-Parte IPI-Exportação	205.800,00	205.800,00	60.717,06	29,50
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	69.300,00	69.300,00	20.819,15	30,04
Desoneração ICMS (LC 87/96)	69.300,00	69.300,00	20.819,15	30,04
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	36.731.940,00	36.731.940,00	12.636.239,23	34,40

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	4.341.570,00	4.341.570,00	1.789.998,84	41,23
Provenientes da União	4.341.570,00	4.341.570,00	1.789.992,90	41,23
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	5,94	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	50.600,00	50.600,00	9.614,60	19,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	4.392.170,00	4.392.170,00	1.799.613,44	40,97

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	9.973.574,00	11.242.608,30	5.559.653,86	49,45	4.328.464,87	38,50
Pessoal e Encargos Sociais	6.105.000,00	5.956.780,99	1.919.229,14	32,22	1.919.229,14	32,22
Outras Despesas Correntes	3.868.574,00	5.285.827,31	3.640.424,72	68,87	2.409.235,73	45,58
DESPESAS DE CAPITAL	552.360,00	825.832,02	302.290,53	36,60	202.417,35	24,51
Investimentos	552.360,00	825.832,02	302.290,53	36,60	202.417,35	24,51

Continua 1/4

Município de FRAIBURGO - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	552.360,00	825.832,02	302.290,53	36,60	202.417,35	24,51
Investimentos	552.360,00	825.832,02	302.290,53	36,60	202.417,35	24,51
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	10.525.934,00	12.068.440,32	5.861.944,39	48,57	4.530.882,22	37,54
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.341.570,00	5.143.535,87	2.258.412,51	38,53	1.674.931,25	36,97
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.341.570,00	5.143.535,87	2.258.412,51	38,53	1.674.931,25	36,97
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	4.341.570,00	5.143.535,87	2.258.412,51	38,53	1.674.931,25	36,97
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	6.184.364,00	6.924.904,45	3.603.531,88	10,05	2.855.950,97	0,58
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						28,52
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]						1.708.419,54

Continua 2/4

Município de FRAIBURGO - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	0,00	0,00	4.720,73	-4.720,73	0,00
TOTAL	0,00	0,00	4.720,73	-4.720,73	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	7.722.934,00	8.818.969,73	3.915.284,77	66,79	3.368.032,66	74,34
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.885.800,00	2.170.720,33	1.453.944,01	24,80	752.712,05	16,61
Suporte Profilático e Terapêutico	646.900,00	707.451,66	342.290,64	5,84	332.945,87	7,35
Vigilância Sanitária	108.200,00	158.285,72	29.724,27	0,51	22.034,94	0,49
Vigilância Epidemiológica	162.100,00	213.012,88	120.700,70	2,06	55.156,70	1,22
TOTAL	10.525.934,00	12.068.440,32	5.861.944,39	100,00	4.530.882,22	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de FRAIBURGO - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FRAIBURGO, 14/05/2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/O-9

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

FRAIBURGO, 14/05/2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/O-9

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

Município de FRAIBURGO - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	66.150.000,00	
Previsão Atualizada		—	66.150.000,00	
Receitas Realizadas		13.087.010,11	26.293.701,57	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.223.716,25	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	66.150.000,00	
Créditos Adicionais		—	6.073.197,17	
Dotação Atualizada		—	72.223.197,17	
Despesas Empenhadas		10.350.851,64	35.740.959,79	
Despesas Liquidadas		12.084.230,87	22.120.364,19	
Superavit Orçamentário		—	4.173.337,38	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		10.350.851,64	35.740.959,79	
Despesas Liquidadas		12.084.230,87	22.120.364,19	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			68.323.222,89	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-3.625.000,00	-2.221.332,24	61,28
Resultado Primário		1.916.470,00	3.933.534,41	205,25
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	826.466,44	3.109,63	774.195,10	49.161,71
EXECUTIVO	826.466,44	3.109,63	774.195,10	49.161,71
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.842.155,05	9.651,87	1.667.255,22	165.247,96
EXECUTIVO	1.398.746,65	9.651,87	1.223.846,82	165.247,96
LEGISLATIVO	443.408,40	0,00	443.408,40	0,00
TOTAL:	2.668.621,49	12.761,50	2.441.450,32	214.409,67
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.167.268,07	25%	17,15
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.675.468,00	60%	59,20
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		1.222.729,82	-1.117.729,82	
Despesa de Capital Líquida		3.761.616,59	8.432.486,42	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de FRAIBURGO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		11.118,51	83.381,49
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		185.900,00	143.179,52
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.603.531,88	15,00	28,52
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

FRAIBURGO, 14/05/2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/O-9

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Legislativo Nº 16/2013**

DISPÕE SOBRE O JULGAMENTO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e, nos termos do artigo 32, IV, da Lei Orgânica do Município, eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, relativas ao exercício de 2011, consubstanciadas no Balanço Anual Consolidado e Relatórios do Controle Interno, de acordo com o Parecer Prévio nº 0197/2012, extraídos do Processo nº PCP - 12/00129528 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Fica a Presidência da Câmara Municipal de Fraiburgo autorizada a comunicar ao Tribunal de Contas Estado de Santa Catarina, o resultado do presente julgamento.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 14 de maio de 2013.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

Garopaba**PREFEITURA****Lei N.º 1.732/2013.**

LEI N.º 1.732, DE 15 DE MAIO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO MOTO CLUBE GAROUPAS DO ASFALTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a Associação Moto Clube Garoupas do Asfalto, CNPJ n.º 09267483/0001-60, uma contribuição no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), destinados a manutenção da entidade durante o evento 8º Encontro Sul Brasileiro de Motociclismo de Garopaba, a realizar-se nos dias 17 e 19 de maio de 2013.

Art. 2º. A concessão da contribuição de que trata o artigo 1º, será disciplinada, através de Convênio a ser firmado com a Associação Moto Clube Garoupas do Asfalto, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Único. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Maio de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 16/05/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE A. DE ARAÚJO
Secretária de Administração

Lei N.º 1.733,/2013.

LEI N.º 1.733, DE 15 DE MAIO DE 2013.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 132.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	132.000,00
10301251.072 - Construção, Amp., Ref. e Apar. de Unidades de Saúde	132.000,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	132.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	132.000,00
20606482.012 - Func. e Manut. da Secretaria de Agricultura e Pesca	132.000,00
4.4.50.0.1.00.000000 - Transf. a Instituições Privadas s/Fins Lucrativos	132.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Maio de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 16/05/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE A. DE ARAÚJO
Secretária de Administração

Decreto N.º 060/2013.

DECRETO N.º 060, DE 15 DE MAIO DE 2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$132.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.733 de 15/05/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 132.000,00
10301251.072 - Construção, Amp., Ref. e Apar. de Unidades de Saúde 132.000,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 132.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 132.000,00
20606482.012 - Func. e Manut. da Secretaria de Agricultura e Pesca 132.000,00
4.4.50.0.1.00.000000 - Transf. a Instituições Privadas s/Fins Lucrativos 132.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Maio de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 16/05/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE A. DE ARAÚJO
Secretária de Administração

Decreto Nº. 059/2013.

DECRETO Nº. 059, DE 14 DE MAIO DE 2013.

DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 014/2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

Considerando que é obrigação do Município planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades relativas à administração, fiscalização e arrecadação dos tributos de sua competência.

Considerando o aumento da demanda por serviços de fiscalização, devido ao aumento da demanda de instalação de comércios e empresas, assim como construções.

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 014/2013, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. As dotações orçamentárias, específicas para o atendimento das despesas de pessoal, decorrentes das contratações serão as previstas no Orçamento vigente.

Art. 3º. Os requisitos para a contratação são os previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais e demais legislação pertinente.

Art. 4º. O registro do contrato e o regime previdenciário obedecerão ao previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba.

Art. 5º. A Comissão de avaliação será formada por servidores municipais, designados por Ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. Após o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, a Comissão encaminhará ao Chefe do Poder Executivo todos os atos inerentes ao referido Processo Seletivo Simplificado para conhecimento, apreciação e posterior homologação.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Maio de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 16/05/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE A. DE ARAÚJO
Secretária de Administração

Aviso de Licitação Fracassada Pe28/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO LICITAÇÃO FRACASSADA
PREGÃO ELETRONICO Nº. 28/2013

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que restou FRACASSADO o Pregão Eletrônico 28/2013 que teve por objeto a contratação de empresa para fornecimento de bicicletas para uso das agentes Comunitárias de Saúde.

Garopaba, 14 de maio de 2013.

Rafael de Souza
Pregoeiro

Aviso de Licitação Pe035/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº. 035/2013

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de sistema de registro de preços, pretendendo a contratação de empresa para fornecimento de toner e cartuchos de tintas novos, para uso das secretarias administradas pela Prefeitura Municipal de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 14h00min do dia 28/05/2013. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 28/05/2013, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 14 de maio de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pe036/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 036/2013

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição parcelada, conforme a necessidade, de concreto usinado para uso da Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Urbanos. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 16h00min do dia 28/05/2013. A sessão pública será realizada a partir das 16h10min do dia 28/05/2013, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 14 de maio de 2013.
Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Extrato do Convenio 008/2013

EXTRATO DO CONVENIO 008/2013
CONVÊNIO: 008/2013
CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Garopaba
CNPJ: 82.836.057/0001-90
CONVENIENTE: Associação Moto Clube Garoupas do Asfalto
CNPJ: 09.267.483/0001-60

OBJETO: Assegurar a realização do 8º Encontro Sul Brasileiro de Motociclismo.

VALOR: R\$ 25.000,00

VIGÊNCIA: 15/05/2013 a 31/12/2013

AMPARO LEGAL: Lei Municipal 1.732 de 15 de maio de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal em Exercício

Edital de Processo Seletivo Simplificado N.º 0014/2013

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0014/2013

Considerando que é obrigação do Município planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades relativas à administração, fiscalização e arrecadação dos tributos de sua competência.

Considerando o aumento da demanda por serviços de fiscalização, devido ao aumento da demanda de instalação de comércios e empresas, assim como construções.

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

de Garopaba e considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições de Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, para reposição de vagas, para atuar em Setores da Prefeitura Municipal de Garopaba,

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário e para formação de Cadastro de Reserva – CR, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

1.3. O Cadastro de Reserva destina-se a reposição de pessoal para suprir eventual déficit no quadro, no caso de férias dos servidores e eventual afastamento por licença saúde e licença maternidade.

1.4. O período do contrato temporário destinado a reposição de pessoal poderá ser reduzido em virtude do interesse público.

1.5. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.6. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

1.7. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

1.8. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

- a) pelo término do prazo contratual;
- b) por iniciativa do contratado;
- c) por conveniência e oportunidade do serviço público;
- d) pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.

DA INSCRIÇÃO

2.1. As inscrições serão recebidas de 16 de maio de 2013 a 31 de maio de 2013, das 14h às 17h, na Secretaria Municipal de Fazenda, situada na Praça Governador Ivo Silveira 296, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8100, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação.

2.2. No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e fornecer cópias e originais dos documentos a seguir:

Carteira de Identidade ;
CPF;
Comprovante de Residência;
Comprovante de Escolaridade;
Comprovante de tempo de serviço (se possuir)

2.3. ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados, bem como indicar qual o cargo a que pretende concorrer. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição, inviabilizando a avaliação da documentação apresentado pelo candidato.

DAS VAGAS

São as seguintes vagas:

Função	Nº. Vagas	Carga Horária	Remuneração R\$
--------	-----------	---------------	-----------------

Fiscal de Tributos	CR	40 hs semanais	932,36
Fiscal de Obras	CR	40 hs semanais	744,63

4.1 DO PROCESSO SELETIVO

O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedidos pela mesma.

O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e/ou Certidão de Tempo de Serviço emitida por Entidade Pública, e declaração, em papel com timbre, da instituição e/ou empresa em que atuou.

A qualquer tempo a Comissão poderá convocar os candidatos inscritos para entrevista, na qual poderão ser solicitadas informações complementares.

CLASSIFICAÇÃO

A classificação final dos candidatos consistirá no somatório da contagem de títulos e da experiência comprovada.

Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, será fator de desempate a maior idade;

DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

Classificação no processo seletivo simplificado;

Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;

Cédula de Identidade;

Cartão de inscrição no CPF;

Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;

Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar ;

Carteira de Trabalho;

Prova de inscrição no PIS/PASEP;

Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;

Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;

Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;

Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina (para os cargos com exigência);

Certidão de Regularidade (para os cargos com exigência);

Comprovante de residência;

Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;

Uma foto 3X4, de frente e recente;

Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade ;

Declaração de bens;

Outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

DOS RECURSOS

Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

a) Nº do Processo Seletivo;

b) Cargo a que concorre;

c) Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;

d) Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação);

e) Identificação do candidato.

Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I.

A homologação das inscrições e do resultado será publicada em jornal de circulação regional.

Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivo.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 14 de maio de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO I

FUNÇÃO: FISCAL DE TRIBUTOS

ATRIBUIÇÕES: Executar tarefas de fiscalização relativas às obrigações tributárias dos contribuintes para com o município; lavrar autos de infração, termos de fiscalização, intimações e outros instrumentos que garantam o cumprimento das leis e posturas municipais; executar tarefas afins.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Ensino Fundamental Completo (1º Grau), conhecimentos e pratica em informática.

FUNÇÃO: FISCAL DE OBRAS

ATRIBUIÇÕES: Fiscalizar obras de construção civis, verificando se as mesmas estão sendo construídas de acordo com o projeto aprovado pela legislação municipal em vigor. Intimar, comunicar e embargar obras que não estiverem de acordo com os requisitos legais exigidos. Efetuar vistoria e habite-se.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Ensino Fundamental Completo (1º Grau).

ANEXO II

FISCAL DE TRIBUTOS / FISCAL DE TRIBUTOS

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	8 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de informática, fornecido por instituição credenciada pelo MEC	1 ponto por curso	2 pontos

Pontuação Máxima	10 pontos
------------------	-----------

ANEXO III FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO
EDITAL 0014/2013

Formulário de inscrição nº _____
Cargo: _____
Nome: _____
Endereço: _____
Telefone para contato: _____
Doc. de Identidade nº: _____ CPF nº: _____

Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:
Carteira de Identidade;
CPF;
Comprovante de Residência;
Comprovante de escolaridade;
Comprovante de tempo de serviço (se possuir).

Garopaba – SC, ____/____/2013

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

Gaspar

PREFEITURA

Resolução Nº 006 de 15 de Maio de 2013.

RESOLUÇÃO Nº 006 DE 15 DE MAIO DE 2013.

Aprova o Registro de Inscrição de Entidades Não Governamentais e a Inscrição de Programas e Serviços de Atendimento à Criança e ao Adolescente Governamentais e Não Governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, com fundamento nos art. 03 e art.11, Inciso XI, XXI da Lei Complementar Municipal nº. 1432/1993 e de conformidade com a deliberação aprovada na reunião ordinária realizada no dia 10/05/2013, e no uso de suas competências:

CONSIDERANDO que conforme disposição legal é assegurada com absoluta prioridade à Criança e ao Adolescente, a realização de seus direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, como dever concorrente da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público Municipal articulado aos Poderes Público Federal e Estadual;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, alterada pela Lei Federal nº 12.010, de 03 de agosto de 2009, e levando em conta o teor dos artigos 90 e 91, que determinam, respectivamente, que as entidades governamentais e não governamentais inscrevam seus programas de proteção e sócio-educativos destinados às crianças e aos adolescentes junto aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, e que as entidades não governamentais

devam, como condição para o seu funcionamento, ser registradas nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Resolução do CONANDA nº 71, de 10 de Junho de 2001, que dispõe sobre o Registro de Entidades Não Governamentais e da Inscrição de Programas de Proteção e Sócio-Educativo das Governamentais e Não governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Atendimento e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução do CONANDA nº 74, de 13 de setembro de 2001, que dispõe sobre o registro e fiscalização das entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, que dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução nº 119/2006, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo SINASE;

CONSIDERANDO a Resolução Conjunta CONANDA/CNAS nº 01 de 18 de Junho de 2009, que estabelece Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para criança e adolescente e legislações pertinentes;

CONSIDERANDO a Resolução CMDCA nº02/2013, que regulamenta o registro de entidades não governamentais e inscrição de programas e serviços de atendimento à criança e ao adolescente de entidades governamentais e não governamentais.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o registro da inscrição de entidades não governamentais e a inscrição de serviços de atendimento à criança e ao adolescente de entidades governamentais e não governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Art. 2º - Entidades Não Governamentais:

- 1) BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE GASPAR;
- 2) TUPI - Associação de Pais e Amigos do Futebol Menor Tupi;
- 3) CONSEG - Conselho Comunitário de Segurança;
- 4) Desafio Jovem Monte das Oliveiras

Art. 3º - Serviço de atendimento à criança e ao adolescente governamental:

- 1) Serviço de Proteção Social e Atendimento Integral à Família - PAIF do Centro de Referência de Assistência Social Bela Vista
- 2) - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Centro Educativo Maria Hendricks

Art. 5º - O registro das entidades de atendimento não governamentais terá validade de dois anos e a inscrição de programas governamentais e não governamentais terá validade de dois anos, conforme competência estabelecida no art. 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar, obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Art. 6º - Esta Resolução passa a vigorar a partir desta.

Gaspar, 15 de maio de 2013.

ANDRESA DONEGÁ

Presidente do Conselho Municipal dos
Direitos da Criança e do Adolescente
Gaspar - SC.

Resolução Nº 14, de 14 de Maio de 2013.

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 14 DE MAIO DE 2013.

Altera a Resolução nº 11, que dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre

o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e o Fundo Municipal de Assistência Social de Gaspar/SC - FMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social, no valor de R\$ 72.600,00, sendo que deste, 40% destina-se a investimento e 60% a custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos seguintes serviços/entidades:

- 1) Serviço de Acolhimento Institucional Abrigo Casa Lar Sementes do Amanhã da entidade Grupo de Apoio a Infância e Adolescência Abrigada - GAIAA, receberá o valor de R\$ 36.300,00, correspondente a 50% do valor total;
- 2) Serviço de Acolhimento Institucional Lar das Meninas da entidade Ação Social e Cidadã receberá o valor de R\$18.150,00 correspondente a 25% do valor total;
- 3) Serviço de Acolhimento Institucional Centro Gasparense de Proteção ao Adolescente Masculino - CEGAPAM da entidade Ação Social e Cidadã receberá o valor de R\$ 18.150,00 correspondente a 25% do valor total;

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 14 de maio de 2013.

SILVANA DE FÁTIMA GARCIA VIEIRA

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Aviso de Alteração Pregão Presencial Nº 81/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2013

O Município de Gaspar torna público, e para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto a Aquisição de mobiliário para os Centros de Referência de Assistência Social- CRAS, que foram efetivadas ALTERAÇÕES no Edital. ALTERANDO-SE, também, a data e o horário, para o recebimento e abertura dos envelopes, para o dia 05/06/2013 às 9h. O ADITIVO está disponível no Depto. de Compras da Prefeitura, sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435 - Centro, Gaspar/SC, ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 14 de maio de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Edital FIA Nº 07, de 15 de Maio de 2013.

EDITAL FIA Nº 07, DE 15 DE MAIO DE 2013.

Torna Pública as alterações do Edital FIA nº 02/2013 que torna público as Diretrizes do Processo de Realização e Atualização de Inscrições de Instituições e Apresentação de Propostas de Projetos, estabelece calendário, termos e critérios de análise e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, representado por sua Presidente, Andresa Donegá, no uso de suas atribuições legais, torna público, com base na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990; na Lei Complementar nº 51, de 07 de dezembro de 2012 e na Resolução do CONANDA

nº 137, de 21 de janeiro de 2010, torna pública as alterações dos itens 6.2.1 parágrafo único, 6.2.4 e 9.1.5 que obedecerá as seguintes regras:

I - Item 6.2.1 parágrafo único, Onde se lê:

6.2.1 HABILITAÇÃO DOCUMENTAL: Nesta fase será verificada a condição de habilitação da proponente, por meio da análise dos documentos, conforme item 2.3 do presente Edital.

Parágrafo único: - Observada a ausência de um ou mais documentos obrigatórios ou verificado o vencimento de seu prazo de validade, o CMDCA/Gaspar comunicará a instituição que terá 05 dias úteis, após o comunicado oficial do Conselho, para adequar a situação.

Leia-se:

6.2.1 HABILITAÇÃO DOCUMENTAL: Nesta fase será verificada a condição de habilitação da proponente, por meio da análise dos documentos, conforme item 2.3 do presente Edital.

Parágrafo único: - Observada a ausência de um ou mais documentos obrigatórios ou verificado o vencimento de seu prazo de validade, o CMDCA/Gaspar comunicará a instituição que terá 15 dias úteis, após o comunicado oficial do Conselho, para adequar a situação.

II - Item 6.2.4, Onde se lê:

6.2.4 ADEQUAÇÃO TÉCNICA: Nesta fase, os proponentes selecionados, que tiverem seus projetos em diligência, serão comunicados pelo CMDCA/GASPAR, com vistas à adequação dos projetos. As instituições terão um prazo de 05 dias úteis para a devolução dos projetos com as alterações necessárias, contando a partir da data do recebimento do comunicado. A ausência da manifestação do proponente no prazo estipulado implicará a desistência tácita no prosseguimento do processo;

Leia-se:

6.2.4 ADEQUAÇÃO TÉCNICA: Nesta fase, os proponentes selecionados, que tiverem seus projetos em diligência, serão comunicados pelo CMDCA/GASPAR, com vistas à adequação dos projetos. As instituições terão um prazo de 15 dias úteis para a devolução dos projetos com as alterações necessárias, contando a partir da data do recebimento do comunicado. A ausência da manifestação do proponente no prazo estipulado implicará a desistência tácita no prosseguimento do processo;

III - Item 9.1.5, Onde se lê:

9.1.5. Data limite para publicação do resultado no site do CMDCA/ GASPAR 15 de maio de 2013.

Cronograma do Edital FIA 2012

Publicação do edital	01/03/2013
Curso de formação, no período matutino Horário: 08:00 às 11:30 horas	
Local: Auditório da Prefeitura	14 e 15/03/2013
Recebimento das Propostas dos Projetos	15/04/2013
Publicação dos projetos contemplados	15/05/2013
Prazos para recursos	Conforme especificado no edital

Leia-se:

9.1.5. Data limite para publicação do resultado no site do CMDCA/

GASPAR 15 de junho de 2013.

Cronograma do Edital FIA 2012

Publicação do edital	01/03/2013
Curso de formação, no período matutino Horário: 08:00 às 11:30 horas	
Local: Auditório da Prefeitura	14 e 15/03/2013
Recebimento das Propostas dos Projetos	15/04/2013
Publicação dos projetos contemplados	15/06/2013
Prazos para recursos	Conforme especificado no edital

Gaspar, 15 de maio de 2013.

ANDRESA DONEGÁ

Presidente do CMDCA

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 35/2013

RESOLUÇÃO Nº 35/2013

Autoriza a reabertura e o processamento de procedimento licitatório para aquisição de equipamentos de informática.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições contidas no art. 39, inciso I, da Lei Orgânica Municipal e art. 45, incisos I e IX, do Regimento Interno da Edilidade.

CONSIDERANDO a necessidade desta Casa Legislativa de adquirir equipamentos de informática em face do aumento do número de Vereadores e Servidores para a Legislatura 2013-2016, bem como em decorrência de defeitos e defasagem de outros equipamentos;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", determina limites e obrigatoriedade de efetivação de procedimento licitatório;

CONSIDERANDO o teor do Ofício GV-Presidência nº 118/2013, em que a Presidência da Edilidade solicita a reabertura de procedimento licitatório tendo em vista o resultado negativo da Licitação nº 002/2013, Convite nº 002/2013, que restou fracassada pela inexistência do número legal mínimo de propostas aptas à seleção, do Orçamento e do Projeto Básico, todos originados da Presidência da Edilidade;

CONSIDERANDO que a Comissão Permanente de Licitação desta Casa foi criada e composta conforme a Resolução nº 18/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a reabertura e o processamento de procedimento licitatório, modalidade convite, tipo menor preço, para compra de equipamentos de informática, tudo conforme os seguintes documentos anexos:

I - Orçamento;

II - Projeto Básico; e

III - Minuta de Edital de Licitação;

Parágrafo único. A minuta do edital de licitação anexa a esta Resolução poderá ser adequada para melhor atendimento da demanda desta Edilidade após parecer da Procuradoria Jurídica da Casa.

Art. 2º O valor máximo para a licitação decorrente da presente autorização, os preços máximos, condições e requisitos do objeto da licitação ora autorizada são os constantes do Projeto Básico anexo

a esta Resolução e que integra a minuta de edital também anexa.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução serão suportadas pelo orçamento vigente da Câmara Municipal de Gaspar, na seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 - Câmara Municipal de Gaspar; Unidade: 01 - Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 - Legislativa; Subfunção: 031 - Ação Legislativa; Programa: 0001 - Manutenção do Legislativo; Atividade: 1.10001 - Compra de Mobiliário e Atualização da Biblioteca.

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 15 de maio de 2013.

MESA DIRETORA

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Vereador - Presidente

MARCELO DE SOUZA BRICK

Vereador - Vice Presidente

ANTÔNIO CARLOS DALSOCHIO

Vereador - Primeiro Secretário

MARLI IRACEMA SONTAG

Vereadora - Segunda Secretária

SAMAE

Extrato do Contrato Nº 9/2013 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
- EXTRATO CONTRATOS / 2013

Número do contrato: 9/2013

Data vigência: 10/05/2013

Data vencimento: 31/12/2013

Número da Licitação: 16/2013 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BOREAL BRASIL TECNOLOGIA LTDA. - CNPJ/CPF do contratado: 07.806.688/0001-40.

Objeto: Aquisição de coletores de dados e impressoras térmicas para coleta das leituras dos hidrometros e impressão de faturas..
Valor: R\$ 37.200,00 (trinta e sete mil, duzentos reais).

Gaspar (SC), em 10 de maio de 2013.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Resumo da Ata de Registro de Preços Oriunda do Pregão Presencial Nº 17-2013- SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2013

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de 2013, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 17/2013, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 14/05/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de pneus visando a manutenção e reparos necessários ao funcionamento da frota de veículos., conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 17/2013.

As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA. (02.678.428/0001-13)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
1	un PNEU RADIAL SEM CÂMARA DE AR 175/70 - R 14	40	R\$ 133,99	R\$ 5.359,60
2	un PNEU RADIAL SEM CÂMARA DE AR 175/70 - R 13	20	R\$ 113,38	R\$ 2.267,60
6	un PNEU COMUM TRASEI- RO COM CÂMARA DE AR 1000 - R20 - 16 LONAS BORRACHUDO.	4	R\$ 725,50	R\$ 2.902,00
7	un PNEU 215/75 R 17.5	6	R\$ 437,40	R\$ 2.624,40
8	un PNEU 1000/20 DIANTEI- RO COM CÂMARA DE AR	4	R\$ 725,50	R\$ 2.902,00
10	un PNEU 185 R 14 CINTU- RADO KOMBI	4	R\$ 168,02	R\$ 672,08
11	un PNEU 12- 16.5	4	R\$ 424,02	R\$ 1.696,08

Valor total registrado do Licitante: R\$ 18.423,76 (Dezoito mil, quatrocentos e vinte e três reais e setenta e seis centavos).

SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA. (01.104.642/0001-01)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
3	un PNEU COM CÂMARA DE AR 90/90 - R 18	12	R\$ 97,00	R\$ 1.164,00
9	un PNEU 275/18 MOTO DIANTEIRO COM CÂMARA DE AR	8	R\$ 86,00	R\$ 688,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 1.852,00 (Um mil, oitocentos e cinquenta e dois reais)

JOAÇABA PNEUS LTDA . (84.587.245/0010-48)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
4	un PNEU DIANTEIRO SEM CÂMARA DE AR 12.5/80 - R 18 - 10 LONAS	4	R\$ 912,00	R\$ 3.648,00
5	un PNEU DIANTEIRO SEM CÂMARA DE AR 10.5/80 - R 18 - 10 LONAS	2	R\$ 446,00	R\$ 892,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 4.540,00 (Quatro mil, quinhentos e quarenta reais)

Valor total registrado da Licitação: R\$ 24.815,76 (Vinte e quatro mil, oitocentos e quinze reais e setenta e seis centavos).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de sua assinatura pelo período de 12 (doze) meses.

ENTREGA: Após efetuada sua solicitação, os objetos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 20 (vinte) dias após, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, no seguinte local: Rua: Barão do Rio Branco, 500 - Bairro: Centro - Gaspar - SC.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias contados a partir do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo Diretor Geral Técnico e/ou Chefe de Serviços Externos e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

Gaspar (SC), em 14 de maio de 2013.

COMISSÃO:

ANA PAULA BECKER

Pregoeira

MARLENE CAMPOS DA SILVA

Equipe de Apoio

MARIA DE LURDES RAMOS PISETTA

Equipe de Apoio

Resumo da Ata de Registro de Preços Oriunda do Pregão Presencial Nº 18-2013- SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2013

Aos quinze dias do mês de maio do ano de 2013, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 18/2013, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 15/05/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de areia industrial, para recompor as vias municipais, após a execução de reparos e ou assentamentos de redes de distribuição de água e ligações de esgoto, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 18/2013. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES CAIBI LTDA. (79.390.175/0001-02)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
-------	--	---------------------------	-------------------------------	----------------------------

1	m3 Areia Industrial utilizada para reaterro de valas e aplicação em vias composta de mistura de materiais britados ou produtos provenientes de britagem, com adição de argila de no máximo 3%. Os materiais destinados a composição da referida areia devem estar em conformidade com o que prediz os ensaios das normas técnicas NBR NM 248, NBR NM 52, NBR NM 45, NBR 7218, NBR NM 46 e NBR NM 49.	3.000	R\$ 23,80	R\$ 71.400,00
---	--	-------	-----------	---------------

Valor total registrado do Licitante: R\$ 71.400,00 (Setenta e um mil e quatrocentos reais)

Valor total registrado da Licitação: R\$ 71.400,00 (Setenta e um mil e quatrocentos reais).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de sua assinatura pelo período de 12 (doze) meses

ENTREGA: Após efetuada sua solicitação, os objetos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 04 (quatro) horas, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, no seguinte local: no almoxarifado do SAMAE, sito na Rua Barão do Rio Branco, nº 500 - Centro, Gaspar/SC ou nos locais das obras em que se fizerem necessários, na margem direita do Rio Itajaí Açú, dentro do Município.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o 5º quinto dia do mês subsequente ao fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada e assinada pelo Diretor Presidente e/ou Diretor Geral Técnico, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

Gaspar (SC), em 15 de maio de 2013.

COMISSÃO:
ANA PAULA BECKER
Pregoeira

MARLENE CAMPOS DA SILVA
Equipe de Apoio

MARIA DE LURDES RAMOS PISETTA
Equipe de Apoio

Guaramirim

PREFEITURA

Aviso de Licitação Nº62/2013 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 62/2013

Tipo : Menor Preco - por LOTE

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE FOTO-COPIADORAS

Entrega dos Envelopes: 03/06/2013 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 03/06/2013 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 15/05/2013.

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 3.144/2013.

DECRETO Nº 3.144/2013.

REGULAMENTA OS ARTIGOS 121 E 122 DA LEI Nº 680/77 QUE INSTITUIU O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E QUE TRATAM DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. A Contribuição de Melhoria, prevista na Constituição Federal tem como fato gerador a valorização dos imóveis localizados nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas.

Art. 2º. Será devida a Contribuição de Melhoria, no caso de valorização de imóveis de propriedade privada, em virtude de qualquer das seguintes obras públicas:

I - abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;

II - construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III - construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidade pública;

V - proteção contra secas, inundações, erosão, ressacas, e de saneamento de drenagem em geral, diques, cais, desobstrução de barras, portos e canais, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

VI - construção de estradas de ferro e construção, pavimentação

e melhoramento de estradas de rodagem;

VII - construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;

VIII - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

Parágrafo único. Exclui-se da cobrança os valores gastos com drenagem e terraplenagem das áreas a serem melhoradas.

Art. 3º. A Contribuição de Melhoria a ser exigida pelo Município de Herval d'Oeste, para fazer face ao custo das obras públicas, será cobrada pela Administração pública, adotando-se como critério o benefício resultante da obra.

§1º a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis do domínio privado, situados nas áreas direta e indiretamente beneficiadas pela obra;

§2º a base de cálculo da contribuição de melhoria é o custo total dos serviços prestados, sendo a importância devida por cada contribuinte determinada através de rateio entre os mesmos:

I. apura-se o total do custo dos serviços e divide-se pela área total pavimentada, excluindo-se desta as áreas neutras de interseção de vias, sendo que, o quociente é o custo unitário por metro quadrado dos serviços;

II. a largura do logradouro pavimentado é dividido por dois, determinando-se para cada imóvel marginal a área correspondente ao produto da extensão de sua testada pela metade da largura da via pavimentada;

III. o valor da contribuição de melhoria a ser paga relativamente a cada imóvel marginal é calculado multiplicando-se o custo unitário por metro quadrado dos serviços pela área determinada na forma do inciso II deste artigo;

IV. quando se tratar de imóvel indiretamente beneficiado pela obra pública, localizado em Zona Rural e Zona de Expansão Urbana, ou seja, aquele que não estiver na margem da obra mas que terá seu imóvel igualmente valorizado por conta da obra pública realizada, deverá contribuir da forma que segue:

a) se o imóvel não for confrontante e estiver a até 10 (dez) metros de distância da obra pública em questão, aplicar-se-á a fórmula acima mencionada para a cobrança da contribuição da melhoria descontando-se 10% (dez por cento) do valor final;

b) se o imóvel não for confrontante e estiver a até 20 (vinte) metros de distância da obra pública em questão, aplicar-se-á a fórmula acima mencionada para a cobrança da contribuição de melhoria descontando-se 20% (vinte por cento) do valor final;

c) se o imóvel não for confrontante e estiver a até 30 (trinta) metros de distância da obra pública em questão, aplicar-se-á a fórmula acima mencionada para a cobrança da contribuição de melhoria descontando-se 30% (trinta por cento) do valor final;

d) se o imóvel não foi confrontante e estiver a mais de 30 (trinta) metros de distância da obra pública em questão, aplicar-se-á a fórmula acima mencionada para a cobrança da contribuição de melhoria descontando-se 40% (quarenta por cento) do valor final.

Art. 4º. A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes de correção monetária.

Parágrafo único. Serão incluídos nos orçamentos de custo das obras, todos investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis.

Art. 5º. Quando a obra realizada for patrocinada por recurso advindo de fundo perdido tanto do governo estadual quanto do governo federal, somente o valor da contrapartida deverá ser rateada entre os imóveis que sofrerem valorização, respeitando-se os cálculos e critérios estabelecidos pelos incisos I a IV do § 2º do artigo 3º deste Decreto Municipal.

Art. 6º. Quando se tratar de obra pública de recapeamento, revitalização ou qualquer outra benfeitoria de manutenção do patrimônio Público onde os imóveis confrontantes não mais sofram

valorização, não poderá haver cobrança da Contribuição de melhoria.

Art. 7º. Para cobrança da Contribuição de Melhoria, a Administração competente deverá publicar o Edital, contendo, entre outros, os seguintes elementos:

I - os logradouros, trechos ou áreas que serão calçadas ou pavimentadas;

II - o total da área a ser calçada ou pavimentada e o custo por metro quadrado;

III - orçamento total ou parcial do custo das obras;

IV - tipo de calçamento ou pavimentação e outros serviços, como demais detalhes para sua perfeita identificação.

Art. 8º. Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas tem o prazo de 30 (trinta) dias, a começar da data da publicação do Edital referido no artigo 5º, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Art. 9º. A impugnação deverá ser dirigida à Administração competente, através de petição, que servirá para o início do processo administrativo conforme venha a ser regulamentado por decreto federal.

Art. 10. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 1º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 2º É nula a cláusula do contrato de locação que atribua ao locatário o pagamento, no todo ou em parte, da Contribuição de Melhoria lançada sobre o imóvel.

§ 3º Os bens indivisos, serão considerados como pertencentes a um só proprietário e àquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhes couberem.

Art. 11. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos.

Art. 12. O órgão encarregado do lançamento deverá escriturar, em registro próprio, o débito da Contribuição de Melhoria correspondente a cada imóvel, notificando o proprietário, diretamente ou por edital, do:

I - valor da Contribuição de Melhoria lançada;

II - prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

III - prazo para a impugnação;

IV - local do pagamento.

Parágrafo único. Dentro do prazo que lhe for concedido na notificação do lançamento, que não será inferior a 30 (trinta) dias, a contribuinte poderá reclamar, ao órgão lançador, contra:

I - o erro na localização e dimensões do imóvel;

II - o valor da contribuição.

Art. 13. Os requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou prosseguimento das obras e nem terão efeito de obstar a administração a prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da contribuição de melhoria.

Art. 14. O ato da autoridade que determinar o lançamento poderá fixar descontos para o pagamento à vista, ou em prazos menores que o lançado na forma da Lei 2.447/2006.

§ 1º As prestações da Contribuição de Melhoria serão corrigidos monetariamente, de acordo com os coeficientes aplicáveis na correção dos débitos fiscais municipais.

§ 2º O atraso no pagamento das prestações fixadas no lançamento sujeitará o contribuinte à multa de mora de 12% (doze por cento), ao ano.

Art. 15. A dívida fiscal oriunda da Contribuição de Melhoria, terá preferência sobre outras dívidas fiscais quanto ao imóvel beneficiado.

Art. 16. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 03 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito

Decreto Nº 3.146/2013.

DECRETO Nº 3.146/2013.

IMPLANTA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL, NA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL CRUZ E SOUSA, PERTENCENTE À REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, em consonância com a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, a Lei nº 10.172/01 que aprova o Plano Nacional de Educação, pela Resolução nº 02/2001 do Conselho Nacional de Educação, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e ainda pela Resolução nº 112/06 do Conselho Estadual de Ensino, que fixa normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina, e considerando a necessidade de normatizar o serviço do Atendimento Educacional Especializado - AEE para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e de conformidade com o Decreto Municipal nº 3.032/2012; DECRETA:

Art. 1º. Fica implantada Sala de Recursos Multifuncional na Escola Básica Municipal Cruz e Sousa, pertencente à Rede Municipal de Ensino, com a Matriz Curricular para o devido funcionamento do Atendimento Educacional Especializado – AEE, criada através do Decreto nº 3.032/2012, conforme quadro abaixo discriminado:

Área de Ensino	Disciplina	
Educação Especial	Deficiência Auditiva	AEE/DA
Educação Especial	Deficiência Mental	AEE/DM
Educação Especial	Deficiência Visual	AEE/DV
Educação Especial	Surdocegueira	AEE/SC
Educação Especial	Transtornos Globais do Desenvolvimento	AEE/TGD
Educação Especial	Paralisia Cerebral	AEE/PC
Educação Especial	Altas Habilidades	AEE/AH
Educação Especial	Transtorno de Déficit da Atenção, Hiperatividade e Impulsividade	AEE/TDAH/I

Art. 2º. Fica definido que o Atendimento Educacional Especializado – AEE, será ofertado na Sala de Recursos Multifuncional localizada na Escola Básica Municipal Cruz e Sousa deste Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste(SC), 14 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito

Decreto Nº 3.147/2013.

DECRETO Nº 3.147/2013.

REGULAMENTA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 NO ÂMBITO MUNICIPAL, ESTABELECENDO NORMAS DE FINANÇAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A RESPONSABILIDADE NA GESTÃO FISCAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, A FIM DE DETERMINAR A DISPONIBILIZAÇÃO, EM TEMPO REAL, DE INFORMAÇÕES PORMENORIZADAS SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE HERVAL

D'OESTE (SC).

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. Os Entes Municipais disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informação em tempo real, referente a: I - à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II - vencimento base de cada servidor público municipal, seja ele cargo efetivo, temporário ou comissionado e cargos eletivos;

III - quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Art. 2º. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas neste Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 14 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito

Portaria Nº 389/2013

PORTARIA Nº 389/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Autorizar a Servidora LÚCIA DAS GRAÇAS V. GUARAGNI (Matr. 15), CPF nº 509.474.009-15, responsável pela função de Diretora Financeira, e/ou a servidora JAQUELINE RAZERA (Matr. 96), CPF nº 642.763.849-15, responsável pela função de Diretora Administrativa, que juntamente com o Presidente do Conselho de Administração, (Gestor) do IPREVI - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste (SC), eleito na forma da Lei Complementar nº 179/2005, a realizar toda a movimentação financeira do Instituto, com as seguintes atribuições: emitir cheques; abrir contas de depósito; solicitar saldos e extratos; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheques; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; consultar contas/aplic. Programas Repasse Recursos Federais - RPG; liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro/AASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferência p/ mesma titularidade-meio eletrônico; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado - DDA, referente às contas bancárias com o CNPJ nº 07.733.382/0001-01, desta Autarquia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Maio de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

Portaria Nº 166/2013

PORTARIA Nº 166, DE 23 DE ABRIL DE 2013

"CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA OPERAR MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS E DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS A SERVIDORES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam , Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que, a municipalidade não possui motoristas em número suficiente para suprir todas as necessidades de deslocamento municipal e outros deslocamentos externos de interesse do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Sr. MIGUEL FELICETTI, ocupante do cargo comissionado de Secretário da Educação, autorização para operar máquinas e equipamentos (motoniveladora, trator de esteira, retroescavadeira, draga, trator agrícola) e dirigir veículos oficiais em casos eventuais e específicos.

Parágrafo único. O servidor mencionado no caput deste artigo, encontra-se devidamente habilitado , conforme Carteira Nacional de Habilitação nº 427081500, nº registro 02298391550, categoria "C", com validade até 12.12.2015;

Art. 2º. O servidor autorizado a operar máquinas e equipamentos e dirigir veículos oficiais, não poderá:

- a) Ceder a direção da máquina, equipamento ou veículo a terceiros;
- b) Utilizar a máquina, equipamento ou veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º. O servidor autorizado a operar máquinas e equipamentos e dirigir veículos oficiais, deverá:

- a) Cumprir as determinações expressas na Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;
- b) Preencher corretamente o Diário de Movimentação de veículos;
- c) Manter atualizado o documento de habilitação (CNH);
- d) Encaminhar cópia da CNH atualizada ao Setor de Pessoal, para arquivamento na sua ficha funcional;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 23 DE ABRIL DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 167/2013

PORTARIA - Nº 167, DE 29 DE ABRIL DE 2013

"NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DO FORUM E CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO"

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam , Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando os Termos do Decreto Nº 2492/2013 de 27 de Abril de 2013;

Com amparo no Artigo 88, incisos VII - XIII da Lei Orgânica, c/c. Art. 4º do Decreto 2492/2013

que institui o Forum Municipal de Educação e dá outras providências;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam nomeadas as pessoas abaixo para integrarem a Comissão Organizadora do Forum e Conferência Municipal de Educação:

I - Representantes da Escola Básica Estadual Heriberto Hulse: Luciana Spolti Lorenzetti, Olivo Ceron, Eduarda Gomes de Oliveira , Soili Borsoi Galafassi.

II - Representantes do Centro Educacional Eliziane titon: Elisiane Ozorio Fagundes, Lucila Dalmolin Ciarnoski, Henrique M.Pinheiro, Adriana Taiba.

III - Conselho Tutelar: Marilene Ribeiro.

IV - Clube de Mães Santa Paulina: Arlet Lizot.

V - Conselho Municipal de Educação: Mônica Holleweger, Magda Polo Titon.

Art. 2º. A Comissão nomeada no Artigo 1º, tem caráter permanente, será coordenada por um membro escolhido pela Comissão.

Art. 3º. A Comissão tem por finalidade acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações e promover articulações com o Forum Estadual e Nacional de Educação.

Art. 4º. A participação dos membros na Comissão organizadora Municipal, será gratuita e considerando serviço de relevante interesse social.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 29 DE ABRIL DE 2013.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 168/2013

PORTARIA Nº 168, DE 29 DE ABRIL DE 2013

"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o Anexo 1-A - Funções Gratificadas da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, em respeito ao inciso V, do art. 37, da Constituição Federal, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor do quadro efetivo do município CLAUDINEI PERETTI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas - Nível 4 - Referência E, a Função Gratificada FG-2 - Supervisor de Turma, para:

I - supervisionar a organização e a manutenção atualizada dos reparos em veículos, equipamentos e máquinas da prefeitura;
II - promover a organização e fazer cumprir a escala de revisão e lubrificação das máquinas e veículos da referida Secretaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2013.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 29 DE ABRIL DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 169/2013

PORTARIA Nº 169, DE 29 DE ABRIL DE 2013
"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o Anexo 1-A - Funções Gratificadas da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, em respeito ao inciso V, do art. 37, da Constituição Federal, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor do quadro efetivo do município IVAIR CERON, ocupante do cargo de Operador de Máquinas - Nível 4 - Referência E, a Função Gratificada FG-2 - Supervisor de Turma, para:

I - supervisionar e promover a execução e fiscalização dos serviços de manutenção e conservação das estradas do município;
II - promover a organização e fazer cumprir a escala de revisão e lubrificação das máquinas da referida Secretaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2013.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 29 DE ABRIL DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 170/2013

PORTARIA Nº 170, DE 30 DE ABRIL DE 2013
"CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA DE AFASTAMENTO DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando o parecer jurídico, e despacho proferido no requerimento protocolado em 31 de janeiro de 2013;

Considerando, requerimento protocolado em 30 de abril de 2013;

com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIX, da Lei Orgânica Municipal; bem como, o art. 96, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido ao servidor VILSON CERON, ocupante do cargo de Motorista - Nível 2 - Referência E, prorrogação da Licença para Tratar de Interesses Particulares pelo prazo de 92 (noventa e dois) dias, a ser fruída de 01.05.2013 a 31.07.2013.

Art. 2º. O pedido de licença previsto no artigo 1º será sem vencimentos.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 30 DE ABRIL DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 171/2013

PORTARIA Nº 171, DE 30 DE ABRIL DE 2013
"PRORROGA CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando o afastamento do servidor Vilson Ceron, concedido pela Portaria nº 170/2013;

Com amparo no art. 88, incisos VII e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 2º, § 1º, inciso III, da Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar a contratação em caráter temporário, do Sr. Antonio Osmar Oliveira, brasileiro, amasiado, residente e domiciliado neste Município, que exerce as funções do cargo de Motorista - Nível 2 - Referência A, com vencimentos conforme Anexo 2, da Lei Municipal nº 044/1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023/2011.

Art. 2º. O prazo da prorrogação da contratação será de 92 (noventa e dois) dias, no período compreendido de 01 de maio de 2013 a 31 de julho de 2013.

Art. 3º. O contratado continuará sendo regido pelo regime jurídico especial de que trata a Lei Municipal nº 112/1999 e filiado ao regime Geral da Previdência Social.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 30 DE ABRIL DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 172/2013

PORTARIA Nº 172, DE 02 DE MAIO DE 2013

"CANCELA PAGAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA FG-2 DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º. Cancelar o pagamento de Função Gratificada FG-2, concedida ao servidor CLAUDINEI PERETTI, através da Portaria nº 168, de 29 de abril de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 02 DE MAIO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 173/2013

PORTARIA Nº 173, DE 02 DE MAIO DE 2013

"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o Anexo 1-A - Funções Gratificadas da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, em respeito ao inciso V, do art. 37, da Constituição Federal, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora do quadro efetivo do município ANA DOMINGA BERTELLI TRAGANCIN, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais - Nível 1 - Referência E, a Função Gratificada FG-2 - Supervisor de Turma, para:

- I - controlar entradas e saídas de materiais do almoxarifado;
- II - efetuar, organizar e controlar a entrega de EPI'S dos servidores vinculados a Secretaria da Saúde;
- III - manter atualizada a ficha de controle de entrega de EPI'S de cada servidor vinculado a Secretaria da Saúde;
- IV - solicitar, junto a chefia imediata, a aquisição de EPI'S;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 02 DE MAIO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 174/2013

PORTARIA Nº 174, DE 03 DE MAIO DE 2013

"CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA ANA DOMINGA BERTELLI TRAGANCIN - AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - NÍVEL 1 - REFERÊNCIA E E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com

o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias a servidora ANA DOMINGA BERTELLI TRAGANCIN, brasileira, casada, residente e domiciliada neste Município, Estado de Santa Catarina, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - Nível 1 - Referência E - Anexo 1 - Subanexo I - Serviços Gerais, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03 de março de 2012, referente ao período aquisitivo de 05.07.2011 a 04.07.2012, a partir de 06 a 20 de maio de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 06 de maio de 2013.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 03 DE MAIO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 175/2013

PORTARIA - Nº 175/2013

"NOMEIA MEMBROS PARA ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando o interesse do Município em oportunizar aos agricultores, melhores condições nas habitações rurais;

Com amparo no Artigo 88, incisos VII - XIII, Artigo 142, Inciso III da Lei Orgânica;

RESOLVE

Art. 1º. Nomear as pessoas abaixo qualificadas, como responsáveis pelo acompanhamento às obras e famílias a serem atendidas no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) no Município:

I - Flávio André de Oliveira, Engenheiro Civil da AMARP inscrito no CREA/SC - Sob Nº048529-6.

II - Giseli Seffer Anhaia, Assistente Social inscrita no CRESS - Sob Nº4725.

III - Ana Paula Ortigara, Servidora Pública do Município/ Agente Administrativo.

Art. 2º. O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) mencionado no Artigo 1º é coordenado pela COHAB/SC - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM-SC, 09 DE MAIO DE 2013.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 176/2013

PORTARIA Nº 176, DE 09 DE MAIO DE 2013

"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o Anexo 1-A - Funções Gratificadas da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, em respeito ao inciso V, do art. 37, da Constituição Federal, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor do quadro efetivo do município CÉLIO LUCAS RAMOS, ocupante do cargo de Médico Veterinário - Nível 11 - Referência A, a Função Gratificada FG-1 - Chefe de Setor, para coordenar, supervisionar e fiscalizar os convênios mantidos pelo Município junto aos órgãos Federais, Estaduais e Municipais, bem como continuar sendo responsável pela contratação de operações de crédito, cuja atribuição foi dada pela Portaria nº 091, de 03 de agosto de 2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de maio de 2013.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 107, de 19 de fevereiro de 2013.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 09 DE MAIO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 177/2013

PORTARIA Nº 177, DE 10 DE MAIO DE 2013

"CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA ROSE MARI KOWALCZUK - TÉCNICA EM ENFERMAGEM - NÍVEL 5 - REFERÊNCIA B E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias a servidora ROSE MARI KOWALCZUK, brasileira, solteira, residente e domiciliada neste Município, Estado de Santa Catarina, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM- Nível 5 - Referência B - Anexo 1 - Subanexo IV - Serviços Técnicos, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03 de março de 2011, referente ao período aquisitivo de 01.06.2011 a 31.05.2012, a partir de 15 a 29 de maio de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 15 de maio de 2013.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 10 DE MAIO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 178/2013

PORTARIA Nº 178, DE 10 DE MAIO DE 2013

"NOMEIA COMISSÃO DE SELEÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 002/2013"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como a Lei Municipal nº 113, de 05 de janeiro de 1999; considerando o Edital nº 002, de 30 de abril de 2013, RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão de Seleção para o Processo Seletivo, Edital nº 002, de 30.04.2013, a qual será composta pelas seguintes pessoas:

I - Catarina Maria Dallabrida Borsoi, Diretora do CEI - Presidente;

II - Mônica Tragancin Holleweger, Orientadora Educacional - Secretária;

III - Fátima Fontana Gonzatto, Supervisora Escolar - Membro.

Art. 2º. A Comissão terá o apoio da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP, a qual será encarregada pela elaboração, aplicação, correção, julgamento de eventuais recursos apresentados durante a realização do certame e apresentação do resultado final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 10 DE MAIO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Edital Dispensa Nº 05/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM

ESTADO DE SANTA CATARINA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2013

OBJETO: Contratação de 250(DUZENTAS E CINQUENTA) horas de escavadeira hidráulica(somente a Máquina, não inclui operador e nem o combustível) pelo preço a hora de R\$ 40,00(quarenta reais)
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ibiã, CNPJ: 11.250.761/0001-18

CONTRATADO: Consorcio Integrado do Contestado - Cinco, CNPJ: 12.075.748/0001-32 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso I da Lei 8666/93

VALOR TOTAL: R\$ 10.000,00(Dez mil reais).

Ibiã, 15 de Maio de 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Publicação de Extrato de Comunicação de Pregão Presencial 05/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2013

PROCESSO Nº 06/2013

COMUNICADO

O Pregoeiro oficial, torna público o fim da suspensão do processo licitatório nº 06/2013 cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E APLICAÇÃO DE HERBICIDA NOS CEMITÉRIOS DE VILA NOVA, MIRIM E ARAÇATUBA, pois fica deferido o recurso apresentado pelo Sr. JULIO CESAR ALBINO PINTO BUSTOS, CPF: 042.835.799-71. De acordo com art. 21 § 4º da lei 8.666/93.

A sessão pública se realizará em 28 de maio de 2013, as 14:00 horas, para recebimento de envelopes com o objeto já citado.

A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 16 de maio de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Presidente da Comissão de Licitação

Publicação de Extrato de Concorrência Nº 01/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

CONCORRÊNCIA Nº 01/2013

PROCESSO Nº 41/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que realizará às 14:00 horas do dia 17 de julho de 2013, licitação na modalidade de Concorrência, tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa para execução da revitalização do trecho da Rua Nereu Ramos, compreendida entre a Rua Irineu Bornhauser e Rua Ernani Cotrin - Imbituba/SC. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 16 de maio de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Presidente da Comissão de Licitação

Edital SEAGP Nº 025/2013

EDITAL SEAGP Nº 025/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, divulgado através do Edital nº 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011, 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, para comparecer a Gerência

de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 14 de Maio a 13 de Junho de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Simplificado.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 14 de maio de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 025/2013

Motorista

RODRIGO FERNANDES

FÁBIO RICARDO GARCIA

Edital SEAGP Nº 026/2013

EDITAL SEAGP Nº 026/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2010.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Público nº 01/2010, divulgado através do Edital nº 01/2010, de 12 de novembro de 2010, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2010, de 07 de fevereiro de 2011, que homologou os resultados do referido processo seletivo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Público nº 01/2010, para comparecer ao Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 14 de Maio a 13 de Junho de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no

referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 14 de maio de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
 

EDITAL SEAGP Nº 026/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitária de Saúde área 02

ANA HELOISA FERNANDES DA SILVA

Ipumirim

PREFEITURA

Processo de Licitação Nº 28/2013,Pregão Presencial Nº 13/2013

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 28/2013

Valdir Zanella - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 17:00:00 horas do dia 28/05/2013, e abertura prevista para às 08:30:00 do dia 29/05/2013. Objeto da licitação: registro de preço para possível aquisição de material esportivo, destinado as atividades da Secretaria da CME e demais órgãos da administração pública. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo > licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 15/05/2013

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Processo de Licitação Nº 29/2013,Carta Convite Nº 5/2013

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº 5/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29/2013

Valdir Zanella - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de CARTA CONVITE, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 24/05/2013, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 24/05/2013. Objeto da licitação: aquisição de peças e serviço de retífica, para conserto do motor da Retroescavadeira mod. JCB-3C ano 2008 motor ES 4.1T, destinado as atividades da Secretaria de Urbanismo. Interessados poderão se autoconvocar em até 24 (vinte e quatro) horas antes do prazo fixado para a apresentação das propostas nos termos do § 3º do art. 22 da Lei 8.666/93. O local e horário para retirada do Edital e para esclarecimentos e informações aos interessados, poderá ser obtido junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico a ser enviado por fax através do número sobredito ou e-mail compras@ipumirim.sc.gov.br.

Ipumirim - SC, 15/05/2013

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

Decreto Nº 2403/2013

DECRETO Nº 2403/2013, DE 10 DE MAIO DE 2013.

"ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À EXAME ADMISSINAL PARA INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Senhor JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o Art. 8º, inciso VI, da Lei Complementar nº 01/97 de 30/12/1997,

DECRETA:

Art. 1º - Os candidatos a ingresso no Serviço Público Municipal, através de Concurso Público, deverão submeter-se a exame médico admissional consistindo na realização de avaliação clínica, abrangendo anamnese ocupacional e exame físico e mental que comprove a aptidão para o cargo, a ser promovido pelo Departamento de Recursos Humanos – DRH e/ou da Secretaria Municipal da Administração - SMA, através da apresentação dos seguintes documentos:

I - Boletim de Inspeção Médica – BIM – devidamente preenchido;
II – Boletim de Avaliação Psicológica - BAP
III – Resultado de exames laboratoriais obrigatórios e complementares (se houver).

Parágrafo único - O exame médico admissional tem por objetivo avaliar o estado de saúde física e mental do candidato, o qual deverá apresentar capacidade laborativa para o desempenho do cargo a ser exercido, não podendo apresentar patologia que possa

vir a resultar em prejuízo à saúde do candidato ou incapacidade para o exercício de suas funções, buscando a promoção e proteção da integridade física e mental dos servidores.

Art. 2º - O exame médico admissional será composto de inspeção médica e de avaliação psicológica realizada por profissionais da saúde da rede pública municipal, de exames laboratoriais obrigatórios e pré-definidos e de exames complementares caso sejam solicitados pelo médico.

Parágrafo único – Para a realização dos exames laboratoriais obrigatórios pré-definidos, os candidatos deverão retirar junto ao DRH do Município o formulário Solicitação de Exames Médicos Ambulatoriais - Anexo II do presente Decreto.

Art. 3º - Para os fins deste Decreto considera-se:

Inspeção Médica: procedimento médico realizado por profissional devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina, regulamentado, para estabelecer a capacidade laborativa quanto à saúde do candidato aprovado em concurso, para provimento de cargos ou empregos públicos.

Avaliação Psicológica: diz respeito a procedimento de levantamento de informações a serem fornecidas pelo candidato, com o propósito de tomada de decisão, podendo ser avaliadas características como inteligência, personalidade, interesse, entre outros.

Exames ambulatoriais: conjunto de exames e testes realizados em laboratórios de análises ou clínicas, visando a um diagnóstico.

Parágrafo único - Os candidatos convocados para exame médico deverão comparecer aos locais previamente indicados, conforme os editais específicos, para avaliação médica, munidos dos exames laboratoriais obrigatórios pré-definidos.

Art. 4º - A avaliação médica e a Avaliação Psicológica deverão ter registro resumido dos dados observados, no respectivo formulário de Inspeção Médica e de Avaliação Psicológica, que compõem os anexos III e IV, deste Decreto.

§ 1º - A critério do profissional de saúde, poderá ser solicitada ao candidato a realização de outros exames laboratoriais e complementares, que deverão ser apresentados no prazo de até 10 (dez) dias, podendo ser prorrogado este prazo caso haja necessidade devido à complexidade do mesmo.

§ 2º- Se na análise do exame clínico, dos exames laboratoriais e complementares e da avaliação psicológica for evidenciada alguma alteração, o profissional de saúde deverá determinar se a mesma é:

I - compatível ou não com o cargo pleiteado;

II - potencializada com as atividades a serem desenvolvidas;

III - determinante de frequentes ausências;

IV - capaz de gerar atos inseguros que venham a colocar em risco a segurança do candidato ou de outras pessoas;

IV - potencialmente incapacitante em curto prazo.

§ 3º - Evidenciadas quaisquer das alterações descritas no § 2º do Artigo 4º, o candidato será considerado inapto permanentemente.

Art. 5º - Durante a inspeção médica deverão ser apresentados pelos candidatos, às suas expensas, os exames ambulatoriais já pré-definidos conforme Anexo I, deste Decreto.

Art. 6º - O resultado da avaliação feita pelo médico e pelo psicólogo dará origem ao parecer que julgará o candidato apto ou inapto, para assumir a função.

Parágrafo único - Havendo dúvidas quanto à exatidão ou autenticidade do exame médico apresentado, deverá a chefia imediata encaminhar o candidato para realização de novos exames junto a equipe médica e psicológica designada para tal fim.

Art. 7º - O candidato considerado inapto terá prazo de 5 (cinco) dias para solicitar acesso ao laudo médico. Recebido o laudo, ele terá prazo de mais 5 (cinco) dias para agendar nova avaliação com médico perito.

Parágrafo único - Nesta nova avaliação o candidato tem direito a levar, para que o acompanhe no momento da nova perícia, um médico de sua escolha e confiança.

Art. 8º - Em todos os exames laboratoriais e complementares, além do nome do candidato, deverá constar, obrigatoriamente, a assinatura, a especialidade e o registro no órgão de classe específico do profissional responsável, sendo motivo de inautenticidade deste a inobservância ou a omissão desses dados.

Art. 9º - Os exames laboratoriais obrigatórios e pré-definidos e os exames complementares terão validade de no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data da avaliação médica.

Art. 10 - Caberá ao profissional de saúde a interpretação e análise dos exames, bem como a emissão dos laudos necessários para que seja feito o devido parecer.

Art. 11 - Caso o candidato seja considerado inapto, deverá o médico fundamentar tal inaptidão.

Art. 12 - Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento do presente Decreto.

Art. 13 - As dúvidas, as controvérsias e os casos não previstos neste Decreto serão dirimidos pelo Departamento de Recursos Humanos – DRH e Secretaria Municipal da Administração - SMA, conjuntamente.

Art. 14 – São anexos do presente Decreto, fazendo parte integrante deste:

Anexo I – Exames admissionais para cargos de provenientes de Concurso Público;

Anexo II - Solicitação de Exames Médicos Ambulatoriais;

Anexo III – Boletim de Inspeção Médica – BIM;

Anexo IV – Boletim de Avaliação Psicológica.

Art. 15 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, 10 de maio de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ANEXO I

DECRETO Nº 2403/2013, DE 10 DE MAIO DE 2013.

EXAMES ADMISSIONAIS PARA CARGOS PROVENIENTES DE CONCURSO PÚBLICO

Hemograma Completo, Glicemia em jejum, EAS

Colesterol Total

Creatinina

Ácido Úrico

Raios- X de coluna lombo sacra e bacia

Raios-X Tórax PA e Perfil

Laudo dermatológico

Acuidade visual

Audiometria

Hepatite B e C

Gama GGT

TGO/TGP

Para candidatos com idade acima de 40 (quarenta) anos, além dos exames acima descritos:

ECG (Eletrocardiograma com Laudo);

Para os candidatos para os cargos de Professor e Pedagogo, além dos exames acima descritos:

Laringoscopia com Laudo.

ANEXO III – DECRETO Nº 2403, DE 10/05/2013.				
	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS Secretaria Muni- cipal de Adminis- tração CNPJ: 83.102.558/0001- 05		BOLETIM INSPEÇÃO MÉDICA - BIM	

SOLICITAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS AMBULATORIAIS

Responsável: _____ Em: ____/____/____

Valor: R\$ 2.737,30 (dois mil setecentos e trinta e sete reais e trinta

Prefeito Municipal



Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável

Informações municipais para a promoção do desenvolvimento sustentável em Santa Catarina

indicadores.fecam.org.br



Itapiranga

PREFEITURA

Decreto Nº 84, de 10 de Maio de 2013 DECRETO Nº 84, DE 10 DE MAIO DE 2013.

Publicado no dia 14/05/2013, edição nº 1238, pag. 145

Onde se lê: Itapiranga SC, de 30 de abril de 2013.

Leia-se: Itapiranga SC, de 10 de maio de 2013.

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 99/2013, cujo objeto é a aquisição de peças e serviços destinados para recuperação do motor do caminhão Ford Cargo 2425, placa LXU-5307, da Secretaria de Transportes desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 29 de maio de 2013. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 15 de maio de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 100/2013, cujo objeto é a contratação de seguros de responsabilidade civil e total para veículos de propriedade do Município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 29 de maio de 2013. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 15 de maio de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Resolução 06/2013- FMCE RESOLUÇÃO Nº 06/CME/2013

Aprova o Plano Plurianual e o Projeto / Plano de Trabalho das Entidades Desportivas a serem contempladas com recursos da FMCE no exercício de 2013.

A presidente do Conselho Municipal de Esportes, Elisabeth Baretta, no uso de suas atribuições regimentais, e por deliberação do Conselho,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprova o Plano Plurianual da Fundação Municipal de Cultura & Esporte - FMCE, nos termos do Parecer nº 34/CME/2013, elaborado pelo respectivo conselheiro relator..

Art. 2º - Aprova o projeto da ABLUJHE - Associação de basquete de Luzerna, Joaçaba e Herval D'Oeste, nos termos do Parecer nº 31/CME/2013, elaborado pela respectiva conselheira relatora, em conformidade com Lei Municipal nº 3.939 de 10 de dezembro de 2009.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Joaçaba, 13 de maio de 2013.

ELISABETH BARETTA

Presidente do Conselho Municipal de Esportes

Extrato PL 22/2013/FMS - PP 29/2013/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2013/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2013/FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material de expediente e suprimentos de informática, destinados à manutenção dos programas e serviços da Secretaria de Saúde. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 03/06/2013, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 03/06/2013, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 14 de maio de 2013.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

Extrato TP 9/2013/PMJ - PL 49/2013/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2013/PMJ
TOMADA DE PREÇO Nº 9/2013/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessário para a pavimentação asfáltica em CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado a Quente de parte da Rua Coronel Passos Maia, no Município de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Tipo: Empreitada por Preço Unitário. Data da abertura: Dia 06/06/2013, a partir das 16h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 15h30min do dia 06/06/2013, no Setor de Protocolo da Prefeitura

de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049) 3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 13 de maio de 2013.

MARCOS WEISS

Prefeito em Exercício

Lages

PREFEITURA

Dispensa de Licitação 61/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 61/2013

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação para a Celebração de um Contrato de locação com a Adriana Nunes Zanella Mendes, inscrito no CRECI sob n.º 10.570, com sede à Rua Frei Rogério, 225 - centro, Lages, SC, para aluguel de um imóvel sito a Rua Felipe Schmidt, 80, centro, onde será instalada a Central de Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Lages, pelo período de 01 de maio de 2013 e seu término previsto para a data 31 de dezembro de 2013, no valor de será de R\$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais) mensais.

Lages, 04 de abril de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 04 de abril de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 62/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 62/2013 PARA COMPRA EMERGENCIAL

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 62/2013, em conformidade com a legislação vigente, para compra emergencial de Materiais de Higiene e Limpeza para da Empresa DOMINGOS SOARES NETO - ME, CNPJ n.º 08.811.393/0001-25, estabelecida à Rua Gustavo Lebon Regis n.º 260, em Lages/SC - cep: 88.504-225, para consumo nas Unidades Escolares da Rede Municipal, pelo período máximo de noventa dias, dos itens abaixo relacionados:

Item	quant	Valor	Total
Papel higiênico branco rolo c/60 mts	400	2 2 , 2 0	
8.880,00			

Água sanitária 01 lts	1.000	1,55	1.550,00
Sabão em pedra - pcte 5 unid. C; 200gr cada	335	4 , 9 5	
1.658,25			
Fralda descartavel tm GG c/50 unid	50	37,50	1.875,00
Fralda descartavel tm G c/50 unid	50	37,50	1.875,00
Sabão em pó 01 kg	500	4,05	2.025,00
Total		17.863,25	

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de abril de 2013.

MARimilia Casa Costa Coelho

Secretário Municipal da Educação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Marimilia Casa Costa Coelho, Secretária Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 09 de abril de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 64/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 64/2013

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 07/2013, em conformidade com a Legislação Vigente, para celebração de contrato de locação com a MITRA DIOCESANA DE LAGES inscrita no CNPJ sob n.º 84.950.633/0045-71, com sede à Rua Correia Pinto, 247 - Lages - SC, 88502-900, de um imóvel, sito à Praça João Ribeiro, centro, nesta cidade de Lages, SC, onde está instalada a Secretaria de Segurança das Pessoas e Patrimônio, no período de 02 de janeiro de 2013 e seu término previsto para 31 de dezembro de 2013, pelo valor de R\$1.672,13 (mil e seiscentos e setenta e dois reais e treze centavos) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 02 de janeiro de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 02 de janeiro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 65/2013 - PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 65/2013
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL

A Secretaria Municipal de Administração autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação para a Celebração de um Contrato Emergencial de Fornecimento de Materiais com a RAMALUZ LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 08.962.222/0001-05, com sede à Av. Santa Catarina, 285 - Lages/SC - cep: 88.512-005, pelo período de cento e oitenta dias, no valor de R\$ 79.617,58 (setenta e nove mil e seiscentos e dezessete reais e cinquenta e oito centavos) para Manutenção e Conservação da Iluminação Pública do Município

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de abril de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de abril de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 66/2013 - PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 66/2013
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 66/2013, em conformidade com a Legislação Vigente, para celebração de contrato de locação com a CONTRATADA: CONSTRUTORA E INCORPORADORA WALMA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 08.404.969/0001-30, com sede nesta cidade de Lages, SC, para aluguel de um barracão, sito à Av. Belizário Ramos, lado ímpar e Rua Alagoas e Rua Sergipe - nesta cidade de Lages, SC, onde está instalado o setor de veículos da PML, pelo período doze meses a contar de 02 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 3.175,18 (três mil e cento e setenta e cinco reais e dezoito centavos) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 02 de janeiro de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 02 de janeiro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 67/2013 - PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 67/2013
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação para a Celebração de um Contrato de locação como a MENFIS IMOBILIÁRIA ADMINISTRADORA DE IMOVEIS, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.162.057/0001-14, com sede à Rua Presidente Nereu Ramos n.º 84 - centro, Lages, SC, para aluguel de um imóvel sito a Rua Walter Dachs, 69, centro, onde será instalada o Setor de Vigilância Sanitária de Lages, pelo período de 02 de janeiro de 2013 e seu término previsto para a data 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 2.571,28 (dois mil, quinhentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos) por mês.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 02 de janeiro de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 02 de janeiro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 68/2013 - PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 68/2013
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação sob n.º 68/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso I da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para a contratação da empresa NIBBLE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n.º 38.877.148/0001-81, para locação e suporte de software destinado ao acesso via internet à rede AFTN (Rede Fica de Telecomunicações Aeronáuticas) instalado no Aeroporto Federal de Lages, pelo valor de R\$ 1.080,95 (hum mil e oitenta reais e noventa e cinco centavos) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 24 de abril de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário Municipal de Administração

NIBBLE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n.º 38.877.148/0001-81, para locação e suporte de software destinado ao acesso via internet à rede AFTN (Rede Fica de Telecomunicações Aeronáuticas) instalado no Aeroporto Federal de Lages, pelo valor de R\$ 1.080,95 (hum mil e oitenta reais e noventa e cinco centavos) mensais.

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário

Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 24 de abril de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

PP 09-2013 SEMASA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 09-2013 SEMASA

Objeto: Aquisição de Hidrômetros, Kit Ponteiros e Kit Cavalete para Manutenção da Rede de Água.

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 28/05/2013 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 2.429.213,24

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 , ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 14 de maio de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

PP 31-2013 PML e PP 11-2013 SEMASA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 34-2013 PML

Objeto: Aquisição de Materiais p/ Confecção de Brinquedos

Tipo: Menor Preço por Lote

Abertura: 24/06/2013 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 80.020,35

Modalidade: PP 11-2013 SEMASA

Objeto: Prestação de Serviços de Transporte de lodo da ETE (Estação de Tratamento Esgoto), para aterro industrial.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 14/06/2013 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 4.537,50 ao mês

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada , ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 15 de maio de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

Rerratificação Nº02 PP 13-2013 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

RERRATIFICAÇÃO Nº 02

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2013 - PML

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA USO DA FROTA DO MUNICÍPIO.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedidos de esclarecimentos, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

No Anexo II - Termo de Referência, passar a considerar a descrição dos itens:

- Lote 05, item 5.5 "08 lonas";

- Lote 05, item 5.7 "06 lonas".

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para o dia 16/05/2013 às 09:00 horas, para o dia 10/06/2013 às 16:00 horas.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 13 de maio de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

Extato de Contrato 40/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 40/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: RENATO ALOÍSIO GOMES, pessoa física inscrita no CPF sob nº 447.431.659-20 e RG n.º 110.897-8, residente e domiciliado na BR 116, Km 191, Rio Antinhas, na cidade de São Cristóvão do Sul/SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 29 de maio de 2013, às 19:00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

4.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Lages, 14 de maio de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 39/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 39/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: BRUNO JOSÉ PEIXER, pessoa física inscrita no CPF sob nº 056.171.679-01 e RG n.º 421.0594-3, residente e domiciliado na Ary Waltrick da Silva Bairro Centenário - CEP 88.509-308, nesta cidade de Lages/SC, neste ato representando o grupo ALMA DO CAM PO.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 28 de maio de 2013, às 19:00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

4.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Lages, 14 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 32/2013 - FCL

MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 32/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: DANIEL DANTE FINARDI M.E.I, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 11.734.881/0001-90, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, 219 - Bairro Centro, CEP 88501-230 nesta cidade de Lages/SC, neste ato representando o conjunto PATRIA SULINA.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetivo este contrato a realização, pela CONTRATADA, das apresentações artísticas no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 24 de maio de 2013, às 00:00hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

4.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Lages, 14 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 33/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 33/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: ÉDER ESMAEL DA SILVA, pessoa física inscrita no RG sob nº 3.602.404, residente e domiciliado na Rua Hermelino da Silva Ramos - Bairro Conta Dinheiro, nesta cidade de Lages/SC, neste ato representando o conjunto ENTREVERO SERRANO.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetivo este contrato a realização, pela CONTRATADA, das apresentações artísticas no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 25 de maio de 2013, às 19:00hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

4.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Lages, 14 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 34/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 34/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: IVAN MICHEL MARTINS MICHALTCHUK, pessoa física inscrita no CPF sob nº 008.188.489-36 e RG nº 419.165-9, residente e domiciliado na Rua Emiliano Ramos, 375 - Centro, CEP: 88502-215, nesta cidade de Lages/SC, neste ato representando o conjunto QUARTETO CORAÇÃO DE POTRO.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetivo este contrato a realização, pela CONTRATADA, das apresentações artísticas no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta

Dinheiro dia 25 de maio de 2013, às 20:00hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

4.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

Lages, 14 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 35/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 35/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: LUIZ ANTONIO GUAZELLI, pessoa física inscrita no CPF sob nº 414.030.530-49 e RG nº 196.265-7, residente e domiciliado na Rua Cel. Córdova, 262 - Centro, nesta cidade de Lages/SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetivo este contrato a realização, pela CONTRATADA, das apresentações artísticas no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 26 de maio de 2013, às 16:00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

4.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

Lages, 14 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 36/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 36/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: JONES ANDREI CAMPOS VIEIRA M.E.I, jurídica inscrita no CNPJ sob nº 15.618.298/0001-75, com sede na Rua Coronel Cordova, 1083 - Centro, nesta cidade de Lages/SC, neste ato representando o artista DANIEL SILVA.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetivo este contrato a realização, pela CONTRATADA, das apresentações artísticas no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 30 de maio de 2013, às 17:30 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

4.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

Lages, 14 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 37/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 37/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: RICARDO BEISHEIM, pessoa física inscrita no CPF sob nº 045.259.369-75 e RG nº 3479437-9, residente e domiciliado na Rua Julio Rodrigues da Costa, 139 - Brusque, nesta

cidade de Lages/SC, neste ato representando o artista RICARDO BERGHA.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetivo este contrato a realização, pela CONTRATADA, das apresentações artísticas no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 27 de maio de 2013, às 19:00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

4.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais).

Lages, 14 de maio de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 38/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 38/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: ÉDER ROSA GOULART, pessoa jurídica inscrita no CNPJ n.º 12918608/0001-89 com sede na Rua Gilcionir Zapelini Branco, 543 - CEP 88526-140 nesta cidade de Lages/SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 27 de maio de 2013, às 20:00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

4.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

Lages, 14 de maio de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Lauro Muller

PREFEITURA

Lei Nº 1755/2013

LEI Nº 1755/2013 DE 10 DE MAIO DE 2013

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS PARA O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a transferir recursos financeiros para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Lauro Müller, do período da aprovação da presente Lei até 31/12/2013, na ordem de R\$ 19.200,00 (Dezenove mil e duzentos reais), para fins de custear despesas decorrentes de serviços médicos, odontológicos e de manutenção daquela entidade.

Parágrafo Único - O repasse do valor descrito no "caput" deste artigo, dar-se-á da seguinte forma: em 08 (oito) parcelas iguais e mensais de R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais).

Art. 2º - A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e a Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais autenticadas.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária nº 1.738/2012 de 19 de novembro de 2012; 09.00 - Fundo Municipal de Saúde; Projeto de Atividades: 2.039 - Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde; rubrica 3.3.50.00.00.00 - Transferências à Instituições privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da data de aprovação da presente LEI.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 10 DE MAIO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

MINUTA DO CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE LAURO MÜLLER/SC.

Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER/SC, pessoa jurídica de direito interno, doravante denominado Município, com sede na Rua Walter Vetterli nº 239, Centro - Lauro Müller/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.558.909/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Fabrício Kusmin Alves, e do outro lado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lauro Müller, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 85.079.218/0001-36, com sede na Rua Henrique Lage, nº 219, Bairro Centro- Lauro Müller/SC, representada neste ato por seu Presidente Valmor Macari, com CPF nº 433.402.619-20, acordam o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para auxiliar na cooperação financeira para a prática de esportes bem como festividades de caráter social e torneios esportivos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lauro Müller valor total de R\$ 19.200,00 (Dezenove mil e duzentos reais), sendo efetuado o repasse em até 08 (oito) parcelas no valor de R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

I - Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao município os recursos recebidos através deste Convênio, quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Encaminhar ao Município e a Câmara Municipal de Vereadores a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento dos mesmos;

IV - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para fim estabelecido na Cláusula Primeira deste convênio, sob pena de ressarcimento do Município, dos valores repassados, com atualização monetária, independentemente de procedimentos judiciais;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

- I - Efetuar o repasse dos recursos financeiros, de acordo com o Convênio;
- II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução de Programas, que estejam relacionados com o objeto deste convênio;
- III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;
- IV - Transferir os recursos financeiros para execução deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso, observada a sua disponibilidade financeira;
- V - Analisar as prestações de contas dos recursos alocados pelo MUNICÍPIO neste convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

- a) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio; e
- b) quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2013, a partir da data de sua publicação.

CLÁUSULA OITAVA - DOS TERMOS ADITIVOS

O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes.

Parágrafo Único - É vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

I - Fica eleito o Foro da Comarca de Lauro Müller/SC, para dirimir questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

II - E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente convênio em três (03) vias na presença das testemunhas abaixo.

Lauro Müller, 02 de Abril de 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES VALMOR MACCARI

Prefeito Municipal

Presidente do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais de Lauro Müller

TESTEMUNHAS:

1ª _____

CPF nº: _____

2ª _____

CPF nº: _____

Lei Nº 1756/2013

LEI Nº 1756/2013 DE 10 DE MAIO DE 2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE - FEBAVE, PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE - FEBAVE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.975.236/0001-08, para a concessão de até 5 (cinco) bolsas de estudo, destinadas a alunos matriculados no Curso Profissionalizante de Técnico em Agropecuária, da Escola de Educação Profissional Técnica Colônia Grão Pará, economicamente carentes, residentes no município de Lauro Müller/SC e que preencham os requisitos previstos nesta Lei.

§ 1º. Não havendo a concessão do total de bolsas de estudos previstas no caput deste artigo no ano de 2013, as bolsas remanescentes serão concedidas nos anos subsequentes até atingir a quantidade de 5 (cinco) bolsas de estudo.

§ 2º. As bolsas de estudos darão cobertura ao beneficiário até à conclusão do curso, salvo a intercorrência de algum advento que justifique a cessação do benefício.

Art. 2º. O valor de cada bolsa de estudos será de R\$ 396,00 (trezentos e noventa e seis reais) mensais, num total de 12 (doze) parcelas por ano, ficando autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE - FEBAVE, o valor global das bolsas de estudo concedidas, de até R\$ 23.760,00 (Vinte e três mil setecentos e sessenta reais) por ano.

§1º. A FEBAVE deverá prestar contas mensalmente em até 30 dias (trinta) após o recebimento de cada parcela e ao final em até 60 (sessenta dias) após o recebimento total dos recursos, na forma exigida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela legislação de regência aplicável à espécie e encaminhará semestralmente relatório com os nomes e notas dos bolsistas do município de Lauro Müller.

§2º. O valor das bolsas de estudos será reajustado de acordo com os reajustes anuais aplicado pela FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE - FEBAVE ao valor de suas mensalidades.

Art. 3º. A seleção dos beneficiários e fiscalização do cumprimento dos critérios para a sua obtenção e manutenção ficará a cargo de uma comissão designada pela FEBAVE, assegurando-se a participação do Município.

Art. 4º. O aluno beneficiado por esta Lei perderá a bolsa de estudos nos seguintes casos:

- I - dependência em qualquer disciplina;
- II - comportamento disciplinar ou estudantil inadequado;
- III - desistência do curso ou trancamento de matrícula;
- IV - reprovação;

V - O bolsista perderá a bolsa de estudos se comprovada renda suficiente para o pagamento pessoal das mensalidades.

Art. 5º. As despesas oriundas do convênio ora autorizado correrão por conta da Lei Orçamentária nº 1.738/2012 de 19 de novembro de 2012; 08.01- Fundo Municipal da Agricultura; 2.042 - Assistência ao Produtor Rural; Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicação Direta

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 10 DE MAIO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

Lei Nº 1757/2013

LEI Nº 1757/2013 DE 10 DE MAIO DE 2013
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento do Exercício de 2013, no valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

4.00 - Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes

04.06 - Departamento de Apoio Pedagógico

1.008 - Aquisição de veículo p/Educação

4.490 - Aplicação Direta - R\$ 270.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o crédito especial de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.00 - Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes

04.06 - Departamento de Apoio Pedagógico

1.003 - Construção, ampliação e reforma- Educação Infantil

4.490 - Aplicação direta - R\$ 150.000,00

1.004 - Aquisição de Equipamentos e Mobiliário Escolar

4.4.90 - Aplicação Direta - R\$ 120.000,00

TOTAL - R\$ 270.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 10 DE MAIO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

Decreto Nº 027/2013

DECRETO Nº 027/2013
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa, dada pela Lei Municipal nº 1.738/2012, de 19 de Novembro de 2012 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

11.00 - HOPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

11.01 - Manutenção das Atividades do Hospital

2.071 - Manutenção das Atividades do Hospital

DOTAÇÃO 07

3.3.90.00.00.146 - Aplicação Direta R\$ 50.000,00

T O T A L R\$ 50.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

11.00 - HOPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

11.01 - Manutenção das Atividades do Hospital

2.071 - Manutenção das Atividades do Hospital

DOTAÇÃO 15

3.3.90.00.00.146 - Aplicação Direta R\$ 50.000,00

T O T A L R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 06 DE MAIO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada Nesta Secretaria De Administração, Finanças E Planejamento E Publicado no Órgão Oficial Do Município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Decreto Nº 028/2013

DECRETO Nº 028/2013
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa, dada pela Lei Municipal nº 1.738/2012, de 19 de Novembro de 2012 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

11.00 - HOPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

11.01 - Manutenção das Atividades do Hospital

2.071 - Manutenção das Atividades do Hospital

DOTAÇÃO 07

3.3.90.00.00.146 - Aplicação Direta R\$ 600.000,00

T O T A L R\$ 600.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte 146.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 06 DE MAIO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada Nesta Secretaria De Administração, Finanças E Planejamento E Publicado no Órgão Oficial Do Município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Decreto Nº 029/2013

DECRETO Nº 029/2013

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa, dada pela Lei Municipal nº 1.738/2012, de 19 de Novembro de 2012 (Lei Orçamentária Anual - LOA), e a Lei autorizativa Nº 1757/2013 de 10 de Maio de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento do Exercício de 2013, no valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

4.00 - Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes
04.06 - Departamento de Apoio Pedagógico
1.008 - Aquisição de veículo p/Educação
4.490 - Aplicação Direta - R\$ 270.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o crédito especial de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.00 - Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes
04.06 - Departamento de Apoio Pedagógico
1.003 - Construção, ampliação e reforma- Educação Infantil
4.490 - Aplicação direta - R\$ 150.000,00

1.004 - Aquisição de Equipamentos e Mobiliário Escolar
4.4.90 - Aplicação Direta - R\$ 120.000,00
TOTAL - R\$ 270.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE MAIO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

Decreto Nº 030/2013

DECRETO Nº 030/2013

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa, dada pela Lei Municipal nº 1.738/2012, de 19 de Novembro de 2012 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

11.00 - HOPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE
11.01 - Manutenção das Atividades do Hospital
2.071 - Manutenção das Atividades do Hospital
DOTAÇÃO 12
3.3.90.00.00.147 - Aplicação Direta R\$ 500.000,00
T O T A L R\$ 500.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

11.00 - HOPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE
11.01 - Manutenção das Atividades do Hospital
2.071 - Manutenção das Atividades do Hospital
DOTAÇÃO 08

3.3.90.00.00.147 - Aplicação Direta R\$ 500.000,00

T O T A L R\$ 500.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE MAIO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

Portaria Nº 131/2013

PORTARIA Nº 131/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2013, para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, EDNÉIA CARDOSO, para a função de Professora II, referência - MAG LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 18 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária Janielle Maffioletti Domingos.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE FEVEREIRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 132/2013

PORTARIA Nº 132/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2013, para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, CAMILA SALVADOR, para a função de Professora II, referência - MAG LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 18 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária Tomásia Emília Bristot Martignago.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 133/2013
PORTARIA Nº 133/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2013, para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JANAINA VIEIRA, para a função de Professora II, referência - MAG LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 18 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Pré-Escolar Criança Feliz, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária Maria Heloísa Dalssaso.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 134/2013
PORTARIA Nº 134/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2013, para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ANDRÉIA BENEDET, para a função de Professora II, referência - MAG LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 18 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária Noemia Santana Alves.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 135/2013
PORTARIA Nº 135/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2013, para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, DÉBORA DE OLIVEIRA SPINDOLA, para a função de Professora II, referência - MAG LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 18 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária Tomásia Emília Bristot Martignago.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 136/2013
PORTARIA Nº 136/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2013, para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, FERNANDO CAMPOS LIMA, para a função de Professor II, referência - MAG LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 18 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à

funcionária Rosimeri Carboni.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 137/2013
PORTARIA Nº 137/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2013, para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MARIA HELOÍSA VICENTE, para a função de Professora II, referência - MAG LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 18 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal Hilário Pescador, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária Nilzete Schlickmann.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 138/2013
PORTARIA Nº 138/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2013, para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, INGRID DE SOUZA, para a função de Professora II, referência - MAG LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 18 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Dó-Ré-Mi, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária Janice Del Prato.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 139/2013
PORTARIA Nº 139/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2013, para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ALESSANDRA SCHUCH, para a função de Professora II, referência - MAG LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 18 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária Noemia Santana Alves.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 140/2013
PORTARIA Nº 140/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a professora HELOÍSA GONÇALVES RIBEIRO FONTANELLA, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar na Escola Municipal Quilometro Um.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Credenciamento Nº 04/2013 - Hmhl
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER
HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

ATO EDITAL CREDENCIAMENTO HMHL N. 04/2013

O Município de Lauro Muller, através do Hospital Municipal Henrique Lage, por meio da Comissão Permanente de Licitações INFORMA aos interessados que de conformidade com a Lei n.8.666/93 e legislação subsequente, a abertura do credenciamento para prestação de serviços médicos especializados para o Hospital Municipal Henrique Lage, para o prazo de até 31/12/2013

O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 34643122.

Lauro Muller, 14 de maio de 2013

FABIO LEAL
Presidente da Comissão de Licitação

Lebon Régis

PREFEITURA

Decreto Nº 036/2013

DECRETO Nº 036/2013 - 14 de maio de 2013.

"ALTERA COMISSÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - CMDR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pelo Artigo 104 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Comissão Municipal de Desenvolvimento Rural de acordo com o que estabelece a Lei Complementar nº 077/2013 de 1º de abril de 2013, composta pelos seguintes membros:

a) Representantes da Prefeitura Municipal de Lebon Régis:

- Fernando Ribeiro da Silva
- Lady Dayana Tibes Farias

b) Representantes da Câmara de Vereadores de Lebon Régis:

- Carlos Ivan Zanotto
- Everaldo Kojikoski

c) Representantes da EPAGRI:

- Rosana Kokuska
- Clarisse Helena Werner

d) Representantes do Banco do Brasil:

- Luiz Alfredo Goetten
- Janice Aparecida Dias Siqueira

e) Representantes do SICOB:

- Tatiane Beal
- Simone Martinazzo

f) Representantes do Banco Bradesco:

- Luciano Cedron
- Samuel Marques da Silva

g) Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura:

- André Barpp
- Roberto Caetano Moraes

h) Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lebon Régis:

- Luiz Francisco Thibes Moreira
- Marcelo Spautz
- Giovani Dal Mas de Moraes
- Luiz Marlon Auresward

i) Representantes do Sindicato Rural de Lebon Régis:

- Gregório Maceno
- Antonio Adenir Fidélis Ribeiro
- Baldomar Scheregle
- Elizandra Burin Scaratti

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 038/2013 Pregão Presencial Nº 030/2013 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2013

TIPO: Menor Preço por item, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de expediente, suprimentos de informática e materiais permanentes para uso da Administração Municipal de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 030/2013. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 023/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze) horas, do dia 28 de maio de 2013. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 15/05/2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato Dispensa 02-2013 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2013

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do responsável pelas licitações e Contratos, que dispensou a licitação, nos termos do artigo 24, inc. "IV", da Lei nº 8.666/93, para contratação emergencial de serviços médicos hospitalares na Estratégia Saúde da Família - ESF, durante os dias 15, 16, 27 e 29 de maio de 2013, tendo em vista ao pedido de exoneração da servidora ocupante do cargo Dra Leticia de Castro, sendo que já foram realizadas varias tentativas para contratação de um profissional sem exito, e que também encontra-se aberto concurso público.

Contratado: Cardiológica Clinica Medica S/C Ltda
Valor : R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Lindóia do Sul, SC, 15 de maio 2013.

RONALDO PISCINI

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Extrato Pregão 37-2013

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a aquisição de matérias veterinários, um frigobar, centrífuga micro hematócrito, e rede para despesca, no dia 29 de maio de 2013, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 14 de maio de 2013.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal.

Luzerna

PREFEITURA

Lei 1108 - Radiopatrulha - Republicado por Incorreção

LEI Nº 1108 de 14 de maio de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CONVÊNIO, com o ESTADO DE SANTA CATARINA através da POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, visando a realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de Radiopatrulha da Polícia Militar no MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC).

Art.2º- As despesas provenientes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária nº 06.06.181.0010.2010 - Manutenção do Convênio da Radiopatrulha - 3.3.90.00.00 - Outras Despesas Correntes e 4.4.90.00.00 - Despesas de Capital - Investimentos - Fonte 00 - Recursos Próprios.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna (SC), 14 de maio de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Decreto 1627

DECRETO Nº 1627 de 13 de maio de 2013.

"NOMEIA O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/CAE DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

Art.1º- O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/CAE de Luzerna(SC), na forma do art.1º da Lei nº 242 de 30.08.2000, alterada pela Lei nº 258 de 15.12.2000, Lei nº 823 de 19.02.2009, Lei nº 915 de 15.06.2010 e Lei nº 919 de 25.08.2010, fica assim constituído:

I - representantes do Poder Executivo

Titular :CRISTINA KULL

Suplente:CHEILA PEGORARO

II - representantes dos professores

Titular : MÁRCIA MARIA GRAEF

Suplente: EMANUELE CANALLE

Titular : HILDAMARA PASQUALINI DE ALMEIDA OLIVEIRA

Suplente: ROSELI TEREZINHA SCHNEIDER PADILHA

III- representantes de pais de alunos

Titular : CLEMENS SALVI KLEIN

Suplente: LAURITA HEINEMAN

Titular : MARISTELA GOMES

Suplente: MÁRCIA RIBEIRO

IV - representantes da sociedade civil



Titular : FERNANDO COSTA BEBER
Suplente: CLAUDIR DEIGE
Titular : RÉGIS VALTER WEISER
Suplente: ANGELO BRANDALISE JÚNIOR

Art. 2º- O exercício do mandato de Conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 13 de maio de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Extrato de Portaria 132
EXTRATO DE PORTARIA
PML 2013

Portaria nº 132/13 de 09/05/13 - "Reenquadra servidores que especifica" (Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2013).

Extrato de Portaria Nº 133
EXTRATO DE PORTARIA
PML 2013

Portaria nº 133/13 de 09/05/13 - "Cessa efeitos de portaria que especifica" (Cessar os efeitos da Portaria nº 033/13 de 15 de janeiro de 2013 que designou a Servidora CRISTIANE MARIA DENARDI, Técnico Administrativo, Nível 1, Classe "C", do Grupo III - Atividades de Administração Geral/AAG, para exercer a função de Coordenadora do Setor de Licitação, Nível CC-2, da Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 035/04 de 18 de março de 2004).

Extrato de Portaria Nº 134
EXTRATO DE PORTARIA
PML 2013

Portaria nº 134/13 de 09/05/13 - "DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECIFICA". (DESIGNAR o servidor TIAGO SCHNEIDER, Auxiliar de Contabilidade, Nível 1, Classe "A", do Grupo III - Atividades de Administração Geral/AAG do Anexo I, da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004 e alterações posteriores, para exercer a função de Chefe do Setor de Tesouraria, a partir de 01 de maio de 2013).

Extrato de Portaria Nº 135
EXTRATO DE PORTARIA
PML 2013

Portaria nº 135/13 de 09/05/13 - "DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECIFICA". (DESIGNAR a servidora CAROLINA KIRSCH MAGALHÃES, Auxiliar de Contabilidade, Nível 1, Classe "C", do Grupo III - Atividades de Administração Geral/AAG do Anexo I, da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004 e alterações posteriores, para exercer a função de Chefe do Setor de Contabilidade, a partir de 01 de maio de 2013).

Extrato de Portaria Nº 136
EXTRATO DE PORTARIA
PML 2013

Portaria nº 136/13 de 09/05/13 - "DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECIFICA". (DESIGNAR a servidora GISELI KRUG, Agente Administrativo, Classe "C", Nível 02, Grupo II - Atividades de Nível Operacional/ANO do Anexo I, da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004 e alterações posteriores, para exercer a função de Chefe do Setor de Compras, a partir de 01 de maio de 2013).

Extrato de Portaria Nº 136
EXTRATO DE PORTARIA
PML 2013

Portaria nº 136/13 de 09/05/13 - "DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECIFICA". (DESIGNAR a servidora GISELI KRUG, Agente Administrativo, Classe "C", Nível 02, Grupo II - Atividades de Nível Operacional/ANO do Anexo I, da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004 e alterações posteriores, para exercer a função de Chefe do Setor de Compras, a partir de 01 de maio de 2013).

Extrato de Portaria Nº 137
EXTRATO DE PORTARIA
PML 2013

Portaria nº 137/13 de 09/05/13 - "DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECIFICA". (DESIGNAR o servidor ALDOMAR GUILHERME PASCOTTO, Agente de Serviços Gerais, Nível 6, Classe "A", do Grupo II - Atividades de Nível Operacional/ANO do Anexo I, da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004 e alterações posteriores, para exercer a função de Assistente dos Serviços de Sinalização Viária, a partir de 01 de maio de 2013).

Extrato de Portaria Nº 138
EXTRATO DE PORTARIA
PML 2013

Portaria nº 138/13 de 09/05/13 - "DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECIFICA". (DESIGNAR a servidora CRISTIANE MARIA DENARDI, Técnico Administrativo, Nível 1, Classe "C", do Grupo III - Atividades de Administração Geral/AAG, para responder pelo cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico Sênior, Nível CC-1, da Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 035/04 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, a partir de 1º de maio de 2013).

Extrato de Pregão PML.31.13 - Material Construção
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE EDITAL
Processo Licitatório nº 031/2013 - PML
Pregão Presencial nº 0024/2013 - PML

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais de construção, destinados à realização de serviços, reparos, conservação e

manutenção diversas, de competência das Secretarias Municipais de Luzerna.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 04 de junho de 2013.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 04 de junho de 2013.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Extrato Homologação PML.026.2013 - Limpeza

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 026/2013 - PML

Pregão nº 0020/2013 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 024/2013, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço
- Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, material de higiene e limpeza, destinados à manutenção das atividades da Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais,

- Proponente(s) Vencedora(s):

. AIRTON SILVA DA MOTTA ME

. AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

. COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA

. F. R. GIUSTI COMERCIAL LTDA

. MERCADO RZ LTDA

. OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

. SUPER DELAZERI LTDA

- Valor total: R\$ 106.763,39

Luzerna (SC), 14 de maio de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Edital de Notificação FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Des

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais do Fundo Nacional de Assistência Social:

12/04/2013	Programa Piso Variável II	1.000,00
15/04/2013	IGD Programa Bolsa Família	687,50
26/04/2013	Piso Básico Fixo - PBF	4.500,00

Luzerna(SC), 15 de maio de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Balancete Financeiro FMAS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Abril/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	6.504,50	Despesa Orçamentária	26.678,91
RECEITA PATRIMONIAL	317,00	Despesas exceto Intra-orçamentárias	26.678,91
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.187,50	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.188,09
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.976,32
		INVESTIMENTOS	514,50
Receita Extra - Orçamentária	43.638,59	Despesa Extra - Orçamentária	28.638,59
DEPÓSITOS	1.959,68	DEPÓSITOS	1.959,68
CONSIGNAÇÕES	1.959,68	CONSIGNAÇÕES	1.959,68
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.514,64	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.514,64
TESOURO NACIONAL	313,46	TESOURO NACIONAL	313,46
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	17,52	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	17,52
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	27,12	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	27,12
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	26.678,91	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	26.678,91
OBRIGAÇÕES A PAGAR	26.678,91	OBRIGAÇÕES A PAGAR	26.678,91
FORNECEDORES	7.490,82	FORNECEDORES	7.490,82
PESSOAL A PAGAR	14.759,43	PESSOAL A PAGAR	14.759,43
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	4.428,66	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	4.428,66
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	15.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	15.000,00		
REPASSE RECEBIDO	15.000,00		
Saldos anteriores	119.972,44	Saldos atuais	114.798,03
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	119.972,44	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	114.798,03
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	170.115,53	Total	170.115,53

Luzerna, 15/05/2013

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FUNDO MUN. ASSISTENCIA S

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Balancete Financeiro FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Março/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	75.267,65	Despesa Orçamentária	145.967,04
RECEITA TRIBUTARIA	516,93	Despesas exceto Intra-orçamentárias	145.967,04
RECEITA PATRIMONIAL	1.567,81	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	115.226,87
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	73.182,91	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.740,17
Receita Extra - Orçamentária	340.672,82	Despesa Extra - Orçamentária	190.116,83
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	4.175,88	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	4.175,88
CRÉDITOS A RECEBER	4.175,88	CRÉDITOS A RECEBER	4.175,88
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	4.175,88	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	4.175,88
DEPÓSITOS	16.449,41	DEPÓSITOS	16.449,41
CONSIGNAÇÕES	16.449,41	CONSIGNAÇÕES	16.449,41
PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.031,36	PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.031,36
TESOURO NACIONAL	5.426,39	TESOURO NACIONAL	5.426,39
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	917,01	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	917,01
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	3.074,65	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	3.074,65
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	170.047,53	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	169.491,54
OBRIGAÇÕES A PAGAR	170.047,53	OBRIGAÇÕES A PAGAR	169.491,54
FORNECEDORES	32.021,50	FORNECEDORES	31.465,51
PESSOAL A PAGAR	85.043,92	PESSOAL A PAGAR	85.043,92
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	52.839,31	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	52.839,31
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	142,80	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	142,80
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	150.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	150.000,00		
REPASSE RECEBIDO	150.000,00		
Saldos anteriores	577.111,28	Saldos atuais	656.967,88
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	577.111,28	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	656.967,88
BANCO C/ MOVIMENTO	0,00	BANCO C/ MOVIMENTO	0,00
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	993.051,75	Total	993.051,75

Luzerna, 14/05/2013

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAUDE

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Massaranduba

PREFEITURA

Licita 44.2013 P20.2013 R.P. Pranchas e Tabuas

MUNICIPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 44/2013 - PM

PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS

Nº. 20/2013

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de pranchas de eucalipto vermelho (serno) e tabuas para caixaria, de boa qualidade, para restauração de pontes, pontilhões e outros serviços inerentes as atividades da administração pública de Massaranduba (SC), ao longo de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 28/05/2013
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 28.05.2013. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 14 de Maio de 2013.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Meleiro

PREFEITURA

Lei Nº 1592/2013

LEI Nº 1592/2013

TRATA DA NOMENCLATURA DA CASA DA CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1 º A Casa da Cultura situada na Rua Luiza Napole Canela, Centro, Meleiro/SC, será assim denominada: "ESPAÇO CULTURAL

PROFESSORA SALETE VASSOLER".

Art. 2 º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3 º Fica revogada no seu todo a Lei Municipal nº 1591/2013, de 03 de maio de 2013 e demais disposições em contrário.

Meleiro/SC 14 de maio de 2013.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 215/2013

PORTARIA n.º 215/2013

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, ao servidor ALCIDES CARRADORE, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de após 15 (quinze) dias, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Maio de 2013.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 217/2013

PORTARIA n.º 217/2013

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da Licença saúde, o servidor SALÉSIO ACORDI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 190/2013.

Meleiro, 15 de Maio de 2013.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 218/2013

PORTARIA n.º 218/2013

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal SALÉSIO ACORDI - matrícula 338, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 04/04/2012 a 03/04/2013.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Maio de 2013.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 219/2013

PORTARIA n.º 219/2013

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora IVONETE MINATO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de após 15 (quinze) dias, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Maio de 2013.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 220/2013

PORTARIA n.º 220/2013

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município e Lei n.º 809/2000, de 3 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º À servidora pública municipal MICHELE SILVIA WOLF PIMENTEL, ocupante do cargo de Médica Ginecologista, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a licença gestante por 120 (cento e vinte) dias, a partir da presente data, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 15/05/2013.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Maio de 2013.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 216/2013

PORTARIA n.º 216/2013

TRATA DA EXONERAÇÃO DE SECRETÁRIA DE ESCOLA.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1º - A Senhora IVONETE MINATO, ocupante do Cargo em Comissão de Secretária de Escola, com carga horária de 40 horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, do quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Meleiro. Retornando ao seu cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 049/2013.

Meleiro, 15 de Maio de 2013.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Aviso de Pregão Presencial Nº 021/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 021/2013

O MUNICIPIO DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 29/05/2013, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 021/2013, objetivando a EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR COM ÔNIBUS PRÓPRIO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 (quarenta e cinco) LUGARES SENTADOS, A SEREM REALIZADOS NO ANO LETIVO DE 2013. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-5378400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado.

Meleiro, 13 de maio de 2013.
EVERALDO MARTINS
Prefeito Municipal em Exercício

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Decreto Nº 041/2013

DECRETO Nº 041/2013, em 09 de Maio de 2013.
"DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, X da Constituição Federal que assegura aos servidores públicos, revisão anual de suas remunerações;

CONSIDERANDO o disposto da Lei n.º 1.142, de 20 de Abril de 2004, que determina o cálculo da revisão anual utilizando o INPC, até o mês anterior a concessão do reajuste;

DECRETA:

Art. 1.º Fica estabelecido em 7,16% (sete vírgula dezesseis por cento) o reajuste anual dos servidores e agentes políticos municipais, que vigorará a partir de Maio de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ficando revogada toda e qualquer disposição em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 09 de Maio de 2013.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Decreto Nº 042/2013

DECRETO Nº 042/2013, em 15 de Maio de 2013.

"NOMEIA OS MEMBROS PARA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - A movimentação financeira do Fundo Municipal de Assistência Social- FMAS será administrada pela Senhora ZENIR BEZ FONTANA, inscrita no CPF sob nº 415.691.649.91 - Secretária Municipal Interina da Família e do Desenvolvimento Social de Morro da Fumaça em conjunto com o Prefeito Municipal, o Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, inscrito no CPF sob o nº 816.493.399-68, conforme previsto no parágrafo único do artigo 23 da Lei 1023/2001.

Parágrafo único. As movimentações financeiras das contas correntes e demais contas, deverão sempre conter a assinatura da Secretária Municipal da Família e do Desenvolvimento Social em conjunto com o Prefeito Municipal, que terão poderes para:

- emitir cheques
- abrir contas de depósito
- receber, passar recibo e dar quitação
- solicitar saldos e extratos
- requisitar talonários de cheques
- retirar cheques devolvidos
- endossar cheque
- sustar/contra-ordenar cheques
- cancelar cheques
- baixar cheques
- efetuar resgates/aplicações financeiras
- cadastrar, alterar e desbloquear senhas
- efetuar saques - conta corrente
- efetuar saques - poupança
- efetuar pagamentos por meio eletrônico
- efetuar transferências por meio eletrônico
- efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico
- efetuar transferências, exceto por meio eletrônico
- liberar arquivos de pagamentos
- solicitar saldos/extratos de investimentos
- emitir comprovantes
- efetuar transferência para mesma titularidade- meio eletrônico
- encerrar contas de depósito

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 15 de Maio de 2013.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

Nomeia Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis

DECRETO N.º 636 DE 2 DE MAIO DE 2013

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS PARA FINS DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 60 da Lei Orgânica do município, DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeada Comissão Especial para avaliação dos imóveis, a que alude o Art.376, §3º do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 006 de 31 de Dezembro de 2002), para fins de lançamento de Contribuição de Melhoria, sendo composta pelos servidores Célio de Oliveira (Secretaria de Governo), Anna Cláudia Gaya Costa (Secretaria de Administração e Logística) e Vilmar Cândido (Fuman), a qual funcionará sob presidência do primeiro.

Art. 2.º A Comissão tem a incumbência de proceder à avaliação dos bens imóveis, cuja base de cálculo deverá corresponder à valorização decorrente da obra pública apurada entre o valor originário do imóvel e o valor após o término da obra, podendo considerar, dentre outros critérios, a situação do imóvel na zona de influência, testada do imóvel, área do imóvel, a finalidade de exploração econômica do imóvel, conforme disposto no corpo do Art.376 do Código Tributário Municipal.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 2 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 114/2012 FMS - R e P U B L I C a Ç ã o III

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2012 FMS

REPÚBLICA III

O Departamento de Compras e Licitações convoca as empresas que participaram do Pregão 114/2012 FMS para retornarem ao Município, devido a decisão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina nos autos do Mandado de Segurança nº 135.13.001702-0 interposto pela Empresa Produvale Produtos Hospitalares Ltda, se faz imprescindível o retorno da presente licitação a fase de Recebimento das Propostas, assim como dos documentos de habilitação que por ventura já se encontram vencidos.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES BÁSICAS, POSTOS DE ATENDIMENTOS E CENTROS DE

ESPECIALIDADES E REFERENCIA DO MUNICÍPIO DURANTE O ANO DE 2013, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 28/05/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 28/05/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 16 de maio de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Extrato de Contrato Nº 60/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 060/2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

Valor: R\$ 477.577,77 (quatrocentos e setenta e sete mil quinhentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos).

Vigência : Início: 13/05/2013 Término: 10/09/2013.

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 56/2013.

Recursos: Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00.

Objeto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 060/2013, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 56/2013, REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS RETANGULARES DE CONCRETO E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA LEOPOLDO ARCANGELO DA ROCHA, LOCALIZADA NO BAIRRO SÃO PAULO (LOTE 01), FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

Navegantes, 13 de maio de 2013.

Extrato de Contrato Nº 62/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 062/2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

Valor: R\$ 23.138,60 (vinte e três mil cento e trinta e oito reais e sessenta centavos).

Vigência : Início: 13/05/2013 Término: 10/09/2013.

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 56/2013.

Recursos: Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00.

Objeto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 062/2013, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 56/2013, REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS RETANGULARES DE CONCRETO E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA IDA RODRIGUES GALVES - CENTRO (LOTE 06), FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

Navegantes, 13 de maio de 2013.

Extrato de Contrato Nº 63/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 063/2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada: BELGA EMPREITEIRA LTDA.

Valor: R\$ 200.401,66 (duzentos mil quatrocentos e um reais e sessenta e seis centavos).

Vigência : Início: 13/05/2013 Término: 10/09/2013.
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 56/2013.
Recursos: Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00.

Objeto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 063/2013, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 56/2013, REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS RETANGULARES DE CONCRETO E DRENAGEM PLUVIAL DA ESTEVAO PIVATO - CENTRO (LOTE 08), FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA BELGA EMPREITEIRA LTDA.

Navegantes, 13 de maio de 2013.

Extrato de Contrato Nº 64/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 064/2013
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada: ARTEFATOS DE CIMENTO STA TEREZINHA LTDA.
Valor: R\$ 161.667,48 (cento e sessenta e um mil seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos).
Vigência : Início: 13/05/2013 Término: 10/09/2013.
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 56/2013.
Recursos: Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00.

Objeto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 064/2013, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 56/2013, REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS RETANGULARES DE CONCRETO E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA LEOPOLDO ARCANJO DA ROCHA, NA LOCALIDADE DE SÃO DOMINGOS II, (LOTE 02), FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA ARTEFATOS DE CIMENTO STA TEREZINHA LTDA.

Navegantes, 13 de maio de 2013.

Extrato de Contrato Nº 65/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 065/2013
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada: ARTEFATOS DE CIMENTO STA TEREZINHA LTDA.
Valor: R\$ 175.578,07 (cento e setenta e cinco mil quinhentos e setenta e oito reais e sete centavos).
Vigência : Início: 13/05/2013 Término: 10/09/2013.
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 56/2013.
Recursos: Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00.

Objeto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 065/2013, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 56/2013, REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS RETANGULARES DE CONCRETO E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA JOSÉ HERBS E TRAVESSA BORNHAUSEN, NA LOCALIDADE DE SÃO DOMINGOS I, (LOTE 03), FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA ARTEFATOS DE CIMENTO STA TEREZINHA LTDA.

Navegantes, 13 de maio de 2013.

Extrato de Contrato Nº 66/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 066/2013
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada: ARTEFATOS DE CIMENTO STA TEREZINHA LTDA.
Valor: R\$ 59.854,37 (cinquenta e nove mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e sete centavos).
Vigência : Início: 13/05/2013 Término: 10/09/2013.
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 56/2013.
Recursos: Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00.

Objeto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 066/2013, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 56/2013, REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS RETANGULARES DE CONCRETO E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA FRANCISCO CORRÊA, NA LOCALIDADE DE MACHADOS (LOTE 04), FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA ARTEFATOS DE CIMENTO STA TEREZINHA LTDA.

Navegantes, 13 de maio de 2013.

Extrato de Contrato Nº 67/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 067/2013
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada: ARTEFATOS DE CIMENTO STA TEREZINHA LTDA.
Valor: R\$ 107.008,48 (cento e sete mil e oito reais e quarenta e oito centavos).
Vigência : Início: 13/05/2013 Término: 10/09/2013.
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 56/2013.
Recursos: Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00.

Objeto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 067/2013, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 56/2013, REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS RETANGULARES DE CONCRETO E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA MANOEL GAYA NETO - CENTRO (LOTE 05), FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA ARTEFATOS DE CIMENTO STA TEREZINHA LTDA.

Navegantes, 13 de maio de 2013.

Extrato de Contrato Nº 68/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 068/2013
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada: ARTEFATOS DE CIMENTO STA TEREZINHA LTDA.
Valor: R\$ 183.671,46 (cento e oitenta e três mil seiscentos e setenta e um reais e quarenta e seis centavos).
Vigência : Início: 13/05/2013 Término: 10/09/2013.
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 56/2013.
Recursos: Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00.

Objeto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 068/2013, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 56/2013, REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS RETANGULARES DE CONCRETO E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA BALNEÁRIO CAMBORIÚ - CENTRO (LOTE 07), FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA ARTEFATOS DE CIMENTO STA TEREZINHA LTDA.

Navegantes, 13 de maio de 2013.

Extrato de Homologação Concorrência Nº 56/2013 PMN

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA PMN-56/2013.

CONCORRÊNCIA Nº 56/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/13

HOMOLOGAÇÃO: 13/05/13

OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA VISANDO A PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS RETANGULARES DE CONCRETO E DRENAGEM PLUVIAL DAS RUAS: LEOPOLDO ARCANGELO DA ROCHA, LOCALIZADA NO BAIRRO SÃO PAULO, RUA LEOPOLDO ARCANGELO DA ROCHA, LOCALIZADA NO BAIRRO SÃO DOMINGOS II, RUA JOSÉ HERBS E TRAVESSA BORNHAUSEN, LOCALIZADA NO BAIRRO SÃO DOMINGOS I, RUA FRANCISCO CORREA, LOCALIZADA NO BAIRRO MACHADOS, RUAS MANOEL GAYA NETO, IDA RODRIGUES GALVES, BALNEÁRIO CAMBORIÚ E ESTEVÃO PIVATO LOCALIZADAS NO BAIRRO CENTRO NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

LOTE 01 - CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA no valor de R\$ 477.577,77 (quatrocentos e setenta e sete mil quinhentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos).

LOTE 02 - ARTEFATOS DE CIMENTO STA TEREZINHA LTDA no valor de R\$ 161.667,48 (cento e sessenta e um mil seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos).

LOTE 03 - ARTEFATOS DE CIMENTO STA TEREZINHA LTDA no valor de R\$ 175.578,07 (cento e setenta e cinco mil quinhentos e setenta e oito reais e sete centavos).

LOTE 04 - ARTEFATOS DE CIMENTO STA TEREZINHA LTDA no valor de R\$ 59.854,37 (cinquenta e nove mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e sete centavos).

LOTE 05 - ARTEFATOS DE CIMENTO STA TEREZINHA LTDA no valor de R\$ 107.008,48 (cento e sete mil e oito reais e quarenta e oito centavos).

LOTE 06 - CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA no valor de R\$ 23.138,60 (vinte e três mil cento e trinta e oito reais e sessenta centavos).

LOTE 07 - ARTEFATOS DE CIMENTO STA TEREZINHA LTDA no valor de R\$ 183.671,46 (cento e oitenta e três mil seiscentos e setenta e um reais e quarenta e seis centavos).

LOTE 08 - BELGA EMPREITEIRA LTDA no valor de R\$ 200.401,66 (duzentos mil quatrocentos e um reais e sessenta e seis centavos).

VALOR TOTAL: R\$ 1.388.897,89 (um milhão trezentos e oitenta e oito mil oitocentos e noventa e sete reais e oitenta e nove centavos).

Navegantes, 13 de maio de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito do Município de Navegantes.

NAVEGANTESPREV**Extrato de Homologação de Dispensa de Licitação**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/13

HOMOLOGAÇÃO: 10/05/13

CONTRATADO: NSN COM. DE EQUIP. DE INFORMATICA LTDA

CONTRATANTE: INSTITUTO PREV. SOCIAL DO MUNIC.

NAVEGANTES

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR SERVIDOR E NOBREAK PARA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE BANCO DE DADOS COM SEUS RESPECTIVOS ACESSÓRIOS CONTEMPLANDO A INSTALAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO, PARA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.440,00 (quatro mil quatrocentos e quarenta reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DATA: 14/05/13

ARILSON LUIZ MORAES

Diretor Presidente do Navegantesprev

Extrato do Contrato Nº 022013

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO PREV. SOCIAL DO MUNIC. NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 02/2013

Contratante...: INSTITUTO PREV. SOCIAL DO MUNIC. NAVEGANTES

Contratada : NSN COM. DE EQUIP. DE INFORMATICA LTDA CNPJ Nº 10.838.072/0001-66

Valor : 4.440,00 (quatro mil quatrocentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 10/05/2013 Término: 30/06/2013

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013

Recursos: Dotação: 2.116.4.4.90.00.00.00.00 (4)

Objeto: O CONTRATO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR SERVIDOR E NOBREAK PARA O SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE BANCO DE DADOS COM SEUS RESPECTIVOS ACESSÓRIOS CONTEMPLANDO A INSTALAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO, PARA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

NAVEGANTES, 14 DE MAIO DE 2013.

Nova Trento**PREFEITURA****Edital de Processo Seletivo Nº 05/2013 - Divulgação da Classificação Parcial**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DOS CANDIDATOS INSCRITOS AOS CARGOS CONFORME EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 05/2013 DE 25/04/2013. EDITAL 05/2013

CARGO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	
Classificação	Nome completo
01	Enes Tomasi
02	Norival Libardo
03	Daniel Martins Godoe
04	Valdoci Lofy
05	Celestino Alves
Desclassificada	Andreia Maria Libardo Eccher
Desclassificado	Valentin Cadore
Desclassificada	Viviana Costa de Oliveira
CARGO OPERADOR DE MÁQUINAS	
Classificação	Nome completo
01	Joel Rodrigues da Cruz
CARGO AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	

Classificação	Nome completo
01	Luciana Cristina Dalsasso
02	Ana Luiza Gessele
03	Daniella Carina Selli
04	Lindacir da Silva
05	Camila Ohana Amorim de Souza
06	Maiara Muraro
07	Naiara Minatti Muraro
Desclassificada	Amábile Paula Bosio
CARGO MOTORISTA II	
Classificação	Nome completo
01	Reginaldo Edesio Silva
02	Paulo Sergio Coimbra
Desclassificado	Andre Cadorin Kepka
Desclassificado	Fabio Ribeiro dos Santos
CARGO MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	
Classificação	Nome completo
01	Francisco Rodolfo Orsi
02	Felipe Sampaio Alves
Desclassificado	Mauri Jose Blan de Oliveira

Nova Trento, 14 de maio de 2013.

LUIZ CARLOS ORSI

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato de Homologação e Adjudicação ao PL Nº 034/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2013

CONCORRÊNCIA P/ ALIENAÇÃO Nº 002/2013

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 14/05/2013

CONTRATADO: MARCIO STRAPAZZON - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O objeto do presente certame é a doação com encargos e cláusula de reversão do seguinte imóvel do Condomínio Industrial: LOTE 09, COM ÁREA DE 4.984,24 m², com Barracão Industrial, com Pé Direito em Pré-Moldado, Tesouras Metálicas e Cobertura, medindo 12x20, com área total de 240,00 m², situado no Condomínio Industrial, a título de incentivo econômico.

DATA: 14/05/13

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Extrato de Homologação e Adjudicação ao PL Nº FMS 011/2013

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 011/2013

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 006/2013

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 13/05/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE NOVO HORIZONTE

OBJETO: Aquisição parcelada de fraldas descartáveis infantis, geriátricas e Leites, para distribuição a pacientes carentes com

deficiência física e mental, idosos enfermos, criança e adolescente com desnutrição, crianças com intolerância a lactose, de acordo com estudo sócio econômico e receita médica, e Materiais para composição do Kit Gestante, para distribuição ao grupo de Gestantes do Município de Novo Horizonte/SC, conforme quantitativos e condições, constantes no Anexo VII (Relação de Itens).

CONTRATADO: SONIA I. PANDINI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.774,55 (nove mil setecentos e setenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)

CONTRATADO: MEDIGRAM-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.326,00 (dois mil trezentos e vinte e seis reais)

CONTRATADO: BS PAVELECINI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 884,09 (oitocentos e oitenta e quatro reais e nove centavos)

DATA: 13/05/13 - TANIA MARA WAGNER MURARO - Secretaria De Saúde E Promoção Social/gestora Fms.

Extrato Contratuais do Dia 13/05/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 010/2013

Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contratada: BS PAVELECINI - ME

Valor: 884,09 (oitocentos e oitenta e quatro reais e nove centavos)

Vigência : Início: 13/05/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2013

Recursos: Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00

(8) Saldo: 94.932,93

Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, GERIÁTRICAS E LEITES, PARA DISTRIBUIÇÃO A PACIENTES CARENTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E MENTAL, IDOSOS ENFERMOS, CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DESNUTRIÇÃO, CRIANÇAS COM INTOLERÂNCIA A LACTOSE, DE ACORDO COM ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO E RECEITA MÉDICA, BEM COMO MATERIAIS PARA A COMPOSIÇÃO DO KIT GESTANTE, PARA DISTRIBUIÇÃO AO GRUPO DE GESTANTES DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

Contrato Nº.: 011/2013

Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contratada: SONIA I. PANDINI - ME

Valor: 9.774,55 (nove mil setecentos e setenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 13/05/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2013

Recursos: Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00

(8) Saldo: 94.932,93

Objeto: AQUISICAO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, GERIÁTRICAS E LEITES, PARA DISTRIBUIÇÃO A PACIENTES CARENTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E MENTAL, IDOSOS ENFERMOS, CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DESNUTRIÇÃO, CRIANÇAS COM INTOLERÂNCIA A LACTOSE, DE ACORDO COM ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO E RECEITA MÉDICA, BEM COMO MATERIAIS PARA A COMPOSIÇÃO DO KIT GESTANTE, PARA DISTRIBUIÇÃO AO GRUPO DE GESTANTES DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

Novo Horizonte, 13 de Maio de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 012/2013

Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contratada: MEDIGRAM-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor: 2.326,00 (dois mil trezentos e vinte e seis reais)

Vigência : Início: 13/05/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2013

Recursos: Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00

(8) Saldo: 94.932,93

Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, GERIÁTRICAS E LEITES, PARA DISTRIBUIÇÃO A PACIENTES CARENTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E MENTAL, IDOSOS ENFERMOS, CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DESNUTRIÇÃO, CRIANÇAS COM INTOLERÂNCIA A LACTOSE, DE ACORDO COM ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO E RECEITA MÉDICA, BEM COMO MATERIAIS PARA A COMPOSIÇÃO DO KIT GESTANTE, PARA DISTRIBUIÇÃO AO GRUPO DE GESTANTES DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

Novo Horizonte, 13 de Maio de 2013

Extrato Contratual Nº 047/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 047/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada: MARCIO STRAPAZZON - ME

Vigência : Início: 14/05/2013 Término: 14/05/2023

Licitação : Concorrência para Alienação Nº.: 2/2013

Objeto: DOAÇÃO COM ENCARGOS E CLÁUSULA DE REVERSÃO A TÍTULO DE INCENTIVO ECONÔMICO, DO IMÓVEL SITUADO NO LOTEAMENTO INDUSTRIAL, sito a Rua Industrial, s/nº nas proximidades da Rodovia SC 468, Km 14, centro do Município de Novo Horizonte/SC, o seguinte imóvel: LOTE INDUSTRIAL Nº 09, COM ÁREA DE 4.984,24 m2, e CONSTRUÇÃO de 01 (Um) Barracão Industrial, com Pé Direito em Pré-Moldado, Tesouras Metálicas e Cobertura, medindo 12x20, com área total de 240,00 m2, A TÍTULO DE INCENTIVO ECONÔMICO.

Novo Horizonte, 14 de Maio de 2013

Orleans

PREFEITURA

Dispõe Sobre a Revisão Geral Anual da Remuneração dos Servidores Públicos Ativos, Inativos e Pensionistas, da Administração Pública Direta, Autárquica

LEI Nº 2.496 DE 14 DE MAIO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS, DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, AUTÁRQUICA(SAMAE), FUNDAÇÕES, CONSELHO TUTELAR, CARGOS COMISSIONADOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOÃO TEZA FRANCISCO, Prefeito do Município de Orleans em Exercício, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder a revisão geral anual da remuneração dos Servidores Públicos Municipais, com base no INPC de março do ano de 2013, no índice

de 7,21% (sete virgula vinte e um por cento) às categorias dos Servidores Públicos Municipais Ativos, Inativos, Pensionistas da Administração Pública Direta, Autárquica (SAMAE), Fundações, Conselho Tutelar e Cargos Comissionados, com exceção dos servidores do Magistério Público Municipal.

Art. 2º. Faz parte integrante desta Lei o Anexo I, que trata-se da tabela do índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), impressa do sítio (www.portafbrasil.net/inpc.litm).

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans, 14 de maio de 2013, 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Político Administrativa.

JOÃO TEZA FRANCISCO

Prefeito em Exercício

PUBLICADA A PRESENTE LEI NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

Anula Processo Licitatório

DECRETO Nº 3527 DE 10 de MAIO DE 2013

ANULA PROCESSO LICITATÓRIO

JOÃO TEZA FRANCISCO, prefeito em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e CONSIDERANDO que não houve proposta válida no certame licitatório nº 67/2013.

CONSIDERANDO o parecer jurídico exarado pelo Departamento Jurídico.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo de Licitação nº 67/2013, que tem por Objeto a construção de 09 casas populares, medindo 36 m², com banheiro e madeira tratada, conforme projeto e especificações anexas ao edital

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans, 10 de maio de 2013; 128º ano da Fundação e 99º ano de Emancipação Político Administrativa.

JOÃO TEZA FRANCISCO

Prefeito em Exercício

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

Palhoça

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 273/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 273/2013.

APROVA MINUTA DO TERMO DE CONVÊNIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A LIGA PALHOCENSE DE FUTEBOL AMADOR.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta do Termo de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Liga Palhocense de Futebol Amador, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2013.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 024/2013

Projeto de Lei Complementar Nº 22/2013

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 022/2013.

VALE ALIMENTAÇÃO. Amplia a concessão do Vale alimentação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica concedido o Vale Alimentação a todos os detentores de cargo ou emprego público.

Parágrafo único. Excetuando os detentores dos Cargos de Provisão em Comissão, constante na Lei Complementar 102, de 06 de abril de 2011, não abrangidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 136, de 20 de março de 2013.

Art. 2º O servidor efetivo e detentores de cargo público que cumprir, efetivamente, sua carga horária receberá vale-alimentação, em forma de tickets, na seguinte proporção:

I - Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais receberá cem por cento do valor devido do vale alimentação;

II - Carga horária de 30 (trinta) horas semanais receberá setenta e cinco por cento do valor devido do vale alimentação;

III - Carga horária de 20 (vinte) horas semanais receberá cinquenta por cento do valor devido do vale alimentação;

IV - Carga horária de 10 (dez) horas semanais receberá vinte e cinco por cento do valor devido do vale alimentação;

§1º O vale-alimentação será distribuído mensalmente, sem qualquer custo, correspondente a 36% (trinta e seis por cento) do menor piso salarial do município;

§2º A Administração Municipal adquirirá os vales-alimentação de empresas especializadas neste sistema, obedecido o competente processo licitatório.

§3º O servidor e detentores de cargo público em gozo de férias, licença-prêmio e/ou licença remunerada por prazo determinado, não excedente a três meses, terá direito a percepção de vale-alimentação.

Art. 3º Os servidores e detentores de cargo público beneficiados com o vale-alimentação somente poderão utilizá-lo nos estabelecimentos credenciados pela empresa vencedora no processo licitatório, sendo proibido o uso deste na aquisição de bebidas alcoólicas e cigarros ou qualquer outro item que não conste na cesta básica do município, definida através de decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º Os valores percebidos a título de vale-alimentação não se incorporam ao vencimento, remuneração ou proventos de aposentadoria para nenhum efeito.

Art. 5º O valor do vale alimentação será pago proporcional aos dias trabalhados.

Art. 6º A despesa para execução da presente Lei, corre por conta do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 7º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 21 de março de 2013.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2013.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 76/2013

PROJETO DE LEI Nº 076/2013.

UTILIDADE PÚBLICA. FMP Consultoria Júnior.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a FMP Consultoria Júnior, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 12.370.947/0001-73, localizada na Rua João Pereira dos Santos, 305, Ponte do Imaruim, Palhoça/SC, CEP 88.130-475.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 08 de maio de 2013.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e treze.

Aviso de Licitação Carta Convite Nº02/2013

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONVIDA TODAS AS EMPRESAS INTERRESADAS EM PARTICIPAR DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2013

CARTA CONVITE Nº002/2013

MENOR PREÇO POR ITEM

A Câmara Municipal de Palhoça torna público a realização de Processo Licitatório nº 003/2013 CARTA CONVITE nº 002/2013 que tem em seu objeto, "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E ÁGUA MINERAL PARA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, conforme especificações contidas nos anexos I,II,III.IV,V,VI E VII do edital.

DIA: 23/05/2013

HORA: 14h00min.

Retirada do Edital no Setor de Licitações - Câmara Municipal de Palhoça - Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Pagani - Palhoça - SC ou Através do site www.cmp.sc.gov.br
Maiores Informações Fone (48)3242-1501

Palhoça, 14 de maio de 2013.

KATIANE VULCZAK GOLIN

Presidente da CPL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONVIDA TODAS AS EMPRESAS INTERRESADAS EM PARTICIPAR DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2013

CARTA CONVITE Nº002/2013

MENOR PREÇO POR ITEM

A Câmara Municipal de Palhoça torna público a realização de Processo Licitatório nº 003/2013 CARTA CONVITE nº 002/2013 que tem em seu objeto, "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E ÁGUA MINERAL PARA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, conforme especificações contidas nos anexos I,II,III.IV,V,VI E VII do edital.

DIA: 23/05/2013

HORA: 14h00min.

Retirada do Edital no Setor de Licitações - Câmara Municipal de Palhoça - Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Pagani - Palhoça - SC ou Através do site www.cmp.sc.gov.br
Maiores Informações Fone (48)3242-1501

Palhoça, 14 de maio de 2013.

KATIANE VULCZAK GOLIN

Presidente da CPL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONVIDA TODAS AS EMPRESAS INTERRESADAS EM PARTICIPAR DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2013

CARTA CONVITE Nº002/2013

MENOR PREÇO POR ITEM

A Câmara Municipal de Palhoça torna público a realização de Processo Licitatório nº 003/2013 CARTA CONVITE nº 002/2013 que tem em seu objeto, "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E ÁGUA MINERAL PARA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, conforme especificações contidas nos anexos I,II,III.IV,V,VI E VII do edital.

DIA: 23/05/2013

HORA: 14h00min.

Retirada do Edital no Setor de Licitações - Câmara Municipal de Palhoça - Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Pagani - Palhoça - SC ou Através do site www.cmp.sc.gov.br
Maiores Informações Fone (48)3242-1501

Palhoça, 14 de maio de 2013.

KATIANE VULCZAK GOLIN

Presidente da CPL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONVIDA TODAS AS EMPRESAS INTERRESADAS EM PARTICIPAR DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2013

CARTA CONVITE Nº002/2013

MENOR PREÇO POR ITEM

A Câmara Municipal de Palhoça torna público a realização de Processo Licitatório nº 003/2013 CARTA CONVITE nº 002/2013 que tem em seu objeto, "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E ÁGUA MINERAL PARA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, conforme especificações contidas nos anexos I,II,III.IV,V,VI E VII do edital.

DIA: 23/05/2013

HORA: 14h00min.

Retirada do Edital no Setor de Licitações - Câmara Municipal de Palhoça - Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Pagani - Palhoça - SC ou Através do site www.cmp.sc.gov.br
Maiores Informações Fone (48)3242-1501

Palhoça, 14 de maio de 2013.

KATIANE VULCZAK GOLIN

Presidente da CPL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONVIDA TODAS AS EMPRESAS INTERRESADAS EM PARTICIPAR DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2013

CARTA CONVITE Nº002/2013

MENOR PREÇO POR ITEM

A Câmara Municipal de Palhoça torna público a realização de Processo Licitatório nº 003/2013 CARTA CONVITE nº 002/2013 que tem em seu objeto, "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E ÁGUA MINERAL PARA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, conforme especificações contidas nos anexos I,II,III.IV,V,VI E VII do edital.

DIA: 23/05/2013

HORA: 14h00min.

Retirada do Edital no Setor de Licitações - Câmara Municipal de Palhoça - Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Pagani - Palhoça - SC ou Através do site www.cmp.sc.gov.br
Maiores Informações Fone (48)3242-1501

Palhoça, 14 de maio de 2013.

KATIANE VULCZAK GOLIN

Presidente da CPL

Carta Convite Nº02/2013

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONVIDA TODAS AS EMPRESAS INTERRESADAS EM PARTICIPAR DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2013

CARTA CONVITE Nº002/2013

MENOR PREÇO POR ITEM

A Câmara Municipal de Palhoça torna público a realização de Processo Licitatório nº 003/2013 CARTA CONVITE nº 002/2013 que tem em seu objeto, "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E ÁGUA MINERAL PARA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, conforme especificações contidas nos anexos I,II,III.IV,V,VI E VII do edital.

DIA: 23/05/2013

HORA: 14h00min.

Retirada do Edital no Setor de Licitações - Câmara Municipal de Palhoça - Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Pagani - Palhoça - SC ou Através do site www.cmp.sc.gov.br
Maiores Informações Fone (48)3242-1501

Palhoça, 14 de maio de 2013.

KATIANE VULCZAK GOLIN

Presidente da CPL

Dispensa N.01/2013

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC - O Departamento Compras e Licitações da Câmara Municipal de Palhoça, informa que a DISPENSA Nº 01/13 MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de empresa especializada para serviço de mensal de utilização de acesso do IP CORPORATIVO 20 MBPS PARA O PERÍODO DE 2013, Justifica-se por inexigibilidade por falta de concorrência, pois só a empresa OI S.A fornece este serviço em nossa localidade, visando assim a não interrupção deste serviço para Câmara Municipal de Palhoça, sito a Rua Joci José Martins, nº101, Loteamento Pagani, Passa Vinte. Quaisquer informação no endereço acima, site oficial www.cmp.sc.gov.br ou pelo telefone (48)3242-1501.

Palhoça/SC, 14 de maio de 2013.
KATIANE VULCZAK GOLIN
Presidente da C.P.L

Palmitos**PREFEITURA****Processo 73/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE PALMITOS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº73/13 Modalidade: Pregão Presencial nº15/13. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (Ensinos Fundamental, Infantil e Médio), MATRICULADOS EM ESCOLAS PÚBLICAS, MUNICIPAIS E ESTADUAIS aos alunos do SAEDE (Serviço de Atendimento Especializado aos alunos com dificuldades de Aprendizagem). Entrega do Envelopes: 29/05/2013, até as 09:00 horas. Abertura do Envelopes: 29/05/2013 as 08:30 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 15 de maio de 2013.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito Municipal.

Passo de Torres**PREFEITURA****Portaria Nº 046/2013**

PORTARIA Nº 046, DE 013 DE MAIO DE 2013.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO ANUAL POR MÉRITO DO MAGISTÉRIO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os Incisos V e VII, do artigo 53, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado os membros abaixo citados, para avaliação anual por mérito do magistério, conforme caput do art. 18 e letra "b" do art 17 da Lei 736 de 29 de abril de 2011:

- Ana Terezinha de Quadros Costa;
- Carina Silveira Porto Peres;
- Isabel Carvalho Amaral;
- Aurora Fernandes Joaquin;
- Alessandra Rodrigues Luiz;
- Sandra Lemos Fernandes.

Art. 2º- A designação de que trata esta Portaria não dá ao designado qualquer direito remuneratório pelo exercício da função.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 13 de maio de 2013.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 13 de maio de 2013.

GABRIELA GOMES FERRAS
Secretária M. de Administração e Finanças.

Passos Maia**PREFEITURA****Notificação de Recebimento de Recurso.**

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal.

Valor: R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Destinação: PISO BÁSICO VARIÁVEL II.

Data liberação: 13/05/2013

Passos Maia - SC, 14 de Maio de 2013.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal



Notificação de Recebimento de Recursos.

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal.

Valor: R\$ 979,16 (novecentos e setenta e nove reais e dezesseis centavos).

Destinação: IGD SUAS.

Data liberação: 14/05/2013

Passos Maia - SC, 14 de Maio de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Notificação de Recebimento de Recursos.

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal.

Valor: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Destinação: CRAS.

Data liberação: 14/05/2013

Passos Maia - SC, 14 de Maio de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

Portaria Nº 207/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 207/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a Servidora Pública Municipal, Catia Regina Raulino, brasileira, efetiva e estável, portadora do CPF nº 522.151.729-91, matrícula nº 86, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, declarada efetiva e estável pela portaria nº 032/1991, no período de 09/05/2013 à 06/08/2013 (três meses), referente ao quinquênio de 03/05/1992 à 02/05/1997, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 09 de Maio de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 213/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 213/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 036/2013, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Ana Regina Pereira dos Santos, brasileira, portadora do CPF nº 417.205.989-91, matrícula nº 10918, ensino Superior Completo, classificada no Processo Seletivo nº 001/2013, área 2, para atuar no Cargo de Professor, 20h semanais, á disposição da Secretaria Municipal de Educação, no período de 13/05/2013 até 29/05/2013, em substituição a Titular, Silvani de Oliveira Martins, que encontra-se em perícia médica, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 13 de Maio de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 203/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 203/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Eva Maria Bernardo Fernandes, brasileira, portadora do CPF nº 509.576.439-34, ensino superior completo, matrícula nº 10913, para atuar no Cargo em Comissão de Diretora de Unidade Escolar, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/05/2013, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 03 de Maio de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 204/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 204/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Moaldir Nazario Alves, brasileiro, portador do CPF nº 437.611.009-49, matrícula nº 30, ocupante do Cargo de Vacinador Agropecuário, à disposição da Secretaria Municipal de Agricultura, no período de 04/05/2013 até 18/05/2013, encaminhando a perícia médica no 16º dia, conforme atestado em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Maio de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 205/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 205/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, Silvani de Oliveira Martins, brasileira, portadora do CPF nº 881.491.020-00, matrícula nº 10883 ocupante do Cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 14/05/2013, conforme benefício nº 6016681850 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 07 de Maio de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 206/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 206/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 033/2013, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Marcio Vilela de Oliveira, brasileiro, portador do CPF nº 057.991.179-08, Ensino Superior Completo, matrícula nº 10914, classificado na 1ª posição do

Processo Seletivo Simplificado nº 005/2013, área 6, para atuar no cargo de Professor de Educação Física em substituição aos professores: Julmar de Abreu e Ivo Sérgio Prates Streck que se encontram em perícia médica, com carga horária de 40h, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/05/2013 até 03/06/2013, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 08 de Maio de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 208/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 208/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, e exposição de motivo nº 034/2013, resolve.

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Osnila Rodrigues Vieira, brasileira, portadora do CPF nº 715.9963.719-87, Ensino Superior Completo, matrícula nº 10915, classificada na 1ª posição no Processo Seletivo Simplificado nº 005/2013, para atuar no Cargo de Professor II, com carga horária de 20 horas semanais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/05/2013 até 06/12/2013, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 09 de Maio de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 209/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 209/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposições de motivo nº 005/2013, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Rosilene Botega Fernandes, brasileira, portadora do CPF nº 664.896.799-49, matrícula nº 10916, para atuar no Cargo de Monitora II, no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - (PETI), com carga horária de 30 horas semanais, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de 09/05/2013 até 20/12/2013, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 09 de Maio de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 210/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 210/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal efetivo e estável, Nacione Pereira, brasileiro, portador do CPF nº 573.515.629-20, matrícula nº 338, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, à disposição da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, até 09/05/2013, conforme benefício nº 6009763383 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 09 de Maio de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 211/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 211/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, o Servidor Público Municipal, Valdir Cardoso da Silva, brasileiro, portador do CPF nº 344.900.949-49, matrícula nº 10730, ocupante do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, nomeado pela portaria nº 030/2012, por motivos pessoais.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 212/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 212/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposições de motivo nº 035/2013, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Zelia Maria de Souza Santos, brasileira, portadora do CPF nº 552.324.009-59, Licenciatura em Pedagogia, matrícula nº 10917, classificada na 2ª posição no Processo Seletivo Simplificado nº 005/2013 área 5, para atuar no cargo de Professor II, com carga horária de 20h, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/05/2013 até 06/12/2013, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 13 de Maio de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Dispensa Nº 039/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
DISPENSA Nº 039/2013

A Prefeitura Municipal de Paulo Lopes necessita contratar empresa para execução de serviços de apoio administrativos a Secretaria Municipal de administração na área de licitações pública, compreendendo os seguintes serviços: elaboração de minutas de editais e contrato, instrução e acompanhamento da execução de processos licitatórios e afins. Esta contratação se torna necessária, em virtude da falta de experiência e capacitação de alguns de nossos técnicos. Faz-se também em caráter de urgência, pois há necessidade de lançar licitação na modalidade de pregão eletrônico, que é dotada de peculiaridades, não havendo tempo hábil para capacitação. Desta forma optou-se por contratar a empresa referenciada abaixo, para garantir a eficiência e eficácia dos procedimentos e processos licitatórios, entendendo que todos os métodos utilizados e realizados tendem a buscar melhorias para o setor administrativo, trazendo benefícios a população. Diante do exposto, contratamos a empresa Contratos & Negócios Licitações e Apoio Administrativo Ltda, CNPJ: 12.580.750/0001-6, através de dispensa de licitação, com uma proposta no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 24, II da Lei 8.666/93, pelo período de 05 meses, por apresentar o melhor preço.

Paulo Lopes, 15 de maio de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 9912289859

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 9912289859, conforme Processo de inexigibilidade 01/2012.

Tendo como contratante a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Objeto: Contratação de Serviços de Correios. Finalidade: Prorrogação do Contrato até

01/01/2014.

02 de janeiro de 2013
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Peritiba

CÂMARA MUNICIPAL

Edital de Convocação Nº 02/2013

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2013

“Dispõe sobre a Publicidade da Audiência Pública para dar cumprimento ao quanto determina o § 4º do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e dá outras providências.”

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PERITIBA - Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os munícipes que:

CONSIDERANDO, que esta municipalidade deverá cumprir o quanto determina o § 4º do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Nº 101/2000);

CONSIDERANDO, que a cada quadrimestre, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais.

RESOLVE:

Art. 1º Fica marcada para o dia 24 de maio do corrente ano, audiência pública do 1º quadrimestre do ano de 2013.

§ 1º A audiência que trata o caput deste artigo será realizada na Sala de Sessões da Câmara Municipal, sito à Rua Frei Bonifácio, nesta cidade, às 19h30min.

§ 2º Ficam convidadas todas as autoridades deste município, bem como todos os munícipes, para dar ciências do quanto determinado do § 4º, do Art. 9º da (LRF).

Art. 2º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Peritiba, 15 de maio de 2013.

GILBERTO MACIEL

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto Nº 3.827 de 13 de Maio de 2013

DECRETO Nº 3.827 DE 13 DE MAIO DE 2013

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.630 de 06 de novembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 13.810,72 (Treze mil, oitocentos e dez reais e setenta e dois centavos), na dotação orçamentária a seguir:

Órgão: 04 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 0401 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Subfunção: 244 - ASSISTENCIA COMUNITÁRIA
Programa: 0801 - ASSISTENCIA SOCIAL GERAL
Atividade: 4012 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL
Modalidade de Aplicação: 3390-0000
Fonte: 0352

Total Suplementado R\$ 13.810,72

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o recurso de R\$ 13.810,72 (Treze mil, oitocentos e dez reais e setenta e dois centavos), por conta do Superávit Financeiro do Balanço do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial. Fonte 0152

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, EM 13 DE MAIO DE 2013.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.828 de 13 de Maio de 2013

DECRETO Nº 3.828 DE 13 DE MAIO DE 2013

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.630 de 06 de novembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 10.785,12 (Dez mil, setecentos e oitenta e cinco reais e doze centavos), na dotação orçamentária a seguir:

Órgão: 04 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 0401 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Subfunção: 244 - ASSISTENCIA COMUNITÁRIA
Programa: 0801 - ASSISTENCIA SOCIAL GERAL
Atividade: 4012 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL
Modalidade de Aplicação: 3390-0000
Fonte: 0363

Total Suplementado R\$ 10.785,12

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o recurso de R\$ 10.785,12 (Dez mil, setecentos e oitenta e cinco reais e doze centavos), por conta do Superávit Financeiro do Balanço do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial. Fonte 0163

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, EM 13 DE MAIO DE 2013.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

Portaria Nº 116, de 15 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº 116, DE 15 DE ABRIL DE 2013.

DETERMINA INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR RESPONSABILIDADE POR DANOS MATERIAIS CAUSADOS NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DA CELESC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando solicitação de ressarcimento de danos materiais praticados pelo Município, através de seus servidores, na rede de distribuição elétrica da CELESC;

Considerando que o pagamento de eventuais prejuízos somente poderá ser efetuado após apurada a responsabilidade, e mediante autorização legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurada sindicância para apurar danos materiais causados por servidores na rede de distribuição de energia elétrica da CELESC.

Art. 2º Instituir comissão sindicante composta pelos seguintes membros:

I - HADRIEL DALMOLIN, brasileiro, casado, portador de curso superior, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Renditas, Tributos e Obras, o qual presidirá os trabalhos;

II - SANDRA BRESSAN, brasileira, casada, portadora de curso superior, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

III- MARIA HELENA MATTANA MARIANI, brasileira, portador de curso superior, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente de coordenação e Planejamento

Parágrafo único. É fixado o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 15 DE ABRIL DE 2013.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 155 de 30 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº. 155 DE 30 DE ABRIL DE 2013.

EXONERA A PEDIDO CLAUDIA MEDEIROS DO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA DE CRECHE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e
Considerando o pedido de exoneração apresentado pelo servidor;
Considerando o interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido CLAUDIA MEDEIROS, brasileira, casada, inscrito no CPF nº 018.597.239-00, do cargo público de Professor de Creche - 40hrs, para o qual foi nomeada através da Portaria 262 de 19 de julho de 2012, a partir de 01 de maio de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 30 de abril de 2013.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 161 de 08 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº. 161 DE 08 DE MAIO DE 2013.

EXONERA SIRLEI APARECIDA DENARDI DA FUNÇÃO PÚBLICA DE PROFISSIONAL DE APOIO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, QUE ESPECIFICA.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, da Lei Orgânica do Município; e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº. 115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 008/2012;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido SIRLEI APARECIDA DENARDI, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 077.787.139-42, da função em caráter temporário de Profissional de Apoio, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes- 40hrs, para o qual foi nomeada através da Portaria 099 de 25 de março de 2013, a partir de 01 de maio de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2013.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 08 de MAIO de 2013.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 162 de 08 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº. 162 DE 08 DE MAIO DE 2013.

EXONERA VERONI DE FATIMA BORSOI MARTELLI DO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, da Lei Orgânica do Município; e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº. 115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 008/2012;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido VERONI DE FATIMA BORSOI MARTELLI, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 604.201.979-15, da função em caráter temporário de Professora ACT-III, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes- 20hrs, para o qual foi nomeada através da Portaria 105 de 25 de março de 2013, a partir de 01 de maio de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2013.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 08 de MAIO de 2013.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 163 de 08 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº. 163 DE 08 DE MAIO DE 2013.

EXONERA VANUSA APARECIDA MELO DE GODOI DO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, da Lei Orgânica do Município; e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº. 115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 008/2012;

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar, a pedido VANUSA APARECIDA MELO DE GODOI, brasileira, casada, inscrita no CPF n.º 058.930.989-78, da função em caráter temporário de Professora ACT-III, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes- 20hrs, para o qual foi nomeada através da Portaria 106 de 25 de março de 2013, a partir de 09 de maio de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 08 de MAIO de 2013.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

Extrato de Contrato 017/2013 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 017/2013 - FAS

Partes: Município de Porto União e empresa De Marco Ltda.

Objeto: aquisição de um veículo 0 KM 2013/2013

Valor total R\$ 40.900,00 (Quarenta mil e novecentos reais)

Vigência: será de 12 (doze) meses, ou enquanto perdurar a garantia do equipamento.

Base legal: Pregão Presencial 003/2013, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 13 de Maio de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

DE MARCO LTDA.

Contratada.

Edital de Convocação 100/2013

Edital de convocação 100/2013

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

ANÍZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o candidato abaixo relacionado, APROVADO no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 14/05/2013 a 20/05/2013, no horário das 08:00 às 12:00 hs e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar as fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem

como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 foto 3x4;
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)
- PIS/PASEP (cópia reprográfica);
- Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição
- 2 turnos, conforme o caso
- Certificado de Reservista, se for o caso;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);
- Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
- Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens sou Cópia do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.1, do Edital 001/2010, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega junto a Chefia de Recursos Humanos dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

CARGO DE TÉCNICO DE INFORMÁTICA			
NOME	CLAS	ASSINATURA	DATA
LAURO SARTURI JUNIOR	5º		

Porto União (SC), 13 de maio de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 003/2013 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 011/2013 - FAS

Pregão Presencial 003/2013 - FAS

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa De Marco Ltda.

Porto União SC, 13 de Maio de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Extrato de Edital 19/2013 FMS

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2013 FMS

OBJETO: Contratação de empresa especializada para confecção de próteses dentárias para atender necessidade dos pacientes do SUS atendidos através do Departamento de Odontologia desta secretaria.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até o dia 28/05/2013, às 15:00 horas.
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 15:00 horas do dia 28/05/2013.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC.

CONTATO: Dieison Fernando Marquez Telefone: (47) 3531-1437
e-mail: licitacao.saude@hotmail.com

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações
ÁREA REQUISITANTE: Departamento de Odontologia

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 40.01.1.080.3.3.90.00.00.00.00.0
0 - LRPD - LABORATÓRIO REGIONAL DE PRÓTESE DENTÁRIA

O edital na íntegra pode ser obtido no site www.riodosul.sc.gov.br no link Licitações - Editais da Secretaria de Saúde. As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Departamento de Compras e Licitações através do endereço rua Tuiuti, 154, Centro, Rio do Sul - SC, ou fax (47) 3531-1427, encaminhando preenchido o anexo 08, Declaração de Retirada de Edital. O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul não aceitará em hipótese alguma reclamações posteriores de não envio de alterações por parte de empresas que não tenham se identificado como interessadas em participar da licitação. Ainda, nenhuma responsabilidade caberá ao Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul pelo não recebimento dessas alterações devido a endereço eletrônico e número de fax incorreto ou defeitos em qualquer desses equipamentos.

ESTE EXEMPLAR DE EDITAL É TRANSCRIÇÃO FIEL DO ORIGINAL ARQUIVADO NO PROCESSO DO PRESENTE PREGÃO.

Rio do Sul (SC), 15 de maio de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

Pregão Presencial 041/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2013

OBJETO: Aquisição de frutas, verduras e ovos vermelhos para atender alunos da rede municipal de ensino. Setor de merenda escolar. Secretaria de Educação.
REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 28/05/2013, às 08:30h., no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:30h do dia 28/05/2013, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Licitações.

Rio do Sul (SC), 14 de maio de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 062/2013

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 062/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 22/04/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VIVIAN MARILDA MAYER, portador(a) do CPF nº 034.258.719-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 062/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 062/2013, iniciando-se a prorrogação em 23/04/2013 e encerrando-se em 22/05/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

VIVIAN MARILDA MAYER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 238/2013

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 238/2013 firmado em 18/03/2013, com término previsto para 30/04/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 247.562.029-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 238/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 238/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2013 e encerrando-se em 30/06/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Abril de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 263/2013

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 263/2013 firmado em 01/04/2013, com término previsto para 26/04/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) BERENICE CARDOSO ISAIAS, portador(a) do CPF nº 821.622.989-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 263/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 263/2013, iniciando-se a prorrogação em 27/04/2013 e encerrando-se em 31/05/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Abril de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

BERENICE CARDOSO ISAIAS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

Edital de Processo Seletivo N. 002/2013

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2013

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC, neste ato representado pelo Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, Prefeito Municipal, Sr. Givanildo Silva, Secretário Municipal de Administração, Regina Garcia Ferreira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207/2010 e Lei 3.796, de 26 de junho de 2002 e suas alterações posteriores, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO a realização de PROCESSO SELETIVO, destinado ao recrutamento de pessoal a ser contratado por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Este edital, seus resultados e demais comunicações relacionadas ao presente processo seletivo serão publicados no Portal do Servidor Público Municipal de Rio do Sul, www.riodosul.sc.gov.br/rh e/ou no site do Diário Oficial dos Municípios - DOM www.diariomunicipal.sc.gov.br.

1.2 O prazo de validade deste processo seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da data de publicação do decreto de homologação final, podendo, a critério da administração, ser prorrogado uma única vez, por igual período.

1.3 A Comissão Especial deste Processo Seletivo está constituída através do Decreto n. 3387, de 10 de maio de 2013.

2. DO OBJETO

2.1 O presente Processo Seletivo tem por objeto o recrutamento, a seleção e a contratação, por tempo determinado, de Cozinheiro e Auxiliar de Serviços Gerais Feminino para atuação na Secretaria Municipal Educação.

3 - DOS REQUISITOS PARA A FUNÇÃO

3.1 Nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da lei.

3.2 Idade mínima de 18 (dezoito) anos.

3.3 Quitação com as obrigações militar e eleitoral.

3.4 Aptidão física e mental para o exercício da função.

3.5 Habilitação para a função (conforme item 4.1 deste edital).

3.6 Não possuir acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública, conforme prevê a Constituição Federal.

3.7 Não haver sofrido as penalidades previstas no art. 173, conforme dispõe o Art. 176 e Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 207/2010 e alterações posteriores.

3.8 Não estar em licença, ainda que não remunerada, de cargo, função ou emprego público que exerça na administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

3.9 No ato da inscrição, não serão solicitados comprovantes de todas as exigências contidas nos subitens anteriores. No entanto,

o candidato que não as satisfaça no ato da contratação, mesmo tendo sido aprovado, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

3.10 Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste edital.

4 - DA FUNÇÃO, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO, ATUAÇÃO, SALÁRIO BASE E ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO

4.1 As funções, a quantidade de vagas, a carga horária semanal, a habilitação, a atuação e o salário base são os estabelecidos no quadro abaixo:

FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO/ REQUISITOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS PARA A FUNÇÃO	ATUAÇÃO	SALÁRIO BASE
Cozinheiro	06	40h	Alfabetizado, Carteira de Saúde e *Curso de Manipulação de Alimentos	Unidades Educacionais da Secretaria Municipal de Educação	*R\$ 835,38
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	11	40h	Alfabetizado	Unidades Educacionais da Secretaria Municipal de Educação	*R\$ 716,04

(*)Mais auxílio Alimentação no valor de R\$ 9,30 por dia trabalhado

(*) Os candidatos a função de Cozinheiro, aprovados até o limite de 03 (três) vezes o número de vagas, não detentores do certificado de Curso de Manipulação de Alimentos, deverão, OBRIGATORIAMENTE, participar do curso de qualificação, sem custo para o candidato, a ser ministrado pelo município.

4.2 A vaga oferecida neste edital está em conformidade com V, do Art. 2º da Lei nº 3.796 de 26/06/2002 e suas alterações posteriores e abrange também as que surgirem dentro do período de validade deste edital.

4.3 As ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO são constantes do Anexo I, deste edital.

5 - DAS INSCRIÇÕES

5.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá certificar-se dos termos deste Edital e de que preenche todos os requisitos exigidos para o exercício da função.

5.2 As inscrições estarão abertas no período de 15/05/2013 até 28/05/2013.

5.3 A Ficha de Inscrição está disponibilizada no Portal do Servidor Público Municipal de Rio do Sul: www.riodosul.sc.gov.br/rh.

5.4 O candidato deverá preencher todos os dados da ficha de inscrição e entregá-la, devidamente assinada, pessoalmente ou por procuração, na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Wenceslau Borini n. 2.950, Bairro Canta Galo, Rio do Sul - SC, das 8h às 11h, com os documentos constantes no 5.5 deste edital.

5.5 Para inscrição o candidato deverá apresentar:

- Fotocópia do Registro de Identidade e do CPF;
- Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (caso de haver empate);
- Fotocópia e original do certificado de cursos de capacitação e/ou aperfeiçoamento, se tiver, nos termos do item 8.2 deste edital;
- Original de comprovação de tempo de serviço, se tiver, nos termos do item 8.2 deste edital;
- Tabela de Títulos (Anexo III), devidamente preenchida e assinada;
- Endereço, telefone e e-mail para contato.

5.6 A comprovação dos requisitos mínimos necessários para a função deverá ser efetuada nos termos do item 8.2 deste edital.

5.6 O candidato é responsável pelas informações prestadas na

ficha de inscrição, responsabilizando-se pelas consequências de erros ou não preenchimento de qualquer campo daquele documento.

5.7 Será cancelada a inscrição do candidato que prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não atender integralmente todas as condições estabelecidas neste edital.

5.8 O candidato, ao preencher a ficha de inscrição, declara estar ciente das exigências e normas estabelecidas para este Processo Seletivo, em plena concordância das mesmas.

5.9 Após o prazo de inscrição, dia 29/05/2013, as mesmas serão publicadas no Portal dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul (www.riodosul.sc.gov.br/rh), em ordem alfabética.

5.10 O candidato terá 01 (um) dia útil após a publicação das inscrições, para solicitar recurso através de requerimento encaminhado a Secretaria Municipal de Administração (conforme Anexo II deste Edital) devidamente instruído e protocolado no Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal de Rio do Sul. A Secretaria Municipal de Administração, através da Comissão Especial de Processo Seletivo, se for o caso, fará os procedimentos de correção e divulgará a nova listagem através do site já citado. No dia 04/06/2013, as inscrições homologadas serão publicadas no Portal do Servidor Público, dando início ao processo de seleção.

6. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

6.1 A seleção dos candidatos será feita por meio de exame de habilidades e de conhecimentos, aferidos através de Prova Títulos.

7. DA PROVA DE TÍTULOS

7.1 A Prova de Título, de caráter classificatório e não eliminatório, tem por objetivo avaliar os conhecimentos adquiridos através da conclusão de cursos e experiências profissionais estreitamente relacionadas com a função a ser exercida pelo candidato.

7.2 Será considerado como título:

- Certidão (original e fotocópia) de conclusão de cursos (palestras, seminários, etc..) de capacitação/aperfeiçoamento relacionados com a função para qual se inscreveu, emitidos por Instituição de Ensino credenciada (Os casos em que não for possível a apresentação do certificado, serão aceitas declarações fornecidas pela Instituição promotora do curso, desde que constem o período de realização e carga horária);
- Certidão ou Declaração original circunstanciada expedida pelo órgão competente de atuação, para comprovação de tempo de serviço na função para qual se inscreveu, ou ainda, Carteira de trabalho comprovando o contrato de trabalho. Caso o registro na carteira ainda esteja em aberto, somente será considerado como título a Certidão ou Declaração circunstanciada expedida pelo órgão de atuação.

7.3 A avaliação dos referidos títulos obedecerá aos seguintes critérios:

- Participação em cursos de capacitação/aperfeiçoamento, com carga horária de até 40 horas: 1,0 ponto;
- Participação em cursos de capacitação/aperfeiçoamento, com carga horária superior a 40 horas: 3,0 pontos;
- Experiência profissional, acima de 06 até 12 meses: 1,0 ponto;
- Experiência Profissional superior a 12 meses : 3,0 pontos;

7.4 A pontuação aferida aos cursos de aperfeiçoamento refere-se ao somatório total da carga horária dos cursos apresentados pelo candidato.

7.5 A pontuação aferida a experiência profissional refere-se ao somatório total do período de experiência, não sendo considerado períodos inferiores a 06 meses.

7.6 Somente serão considerados para análise, os títulos entregues no ato da inscrição e devidamente relacionados na tabela constante do Anexo III deste Edital.

7.7 Não serão aceitos títulos entregues em outra data que não a do ato de inscrição.

7.8 Os títulos devidamente relacionados na tabela constante do Anexo III não geram direito garantido a pontuação. Os mesmos

serão objetos de análise pela Comissão Especial de Processo Seletivo, seguindo-se os critérios dispostos neste edital, para posterior validação ou não.

7.9 O Prazo de Recurso para esta fase se dará juntamente com o prazo de recurso aberto para o Resultado Final, conforme dispõe o item 9 deste edital.

8 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1 Em caso de empate, será utilizado como critério de desempate:

8.1.2 Para os candidatos com 60 (sessenta) anos ou mais, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento:

1º) Maior idade;

2º) Maior número de dependentes.

8.1.3 Para os demais candidatos:

1º) Maior tempo de experiência (tempo de serviço);

2º) Maior número horas de capacitação;

3º) Maior número de dependentes;

4º) Maior idade.

8.2 Para o desempate, serão considerados os títulos já analisados e tornados válidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

9 - DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL E DOS PRAZOS PARA RECURSOS

9.1 O resultado final provisório será publicado no Portal do Servidor Público do Município de Rio do Sul e no DOM - Diário Oficial dos Municípios, a partir do dia 11/06/2013. Os candidatos terão 03 (três) dias úteis, após a publicação do resultado provisório, para solicitar recurso referente a PROVA DE TÍTULOS e RESULTADO FINAL, devidamente fundamentado, através de requerimento encaminhado a Secretaria Municipal de Administração, instruído e protocolado no Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, conforme modelo constante do Anexo II. A Secretaria Municipal de Administração, através da Comissão Especial de Processo Seletivo, quando for o caso, fará os procedimentos de correção e divulgará o resultado através dos locais já citados no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis. No dia 18/06/2013 o resultado final será homologado através de Decreto e encerrado.

9.2 Não serão reconhecidos os recursos interpostos fora dos prazos dispostos neste edital.

10 - DA CONVOCAÇÃO

10.1 O candidato aprovado será convocado imediatamente após a homologação deste Processo Seletivo, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação, através da publicação do Termo de Convocação no Portal do Servidor Público do Município de Rio do Sul (www.riodosul.sc.gov.br/rh) e/ou Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

10.2 É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das convocações efetuadas pelos sites acima citados.

10.3 O Departamento de Recursos Humanos poderá, eventualmente, entrar em contato com o candidato convocado através do número de telefone, endereço e/ou e-mail informados na ficha de inscrição, portanto, é de inteira responsabilidade do candidato a atualização de seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC, quando houver alteração dos dados informados na ficha de inscrição.

10.4 Ao ser convocado, o candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, munido de documento de identidade, para dar início ao processo de contratação.

10.5 O candidato que deixar de comparecer no prazo previsto no item anterior, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

10.6 Ao candidato que não tiver interesse na vaga ofertada, não será apresentada outra, sendo neste caso, eliminado do processo seletivo.

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1 A contratação, objeto deste processo seletivo, tem caráter emergencial e deve ocorrer imediatamente após a convocação.

11.2 O contrato inicial será pelo período de um mês, podendo ser prorrogado por até 01 ano, conforme inciso II, Art. 4º da Lei Municipal nº 3.796/2002 e alterações posteriores. O candidato contratado estará em permanente avaliação. Caso seu desempenho não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido antes do término previsto, nos termos da Lei Municipal supra citada.

11.3 Previamente a contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados os seguintes documentos:

Fotocópia legível:

a) CPF

b) Registro de Identidade

c) Carteira de reservista (se homem)

d) Comprovante Inscrição PIS/PASEP

e) Certidão nascimento ou casamento

f) Certidão nascimento filhos (menores de 14 anos)

g) Título eleitoral e comprovante de quitação com as obrigações eleitorais

h) Comprovante dos requisitos exigidos para a função (conforme item 3 deste edital)

i) Endereço completo, telefone e e-mail para contato

j) Declaração Acúmulo Cargo (fornecida pelo RH)

l) Declaração Dependentes Imposto de Renda (fornecida pelo Dep. RH)

m) Declaração Dependentes Salário Família (fornecida pelo Dep. RH)

n) Nº de conta Bradesco (autorização para abertura fornecida pelo RH)

o) Carteira comprovando grupo sanguíneo (se tiver)

p) Atestado Médico Admissional (previamente agendado pelo RH)

r) Para a função de COZINHEIRO: Carteira de Saúde e Certificado de Curso de Manipulação de Alimento

q) Outros documentos que lhe forem solicitados no ato da convocação.

12. CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

PERÍODO INSCRIÇÃO	15 a 28/05/2013
PUBLICAÇÃO INSCRIÇÕES	29/05/13
RECURSO INSCRIÇÕES	31/05/13
PUBLICAÇÃO INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS	04/06/13
PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO	11/06/13
RECURSO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO	12,13e 14/06/2013
HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL DEFINITIVO	18/06/13

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Para o candidato que não aceitar a vaga apresentada ou dela desistir, não será apresentada outra.

13.2 A aprovação do candidato neste processo seletivo, no que excede ao número de vagas disposto neste edital, não gera direito de contratação, visto que esta será realizada de acordo com a necessidade e seguindo rigorosamente a ordem de classificação.

13.3 As contratações serão efetuadas com base na Lei nº 3.796/02, sendo assegurado aos contratados os direitos estabelecidos no Art. 11 da lei supra citada.

13.4 A contribuição previdenciária dos contratados por este processo seletivo, será vinculada ao regime geral de Previdência Social (INSS).

13.5 Eventuais alterações na legislação municipal, relativas a normas inerentes aos Servidores Públicos Municipais, com reflexo nas contratações de caráter temporário de excepcional interesse público, serão automaticamente incorporadas a partir de sua vigência.

13.6 Os anexos I, II e III, são partes integrantes deste edital.

13.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração.

13.8 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul (SC), 10 de maio de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Secretário Municipal de Administração

GIVANILDO SILVA
Prefeito Municipal

REGINA GARCIA FERREIRA
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO

COZINHEIRO

Descrição Sumária:

Preparar refeições, organizar e supervisionar serviços de cozinha, elaborando o preparo observando métodos de cocção e padrões de qualidade dos alimentos.

Principais Atribuições:

Preparar a alimentação, cozinhando, servindo, supervisionando e controlando qualitativa e quantitativamente a preparação de pratos diversos, utilizando-se de técnicas de culinária. Utilizar técnicas adequadas para congelamento e descongelamento de alimentos, bem como controlar o prazo de validade dos mesmos. Orientar e supervisionar equipe de auxiliares quanto à preparação, manipulação dos alimentos, higiene do ambiente e destino dos restos alimentícios. Promover a limpeza de utensílios e equipamentos de cozinha, zelando pela higiene e conservação dos mesmos. Controlar a quantidade e qualidade dos produtos (alimentos, bebidas, utensílios e outros), solicitando a reposição do material e da alimentação sempre que necessário. Cumprir as determinações da Vigilância Sanitária, e o uso de vestimentas adequadas para o trabalho na cozinha, bem como efetuar a revalidação da carteira de saúde anualmente. Zelar pelas condições de manipulação, conservação e distribuição dos produtos. Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO

Descrição Sumária:

Realizar atividades de limpeza interna e externa, cozinha, lavagem, passagem de roupas e outros. Solicitar e manter os insumos necessários para a execução dos serviços. Utilizar equipamentos de segurança adequadamente.

Principais Atribuições:

Realizar organização e limpeza das repartições públicas nas áreas internas e externas, mantendo as condições de asseio e higiene, assim como realizar limpeza de materiais, equipamentos, brinquedos, entre outros. Recolher o lixo e encaminhar para local apropriado. Realizar as atividades de cozinha como: fazer café e sucos e preparar lanches, efetuando a revalidação da carteira de saúde anualmente. Auxiliar no preparo de alimentos, efetuar distribuição de merenda escolar, lavar as louças, e limpeza em geral. Lavar e passar as roupas dos consultórios médicos, odontológicos, serviço de urgência, e outros (lençóis, toalhas, campos de pequenas cirurgias, etc.). Manter fora do alcance de crianças produtos químicos e utensílios que coloquem em risco a vida das mesmas. Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, bem como utilizar vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho. Executar serviços de varrição e limpeza geral nas unidades de conservação e em logradouros públicos. Garantir a continuidade do processo de higienização e manutenção do ambiente e instalações, através do pedido, recepção, conferência, controle e distribuição do material de consumo, limpeza e outros, bem como através do seu correto uso e conservação. Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo.

ANEXO II

MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO
AO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO):

Processo Seletivo nº 002/2013 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Endereço: _____

Função a que concorre: _____

Número de Inscrição: _____

Motivo do recurso: _____

Fundamentação e argumentação lógica:

Data: ____/____/2013

Assinatura: _____

ANEXO III

TABELA TÍTULOS PROCESSO SELETIVO Nº 002/2013

Nome Candidato: Função:

Para uso RH e Comissão Especial Processo Seletivo

Tipo Título (certificado, declaração, carteira trabalho)

Conteúdo título Data título Carga horária curso / tempo

serviço Instituição promotora curso/ Órgão atuação Confirmação

recebimento título Validado pela Comissão

(sim / não)

Declaro que entreguei na data de _____, os títulos acima especificados, ciente de que os mesmos serão objetos de análise da Comissão Especial de Processo Seletivo, bem como de que não serão aceitos títulos em outra data que não a do ato de inscrição.

Assinatura Candidato Assinatura e carimbo recebedor dos títulos

Pauta de Julgamento Nº 002/2013

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 002/2013

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 27 de Maio de 2013, às 08hs00, no Plenário da Câmara de Vereadores, sito no 1º andar do prédio central da Prefeitura, para julgamento do seguinte Recurso:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 134773/2012

Nome do Recorrente: Confecções Brix Ltda

Nº do Recurso: 023/2012

Rio do Sul, 14 de maio de 2013.

LEONICE WITTE

Secretária geral do CMC

Publicação de Editais Pelo Cometimento de Infração de Trânsito: do Nº1664/2013 Até Nº1675/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1668/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADB5875	54272814E	6920/0	01/03/2013	233
AEI7705	55330187D	6610/2	30/03/2013	230 * VII
AEI7705	55330188D	6912/0	30/03/2013	232
AFK0051	54272972E	6920/0	22/03/2013	233
AKE7696	55330198D	6599/2	31/03/2013	230 * V
AMZ0936	55330268D	6408/0	03/04/2013	221
AMZ0936	55330269D	6653/2	03/04/2013	230 * XI
DCK9959	55329865D	6610/2	07/03/2013	230 * VII
IAS3257	55329534D	5045/0	20/03/2013	162 * V
IAS3257	55329535D	5142/0	20/03/2013	164 c/c 162 * V
IAS3257	55329536D	6912/0	20/03/2013	232
IAS3257	55329537D	6637/1	20/03/2013	230 * IX
JNL8884	54272988E	6920/0	27/03/2013	233
KDC5745	54272836E	6920/0	13/03/2013	233
LXA3125	55328774D	5169/1	02/03/2013	165
LXA3125	55328775D	5274/1	02/03/2013	175
LYP2748	54272951E	6920/0	19/03/2013	233
LYY9990	54272843E	6920/0	15/03/2013	233
LYZ1630	55330179D	6610/2	28/03/2013	230 * VII
LZD5959	55328788D	6726/1	19/03/2013	230 * XVIII
LZD5959	55328789D	5169/1	19/03/2013	165
LZJ6360	55329842D	6610/2	28/03/2013	230 * VII
LZU6215	55329959D	5010/0	09/03/2013	162 * I
LZU6215	55329960D	5118/0	09/03/2013	164 c/c 162 * I
LZU6215	55329961D	6599/2	09/03/2013	230 * V
LZX3511	54273016E	6920/0	08/04/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZZ6703	55329797D	6599/2	22/03/2013	230 * V
LZZ6703	55329798D	5010/0	22/03/2013	162 * I
LZZ6703	55329799D	5118/0	22/03/2013	164 c/c 162 * I
MAQ2034	55329369D	6610/2	19/03/2013	230 * VII
MAT7674	55329586D	5045/0	07/03/2013	162 * V
MAT7674	55329588D	6610/2	07/03/2013	230 * VII
MAZ3538	55327972D	6610/1	13/04/2013	230 * VII
MAZ3538	55327973D	5274/1	13/04/2013	175
MBE1855	54272965E	6920/0	22/03/2013	233
MBL8083	55329841D	6408/0	26/03/2013	221
MBM5558	54272820E	6920/0	07/03/2013	233
MBW9148	55279772D	5010/0	17/04/2013	162 * I
MBW9148	55279773D	5118/0	17/04/2013	164 c/c 162 * I
MCG0963	54272840E	6920/0	14/03/2013	233
MCP3044	55330163D	6670/0	23/03/2013	230 * XIII
MCP5897	55329699D	6610/2	07/03/2013	230 * VII
MCX6872	54272839E	6920/0	13/03/2013	233
MDQ2210	54272952E	6920/0	19/03/2013	233
MDZ7193	55328785D	5010/0	13/03/2013	162 * I
MDZ7193	55329889D	5118/0	13/03/2013	164 c/c 162 * I
MEE7016	55280062D	5169/1	01/03/2013	165
MEE8203	55328777D	6599/2	09/03/2013	230 * V
MET6297	55330358D	5010/0	02/04/2013	162 * I
MET6297	55330359D	5118/0	02/04/2013	164 c/c 162 * I
MEV4271	54272993E	6920/0	01/04/2013	233
MEX0106	55330351D	6599/2	02/04/2013	230 * V
MFA0965	55330092D	7285/0	31/03/2013	250 * III
MFD9905	54272826E	6920/0	08/03/2013	233
MFN1549	55330152D	5045/0	22/03/2013	162 * V
MFN1549	55330153D	5142/0	22/03/2013	164 c/c 162 * V
MGV4577	55329906D	6599/2	16/03/2013	230 * V
MGW8424	55329794D	6599/2	22/03/2013	230 * V
MGW8424	55329796D	7340/0	22/03/2013	252 * IV
MHG9193	55329863D	6700/0	07/03/2013	230 * XVI
MHP9324	55329785D	6670/0	09/03/2013	230 * XIII
MIA8048	55279863D	5169/1	08/04/2013	165
MIW1151	55330403D	6599/2	12/04/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJO8764	55330022D	6670/0	29/03/2013	230 * XIII
MYV7647	54272974E	6920/0	25/03/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 14 DE MAIO DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1669/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKC2064	55330234D	5185/1	30/03/2013	167
APC0907	55280074D	6050/1	20/03/2013	208
APL1220	55279847D	5541/5	11/04/2013	181 * XVII
BTJ3797	55329804D	5185/1	27/02/2013	167
BYO8750	55330175D	5185/1	28/03/2013	167
CME7847	55280411D	5541/4	16/03/2013	181 * XVII
CMM0170	55283437D	5541/2	18/03/2013	181 * XVII
HBS1949	55280168D	5460/0	13/03/2013	181 * IX
IIQ0432	55280605D	5193/0	10/04/2013	168
IKA1785	55280305D	5460/0	25/03/2013	181 * IX
JVC6861	55329151D	5185/1	23/03/2013	167
LWY5823	55330075D	5185/1	29/03/2013	167
LWY5823	55330076D	5835/0	29/03/2013	195
LWY5823	55330077D	7234/0	29/03/2013	250 * I * a
LWY5823	55330078D	6327/0	29/03/2013	220 * VII
LXB0118	55280020D	5541/4	26/03/2013	181 * XVII
LXD0868	55279850D	5185/1	11/04/2013	167
LYE8699	55330003D	7234/0	19/03/2013	250 * I * a
LYP8780	55280022D	5541/6	28/03/2013	181 * XVII
LYW8387	55329599D	5347/0	09/03/2013	178
LZH5096	55283446D	5541/2	18/03/2013	181 * XVII
MAQ0900	55279829D	5541/6	22/03/2013	181 * XVII
MAZ3538	55327974D	5835/0	13/04/2013	195
MBF5464	55280472D	5185/1	18/03/2013	167
MBG4392	55279125D	7366/2	09/03/2013	252 * VI
MCA6687	55280453D	5541/5	06/03/2013	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCC2524	55280480D	5541/6	23/03/2013	181 * XVII
MCD4944	55280506D	5835/0	20/03/2013	195
MCJ7074	55279693D	5568/0	10/04/2013	181 * XIX
MCP0683	55280451D	5185/1	05/03/2013	167
MDF6254	55280554D	5541/1	10/04/2013	181 * XVII
MDM6685	55280227D	7366/2	14/03/2013	252 * VI
MDY7196	55285373D	5541/2	18/03/2013	181 * XVII
MEA7705	55279396D	5541/4	08/04/2013	181 * XVII
MEF9040	55329868D	7366/2	08/03/2013	252 * VI
MEM6750	55280614D	5541/1	16/04/2013	181 * XVII
MET6297	55330357D	7056/1	02/04/2013	244 * III
MEX1813	55330274D	5703/0	05/04/2013	185 * I
MFL9121	55330183D	7030/2	30/03/2013	244 * I
MFN1549	55330154D	5185/1	22/03/2013	167
MFW1423	55283443D	5541/2	18/03/2013	181 * XVII
MGI8612	55279852D	5541/4	23/03/2013	181 * XVII
MGQ7637	55279400D	6050/1	16/04/2013	208
MGU7481	55280268D	5541/1	21/03/2013	181 * XVII
MGW8424	55329795D	5185/1	22/03/2013	167
MHC9878	55280270D	5541/4	23/03/2013	181 * XVII
MHN9735	55329373D	5541/1	22/03/2013	181 * XVII
MJM9322	55280469D	5541/1	14/03/2013	181 * XVII
MJQ2609	55330167D	5568/0	26/03/2013	181 * XIX
MJX2835	55279831D	5541/4	23/03/2013	181 * XVII
MJX8598	55285241D	5738/0	12/03/2013	186 * II
MJY1390	55330072D	7366/2	25/03/2013	252 * VI
MKJ9987	55280171D	5541/6	25/03/2013	181 * XVII
MLC0108	55330278D	5703/0	05/04/2013	185 * I
MLX2430	55279572D	5568/0	01/04/2013	181 * XIX
MMB5761	55280501D	7366/2	11/03/2013	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 14 DE MAIO DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1670/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BEG3740	55886934B	6599/2	05/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
CFX5758	55329080D	5010/0	29/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
DGB0684	54272788E	6920/0	22/01/2013	R\$ 127,69	233
HRY0807	55891349B	6610/2	19/01/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LXF0574	55328360D	6670/0	11/02/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
LXI3126	55328502D	6726/1	20/10/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXI3126	55328503D	5169/1	20/10/2012	R\$ 957,69	165
LXO1048	55328190D	6610/2	05/01/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LYD9439	55329267D	5118/0	26/01/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYR9190	54272780E	6920/0	21/01/2013	R\$ 127,69	233
LZJ5710	55326599D	6599/2	09/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZV6704	54272792E	6920/0	23/01/2013	R\$ 127,69	233
MAI6196	54272911E	6920/0	13/02/2013	R\$ 127,69	233
MAK9490	55328077D	6610/2	06/01/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MAX0716	55285411D	6599/2	08/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBN9413	54272783E	6920/0	21/01/2013	R\$ 127,69	233
MBY4056	55326600D	5118/0	29/01/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBY4056	55328099D	6599/2	29/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBY4056	55328100D	5010/0	29/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCH3596	54272658E	6920/0	11/12/2012	R\$ 127,69	233
MCZ6922	55328960D	5274/1	28/12/2012	R\$ 191,53	175
MDE3484	55328978D	5045/0	27/02/2013	R\$ 191,53	162 * V
MDE3484	55328979D	5142/0	27/02/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MDR4788	54272925E	6920/0	15/02/2013	R\$ 127,69	233
MEJ1719	55279095D	6599/2	07/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGV8652	55328211D	6599/2	30/01/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGV8652	55328212D	5010/0	30/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGV8652	55328214D	5118/0	30/01/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHQ6302	54272555E	6920/0	31/10/2012	R\$ 127,69	233
MHY0403	55329079D	6912/0	27/01/2013	R\$ 53,20	232
MIG0249	55328890D	6610/2	26/01/2013	R\$ 127,69	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 14 DE MAIO DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1671/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CFX5758	55329081D	5967/0	29/01/2013	R\$ 191,53	203 * V
CGR0373	55329481D	5843/4	08/02/2013	R\$ 127,69	196
CVL8827	55283420D	5541/2	18/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
DBN1237	55286197D	5541/6	15/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LWY0364	55326374D	6050/2	16/02/2013	R\$ 191,53	208
LXG8097	55286180D	5541/6	25/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LXY7240	55283411D	5541/2	18/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LYE2983	55328965D	7030/2	22/01/2013	R\$ 191,53	244 * I
LYE2983	55328966D	7056/1	22/01/2013	R\$ 191,53	244 * III
LYE2983	55328967D	5835/0	22/01/2013	R\$ 127,69	195
LYE2983	55328968D	5967/0	22/01/2013	R\$ 191,53	203 * V
LYU9199	55279501D	7366/2	11/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
LZB5288	55280110D	5541/5	22/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZT5742	55279442D	7366/2	25/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MAR8845	55893836B	5193/0	23/01/2013	R\$ 191,53	168
MAV1985	55283423D	5541/2	18/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBE5525	55280107D	5231/1	19/01/2013	R\$ 85,12	172
MCS8768	55329047D	7366/2	21/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MCS8768	55329048D	5185/1	21/01/2013	R\$ 127,69	167
MDI1125	55328934D	7030/2	20/12/2012	R\$ 191,53	244 * I
MDI4882	55280111D	5541/4	26/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDS4366	55279522D	5541/1	13/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDV7372	55286423D	6050/1	25/01/2013	R\$ 191,53	208
MEL1317	55280151D	5541/1	16/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEN7894	55284750D	5541/1	07/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEY2342	55328189D	7366/2	05/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFK8050	55328551D	6050/1	07/12/2012	R\$ 191,53	208
MGX8188	55285836D	5568/0	05/12/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MGX9299	55286187D	5541/4	29/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHB7842	55279352D	7366/2	05/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MHD1721	55326368D	6050/1	31/01/2013	R\$ 191,53	208
MHL5446	55328761D	6050/1	24/01/2013	R\$ 191,53	208
MHZ1320	55286422D	5541/1	22/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHZ1777	55283410D	5541/2	18/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIG8595	55279247D	5541/1	08/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJK8047	55279179D	5541/6	22/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJO8764	55284585D	5541/5	22/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKS5157	55327467D	7366/2	29/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 14 DE MAIO DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1672/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGU0469	54273009E	6920/0	04/04/2013	233
AKG3911	55330390D	6610/2	17/04/2013	230 * VII
AKG3911	55330391D	6912/0	17/04/2013	232
AKG3911	55330392D	6408/0	17/04/2013	221
AUL0088	55330514D	5169/1	14/04/2013	165
AUL0088	55330726D	6408/0	14/04/2013	221
BET2345	55330817D	5169/1	21/04/2013	165
CAA0595	55330039D	5169/1	06/04/2013	165
CWX8931	55330451D	6610/2	06/04/2013	230 * VII
DEN4038	55330318D	5045/0	05/04/2013	162 * V
DEN4038	55330319D	6599/2	05/04/2013	230 * V
DJC1025	55330470D	5169/1	12/04/2013	165
DUP1195	55330375D	6670/0	10/04/2013	230 * XIII
HMP6782	55330291D	6408/0	05/04/2013	221
IKK1836	55330037D	6610/2	06/04/2013	230 * VII
LBM1124	55330287D	6912/0	05/04/2013	232
LBM1124	55330288D	7340/0	05/04/2013	252 * IV
LWY5823	55330493D	5010/0	18/04/2013	162 * I
LWY5823	55330494D	6912/0	18/04/2013	232
LWY5823	55330495D	6408/0	18/04/2013	221
LWY5823	55330496D	6637/1	18/04/2013	230 * IX
LXA7371	55330033D	5010/0	04/04/2013	162 * I
LXC3643	55330519D	6610/2	14/04/2013	230 * VII
LXG7906	55330018D	6599/2	24/03/2013	230 * V
LXG7906	55330020D	5010/0	24/03/2013	162 * I
LXG7906	55330021D	5118/0	24/03/2013	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYJ0688	55330346D	6599/2	10/04/2013	230 * V
LYJ0688	55330509D	6408/0	13/04/2013	221
LYY2001	55329548D	5169/1	30/03/2013	165
LZI3202	55330370D	6726/1	06/04/2013	230 * XVIII
LZT3156	55330124D	5010/0	29/03/2013	162 * I
LZT3156	55330125D	5118/0	29/03/2013	164 c/c 162 * I
LZT3156	55330126D	6599/2	29/03/2013	230 * V
LZY8880	55329958D	5169/1	09/03/2013	165
MAF8440	54273021E	6920/0	09/04/2013	233
MAQ7718	55330374D	6408/0	10/04/2013	221
MAW1474	55330327D	5169/1	05/04/2013	165
MAX8650	55330483D	5010/0	16/04/2013	162 * I
MAX8650	55330484D	5118/0	16/04/2013	164 c/c 162 * I
MAX8650	55330485D	6610/2	16/04/2013	230 * VII
MAX8650	55330486D	6912/0	16/04/2013	232
MAZ3538	55329417D	6599/2	13/04/2013	230 * V
MAZ3538	55329418D	5045/0	13/04/2013	162 * V
MAZ3538	55330675D	5169/1	13/04/2013	165
MBO1501	55330142D	6599/2	04/04/2013	230 * V
MBO1501	55330143D	5010/0	04/04/2013	162 * I
MBO1501	55330144D	5118/0	04/04/2013	164 c/c 162 * I
MBQ6358	55330523D	6602/0	16/04/2013	230 * VI
MBV5244	55330057D	7340/0	26/03/2013	252 * IV
MBW2157	55330098D	6610/2	04/04/2013	230 * VII
MCH0601	55330315D	6602/0	05/04/2013	230 * VI
MCH0601	55330316D	6599/2	05/04/2013	230 * V
MCI6482	55330330D	6610/2	06/04/2013	230 * VII
MCJ1846	55330158D	6610/2	22/03/2013	230 * VII
MCM4927	54273036E	6920/0	12/04/2013	233
MCS7657	55330510D	6670/0	13/04/2013	230 * XIII
MCX9792	55894139B	5010/0	04/04/2013	162 * I
MCX9792	55894141B	5118/0	04/04/2013	164 c/c 162 * I
MDA1946	54273014E	6920/0	08/04/2013	233
MDD2669	55330813D	5169/1	21/04/2013	165
MDD2669	55330814D	6599/2	21/04/2013	230 * V
MDD2669	55330815D	6912/0	21/04/2013	232
MDM2079	55330034D	6599/2	04/04/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDQ7534	55330380D	6661/0	10/04/2013	230 * XII
MDQ7534	55330464D	6602/0	10/04/2013	230 * VI
MDQ7534	55330465D	6670/0	10/04/2013	230 * XIII
MEE1031	55330677D	6599/2	16/04/2013	230 * V
MEF1374	55329606D	5045/0	08/04/2013	162 * V
MEF1374	55329607D	5142/0	08/04/2013	164 c/c 162 * V
MEM2951	55330826D	6610/2	18/04/2013	230 * VII
MEM2951	55330827D	6670/0	18/04/2013	230 * XIII
MEQ0821	55330461D	6599/2	10/04/2013	230 * V
MEW1860	55330361D	6599/2	04/04/2013	230 * V
MEW1860	55330362D	5010/0	04/04/2013	162 * I
MEW1860	55330363D	5118/0	04/04/2013	164 c/c 162 * I
MFR5151	55328990D	6599/2	10/04/2013	230 * V
MFR5151	55328991D	6408/0	10/04/2013	221
MGP0600	55328795D	6599/2	21/03/2013	230 * V
MGP0600	55328797D	6912/0	21/03/2013	232
MGP0600	55328798D	6602/0	21/03/2013	230 * VI
MHB8552	55330349D	5045/0	10/04/2013	162 * V
MHB8552	55330350D	5142/0	10/04/2013	164 c/c 162 * V
MIG0249	55330306D	6610/2	03/04/2013	230 * VII
MIG0249	55330819D	5169/1	20/04/2013	165
NMF1220	55330321D	6602/0	05/04/2013	230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 14 DE MAIO DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1673/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIV9383	55329984D	5185/1	22/03/2013	167
AJD1975	55280489D	7366/2	26/03/2013	252 * VI
AKD3635	55329827D	6050/1	22/03/2013	208
ALB0983	55286437D	5541/1	12/04/2013	181 * XVII
AUL0088	55330725D	6041/2	14/04/2013	207
DEN7865	55330369D	6319/0	06/04/2013	220 * VI
HMP6782	55330290D	5185/1	05/04/2013	167
KMH8535	55279912D	5541/2	03/04/2013	181 * XVII
LWY5823	55330801D	5835/0	18/04/2013	195
LWY5823	55330802D	5819/7	18/04/2013	193
LWY5823	55330803D	5215/2	18/04/2013	170
LXG7906	55330019D	5835/0	24/03/2013	195
LXK4486	55329914D	5541/5	18/04/2013	181 * XVII
LYO5799	55330337D	5185/1	09/04/2013	167
LYV7689	55279930D	5541/2	03/04/2013	181 * XVII
LZA8423	55330066D	5193/0	28/03/2013	168
LZA8423	55330067D	5185/1	28/03/2013	167
LZB4989	55279345D	5509/0	17/03/2013	181 * XIII
LZC4235	55330087D	5185/1	30/03/2013	167
LZP2761	55330062D	7030/2	28/03/2013	244 * I
LZS4644	55329993D	5185/1	22/03/2013	167
MAX1564	55329844D	5185/1	28/03/2013	167
MBH7132	55330731D	5835/0	13/04/2013	195
MBH7132	55330732D	7234/0	13/04/2013	250 * I * a
MBN5874	55330065D	5185/1	28/03/2013	167
MCH0601	55330314D	5185/1	05/04/2013	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCN4168	55286432D	5541/1	15/03/2013	181 * XVII
MCN8510	55330745D	5185/1	05/04/2013	167
MCN8726	55330007D	7234/0	21/03/2013	250 * I * a
MCT1452	55330145D	5835/0	04/04/2013	195
MCT1452	55330146D	5819/1	04/04/2013	193
MCT1452	55330147D	7030/2	04/04/2013	244 * I
MCT1452	55330148D	6050/1	04/04/2013	208
MDW0392	55285388D	5541/2	01/04/2013	181 * XVII
MEM2951	55330686D	7234/0	18/04/2013	250 * I * a
MFY2043	55329986D	7366/2	22/03/2013	252 * VI
MGD1924	55280019D	6050/1	24/03/2013	208
MGN5669	55286434D	5550/0	26/03/2013	181 * XVIII
MGS2186	55279133D	7366/2	28/03/2013	252 * VI
MGX0889	55285396D	5541/2	02/04/2013	181 * XVII
MHT4401	55285428D	5550/0	19/03/2013	181 * XVIII
MIR8997	55330340D	6050/2	31/03/2013	208
MJD5266	55329836D	7366/2	25/03/2013	252 * VI
MJN7494	55280307D	5541/5	01/04/2013	181 * XVII
MJQ0792	55279387D	5568/0	26/03/2013	181 * XIX
MJQ1710	55280308D	7366/2	02/04/2013	252 * VI
MKB6241	55280273D	5541/6	25/03/2013	181 * XVII
MMJ2080	55279135D	5568/0	01/04/2013	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 14 DE MAIO DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1674/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAQ7841	54272866E	6920/0	29/01/2013	R\$ 127,69	233
ALZ9028	54272669E	6920/0	17/12/2012	R\$ 127,69	233
CGI3030	54272675E	6920/0	18/12/2012	R\$ 127,69	233
LWR6294	54272811E	6920/0	28/02/2013	R\$ 127,69	233
LXS4574	54272676E	6920/0	19/12/2012	R\$ 127,69	233
MBK4165	55279618D	6599/2	23/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIF7589	55285413D	6599/2	08/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJC5882	55286498D	6599/2	23/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MJC5882	55286499D	6912/0	23/12/2012	R\$ 53,20	232
MJS3838	55329130D	6599/2	17/02/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 14 DE MAIO DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1675/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CLM9390	55285784D	5541/6	08/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
IPF5650	55279607D	6050/1	20/12/2012	R\$ 191,53	208
LYL1561	55279537D	5541/1	20/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LZB3778	55286000D	5568/0	05/12/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
LZC8551	55284787D	5568/0	16/12/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
LZE2977	55326935D	6050/1	01/02/2013	R\$ 191,53	208
MDR5285	55283424D	5541/2	18/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEA1569	55279608D	5185/1	20/12/2012	R\$ 127,69	167
MFD3522	55279295D	5541/6	08/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFD3522	55279531D	5541/5	19/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGP0600	55285841D	5541/3	16/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHR1322	55279245D	5541/6	27/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJZ3623	55279165D	5541/6	13/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 14 DE MAIO DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1664/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDQ2108	55328781D	5169/1	09/03/2013	165
MDQ7333	55330119D	5169/1	24/03/2013	165
MHF0414	55329839D	6653/2	26/03/2013	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1665/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BUO6731	55329600D	5347/0	09/03/2013	178
HAO2932	55280084D	5541/4	02/04/2013	181 * XVII
IFE8012	55329511D	5592/0	26/02/2013	1m 182 * III
MBR7021	55279838D	5460/0	07/04/2013	181 * IX
MCL5518	55329669D	7234/0	03/03/2013	250 * I * a
MEL9949	55329526D	5878/0	13/03/2013	199
MET3840	55279715D	5185/1	18/02/2013	167
MFZ2988	55279394D	7366/2	08/04/2013	252 * VI
MGD1274	55280178D	7048/1	05/04/2013	244 * II
MIA8048	55280090D	5720/0	08/04/2013	186 * I
MIE2342	55280032D	5541/6	03/04/2013	181 * XVII
MKX2602	55279019D	5568/0	03/04/2013	181 * XIX
MKZ5321	55280283D	5541/4	06/04/2013	181 * XVII
MMJ1025	55280525D	5568/0	03/04/2013	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1666/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMK5858	54272711E	6920/0	08/01/2013	R\$ 127,69	233
CFB3004	55280106D	6610/2	12/01/2013	R\$ 127,69	230 * VII
HJU3038	55893827B	6548/2	08/10/2012	R\$ 85,12	229
III7901	55328589D	6408/0	05/01/2013	R\$ 85,12	221
LYA1660	55328838D	6599/2	12/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYD9439	55329266D	5010/0	26/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYY7673	55328913D	6599/2	22/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBL0354	55279680D	5010/0	10/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBL0930	55328082D	6599/2	17/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBL0930	55328083D	5010/0	17/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBL0930	55328084D	5118/0	17/01/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBM6927	55280355D	6599/2	11/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBM6927	55280357D	5010/0	11/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBM6927	55280358D	5118/0	11/02/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBM6927	55329285D	5169/1	11/02/2013	R\$ 1.915,38	165
MCB5044	55326631D	5010/0	11/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCB5044	55328828D	6912/0	11/01/2013	R\$ 53,20	232
MCB5044	55328829D	5118/0	11/01/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDE1127	54272889E	6920/0	04/02/2013	R\$ 127,69	233
MEB1170	54272868E	6920/0	29/01/2013	R\$ 127,69	233
MGF3426	55329027D	6637/2	18/01/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MHN2380	54272896E	6920/0	06/02/2013	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1667/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALS9265	55328078D	5452/3	13/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
CYB1506	55328870D	6076/0	09/01/2013	R\$ 191,53	210
HJU3038	55327954D	5525/0	08/10/2012	R\$ 85,12	181 * XV
IFO8770	55328596D	6050/1	09/01/2013	R\$ 191,53	208
IHE5641	55328856D	6050/1	18/12/2012	R\$ 191,53	208
ILG2288	55279250D	5541/4	12/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LYD9439	55329264D	5924/1	26/01/2013	R\$ 191,53	203 * I
LYD9439	55329265D	5819/1	26/01/2013	R\$ 574,61	193
MBM6927	55280356D	5835/0	11/02/2013	R\$ 127,69	195
MCB5044	55326630D	5185/1	11/01/2013	R\$ 127,69	167
MCB5044	55328201D	5720/0	11/01/2013	R\$ 127,69	186 * I
MCB5044	55328827D	5185/1	11/01/2013	R\$ 127,69	167
MCX8534	55328754D	6050/2	16/01/2013	R\$ 191,53	208
MFQ0183	55286177D	5541/1	15/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIE8423	55285302D	5541/1	29/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MKL8121	55279499D	7366/2	06/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 30 DE ABRIL DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 686**

RESOLUÇÃO Nº 686, DE 15 DE MAIO DE 2013

Autoriza pagamento de ½ (meia) diária e indenização de transporte a vereadoras e servidor.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de ½ (meia) diária às Vereadoras Maria Helena Zimmermann, Janara Mafra e Zeli da Silva, no valor de R\$ 137,88 (cento e trinta e sete reais e oitenta e oito centavos) e ao Servidor Amauri Abe, no valor de R\$ 105,87 (cento e cinco reais e oitenta e sete centavos), para viagem a Cidade de Otacílio Costa, com a finalidade de tomar depoimento de pacientes da cidade de Otacílio Costa, que receberam atendimento no Sistema Único de Saúde, pelo Município de Rio do Sul, no período compreendido entre 2008 -2012, inerentes ao trabalho da Comissão Especial de Inquérito, instituída pela Resolução nº 666/13.

Art. 2º O deslocamento até a cidade de Otacílio Costa será realizado nos dias 16 e 17 de maio do corrente ano, sendo que para cada deslocamento as vereadoras e o servidor farão jus a meia diária e respectiva indenização de transporte.

Art. 3º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Otacílio Costa, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de maio de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Mesa

MÁRIO MIGUEL

Vice Presidente da Mesa

CARISO SÁVIO GIACOMINI

1º Secretário

DIONÍSIO MAÇANEIRO

2º Secretário

Santa Terezinha do Progresso**PREFEITURA****Decreto 84/2013**

DECRETO Nº 084/2013

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, INQUÉRITO E SINDICÂNCIA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, Inquérito e Sindicância.

§ 1º. As atribuições da Comissão, deverão ser desenvolvidas conforme os ditames da Lei Complementar 10 de 16.12.2009 e alterações - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§ 2º. O mandato da referida comissão é de 02 (dois) anos a partir da data da publicação deste Decreto.

Art. 2º. Ficam nomeados os servidores: Lari João Weschenfelder, matrícula nº 321/2, Noeli Terezinha Vanin - matrícula nº 714/5 e Simone Márcia Müller - matrícula nº 724/2, para comporem a Comissão referida no art. 1º, deste Decreto.

Art. 3º. Fica designado para exercer a função de Presidente desta Comissão o servidor Lari João Weschenfelder, Noeli Vanin para a função de Secretária e o servidora Simone Márcia Müller como membro.

Art. 4º. A Comissão Permanente de Sindicância terá como atribuição a atuação em todos os procedimentos administrativos disciplinares que forem abertos por ordem direta do Prefeito Municipal em decorrência de infração, em tese, de norma contida na Lei Complementar 10/2009, por servidor público municipal.

§ 1º. Compete à Comissão Permanente de Sindicância a instauração, autuação e processamento de processo administrativo disciplinar e inquérito administrativo disciplinar, sempre oportunizando o contraditório e a ampla defesa ao servidor processado.

§ 2º. Ao final do procedimento disciplinar, a Comissão apresentará relatório circunstanciado e sua conclusão sobre o caso em concreto, sendo que os autos serão encaminhados ao Prefeito Municipal que, após análise, decidirá sobre o caso, não sendo sua decisão vinculada à conclusão da referida Comissão.

Art. 5º. Será aplicado, quanto ao processamento dos procedimentos de que trata o artigo anterior, o disposto no Título V da Lei Complementar 10/2009 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Santa Terezinha do Progresso (SC), 14 de fevereiro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

Secretario de Gestão e Des. Econômico

Matricula nº 136/8

São Bento do Sul**PREFEITURA****Lei Nº 3166/2013**

LEI Nº 3166, DE 10 DE MAIO DE 2013.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no

valor de R\$ 91.758,75 (noventa e um mil, setecentos e cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.031 - Iluminação Pública

3.3.90.92.00.00.00.00.0317 - Despesas de Exerc. Anteriores

R\$ 39.789,69

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 - Manutenção da Diretoria de Turismo

3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF R \$

5.000,00

3.3.90.47.00.00.00.00.0100 - Obrig. Tribut. Contributivas

R\$ 1.000,00

Unidade: 05 - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor

Atividade: 2.087 - Depto. de Defesa do Consumidor

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Material Permanente

R\$ 6.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Atividade: 4.008 - Consórcio Quiriri - Contrato de Rateio

3.3.71.92.00.00.00.00.0100 - Despesas de Exerc. Anteriores

R\$ 39.969,06

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto, serão utilizadas como fonte de recursos a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.031 - Iluminação Pública

(518) 3.3.90.39.00.00.00.00.0317 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 39.789,69

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2.014 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

(178) 3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF

R\$ 10.000,00

(182) 3.3.90.47.00.00.00.00.0100 - Obrig. Tribut. e Contribut.

R\$ 20.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.016 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

(348) 3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF

R\$ 9.969,06

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 - Manutenção da Diretoria de Turismo

(368) 3.3.90.33.00.00.00.00.0100 - Passagens e Desp. Locom

R\$ 6.000,00

Unidade: 05 - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor

Atividade: 2.087 - Depto. de Defesa do Consumidor

(382) 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo

R\$ 6.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 120/2013

DECRETO Nº 0120, DE 22 DE ABRIL DE 2013

TRANSFERE PONTO DE TÁXI

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido para EDSON JOSÉ MAGUERROSKI DOS SANTOS, brasileiro, casado, motorista, RG 2.922.218, CPF 920.574.549-91, residente na Rua Manoel Pedro Elias, 94, Bairro Schramm, em São Bento do Sul/SC, o Ponto de Táxi localizado na Rua Benjamin Constant, s/nº, Centro, nesta cidade, cujo permissionário era ANTONIO JUNKES.

Art. 2º A exploração do Ponto obedecerá ao disposto na Lei Municipal nº 063/78 e no Decreto nº 264/78.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de abril de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 121/2013

DECRETO Nº 0121, DE 22 DE ABRIL DE 2013

TRANSFERE PONTO DE TÁXI

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido para MAICON JUNKES, brasileiro, convivente, recepcionista, RG 5.344.662-3, CPF 072.521.959-96, residente na Rua Bertha Pscheidt, 193, Bairro Serra Alta, em São Bento do Sul/SC, o Ponto de Táxi localizado na Rua Iracema, nº 686, Cruzeiro, nesta cidade, cujo permissionário era GILMAR BELARMINO.

Art. 2º A exploração do Ponto obedecerá ao disposto na Lei Municipal nº 063/78 e no Decreto nº 264/78.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de abril de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 140/2013

DECRETO Nº 0140, DE 10 DE MAIO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3166, de 10 de

maio de 2013,
DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 91.758,75 (noventa e um mil, setecentos e cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e criará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.031 - Iluminação Pública

3.3.90.92.00.00.00.00.0317 - Despesas de Exerc. Anteriores
R\$ 39.789,69

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 - Manutenção da Diretoria de Turismo

3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 5.000,00

3.3.90.47.00.00.00.00.0100 - Obrig. Tribut. Contributivas

R\$ 1.000,00

Unidade: 05 - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor

Atividade: 2.087 - Depto. de Defesa do Consumidor

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Material Permanente
R\$ 6.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Atividade: 4.008 - Consórcio Quiriri - Contrato de Rateio

3.3.71.92.00.00.00.00.0100 - Despesas de Exerc. Anteriores

R\$ 39.969,06

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto, será utilizada como fonte de recursos a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.031 - Iluminação Pública

(518) 3.3.90.39.00.00.00.00.0317 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 39.789,69

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2.014 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

(178) 3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF

R\$ 10.000,00

(182) 3.3.90.47.00.00.00.00.0100 - Obrig. Tribut. e Contribut.

R\$ 20.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.016 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

(348) 3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF

R\$ 9.969,06

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 - Manutenção da Diretoria de Turismo

(368) 3.3.90.33.00.00.00.00.0100 - Passagens e Desp. Locom

R\$ 6.000,00

Unidade: 05 - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor

Atividade: 2.087 - Depto. de Defesa do Consumidor

(382) 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo
R\$ 6.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 141/2013

DECRETO Nº 0141, DE 14 DE MAIO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

(148) 3.3.90.39.00.00.00.00.0001 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 120.000,00

Atividade: 2.025 - Manutenção do Ensino - SALÁRIO EDUCAÇÃO

(119) 3.3.90.32.00.00.00.00.0158 - Material de Dist. Gratuita

R\$ 100.000,00

Atividade: 2.026 - Coordenação, Manutenção e Ampliação - Ensino Fundamental, jovens e adultos e Educação Especial

(134) 4.4.90.51.00.00.00.00.0001 - Obras e Instalações

R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

(153) 4.4.90.52.00.00.00.00.0001 - Equip. Material Permanente

R\$ 120.000,00

Atividade: 2.025 - Manutenção do Ensino - SALÁRIO EDUCAÇÃO

(122) 4.4.90.51.00.00.00.00.0158 - Obras e Instalações

R\$ 100.000,00

Atividade: 2.026 - Coordenação, Manutenção e Ampliação - Ensino Fundamental, jovens e adultos e Educação Especial

(130) 3.3.90.39.00.00.00.00.0001 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2045/2013

PORTARIA Nº 2045, DE 06 DE MAIO DE 2013
CEDE SERVIDOR PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Ceder, a partir de 15 de abril de 2013, o servidor público IVO ANDREIV, ocupante do cargo de Auxiliar de Desenhista, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, para prestar serviços junto à Empresa Municipal de Habitação-EMHAB.

São Bento do Sul, 06 de maio de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2047/2013

PORTARIA Nº 2047, DE 07 DE MAIO DE 2013
CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, da servidora pública municipal ANA RENATA WAWZENIAK, ocupante do cargo efetivo de Recepcionista, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 05/04/2010 a 05/04/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de maio de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2048/2013

PORTARIA Nº 2048, DE 07 DE MAIO DE 2013
CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, da servidora pública municipal ELIANA COELHO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 05/04/2010 a 05/04/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de maio de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2049/2013

PORTARIA Nº 2049, DE 07 DE MAIO DE 2013
CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, da servidora pública municipal JANINE LUCILIA FARIAS, ocupante do cargo efetivo de Agente de Autoridade de Trânsito, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 07/04/2010 a 07/04/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de maio de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2050/2013

PORTARIA Nº 2050, DE 07 DE MAIO DE 2013
CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, da servidora pública municipal TANIA KANCZEWSKI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 09/04/2010 a 09/04/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de maio de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2051/2013

PORTARIA Nº 2051, DE 07 DE MAIO DE 2013
CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, da servidora pública municipal ROSANGELA CIECILINSKI GORNIAC, ocupante do cargo efetivo de Instrutor de Recriação, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 13/04/2010 a 13/04/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2052/2013

PORTARIA Nº 2052, DE 07 DE MAIO DE 2013
CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, do servidor público municipal VALENTIM RAFAEL WOLFF CELESKI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, na Fundação Cultural.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 01/04/2010 a 19/04/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2053/2013

PORTARIA Nº 2053, DE 07 DE MAIO DE 2013
CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, da servidora pública municipal ANA CLÁUDIA GROSSL, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 22/04/2010 a 22/04/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

São Domingos

PREFEITURA

Decreto Legislativo Nº 271/2013

APROVA AS CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS (SC), EXERCÍCIO 2011.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este promulga o seguinte Decreto

Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas do Prefeito Municipal de São Domingos, relativamente ao exercício de 2011, conforme parecer da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização, que baseou-se no parecer prévio firmado pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, no Processo nº PCP 12/00120733.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 24 de abril de 2013.

JOSÉ ALTAIR MARQUES

Presidente

Este Decreto Legislativo foi registrado e publicado em data supra.

FLAVIO TRICHES

1º Secretário

Remuneração de Cargos e Subsídios da Câmara de Vereadores de São Domingos -SC.

Com fundamento no art. 21, § 5º, da Lei Orgânica Municipal: Os poderes Legislativos e Executivo publicarão anualmente, até 60 dias após o encerramento do exercício, os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos:

1-Resolução 001/2011 de 29 de março de 2011.

Especificação	Sigla/Nível de Vencimento	R\$ Mensal
Vencimento Mensal	VM-01	607,60
Vencimento Mensal	VM-02	662,40
Vencimento Mensal	VM-03	781,17
Vencimento Mensal	VM-04	924,08
Vencimento Mensal	VM-05	1.005,88
Vencimento Mensal	VM-06	1.140,84
Vencimento Mensal	VM-07	1.321,99
Vencimento Mensal	VM-08	1.562,89
Vencimento Mensal	VM-19	1.842,29
Vencimento Mensal	VM-10	1.945,51
Vencimento Mensal	VM-11	2.058,93
Vencimento Mensal	VM-12	2.745,23
Vencimento Mensal	VM-13	3.002,34

2-Lei Municipal nº 1.687, de 28/06/12, fixa os subsídios dos agentes políticos para o mandato que se inicia em 1º de janeiro de 2013.

Presidente da Câmara	2.578,87
Vereador	1.934,15
Secretário	3.674,89

São Domingos, 16 de abril de 2013.

JOSÉ ALTAIR MARQUES

Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS - RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS:

Com fundamento no artigo 291, da Lei Orgânica Municipal o Município publicará anualmente, relação completa dos servidores lotados por órgão ou entidade da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacionais, em cada um dos seus poderes, indicando cargo ou função e o local de seu exercício, para fins de recenseamento e controle.

Código	Nome do Funcionário	Seção	Cargo
--------	---------------------	-------	-------

051	Beatriz Hennerich	Câmara de Vereadores	Assessor Legislativo
050	Paula Andreia Baldissera	Câmara de Vereadores	Assessor Legislativo
049	Roselei V. B. Szczepkowski	Câmara de Vereadores	Agente de Man. e Limpeza

Marcos Ricardo Comachio Câmara de Vereadores Secretário Administrativo

São Domingos, 16 de abril de 2013.
JOSÉ ALTAIR MARQUES
Presidente da Câmara

São João do Sul

PREFEITURA

Licitação Nº 016/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
LICITAÇÃO Nº 016/2013
Modalidade - Pregão Presencial nº 002/2013

Fundamento Legal: Lei 10.520 de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, subsidiariamente, da Lei no 8.666, de 21/06/1993, e respectivas alterações.

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO VAN PASSAGEIRO, ZERO KM, ANO/MODELO 2013/2013, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA 16 (15 + 1) LUGARES, POTÊNCIA MÍNIMA 120 CV, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

As Propostas e Habilitação: Poderão ser entregues até as 14:00 horas do dia 28/05/2013, as propostas serão abertas as 14:30 horas do dia 28/05/2013.

A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 as 12:00 e das 13:30 horas às 17:30.

São João do Sul - SC, em 16 de Maio de 2013.
REJANE ELIBIO BORBA
Presidente

Licitação Nº 037/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
LICITAÇÃO Nº 037/2013
Modalidade - Pregão Presencial nº 011/2013

Fundamento Legal: Lei 10.520 de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, subsidiariamente, da Lei no 8.666, de 21/06/1993, e respectivas alterações.

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO KM, DO TIPO PASSEIO, PARA USO PELO GABINETE DO PREFEITO.

As Propostas e Habilitação: Poderão ser entregues até as 09:30 horas do dia 28/05/2013, as propostas serão abertas as 10:00 horas do dia 28/05/2013.

A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 as 12:00 e das 13:30 horas às 17:30.

São João do Sul - SC, em 16 de Maio de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 062/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 062/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE GESTÃO EDUCACIONAL, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.
CONTRATADA: INTELLIBR SISTEMAS LTDA.
VIGÊNCIA: 17/04/2013 à 31/12/2013.
VALOR: R\$ 2.450,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 031/2013 - Pregão Presencial nº 009/2013 de 03/04/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 -12.361.0116.2022
-3.3.90.39.08.00.00.00.0102; 0701 -12.361.0116.2022
-3.3.90.39.11. 00.00.00.0102.

São João do Sul, 17 de Abril de 2013.
JOAO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 063/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 063/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP NO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DE 40 (QUARENTA) CÓDIGOS DE ACESSO, COM O FORNECIMENTO DAS 40 (QUARENTA) ESTAÇÕES MÓVEIS, DEVIDAMENTE ATIVADOS, E ASSOCIADOS A UM PLANOPÓS-PAGO DE SERVIÇO, COM FRANQUIA GLOBAL ESTIMADA EM 3500 MINUTOS/MÊS, QUE POSSIBILITE O ATENDIMENTO DA CONTRATANTE EM TODAS AS LOCALIDADES ATENDIDAS PELA AUTORIZADA, EM SUA ÁREA DE PRESTAÇÃO, PARA USO EM LIGAÇÕES LOCAIS PARA ELEFONES FIXOS E CELULARES DE QUALQUER OPERADORA, INCLUSIVE NA CONDIÇÃO DE VISITANTE EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL E COM ENCAMINHAMENTO DE CHAMADAS DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (LDN) E ROAMING NACIONAL, DEVENDO POSSUIR SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO ON-LINE (CONTROLE DE LIMITES DOS ACESSOS, CONSULTA DE RESUMOS DE MINUTOS E DETALHAMENTO DE FATURAS DE CADA ACESSO) POR MEIO DA INTERNET, 6 (SEIS) ACESSOS INTERNET BANDA LARGA VIA APARELHO DE CELULAR COM FRANQUIA DE 300 MB CADA E 1 (UM) ACESSOS INTERNET BANDA LARGA VIA APARELHO DE CELULAR COM FRANQUIA DE 2GB, CONFORME CONDIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE GESTÃO EDUCACIONAL, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.
CONTRATADA: INTELLIBR SISTEMAS LTDA.
VIGÊNCIA: 24/04/2013 à 31/12/2013.
VALOR: R\$ 12.887,68 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 032/2013 - Pregão Presencial nº 010/2013 de 12/04/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0301 -04.122.0103.2003
-3.3.90.39.58.00.00.00.0080.



São João do Sul, 24 de Abril de 2013.
JOAO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 064/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 064/2013

OBJETO: LOCAÇÃO DE 02 (DOIS) CAMINHÕES BASCULANTE (TRUCK), COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 M3, PARA SEREM USADOS NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: TERRAPLANAGEM DRENAGEM PIRITU LTDA.

VIGÊNCIA: 24/04/2013 à 30/06/2013.

VALOR: R\$ 39.520,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 033/2013 - Carta Convite nº 010/2013 de 15/04/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0502 -26.782.0114.2040
-3.3.90.39.99.00.00.0080.

São João do Sul, 24 de Abril de 2013.
JOAO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 067/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 067/2013

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A DISPONIBILIZAÇÃO DO SISTEMA FLY TRANSPARÊNCIA, NA MODALIDADE SOFTWARE COMO SERVIÇO, POR MEIO DE CONEXÃO VIA INTERNET, A SEGUIR DENOMINADO SIMPLEMENTE DE APLICATIVO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

VIGÊNCIA: 02/05/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 1.900,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Compra Direta nº 111/2013 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0301 -04.122.0103.2003
-3.3.90.39.08.00.00.00.0080; 0301 -04.122.0103.2003
-3.3.90.39.11.00.00.00.0080.

São João do Sul, 02 de Maio de 2013.
JOAO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº. 011/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 011/2013
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 039/2012

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do presente contrato para 10/03/2013, que tem por objetivo a CONSTRUÇÃO DE DEPOSITO (ACADEMIA DE GINASTICA), VIVENCIA, MULTIPOUSO E EQUIPAMENTOS, NUM TOTAL DE 312 M², INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: CONSONI CONTRUÇÕES LTDA ME.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 021/2012 - Carta Convite nº. 004/2012 de 17/10/2012, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 24 de Janeiro de 2013.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 012/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 012/2013
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 046/2012

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do presente contrato para 14/04/2013, que tem por objeto a CONSTRUCAO DE ABRIGO FRONTAL NO PSF DE VILA CONCEIÇÃO, NUM TOTAL DE 24,50, M² CONFORME PROJETO E MEMOTIAL DESCRITIVO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: CONSONI CONTRUÇÕES LTDA ME.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 023/2012 - Carta Convite nº. 006/2012 de 05/12/2012, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 18 de Fevereiro de 2013.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 013/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 013/2013

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E LABORATORIAS, PRESTADOS PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA SAUDE - AMESC
VIGÊNCIA: 21/02/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 150.000,00. - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 010/2013 - Dispensa de Licitação nº. 009/2013 de 21/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0601-10.301.0107.2018
-3.3.93.39.50.00.00.00.0085; 0601-10.301.0107.2018
-3.3.93.41.01.00.00.00.0085

São João do Sul, 21 de Fevereiro de 2013.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 014/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 014/2013
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 003/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM FILTRDA E ÓLEO DIESEL PARA OS VEICULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através

do Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 003/2013 - Dispensa de Licitação nº. 003/2013 de 02/01/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 21 de Fevereiro de 2013.
REJANE ELIBIO BORBA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 015/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 015/2013
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 036/2012

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do presente contrato para 03/06/2013, que tem por objeto a AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE VILA CONCEIÇÃO, NUM TOTAL DE 35,90 M², CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: CONSONI CONTRUÇÕES LTDA ME.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 019/2012 - Carta Convite nº. 003/2012 de 17/10/2012, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 05 de Março de 2013.
REJANE ELIBIO BORBA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 016/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 016/2013
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 037/2012

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do presente contrato para 03/06/2013, que tem por objeto a AMPLIAÇÃO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, NUM TOTAL DE 121,22M², CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: CONSONI CONTRUÇÕES LTDA ME.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 020/2012 - Carta Convite nº. 004/2012 de 17/10/2012, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 05 de Março de 2013.
REJANE ELIBIO BORBA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 017/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 017/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CAMA MESA E BANHO, PRODUTOS DE LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA, MATERIAL ELÉTRICO (PILHAS) GÁS DE COZINHA E GENEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE E ESF'S MUNICIPAIS, BEM COMO, AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA, MATERIAL ELÉTRICO (PILHAS) E GENEROS DE

ALIMENTAÇÃO PARA AS VIGILANCIAS SANITARIA E EPIDEMIO-LÓGICA AMBIENTAL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: MERCADO KM 12 LTDA ME
VIGÊNCIA: 05/03/2013 à 31/12/2013.
VALOR: R\$ 14.996,13. - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 009/2013 - Carta Convite nº. 001/2013 de 18/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO	ORÇAMENTÁRIA:		
-3.3.90.30.26.00.00.00.0040;	0601	-10.301.0107.2018	
-3.3.90.30.22.00.00.00.0040;	0601	-10.301.0107.2018	
-3.3.90.30.21.00.00.00.0040;	0601	-10.301.0107.2018	
-3.3.90.30.20.00.00.00.0040;	0601	-10.301.0107.2018	
-3.3.90.30.07.00.00.00.0040;	0601	-10.301.0107.2018	
-3.3.90.30.04.00.00.00.0040;	0601	-10.301.0107.2019	
-3.3.90.30.26.00.00.00.0048;	0601	-10.301.0107.2019	
-3.3.90.30.21.00.00.00.0048;	0601	-10.301.0107.2019	
-3.3.90.30.20.00.00.00.0048;	0601	-10.301.0107.2019	
-3.3.90.30.04.00.00.00.0048;	0601	-10.301.0107.2019	
-3.3.90.30.07.00.00.00.0082;	0601	-10.301.0107.2019	
-3.3.90.30.22.00.00.00.0085;	0601	-10.304.0107.2020	
-3.3.90.30.26.00.00.00.0045;	0601	-10.304.0107.2020	
-3.3.90.30.22.00.00.00.0045;	0601	-10.304.0107.2020	
-3.3.90.30.21.00.00.00.0045;	0601	-10.304.0107.2020	
-3.3.90.30.07.00.00.00.0045;	0601	-10.305.0107.2021	
-3.3.90.30.26.00.00.00.0046;	0601	-10.305.0107.2021	
-3.3.90.30.22.00.00.00.0046;	0601	-10.305.0107.2021	
-3.3.90.30.21.00.00.00.0046;	0601	-10.305.0107.2021	
-3.3.90.30.07.00.00.00.0046.	0601	-10.305.0107.2021	

São João do Sul, 05 de Março de 2013.
REJANE ELIBIO BORBA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 018/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 018/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL E DEMAIS MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS MUNICÍPIOS DE SÃO JOÃO DO SUL.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA SAÚDE - AMESC
VIGÊNCIA: 06/03/2013 à 31/12/2013.
VALOR: R\$ 99.567,34. - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 012/2013 - Dispensa de Licitação nº. 010/2013 de 06/03/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO	ORÇAMENTÁRIA:		
-3.3.90.32.02.00.00.00.0044;	0601	-10.301.0107.2018	
-3.3.90.32.02.00.00.00.0087;	0601	-10.301.0107.2018	
-3.3.90.32.02.00.00.00.0044;	0601	-10.301.0107.2018	
-3.3.90.32.02.00.00.00.0087;	0601	-10.301.0107.2018	
-3.3.90.32.02.00.00.00.0040			

São João do Sul, 06 de Março de 2013.
REJANE ELIBIO BORBA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 019/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 019/2013
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 039/2012

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do presente contrato para 06/06/2013, que tem por objetivo a CONSTRUÇÃO DE DEPOSITO (ACADEMIA DE GINASTICA), VIVENCIA, MULTIPLOUSO E EQUIPAMENTOS, NUM TOTAL DE 312 M², INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: CONSONI CONTRUÇÕES LTDA ME.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 021/2012 - Carta Convite nº. 004/2012 de 17/10/2012, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 08 de Março de 2013.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 020/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 020/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO PELO CONTRATANTE E O FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE FORMA PARCELADA DE COMBUSTIVEIS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: MARVI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

VIGÊNCIA: 08/03/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 14.406.00. - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 011/2013 - Carta Convite nº. 002/2013 de 25/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	0601	-10.301.0107.2019
-3.3.90.30.01.00.00.00.0048;	0601	-10.301.0107.2019
-3.3.90.30.01.00.00.00.0082;	0601	-10.301.0107.2019
-3.3.90.30.01.00.00.00.0085-	0601	-10.304.0107.2020
-3.3.90.30.01.00.00.00.0047;	0601	-10.305.0107.2021
-3.3.90.30.01.00.00.00.0046		

São João do Sul, 08 de Março de 2013.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 021/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 021/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO PELO CONTRATANTE E O FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE FORMA PARCELADA DE COMBUSTIVEIS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

VIGÊNCIA: 08/03/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 31.920.00. - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 011/2013 - Carta Convite nº. 002/2013 de 25/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	0601	-10.301.0107.2018
-3.3.90.30.01.00.00.00.0040;	0601	-10.301.0107.2019
-3.3.90.30.01.00.00.00.0048;	0601	-10.301.0107.2019

-3.3.90.30.01.00.00.00.0082; 0601 -10.301.0107.2019

-3.3.90.30.01.00.00.00.0085

São João do Sul, 08 de Março de 2013.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 022/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 022/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, PARA USO NO ATENDIMENTO MEDICO AMBULATORIAL E ODONTOLOGICO PRESTADOS PELO MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL EM SUA UNIDADE CENTRAL E ESF'S MUNICIPAIS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: ELOSUL MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA EPP.

VIGÊNCIA: 20/03/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 116.469,49 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 013/2013 - Pregão Presencial nº. 001/2013 de 07/03/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	0601	-10.301.0107.2019
-3.3.90.30.10.00.00.00.0048;	0601	-10.301.0107.2019
-3.3.90.30.10.00.00.00.0082;	0601	-10.301.0107.2019
-3.3.90.30.28.00.00.00.0082;	0601	-10.301.0107.2018
-3.3.90.30.36.00.00.00.0040;	0601	-10.301.0107.2019
-3.3.90.30.36.00.00.00.0048;	0601	-10.301.0107.2019
-3.3.90.30.22.00.00.00.0048;	0601	-10.301.0107.2019
-3.3.90.30.26.00.00.00.0082.		

São João do Sul, 20 de Março de 2013.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 023/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 023/2013

OBJETO: EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE, SAÚDE BUCAL E ESTRATEGIA DE SAÚDE DA FAMILIA CRIADOS E INSTITUIDOS PELO MINISTERIO DA SAÚDE DO GOVERNO FEDERAL E NÚCLEOS DE APOIO A SAÚDE DA FAMILIA CRIADO E INSTITUIDO PELA SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA E CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM PARA A UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE TODOS NO AMBITO DO MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA SAUDE - AMESC

VIGÊNCIA: 21/03/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 894.802,96 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 014/2013 - Dispensa de Licitação nº. 011/2013 de 21/03/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	0601	-10.301.0107.2018
-3.3.93.00.00.00.00.00.0085;	0601	-10.301.0107.2019
-3.3.93.00.00.00.00.00.0041;	0601	-10.301.0107.2019
-3.3.93.00.00.00.00.00.0042;	0601	-10.301.0107.2019
-3.3.93.00.00.00.00.00.0043;	0601	-10.301.0107.2019
-3.3.93.00.00.00.00.00.0081;	0601	-10.301.0107.2019
-3.3.93.00.00.00.00.00.0085.		

São João do Sul, 21 de Março de 2013.
REJANE ELIBIO BORBA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 024/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 024/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA SAUDE - AMESC
VIGÊNCIA: 21/03/2013 à 31/12/2013.
VALOR: R\$ 3.015,39 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0601 -10.301.0107.2019
-3.3.90.30.36.00.00.0048.

São João do Sul, 21 de Março de 2013.
REJANE ELIBIO BORBA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 025/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 025/2013

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM VEICULO TIPO VAM COM CAPACIDADE DE 15 LUGARES, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA CONSULTA E EXAMES MÉDICOS PARA AS CIDADES DE ARARANGUA, CRICIUMA, FLORIANOPOLIS E PORTO ALEGRE, SENDO O COMBUSTIVEL DE RESPONSABILIDADE DO LOCADOR E O MOTORISTA DE RESPONSABILIDADE DO LOCAÁRIO, NUM TOTAL ESTIMADO DE 5.200 KM.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: PENATUR TRANSPORTES LTDA ME
VIGÊNCIA: 22/03/2013 à 30/04/2013.
VALOR: R\$ 5.720,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0601 -10.301.0107.2018
-3.3.90.39.27.00.00.0040.

São João do Sul, 22 de Março de 2013.
REJANE ELIBIO BORBA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 065/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 065/2013
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 037/2013

OBJETO: SUPRESSÃO PARCIAL DO ITEM 02 (GASOLINA COMUM) DO CONTRATO ORIGINAL.
CONTRATADA: MARVI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 017/2012 - Pregão Presencial nº. 004/2013 de 18/02/2013 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 02 de Maio de 2013.
JOAO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº. 066/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 066/2013
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 038/2013

OBJETO: ALTERAÇÃO DOS VALORES UNITARIOS E TOTAIS DOS ITENS 01, DO PRESENTE CONTRATO.
CONTRATADA: SÃO JOÃO AUTO POSTO LTDA.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 017/2012 - Pregão Presencial nº. 004/2013 de 18/02/2013 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 03 de Maio de 2013.
JOAO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

PEGASO



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

São José**PREFEITURA****Edital de Notificação de Imposição de Penalidade
Pelo Cometimento - 1121****ESTADO DE SANTA CATARINA**
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1121/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGG5625	55649253C	5550/0	13/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
AGG5625	55649256C	5550/0	14/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
AHK1174	55648942C	5509/0	07/08/2012	R\$ 85,12	181 * XIII
HRM6541	55653618C	5185/1	25/01/2013	R\$ 127,69	167
LXW7891	55648688C	5819/6	01/08/2012	R\$ 574,61	193
MCH4578	55640141C	6041/2	24/07/2011	R\$ 127,69	207
MES0229	55646728C	5185/1	14/08/2012	R\$ 127,69	167
MGL3658	55646261C	6050/1	10/01/2013	R\$ 191,53	208
MHR4746	55652090C	5550/0	28/12/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIP2072	55641184C	5550/0	26/09/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIQ1773	55628337C	5819/6	10/01/2013	R\$ 574,61	193
MJZ7021	55648389C	6050/1	10/01/2013	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1071

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1071/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DTA9075	55651531C	5550/0	01/10/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1075

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1075/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIE8386	55120770C	7366/2	17/04/2009	R\$ 85,12	252 * VI
CNK0334	55647665C	7030/2	12/06/2012	R\$ 191,53	244 * I
JRI0551	55649964C	5452/1	20/09/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
LXF6707	55649855C	5452/1	22/08/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MBB3475	55636020C	5452/1	12/03/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MBP6266	55650927C	5541/4	02/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDL6956	55651537C	6122/0	01/10/2012	R\$ 191,53	214 * I
MDN4988	55642322C	5819/6	10/11/2011	R\$ 574,61	193
MFM8987	55651535C	5568/0	01/10/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MFZ1679	55651585C	5550/0	10/10/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGK2343	55643900C	5541/1	01/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGK6758	55635135C	5452/1	04/02/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MGQ9769	55650749C	5452/2	07/10/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MGR5905	55649978C	7366/2	02/10/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MGW6934	55644033C	5738/0	21/02/2012	R\$ 191,53	186 * II
MHD9405	55643383C	5967/0	05/03/2012	R\$ 191,53	203 * V
MIK6691	55649229C	5460/0	11/10/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MIK7229	55648084C	7366/2	24/10/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MJN9280	55625076C	5452/1	31/03/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MJN9280	55641805C	5568/0	13/10/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
MJX8772	55651053C	7366/2	10/10/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MJZ1789	55642671C	5452/7	16/02/2012	R\$ 127,69	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1078

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1078/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CNK0334	55647621C	7064/0	12/06/2012	R\$ 191,53	244 * IV
CNK0334	55647663C	5835/0	12/06/2012	R\$ 127,69	195
GZT9299	55650988C	5550/0	28/09/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
HFP6477	55650331C	5550/0	26/09/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
HGR8527	55646545C	5568/0	27/07/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
HGR8527	55646546C	5231/1	27/07/2012	R\$ 85,12	172
LYC6439	55639043C	5452/1	20/06/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
LYG7082	55642789C	5967/0	13/12/2011	R\$ 191,53	203 * V
LYY7215	55644647C	5452/1	18/05/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MBH0693	55635604C	5541/4	21/02/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MCD2037	55648271C	5819/6	24/07/2012	R\$ 574,61	193
MCF0174	55641795C	5819/6	29/09/2011	R\$ 574,61	193
MCH5193	55644685C	5720/0	12/03/2012	R\$ 127,69	186 * I
MDQ8071	55650716C	5568/0	24/09/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MEF7564	55639620C	5452/2	09/08/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MEM8784	55630078C	5550/0	03/10/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFW2552	55640555C	5541/4	28/07/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MGF2907	55651589C	7366/2	10/10/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MHU0259	55643881C	5541/4	17/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIC4383	55644687C	5720/0	12/03/2012	R\$ 127,69	186 * I
MIC5353	55646911C	5819/1	22/05/2012	R\$ 574,61	193
MIC5353	55646912C	7030/1	22/05/2012	R\$ 191,53	244 * I
MIX5604	55641482C	5452/1	06/09/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MJN9280	55130334C	5452/1	17/03/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MKD2469	55648419C	5452/1	06/07/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MMM6600	55651474C	6050/1	13/11/2012	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MWM0267	55649557C	5819/6	11/09/2012	R\$ 574,61	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1081

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1081/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BSI3273	55651558C	7366/2	02/10/2012	R\$ 85,12	252 * VI
IPB7995	55649837C	5541/4	08/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAM7737	55640046C	5819/6	29/05/2012	R\$ 574,61	193
MDP3786	55651756C	7366/2	14/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MHU7015	55651255C	5207/0	26/10/2012	R\$ 53,20	169
MIP2072	55639212C	5991/0	13/08/2011	R\$ 191,53	206 * I
MJH6700	55650848C	5487/0	25/10/2012	R\$ 127,69	181 * XI
MJN8860	55651468C	5738/0	11/11/2012	R\$ 191,53	186 * II
MLV1319	55649444C	5452/1	10/10/2012	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1085

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1085/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DJE0689	55649835C	5207/0	06/11/2012	R\$ 53,20	169
MDA1213	55643899C	5541/1	01/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGC6307	55648722C	6068/1	27/11/2012	R\$ 127,69	209
MHA0914	55649821C	5819/5	26/10/2012	R\$ 574,61	193
MKL1115	55650629C	5460/0	03/12/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MLA0999	55651065C	6122/0	23/11/2012	R\$ 191,53	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1088

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1088/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBH9088	55649266C	7030/2	14/08/2012	R\$ 191,53	244 * I
MBP3334	55634343C	5550/0	11/12/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCY2477	55641599C	5568/0	12/01/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MDL8738	55133707C	5738/0	18/01/2010	R\$ 191,53	186 * II
MEF1616	55647025C	5452/1	19/05/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MEN1494	55634849C	7366/2	27/09/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MFT8615	55646933C	5819/6	29/05/2012	R\$ 574,61	193
MGC0883	55646950C	5819/6	29/05/2012	R\$ 574,61	193
MGL4116	55624999C	5452/1	10/05/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MHR7640	55639767C	5452/1	08/07/2011	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1091

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1091/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LOL4944	55651764C	5452/1	14/11/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
LYH7062	55637484C	5541/1	04/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MAL4010	55649554C	5819/6	05/09/2012	R\$ 574,61	193
MBO1084	55647596C	5967/0	31/05/2012	R\$ 191,53	203 * V
MCS4436	55644103C	5819/1	21/02/2012	R\$ 574,61	193
MDA7926	55648018C	5487/0	29/06/2012	R\$ 127,69	181 * XI
MEB6688	55648275C	5819/6	09/08/2012	R\$ 574,61	193
MED3776	55648904C	5819/1	02/08/2012	R\$ 574,61	193
MGC7088	55642994C	5185/1	06/03/2012	R\$ 127,69	167
MGS9600	55649632C	6050/1	22/08/2012	R\$ 191,53	208
MHQ8485	55644794C	7056/1	19/04/2012	R\$ 191,53	244 * III
MJF8368	55647835C	5550/0	15/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJO7052	55645377C	5819/6	30/03/2012	R\$ 574,61	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1095

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1095/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJL8843	55651055C	5568/0	22/11/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
AKW5978	55631367C	7030/2	07/05/2012	R\$ 191,53	244 * I
DTD1907	55647800C	7366/2	09/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI
KQC2011	55651762C	5452/1	14/11/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
LOD9083	55652062C	6050/1	04/12/2012	R\$ 191,53	208
LYI7460	55124867C	5452/1	27/01/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MBU0066	55646946C	5835/0	02/06/2012	R\$ 127,69	195
MBX4389	55646183C	5550/0	06/11/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCO4747	55641112C	5452/2	25/08/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MCR2877	55126400C	6122/0	11/07/2012	R\$ 191,53	214 * I
MDC3608	55651597C	5193/0	07/11/2012	R\$ 191,53	168
MDF5285	55126399C	6122/0	11/07/2012	R\$ 191,53	214 * I
MDK8375	55634778C	5460/0	03/03/2011	R\$ 85,12	181 * IX
MDQ5082	55648479C	5819/6	26/07/2012	R\$ 574,61	193
MEB0866	55648576C	5550/0	18/07/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEB1458	55651352C	5550/0	12/11/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEC1858	55649836C	6050/1	06/11/2012	R\$ 191,53	208
MEU1166	55651402C	5568/0	21/11/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MGI8242	55645254C	5568/0	26/03/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MGU5127	55651288C	6858/0	26/11/2012	R\$ 85,12	231 * VII
MHE6247	55649169C	5819/6	10/08/2012	R\$ 574,61	193
MHS2819	55646255C	5819/6	21/08/2012	R\$ 574,61	193
MIB6575	55646222C	5487/0	09/05/2012	R\$ 127,69	181 * XI
MIP0576	55651500C	5720/0	16/11/2012	R\$ 127,69	186 * I
MIQ6721	55650365C	6050/1	11/09/2012	R\$ 191,53	208
MIS6319	55640596C	5452/1	05/08/2011	R\$ 127,69	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIU8320	55647429C	5452/1	30/06/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MJC5508	55651272C	7366/2	02/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MJF0663	55651456C	7366/2	07/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MKG9387	55651025C	6084/4	05/12/2012	R\$ 127,69	211
MLA0779	55649196C	5819/6	10/08/2012	R\$ 574,61	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1099

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1099/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIQ4588	55652019C	5568/0	20/12/2012	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1103

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1103/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANJ1928	55652045C	5509/0	24/12/2012	R\$ 85,12	181 * XIII
CCK7464	55651022C	5509/0	05/12/2012	R\$ 85,12	181 * XIII
DIQ1408	55644578C	7366/2	14/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
DYI1006	55634181C	5541/4	18/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXJ1738	55652254C	5185/1	13/12/2012	R\$ 127,69	167
LXN7944	55644496C	5819/1	13/04/2012	R\$ 574,61	193
MBP6135	55649236C	5541/4	06/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBR9657	55651651C	5541/4	27/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDT5333	55651111C	5452/1	09/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MEU4071	55651731C	7366/2	02/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MFG7155	55644349C	5967/0	29/02/2012	R\$ 191,53	203 * V
MFZ9967	55652362C	5541/4	21/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGA6689	55639557C	7366/2	30/06/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MGN8111	55651613C	5541/1	30/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHF1315	55652073C	6050/1	04/12/2012	R\$ 191,53	208
MID4879	55651660C	5967/0	05/12/2012	R\$ 191,53	203 * V
MJA5129	55651676C	5622/1	13/12/2012	R\$ 53,20	182 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1106

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1106/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CGR5498	55647549C	5452/1	27/05/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MDM5605	55648496C	5460/0	30/07/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MDO3426	55641987C	6041/2	30/09/2011	R\$ 127,69	207
MDY0488	55648971C	5541/6	09/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGM7716	55651822C	5452/2	01/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MHR6519	55651809C	5185/1	27/11/2012	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1110

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1110/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CIS1041	55651803C	5541/4	27/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
JDA9600	55651830C	7366/2	01/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
KNH6599	55652419C	5452/2	14/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LWT4078	55651749C	7366/2	10/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
LYX3183	55652433C	5452/1	14/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LZM5851	55637748C	5819/6	16/01/2013	R\$ 574,61	193
LZM9129	55650646C	5622/2	07/12/2012	R\$ 53,20	182 * VI
MBI5437	55651842C	5185/1	09/12/2012	R\$ 127,69	167
MBR0711	55651032C	5452/1	09/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MEB3838	55651813C	5452/1	27/11/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MEI7707	55648094C	7366/2	10/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHL6839	55652717C	7366/2	10/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHZ6343	55653077C	5185/1	16/01/2013	R\$ 127,69	167
MIM7944	55652318C	6050/1	08/01/2013	R\$ 191,53	208
MIS3998	55652187C	5185/1	13/12/2012	R\$ 127,69	167
MKC0688	55634172C	6050/1	17/12/2012	R\$ 191,53	208
MKP3137	55653059C	5185/1	16/01/2013	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1114

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1114/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CMC1136	55650122C	7366/2	16/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
DYB2225	55652834C	7366/2	21/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
IBY1127	55652112C	5509/0	21/12/2012	R\$ 85,12	181 * XIII
LYX2866	55651843C	5185/1	09/12/2012	R\$ 127,69	167
LZE6405	55654124C	5185/1	22/01/2013	R\$ 127,69	167
LZH8558	55654106C	5185/1	22/01/2013	R\$ 127,69	167
MCE4822	55649937C	7366/2	20/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MDZ1773	55652039C	6122/0	24/12/2012	R\$ 191,53	214 * I
MEB1338	55650009C	5185/1	21/01/2013	R\$ 127,69	167
MEB8864	55634178C	5541/4	18/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEL6855	55652675C	5568/0	18/01/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MEL6855	55652676C	5568/0	18/01/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MFF1429	55652830C	7366/2	17/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MFJ2990	55652617C	5185/1	21/01/2013	R\$ 127,69	167
MFK5807	55652406C	7048/1	02/01/2013	R\$ 191,53	244 * II
MFK5807	55652407C	5835/0	02/01/2013	R\$ 127,69	195
MFM1113	55652761C	7366/2	15/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MFO1081	55653362C	7366/2	22/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGN7404	55650123C	5550/0	21/01/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGR6161	55646274C	5509/0	23/01/2013	R\$ 85,12	181 * XIII
MGU5577	55652820C	5550/0	16/01/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHD6328	55652862C	7366/2	18/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHT8630	55652261C	5185/1	13/12/2012	R\$ 127,69	167
MHU2855	55652460C	7366/2	16/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIG1738	55652425C	5541/4	14/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIX5106	55651728C	6050/1	02/01/2013	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJB6907	55650003C	7366/2	21/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MKD5850	55651321C	7366/2	21/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1118

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1118/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BGO3631	55645520C	5541/1	13/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
BRM6300	55649945C	5541/4	09/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
CRB5380	55654118C	5185/1	22/01/2013	R\$ 127,69	167
CRQ1227	55647382C	5630/0	26/07/2012	R\$ 85,12	182 * VII
DAN1265	55652044C	5509/0	24/12/2012	R\$ 85,12	181 * XIII
JHM1985	55643935C	5819/6	26/07/2012	R\$ 574,61	193
MFC5771	55653329C	5460/0	24/01/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MFO5333	55652291C	5550/0	21/12/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFT4793	55652939C	7366/2	28/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGE0078	55649489C	5720/0	27/08/2012	R\$ 127,69	186 * I
MGE8230	55648810C	5568/0	08/08/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MGZ2888	55652947C	7366/2	29/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIN2938	55651601C	5541/6	09/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJV1242	55652409C	5452/1	02/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1125

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1125/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFD5728	55651620C	5738/0	05/01/2013	R\$ 191,53	186 * II
AMS8791	55634198C	5550/0	19/12/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
ANR9372	55651736C	5541/4	10/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
DZH3284	55651214C	7366/2	16/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
EVQ0498	55645790C	7366/2	11/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
IHG3361	55651629C	6050/1	09/01/2013	R\$ 191,53	208
IJD0157	55653028C	5550/0	23/01/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
INI5708	55633199C	5738/0	21/01/2013	R\$ 191,53	186 * II
MBN3104	55650022C	7366/2	21/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MBN3417	55652952C	5185/1	23/01/2013	R\$ 127,69	167
MBY9641	55652871C	6050/1	18/01/2013	R\$ 191,53	208
MCK4505	55652411C	5452/1	09/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MCP9199	55650120C	7366/2	16/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MCW9372	55654209C	5185/1	30/01/2013	R\$ 127,69	167
MES5816	55648748C	5630/0	02/01/2013	R\$ 85,12	182 * VII
MEX0831	55649080C	6050/1	18/12/2012	R\$ 191,53	208
MEZ3448	55649948C	6041/2	13/01/2013	R\$ 127,69	207
MFG8483	55653017C	5525/0	19/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MGL1317	55654422C	7366/2	31/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGS8339	55651220C	5185/1	16/01/2013	R\$ 127,69	167
MGV5998	55651962C	5991/0	08/01/2013	R\$ 191,53	206 * I
MHM6681	55652655C	5819/6	14/01/2013	R\$ 574,61	193
MHQ4613	55654416C	7366/2	31/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIP6262	55651737C	5207/0	10/01/2013	R\$ 53,20	169
MIR2439	55654055C	6491/0	30/01/2013	R\$ 53,20	227 * II
MIT6582	55652843C	7366/2	22/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIZ6300	55652469C	7366/2	16/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIZ7062	55648746C	5622/2	02/01/2013	R\$ 53,20	182 * VI
MJA1213	55654418C	5185/1	31/01/2013	R\$ 127,69	167
MJM8715	55650039C	5185/1	22/01/2013	R\$ 127,69	167
MJR5803	55653304C	5185/1	22/01/2013	R\$ 127,69	167
MJV2547	55652396C	5550/0	15/01/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1129

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1129/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HQH6950	55638162C	7366/2	08/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
IJE5206	55650014C	5185/1	21/01/2013	R\$ 127,69	167
KIT9032	55654123C	5185/1	22/01/2013	R\$ 127,69	167
LZO0101	55652832C	7366/2	17/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MBY5919	55651119C	5452/1	14/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MDG1896	55652619C	5185/1	21/01/2013	R\$ 127,69	167
MEZ7527	55652308C	7366/2	08/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MFP4540	55652674C	5819/6	18/01/2013	R\$ 574,61	193
MGU4158	55654104C	7030/2	22/01/2013	R\$ 191,53	244 * I
MHD6243	55653216C	5746/1	22/01/2013	R\$ 85,12	187 * I
MHI7100	55652615C	5185/1	21/01/2013	R\$ 127,69	167
MIS2704	55652873C	5509/0	21/01/2013	R\$ 85,12	181 * XIII
MIY2462	55653709C	6050/1	25/01/2013	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1133

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1133/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
EYD8559	55654763C	5185/1	13/02/2013	R\$ 127,69	167
GTE6856	55652642C	5185/1	22/01/2013	R\$ 127,69	167
HEW9757	55651354C	7366/1	24/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
HSY9847	55654438C	5452/1	20/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
IKD1059	55654805C	7366/2	13/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
IPQ4154	55647855C	6050/1	02/06/2012	R\$ 191,53	208
IRB4760	55654835C	5185/1	13/02/2013	R\$ 127,69	167
JPM8853	55654959C	7366/2	14/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
LYW8042	55654300C	5185/1	07/02/2013	R\$ 127,69	167
MAU6936	55654278C	7366/2	30/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MAY7496	55654836C	5185/1	13/02/2013	R\$ 127,69	167
MBN1275	55653236C	6050/1	26/01/2013	R\$ 191,53	208
MBR6261	55653645C	5185/1	28/01/2013	R\$ 127,69	167
MBV0625	55653344C	7366/2	25/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MCQ4771	55652061C	6050/1	04/12/2012	R\$ 191,53	208
MCX7952	55633236C	5835/0	17/03/2012	R\$ 127,69	195
MCX7952	55633237C	7030/2	17/03/2012	R\$ 191,53	244 * I
MEG1846	55651367C	5819/6	28/01/2013	R\$ 574,61	193
MEX4468	55654121C	5185/1	22/01/2013	R\$ 127,69	167
MFC1638	55129886C	5452/1	25/11/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
MFC1638	55642966C	7366/2	10/01/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MFQ6518	55644013C	5720/0	17/02/2012	R\$ 127,69	186 * I
MGD1233	55655459C	5452/1	23/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MGG3864	55653229C	5991/0	26/01/2013	R\$ 191,53	206 * I
MGH4689	55654437C	6122/0	20/02/2013	R\$ 191,53	214 * I
MGO9957	55653348C	7366/2	28/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGP3886	55650044C	7366/2	22/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHQ2005	55653032C	5509/0	23/01/2013	R\$ 85,12	181 * XIII
MHT7103	55654954C	7366/2	13/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIE2520	55653508C	5185/1	24/01/2013	R\$ 127,69	167
MII0610	55652882C	7366/2	24/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIM9011	55653336C	5819/6	25/01/2013	R\$ 574,61	193
MIX7798	55651376C	7366/2	28/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJB9966	55650132C	7366/2	25/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJH2418	55653643C	5185/1	28/01/2013	R\$ 127,69	167
MJQ3683	55653192C	7366/2	27/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJY6757	55652616C	7366/2	21/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MKW4567	55654095C	5452/1	23/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MMI0083	55649935C	6068/1	20/12/2012	R\$ 127,69	209

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1137

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1137/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
EDW9481	55654290C	5185/1	03/02/2013	R\$ 127,69	167
IHN7060	55652578C	5452/1	07/03/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
IJS0557	55653000C	5185/1	08/03/2013	R\$ 127,69	167
KXS1180	55654567C	6050/1	09/02/2013	R\$ 191,53	208
LZK1060	55654161C	5185/1	31/01/2013	R\$ 127,69	167
MCJ6472	55653245C	7366/2	30/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MCZ3115	55653831C	5452/1	06/03/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MDD7917	55655453C	5452/1	23/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MDI6846	55653696C	7366/2	05/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MEB2905	55654267C	5185/1	30/01/2013	R\$ 127,69	167
MEU4694	55653243C	7366/2	30/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGK8169	55654202C	7366/2	30/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHQ3588	55655156C	7366/2	01/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHZ4427	55650130C	7366/2	25/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIU1961	55652449C	7366/2	30/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIZ7361	55655113C	5541/4	28/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJE6683	55654211C	7366/2	30/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJG1456	55652748C	5452/1	30/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MKC0799	55653675C	7366/2	30/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1534

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1534/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBR5563	55911977D	5509/0	06/10/2012	R\$ 85,12	181 * XIII
MEU9596	55911511D	5550/0	05/10/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1538

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1538/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CXV4175	55912029D	5185/1	08/10/2012	R\$ 127,69	167
HCV5176	55911526D	7366/2	24/10/2012	R\$ 85,12	252 * VI
IFT3061	55909970D	5452/1	10/10/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MCT9597	55160255C	7366/2	19/10/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MDD6413	55912202D	5185/1	08/10/2012	R\$ 127,69	167
MEJ6016	55912643D	5738/0	01/11/2012	R\$ 191,53	186 * II
MES0496	55911831D	5550/0	14/10/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFV1804	55911516D	6122/0	08/10/2012	R\$ 191,53	214 * I
MHG2006	55912402D	7366/2	17/10/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MHW7506	55911528D	7366/2	29/10/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MII4063	55912136D	6050/1	11/10/2012	R\$ 191,53	208
MIX8125	55055491D	5835/0	23/04/2012	R\$ 127,69	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1542

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1542/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HKT4606	55912449D	5541/5	10/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAJ8917	55911261D	5819/4	23/10/2012	R\$ 574,61	193
MBL1017	55910575D	5185/1	12/09/2012	R\$ 127,69	167
MCQ4771	55059893D	5550/0	01/07/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDC2344	55061265D	6068/1	09/07/2012	R\$ 127,69	209
MEC3069	55061553D	5428/1	01/05/2012	R\$ 191,53	181 * V
MEO3441	55913657D	7030/2	21/10/2012	R\$ 191,53	244 * I
MIA7192	55063272D	5185/1	09/06/2012	R\$ 127,69	167
MIB1389	55165197C	5509/0	02/03/2011	R\$ 85,12	181 * XIII
MIC1497	55061760D	5541/1	17/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIT4297	55059802D	6050/1	01/04/2012	R\$ 191,53	208
MIX8125	55059953D	5185/1	23/04/2012	R\$ 127,69	167
MIZ2409	55059134D	6491/0	13/05/2012	R\$ 53,20	227 * II
MJH0892	55059805D	5835/0	29/04/2012	R\$ 127,69	195
MJS7732	55062293D	7048/1	29/06/2012	R\$ 191,53	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1546

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1546/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAF6838	55062835D	5550/0	14/10/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDN3525	55912129D	5185/1	05/10/2012	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1550

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1550/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DPA1910	55911749D	5991/0	03/11/2012	R\$ 191,53	206 * I
MDM3418	55060826D	5541/5	03/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHE1453	55911110D	7366/2	19/10/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MHS3950	55063720D	7056/1	26/11/2012	R\$ 191,53	244 * III
MIB0888	55911108D	5460/0	19/10/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MJD0007	55911209D	5452/2	01/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1554

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1554/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DY11006	55055868D	5452/1	06/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
DY11006	55055869D	5460/0	06/12/2012	R\$ 85,12	181 * IX
LZL7481	55911134D	5185/1	10/11/2012	R\$ 127,69	167
MCS2628	55057943D	5550/0	11/02/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEY8614	55056774D	6041/2	29/10/2011	R\$ 127,69	207
MHO4977	55061177D	5452/1	08/07/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MIZ3502	55911133D	5185/1	10/11/2012	R\$ 127,69	167
MJH0581	55911531D	5460/0	01/11/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MJY2911	55913558D	6076/0	14/11/2012	R\$ 191,53	210
MJY2911	55913560D	5835/0	14/11/2012	R\$ 127,69	195
MJY2911	55913561D	7030/1	14/11/2012	R\$ 191,53	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1558

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1558/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGP3571	55158195C	6122/0	16/01/2012	R\$ 191,53	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1562

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1562/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BNS8676	55059965D	5550/0	24/11/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
DHB1001	55913598D	5452/1	24/11/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
LXL0875	55912745D	5185/1	30/11/2012	R\$ 127,69	167
LXL0875	55912746D	5185/2	30/11/2012	R\$ 127,69	167
LXL0875	55912749D	5193/0	30/11/2012	R\$ 191,53	168
MCJ1093	55056498D	5541/1	24/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDS8357	55059295D	5762/0	21/11/2012	R\$ 85,12	188
MDS8357	55059296D	5797/0	21/11/2012	R\$ 191,53	191
MEI7595	55909560D	5550/0	25/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGD3786	55911542D	5452/2	15/11/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MGD7256	55912439D	5185/1	10/11/2012	R\$ 127,69	167
MGM4029	55160260C	5479/0	15/11/2012	R\$ 85,12	181 * X
MHI5949	54142185D	5541/1	10/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIP4141	55061710D	5452/1	05/05/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MKA2729	55912999D	5428/1	05/11/2012	R\$ 191,53	181 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1566

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1566/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWZ1706	55914703D	5185/1	03/12/2012	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1570

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1570/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBV5740	55914901D	6050/1	08/12/2012	R\$ 191,53	208
MCB9022	55913603D	5738/0	05/12/2012	R\$ 191,53	186 * II
MCB9022	55913604D	5835/0	05/12/2012	R\$ 127,69	195
MJH0892	55059805D	5207/0	29/04/2012	R\$ 53,20	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1574

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1574/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEN7134	55061060D	7366/2	05/06/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MEV4834	55054345D	5452/1	31/03/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MGE9976	55915307D	5738/0	03/01/2013	R\$ 191,53	186 * II
MGE9976	55915308D	5819/1	03/01/2013	R\$ 574,61	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1578

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1578/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFO5141	55058896D	5835/0	10/12/2012	R\$ 127,69	195
LWV2853	55915067D	5541/1	15/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LYP1590	55059968D	5550/0	09/12/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEK7677	55915118D	5193/0	11/12/2012	R\$ 191,53	168
MIX8125	55059954D	7315/0	23/04/2012	R\$ 85,12	252 * I
MJJ4772	55912481D	5525/0	05/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1582

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1582/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDC8833	55915799D	7030/2	17/01/2013	R\$ 191,53	244 * I
MDO3047	55915084D	5541/1	22/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGV4539	55915247D	5819/6	19/12/2012	R\$ 574,61	193
MHL7538	55154777C	7030/2	15/01/2013	R\$ 191,53	244 * I
MIL4139	55914869D	5541/5	12/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIZ1190	55915078D	5541/1	15/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1586

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1586/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGA5576	55060827D	5738/0	03/11/2012	R\$ 191,53	186 * II
MHA2063	55915683D	5207/0	04/01/2013	R\$ 53,20	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1590

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1590/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDN7103	55911172D	6394/2	18/11/2012	R\$ 191,53	220 * XIV
MJX1965	55915079D	6165/0	17/01/2013	R\$ 127,69	214 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1594

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1594/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAM7674	55916550D	5185/1	12/01/2013	R\$ 127,69	167
MFO5645	55916258D	5452/1	18/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1598

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1598/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEZ8389	55916262D	5380/0	18/01/2013	R\$ 85,12	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1598

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1598/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEZ8389	55916262D	5380/0	18/01/2013	R\$ 85,12	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1602

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1602/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HTC1477	55918486D	5193/0	20/02/2013	R\$ 191,53	168
LYJ8511	55916342D	7030/2	20/02/2013	R\$ 191,53	244 * I
MCS5685	55919028D	7030/2	22/02/2013	R\$ 191,53	244 * I
MDR7902	55916190D	5207/0	29/01/2013	R\$ 53,20	169
MDR7902	55916191D	5738/0	29/01/2013	R\$ 191,53	186 * II
MDR7902	55916194D	5819/1	29/01/2013	R\$ 574,61	193
MDR7902	55916195D	7030/2	29/01/2013	R\$ 191,53	244 * I
MDR7902	55916196D	7048/1	29/01/2013	R\$ 191,53	244 * II
MFD9075	55918026D	5541/1	29/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIH5112	55913627D	5550/0	21/02/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1606

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1606/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDI2798	55913680D	5835/0	01/02/2013	R\$ 127,69	195
MEN3971	55919519D	5215/1	01/03/2013	R\$ 191,53	170
MEN3971	55919520D	5215/2	01/03/2013	R\$ 191,53	170
MEN3971	55919521D	7030/2	01/03/2013	R\$ 191,53	244 * I
MEN3971	55919522D	7064/0	01/03/2013	R\$ 191,53	244 * IV
MEW2625	55918345D	5541/1	08/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MMH2660	55916328D	5541/5	31/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
NBF8863	55913174D	5185/1	08/03/2013	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1070

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1070/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHX5063	55631388C	5550/0	02/12/2012	181 * XVIII
BHK2298	55652012C	6122/0	08/12/2012	214 * I
DIC5637	55649233C	5550/0	13/11/2012	181 * XVIII
HFX4463	55651952C	6050/1	07/12/2012	208
LYC4718	55652079C	5550/0	08/12/2012	181 * XVIII
MAK8801	55644584C	7366/2	14/11/2012	252 * VI
MBY0121	55648737C	5185/1	09/12/2012	167
MCF6997	55651097C	6858/0	09/12/2012	231 * VII
MCT8491	55650109C	5452/2	11/12/2012	181 * VIII
MDI8347	55648385C	5541/5	09/11/2012	181 * XVII
MDO4681	55651495C	6041/2	14/11/2012	207
MEK8522	55651490C	6041/2	14/11/2012	207
MGO8778	55650885C	5460/0	08/12/2012	181 * IX
MHQ5324	55651480C	5541/4	14/11/2012	181 * XVII
MHR7964	55645775C	5550/0	08/11/2012	181 * XVIII
MHS0219	55650886C	5460/0	08/12/2012	181 * IX
MHX3800	55652082C	5550/0	08/12/2012	181 * XVIII
MJB8545	55651283C	5550/0	22/11/2012	181 * XVIII
MJL2906	55651018C	5541/1	23/11/2012	181 * XVII
MJV4768	55651473C	7366/2	14/11/2012	252 * VI
MKH0870	55651600C	7366/2	07/11/2012	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1073

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1073/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CBE2963	55652163C	5185/1	09/12/2012	167
CGP4781	55652164C	5185/1	09/12/2012	167
DAI9173	55649933C	6068/1	20/12/2012	209
DDE4892	55652005C	6068/1	30/11/2012	209
DFI8722	55651167C	5541/5	18/11/2012	181 * XVII
GZK4251	55651467C	6122/0	07/11/2012	214 * I
HCQ1781	55651693C	6050/1	25/12/2012	208
HDK6630	55646638C	7366/2	18/12/2012	252 * VI
HDK6630	55646639C	5835/0	18/12/2012	195
HFP1689	55646642C	6050/1	18/12/2012	208
IKY0029	55651838C	5185/1	01/12/2012	167
JLG5950	55651045C	6564/0	13/12/2012	230 * II
JYP3799	55652111C	5550/0	21/12/2012	181 * XVIII
KMT1933	55651498C	6041/2	14/11/2012	207
LBR0952	55652014C	5541/1	20/12/2012	181 * XVII
LNG6357	55651491C	7366/2	14/11/2012	252 * VI
LRH0915	55651470C	5185/1	11/11/2012	167
LXI9248	55634182C	5452/1	18/12/2012	181 * VIII
LXI9248	55634184C	5380/0	18/12/2012	181 * I
LYG5131	55642597C	5541/3	01/11/2012	181 * XVII
LYM3758	55634186C	5541/4	19/12/2012	181 * XVII
MAE1098	55652195C	5185/1	13/12/2012	167
MAO4103	55651654C	5568/0	01/12/2012	181 * XIX
MAW3000	55652161C	5185/1	09/12/2012	167
MAW3000	55652162C	5193/0	09/12/2012	168
MAZ5577	55651677C	5452/1	15/12/2012	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAZ9400	55634190C	5541/4	19/12/2012	181 * XVII
MBE9163	55634180C	5541/4	18/12/2012	181 * XVII
MBU7500	55652167C	5185/1	09/12/2012	167
MBW0685	55651823C	7366/2	01/12/2012	252 * VI
MBX0395	55652189C	5185/1	13/12/2012	167
MCD9549	55652131C	5452/1	21/12/2012	181 * VIII
MCF6997	55651824C	5185/1	01/12/2012	167
MCH7200	55652170C	5185/1	09/12/2012	167
MCI1634	55641364C	7366/2	19/11/2012	252 * VI
MCJ0554	55651794C	5541/4	13/12/2012	181 * XVII
MCQ4771	55652061C	6050/1	04/12/2012	208
MCR1013	55652120C	6858/0	21/12/2012	231 * VII
MDJ4207	55651719C	5738/0	25/12/2012	186 * II
MDL9904	55650107C	6050/1	11/12/2012	208
MDN0200	55651284C	5541/4	22/11/2012	181 * XVII
MDR0967	55651064C	7366/2	23/11/2012	252 * VI
MDX5720	55652034C	6068/1	20/12/2012	209
MDZ3036	55651047C	7366/2	17/12/2012	252 * VI
MED0447	55634165C	7048/1	14/12/2012	244 * II
MEF9116	55652066C	6050/1	04/12/2012	208
MEJ4419	55652199C	5185/1	13/12/2012	167
MEJ5842	55634199C	5550/0	19/12/2012	181 * XVIII
MEL6855	55652193C	5185/1	13/12/2012	167
MEV5708	55651080C	7366/2	27/11/2012	252 * VI
MEW5736	55631387C	5550/0	20/11/2012	181 * XVIII
MEY2716	55649595C	5460/0	18/12/2012	181 * IX
MFE2503	55650949C	7048/1	11/11/2012	244 * II
MFS0264	55651901C	7366/2	27/11/2012	252 * VI
MFS2758	55652057C	6050/1	04/12/2012	208
MFS2758	55652058C	7366/2	04/12/2012	252 * VI
MFZ8492	55634200C	5568/0	20/12/2012	181 * XIX
MGD4944	55652106C	5819/1	17/12/2012	193
MGI9548	55634197C	5550/0	19/12/2012	181 * XVIII
MGL7170	55652086C	5550/0	08/12/2012	181 * XVIII
MGQ5939	55651102C	5452/2	23/11/2012	181 * VIII
MGU2684	55649231C	5550/0	13/11/2012	181 * XVIII
MGU9875	55651832C	5185/1	01/12/2012	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGW2707	55651074C	5452/1	27/11/2012	181 * VIII
MHE0578	55648837C	5541/4	18/12/2012	181 * XVII
MHV4463	55641379C	5185/1	09/12/2012	167
MHW1874	55652356C	5541/4	20/12/2012	181 * XVII
MIA2890	55651017C	5568/0	07/11/2012	181 * XIX
MIC2344	55652053C	5541/4	08/12/2012	181 * XVII
MID4163	55652354C	5541/4	20/12/2012	181 * XVII
MIE0589	55644593C	6068/1	30/11/2012	209
MIE9400	55651287C	5541/4	22/11/2012	181 * XVII
MIM9125	55651802C	5541/4	27/11/2012	181 * XVII
MIZ3856	55652169C	5185/1	09/12/2012	167
MJB6449	55641362C	6122/0	23/11/2012	214 * I
MJQ0772	55649235C	5460/0	26/11/2012	181 * IX
MJS9563	55652160C	5185/1	09/12/2012	167
MJV2198	55649078C	5991/0	08/12/2012	206 * I
MKB6626	55651786C	5452/1	27/11/2012	181 * VIII
MKG9883	55641386C	5185/2	09/12/2012	167
MKM1301	55644583C	7366/2	14/11/2012	252 * VI
MMB4200	55652115C	5509/0	21/12/2012	181 * XIII
MMI0083	55649935C	6068/1	20/12/2012	209

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1077

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1077/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJS6710	55652275C	6122/0	17/12/2012	214 * I
AYC0305	55651113C	5452/2	09/12/2012	181 * VIII
CIC3007	55651313C	5746/1	09/12/2012	187 * I
CXC1633	55651850C	5185/1	09/12/2012	167
DMS0920	55652094C	5452/2	28/12/2012	181 * VIII
HPC0939	55652149C	5550/0	02/01/2013	181 * XVIII
KNE3763	55652272C	6041/2	17/12/2012	207
KZZ7026	55652363C	5568/0	02/01/2013	181 * XIX
LWX3299	55652262C	5185/1	13/12/2012	167
LXU5805	55652145C	5452/1	02/01/2013	181 * VIII
LZF8292	55652147C	5460/0	02/01/2013	181 * IX
MAD0978	55651309C	5452/1	05/12/2012	181 * VIII
MAF6565	55651461C	5932/0	07/11/2012	203 * II
MBJ8315	55652274C	6041/2	17/12/2012	207
MBL1011	55652282C	5452/1	21/12/2012	181 * VIII
MDN0200	55650625C	5541/1	22/11/2012	181 * XVII
MDN3529	55651090C	5452/1	01/12/2012	181 * VIII
MDZ2291	55652257C	5185/1	13/12/2012	167
MFA0049	55652144C	5452/1	02/01/2013	181 * VIII
MFO3524	55651308C	5550/0	05/12/2012	181 * XVIII
MFS5138	55646644C	5541/6	03/01/2013	181 * XVII
MFJ3417	55641392C	5550/0	21/12/2012	181 * XVIII
MGJ8473	55651652C	5541/4	27/11/2012	181 * XVII
MHH6781	55641375C	7366/2	05/12/2012	252 * VI
MHI5854	55651297C	6050/1	04/12/2012	208
MHJ0667	55645778C	7366/2	20/11/2012	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHJ4722	55651658C	5819/1	05/12/2012	193
MHR8681	55641368C	5185/1	05/12/2012	167
MHU2565	55652292C	5185/1	21/12/2012	167
MIB5894	55641371C	7366/2	05/12/2012	252 * VI
MIM2489	55652273C	6041/2	17/12/2012	207
MJS7009	55652048C	7366/2	28/12/2012	252 * VI
MKB3477	55651296C	6050/1	04/12/2012	208
MMM0186	55651320C	5460/0	21/12/2012	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1080

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1080/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJK9730	55652152C	7366/2	09/12/2012	252 * VI
CKD6404	55648728C	5185/1	09/12/2012	167
DTZ7745	55650890C	6050/1	08/12/2012	208
JQM0674	55651405C	5568/0	07/12/2012	181 * XIX
KOZ4114	55651106C	5185/1	09/12/2012	167
KUV1191	55651827C	5185/1	01/12/2012	167
LCX0461	55651098C	5550/0	09/12/2012	181 * XVIII
LTP0468	55651819C	5452/1	01/12/2012	181 * VIII
LXP7984	55651810C	5185/1	27/11/2012	167
LXY1190	55651726C	6050/1	02/01/2013	208
LXY1190	55651727C	6050/1	02/01/2013	208
MAC1557	55631391C	5541/5	02/12/2012	181 * XVII
MAM1556	55651623C	5460/0	09/01/2013	181 * IX
MAR1553	55651795C	7366/2	13/12/2012	252 * VI
MBS2135	55651694C	5452/1	02/01/2013	181 * VIII
MBT5632	55630195C	5541/5	03/12/2012	181 * XVII
MCL7376	55651709C	5541/4	05/12/2012	181 * XVII
MCQ2777	55651614C	5878/0	30/11/2012	199
MEO4751	55652316C	5185/1	08/01/2013	167
MFD1320	55631389C	5550/0	02/12/2012	181 * XVIII
MFS1089	55652060C	6050/1	04/12/2012	208
MGT9111	55651855C	5541/6	30/11/2012	181 * XVII
MJH6434	55651700C	5541/4	09/01/2013	181 * XVII
MJJ0378	55651104C	5185/1	01/12/2012	167
MJX1406	55650887C	5460/0	08/12/2012	181 * IX
MKI4743	55652401C	5452/1	02/01/2013	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKN1180	55651729C	7366/2	02/01/2013	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1083

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1083/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFC4055	55637745C	7366/2	08/01/2013	252 * VI
AFM6667	55634171C	7366/2	17/12/2012	252 * VI
ATL7160	55651118C	7366/2	10/01/2013	252 * VI
HKJ2908	55652662C	7366/2	14/01/2013	252 * VI
IAQ4681	55652083C	5550/0	08/12/2012	181 * XVIII
IFR9436	55646195C	5541/4	09/01/2013	181 * XVII
ILY6540	55651817C	5452/1	01/12/2012	181 * VIII
IQF6223	55652413C	5541/4	10/01/2013	181 * XVII
JEQ9734	55652903C	5185/1	14/01/2013	167
JGK2149	55651849C	5193/0	09/12/2012	168
JPL2813	55641380C	5185/1	09/12/2012	167
JTI4033	55651955C	5720/0	07/12/2012	186 * I
KNI0982	55641378C	5185/1	09/12/2012	167
LRH0915	55652173C	5185/1	11/12/2012	167
LWS9849	55628340C	5452/1	10/01/2013	181 * VIII
LZK6998	55648098C	7366/2	10/01/2013	252 * VI
MAI3119	55651816C	5452/1	01/12/2012	181 * VIII
MAO3062	55648393C	5509/0	10/01/2013	181 * XIII
MAU6486	55651735C	5541/4	10/01/2013	181 * XVII
MAY6717	55651679C	5509/0	17/12/2012	181 * XIII
MBD3396	55651674C	7366/2	09/12/2012	252 * VI
MBE9163	55646258C	6050/1	10/01/2013	208
MBF8836	55648739C	5185/1	09/12/2012	167
MBH3361	55652427C	5452/1	14/01/2013	181 * VIII
MBL5442	55652434C	5452/1	14/01/2013	181 * VIII
MBM5388	55652123C	5452/1	21/12/2012	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBU4406	55649591C	5460/0	10/12/2012	181 * IX
MCO2557	55652437C	5452/1	14/01/2013	181 * VIII
MCQ8265	55649936C	6068/1	20/12/2012	209
MCR8140	55652726C	7366/2	14/01/2013	252 * VI
MDJ7866	55646268C	6041/2	11/01/2013	207
MDN3407	55651201C	5452/1	12/01/2013	181 * VIII
MDO3991	55652129C	7366/2	21/12/2012	252 * VI
MDR4266	55651738C	7366/2	10/01/2013	252 * VI
MDT4093	55652191C	5185/1	13/12/2012	167
MDX1298	55650647C	5452/1	07/12/2012	181 * VIII
MED9738	55652612C	5185/1	09/01/2013	167
MEE2205	55651718C	5550/0	21/12/2012	181 * XVIII
MET2084	55652426C	5380/0	14/01/2013	181 * I
MFD7303	55652430C	5460/0	14/01/2013	181 * IX
MFF1099	55652853C	5509/0	14/01/2013	181 * XIII
MFI3540	55652414C	5452/1	10/01/2013	181 * VIII
MFK3227	55652035C	6068/1	20/12/2012	209
MFK7466	55650882C	5460/0	08/12/2012	181 * IX
MFN7546	55646649C	7366/2	15/01/2013	252 * VI
MFN7546	55646650C	5835/0	15/01/2013	195
MFP4237	55651951C	5720/0	07/12/2012	186 * I
MFR1482	55641450C	7366/2	08/01/2013	252 * VI
MFW7173	55650633C	7366/2	07/12/2012	252 * VI
MFZ9585	55651019C	5541/1	23/11/2012	181 * XVII
MGC7713	55652028C	6068/1	20/12/2012	209
MGF6834	55651699C	5541/4	09/01/2013	181 * XVII
MGK1336	55652310C	7366/1	08/01/2013	252 * VI
MGK3256	55641394C	7366/2	10/01/2013	252 * VI
MGO1449	55633197C	5819/1	17/01/2013	193
MGW3323	55649932C	5550/0	08/12/2012	181 * XVIII
MHB3597	55652333C	6050/1	08/01/2013	208
MHB6226	55652901C	5452/1	14/01/2013	181 * VIII
MHF5252	55652026C	5819/6	20/12/2012	193
MHI5854	55652080C	5550/0	08/12/2012	181 * XVIII
MHM4761	55651801C	5541/4	27/11/2012	181 * XVII
MHQ1523	55652371C	5509/0	11/01/2013	181 * XIII
MHR5935	55651828C	5819/4	01/12/2012	193

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHV5269	55652343C	5185/1	12/01/2013	167
MHV8279	55652398C	5819/1	15/01/2013	193
MIB8360	55652134C	7366/2	21/12/2012	252 * VI
MII0118	55652194C	5185/1	13/12/2012	167
MIM7549	55652087C	5550/0	08/12/2012	181 * XVIII
MIO9343	55630086C	5541/4	15/01/2013	181 * XVII
MIP5678	55648387C	7366/2	10/01/2013	252 * VI
MIX2409	55651741C	5185/1	10/01/2013	167
MJC1805	55648747C	5622/2	02/01/2013	182 * VI
MJC5481	55651121C	5703/0	14/01/2013	185 * I
MJC8988	55650632C	7366/2	07/12/2012	252 * VI
MJO4953	55634195C	5550/0	19/12/2012	181 * XVIII
MJV1633	55652391C	5541/4	15/01/2013	181 * XVII
MJY4186	55651625C	6050/1	09/01/2013	208
MKA4171	55651325C	5509/0	12/01/2013	181 * XIII
MKC7537	55651624C	6050/1	09/01/2013	208
MKI9157	55651826C	6041/2	01/12/2012	207
MKM9126	55652116C	5541/3	21/12/2012	181 * XVII
MKN2226	55651206C	5452/1	12/01/2013	181 * VIII
MKX4227	55641400C	7366/2	10/01/2013	252 * VI
MLA5128	55651627C	7366/2	09/01/2013	252 * VI
MTM9954	55650121C	5185/1	16/01/2013	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1087

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1087/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMP0804	55651124C	7366/2	14/01/2013	252 * VI
CBA1239	55652684C	6050/1	18/01/2013	208
CMU6310	55653003C	5541/4	19/01/2013	181 * XVII
DII9848	55653060C	5185/1	16/01/2013	167
GQV5074	55652283C	5185/1	21/12/2012	167
KYF1660	55652866C	6050/1	18/01/2013	208
LXA7190	55651128C	5550/0	18/01/2013	181 * XVIII
LYK7461	55651218C	5185/1	16/01/2013	167
MAV1726	55652467C	7366/2	16/01/2013	252 * VI
MAZ2170	55653254C	5541/1	17/01/2013	181 * XVII
MCQ8832	55651215C	5185/1	16/01/2013	167
MDD5239	55653151C	5460/0	16/01/2013	181 * IX
MDD5239	55653152C	5541/1	16/01/2013	181 * XVII
MDE0707	55652038C	6068/1	20/12/2012	209
MDI7122	55653014C	5525/0	19/01/2013	181 * XV
MDT6831	55651631C	5819/4	21/01/2013	193
MEL8427	55652729C	5185/1	18/01/2013	167
MFK2586	55652732C	6041/1	18/01/2013	207
MGK4900	55653153C	5541/1	16/01/2013	181 * XVII
MGK4900	55653154C	5525/0	16/01/2013	181 * XV
MGK4900	55653155C	5452/1	16/01/2013	181 * VIII
MGL4362	55124192C	5509/0	18/01/2013	181 * XIII
MGV4593	55651234C	5452/1	16/01/2013	181 * VIII
MHB1862	55653061C	5185/1	16/01/2013	167
MHD7215	55634192C	5550/0	19/12/2012	181 * XVIII
MHD9140	55628350C	5819/6	21/01/2013	193

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHQ5863	55652813C	5550/0	16/01/2013	181 * XVIII
MIL8180	55653093C	5185/1	16/01/2013	167
MIL9060	55652833C	7366/2	17/01/2013	252 * VI
MIN7711	55653076C	5185/1	16/01/2013	167
MIT1454	55651205C	5185/1	12/01/2013	167
MJA7790	55652825C	5541/4	16/01/2013	181 * XVII
MJD3651	55634177C	5541/4	18/12/2012	181 * XVII
MKL5368	55653091C	5185/1	16/01/2013	167
MKM5700	55653053C	5185/1	16/01/2013	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1090

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1090/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZO0781	55652836C	7366/2	21/01/2013	252 * VI
MBL8066	55652837C	7366/2	21/01/2013	252 * VI
MCG9424	55652631C	5185/1	21/01/2013	167
MDD9532	55652634C	5185/1	21/01/2013	167
MDO3959	55651322C	5452/2	29/12/2012	181 * VIII
MEU9715	55652276C	6041/2	17/12/2012	207
MFK9548	55653005C	5452/1	19/01/2013	181 * VIII
MFV2181	55652138C	5541/3	02/01/2013	181 * XVII
MGO0936	55650113C	5541/4	19/12/2012	181 * XVII
MHS3549	55652838C	7366/2	21/01/2013	252 * VI
MHY1275	55650023C	6050/2	21/01/2013	208
MJY3178	55650015C	7366/2	21/01/2013	252 * VI
MKF5872	55652629C	7366/2	21/01/2013	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1093

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1093/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFZ4266	55653803C	6564/0	29/01/2013	230 * II
AGI8352	55130213C	5185/1	18/01/2013	167
AJF1230	55653223C	7366/2	22/01/2013	252 * VI
AJG8863	55653203C	5185/1	22/01/2013	167
AOS2872	55653248C	7366/2	30/01/2013	252 * VI
APX1271	55653168C	5185/1	23/01/2013	167
AQX0347	55651732C	7366/2	02/01/2013	252 * VI
AWW5566	55649599C	5819/6	10/01/2013	193
CRC8762	55653377C	5819/6	25/01/2013	193
DII9848	55652741C	5185/1	22/01/2013	167
DQH4696	55653224C	7366/2	22/01/2013	252 * VI
FYN8899	55652763C	5452/1	18/01/2013	181 * VIII
HCF9371	55652305C	5460/0	08/01/2013	181 * IX
HCF9371	55652306C	5525/0	08/01/2013	181 * XV
HRF3796	55650045C	7366/2	22/01/2013	252 * VI
IJL6515	55652565C	5550/0	26/01/2013	181 * XVIII
INV1931	55651323C	5452/1	08/01/2013	181 * VIII
JKU4526	55652658C	5452/1	14/01/2013	181 * VIII
KFZ1421	55652024C	6068/1	20/12/2012	209
KNT0409	55646285C	7366/2	30/01/2013	252 * VI
LNB7190	55652148C	5452/1	02/01/2013	181 * VIII
LWT0843	55653172C	5185/1	23/01/2013	167
LWZ5033	55652955C	5185/1	23/01/2013	167
LXS0005	55651336C	5452/1	24/01/2013	181 * VIII
LZB5127	55641395C	7366/2	10/01/2013	252 * VI
LZD9571	55651318C	5541/4	17/12/2012	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZF4951	55654111C	5185/1	26/01/2013	167
LZK6998	55653302C	5185/1	22/01/2013	167
LZR3695	55652626C	5185/1	21/01/2013	167
MAI9188	55653363C	5819/6	23/01/2013	193
MAM8613	55651334C	5550/0	16/01/2013	181 * XVIII
MAR3971	55652628C	5185/1	21/01/2013	167
MAX5318	55651144C	5185/1	26/01/2013	167
MBO5456	55653708C	7366/2	25/01/2013	252 * VI
MBP2181	55648843C	5185/2	24/01/2013	167
MBP5638	55649942C	7366/2	05/01/2013	252 * VI
MBR7412	55653519C	5185/1	25/01/2013	167
MBX8911	55652967C	5452/1	31/01/2013	181 * VIII
MBZ3125	55651720C	7366/2	02/01/2013	252 * VI
MCB1353	55652095C	5509/0	28/12/2012	181 * XIII
MCG0258	55653331C	5819/6	25/01/2013	193
MCM0294	55654052C	5509/0	30/01/2013	181 * XIII
MCM0478	55651114C	5541/4	10/01/2013	181 * XVII
MDC9577	55625246C	7366/2	22/01/2013	252 * VI
MDG9880	55653606C	5185/1	24/01/2013	167
MDM6622	55653201C	7366/2	22/01/2013	252 * VI
MDO1222	55654208C	7366/2	30/01/2013	252 * VI
MDO9432	55652699C	5819/1	22/01/2013	193
MDR6547	55651959C	5720/0	19/12/2012	186 * I
MDS8460	55628334C	5541/4	09/01/2013	181 * XVII
MDY2039	55653525C	7030/2	28/01/2013	244 * I
MEC7916	55645789C	7366/2	07/01/2013	252 * VI
MEE9255	55652737C	5185/1	22/01/2013	167
MEH9766	55652962C	7366/2	23/01/2013	252 * VI
MEJ8474	55650042C	6130/0	22/01/2013	214 * II
MEM9202	55651207C	5819/1	12/01/2013	193
MEV7553	55652601C	5193/0	09/01/2013	168
MEZ5913	55652046C	5541/1	28/12/2012	181 * XVII
MFD8522	55652685C	5819/6	22/01/2013	193
MFD9283	55641397C	7366/2	10/01/2013	252 * VI
MFM6607	55653660C	7366/2	23/01/2013	252 * VI
MFP8135	55653206C	7366/2	22/01/2013	252 * VI
MFQ0299	55648092C	5460/0	10/01/2013	181 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFT1189	55648392C	6050/1	10/01/2013	208
MFY7285	55652255C	7366/2	13/12/2012	252 * VI
MGK3007	55652849C	5509/0	23/01/2013	181 * XIII
MGM7235	55652047C	5509/0	28/12/2012	181 * XIII
MGO0348	55652091C	7366/2	28/12/2012	252 * VI
MGR5165	55652043C	5509/0	24/12/2012	181 * XIII
MGU4034	55649941C	5185/1	09/01/2013	167
MGX4985	55650049C	7366/2	22/01/2013	252 * VI
MGY9049	55652816C	5550/0	16/01/2013	181 * XVIII
MGZ6853	55653960C	7366/2	30/01/2013	252 * VI
MHA5253	55630200C	5720/0	08/01/2013	186 * I
MHC7131	55654053C	5509/0	30/01/2013	181 * XIII
MHK0824	55651141C	5452/1	22/01/2013	181 * VIII
MHK5127	55653923C	5185/1	29/01/2013	167
MHK6273	55653323C	5819/6	24/01/2013	193
MHR0550	55652694C	7366/2	22/01/2013	252 * VI
MHR7538	55651747C	7366/2	10/01/2013	252 * VI
MHW8045	55652311C	7366/2	08/01/2013	252 * VI
MID1087	55646645C	5185/1	07/01/2013	167
MIJ5390	55652320C	5746/1	08/01/2013	187 * I
MIK3213	55652328C	5185/1	08/01/2013	167
MIK4233	55653551C	5541/4	23/01/2013	181 * XVII
MIL4155	55652309C	7366/2	08/01/2013	252 * VI
MIL4881	55639393C	5541/4	11/01/2013	181 * XVII
MIN5612	55653025C	5550/0	23/01/2013	181 * XVIII
MIQ2375	55653207C	5185/1	22/01/2013	167
MIT8906	55653612C	5185/1	24/01/2013	167
MIX0691	55651145C	5185/1	30/01/2013	167
MIX4354	55653661C	7366/2	23/01/2013	252 * VI
MIZ0813	55653372C	5819/6	25/01/2013	193
MIZ8358	55653318C	5819/6	24/01/2013	193
MJC5279	55652402C	5452/1	02/01/2013	181 * VIII
MJD5962	55652844C	6041/2	23/01/2013	207
MJD8521	55653222C	7366/2	22/01/2013	252 * VI
MJG4065	55653180C	5185/1	23/01/2013	167
MJG8991	55653523C	5185/1	28/01/2013	167
MJQ1154	55652313C	7366/2	08/01/2013	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJT6999	55653954C	7366/2	30/01/2013	252 * VI
MJZ9281	55652735C	7366/2	22/01/2013	252 * VI
MJZ9447	55652415C	5452/1	10/01/2013	181 * VIII
MKF1563	55654204C	7366/2	30/01/2013	252 * VI
MKI2881	55652099C	5452/1	21/01/2013	181 * VIII
MKK3153	55628336C	5819/6	10/01/2013	193
MKL1957	55646272C	5541/1	22/01/2013	181 * XVII
MKY7091	55653936C	5746/1	25/01/2013	187 * I
MMA7670	55654221C	7366/2	30/01/2013	252 * VI
MMA8580	55652556C	5460/0	22/01/2013	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1097

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1097/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CHC0105	55651648C	5185/1	29/01/2013	167
IKP0554	55651639C	5541/4	29/01/2013	181 * XVII
IKP0554	55652484C	5541/4	29/01/2013	181 * XVII
MBH2292	55653933C	5185/1	29/01/2013	167
MCT6717	55654255C	5185/1	30/01/2013	167
MFW0881	55653812C	7366/2	29/01/2013	252 * VI
MGB4787	55652723C	7366/2	14/01/2013	252 * VI
MGK8421	55651138C	5452/1	22/01/2013	181 * VIII
MGN2976	55651139C	5185/1	22/01/2013	167
MGR0905	55653928C	5185/1	29/01/2013	167
MGU2596	55653929C	5185/1	29/01/2013	167
MIG5993	55651649C	5185/1	29/01/2013	167
MMI1350	55653913C	5185/1	29/01/2013	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1101

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1101/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEV3916	55646197C	5185/1	13/01/2013	167
ALK1477	55651380C	5185/1	01/02/2013	167
ALT5883	55653174C	5185/1	23/01/2013	167
ANV1514	55653863C	5819/6	01/02/2013	193
ASB0529	55650029C	7366/2	21/01/2013	252 * VI
BET0325	55652380C	7366/2	11/01/2013	252 * VI
CEG4577	55629015C	5541/4	06/02/2013	181 * XVII
CLF6943	55130219C	5819/6	24/01/2013	193
CTA3885	55653067C	5185/1	16/01/2013	167
CXA1485	55653559C	5746/1	31/01/2013	187 * I
DDC6006	55653393C	7366/2	01/02/2013	252 * VI
DID0044	55652473C	7366/2	16/01/2013	252 * VI
DIP4194	55652855C	6050/1	14/01/2013	208
DSF2856	55648395C	5452/1	11/01/2013	181 * VIII
DUL6804	55652609C	5185/1	09/01/2013	167
DYI0475	55653689C	7366/2	05/02/2013	252 * VI
HMB2862	55653760C	7366/2	06/02/2013	252 * VI
HSF6319	55650008C	5452/1	21/01/2013	181 * VIII
HWO1009	55654501C	5568/0	01/02/2013	181 * XIX
IJT5462	55653279C	7366/2	31/01/2013	252 * VI
IMY6751	55652852C	6050/2	14/01/2013	208
IOP2883	55651231C	5185/1	16/01/2013	167
JOW1689	55653082C	7366/2	16/01/2013	252 * VI
JVC3590	55648397C	5460/0	11/01/2013	181 * IX
KDO8054	55652479C	7366/2	21/01/2013	252 * VI
KFI0988	55652663C	5819/6	18/01/2013	193

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KZZ1648	55654403C	7366/2	31/01/2013	252 * VI
LAN6316	55654151C	5185/1	31/01/2013	167
LNP6660	55652707C	7366/2	10/01/2013	252 * VI
LUX1090	55652661C	7366/2	14/01/2013	252 * VI
LXM4597	55654280C	5185/1	03/02/2013	167
LXW7765	55654275C	5185/1	30/01/2013	167
LYB1789	55651327C	5819/6	16/01/2013	193
LYG9742	55654562C	7366/2	08/02/2013	252 * VI
LYH2872	55651328C	5819/6	16/01/2013	193
LYT2018	55653810C	6050/1	29/01/2013	208
LYT5918	55653536C	5398/0	06/02/2013	181 * II
LZU0152	55653041C	5541/4	31/01/2013	181 * XVII
MAE8855	55651222C	5185/1	16/01/2013	167
MAL0474	55654152C	5185/1	31/01/2013	167
MBD9687	55653353C	5819/6	21/01/2013	193
MBV2325	55653699C	7366/2	06/02/2013	252 * VI
MBW5777	55654142C	7366/2	30/01/2013	252 * VI
MBX9327	55652805C	7366/2	14/01/2013	252 * VI
MBZ3833	55653683C	5541/4	04/02/2013	181 * XVII
MCH2956	55654570C	5703/0	08/02/2013	185 * I
MCH9087	55651643C	5185/1	29/01/2013	167
MCZ7315	55652394C	5550/0	15/01/2013	181 * XVIII
MDH5616	55643744C	5452/7	24/01/2013	181 * VIII
MDJ4372	55654256C	5185/1	30/01/2013	167
MDK8404	55646897C	5746/1	30/01/2013	187 * I
MDL7300	55653528C	5185/1	28/01/2013	167
MDV5679	55652462C	7366/2	16/01/2013	252 * VI
MDY3634	55654259C	5185/1	30/01/2013	167
MED6593	55650117C	5991/0	16/01/2013	206 * I
MEH1680	55654356C	7366/2	07/02/2013	252 * VI
MEI2068	55653399C	5509/0	05/02/2013	181 * XIII
MEI8636	55652811C	5550/0	16/01/2013	181 * XVIII
MEI9113	55651227C	5185/1	16/01/2013	167
MEM7549	55653887C	5819/6	07/02/2013	193
MEN2123	55654452C	5541/1	06/02/2013	181 * XVII
MEO6893	55652607C	5185/1	09/01/2013	167
MET7504	55648507C	7366/2	17/01/2013	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEU6266	55651249C	5185/1	16/01/2013	167
MEX2254	55651123C	5185/1	14/01/2013	167
MFB6859	55654569C	5703/0	08/02/2013	185 * I
MFD3496	55654189C	7366/2	07/02/2013	252 * VI
MFG0025	55653156C	5487/0	16/01/2013	181 * XI
MFK2007	55651131C	5819/6	18/01/2013	193
MFM9975	55628343C	5819/6	16/01/2013	193
MFV7374	55652560C	5541/1	22/01/2013	181 * XVII
MFV8987	55652938C	5819/6	25/01/2013	193
MFZ0629	55652802C	7366/2	11/01/2013	252 * VI
MGA2999	55654002C	5819/6	07/02/2013	193
MGF5986	55653688C	7366/2	05/02/2013	252 * VI
MGK2223	55130215C	7366/2	21/01/2013	252 * VI
MGW1051	55653685C	7366/2	04/02/2013	252 * VI
MGW6639	55124191C	5185/1	18/01/2013	167
MGX6995	55652471C	7366/2	16/01/2013	252 * VI
MGZ6827	55653821C	5541/4	02/02/2013	181 * XVII
MHC9445	55652475C	7366/2	16/01/2013	252 * VI
MHI0463	55651335C	5452/1	16/01/2013	181 * VIII
MHM7035	55653540C	5541/4	07/02/2013	181 * XVII
MHM8234	55653391C	7366/2	31/01/2013	252 * VI
MHM9493	55653395C	6050/1	01/02/2013	208
MHO2766	55654270C	5185/1	30/01/2013	167
MHO3540	55652669C	5819/6	18/01/2013	193
MHS7699	55654412C	7366/2	31/01/2013	252 * VI
MHU4030	55650028C	7366/2	21/01/2013	252 * VI
MHV6965	55654149C	7366/2	30/01/2013	252 * VI
MHW1189	55654360C	7366/2	06/02/2013	252 * VI
MHW2605	55651646C	5185/1	29/01/2013	167
MIE0326	55653400C	5509/0	05/02/2013	181 * XIII
MIG4741	55653855C	7366/2	30/01/2013	252 * VI
MIJ9209	55628332C	5541/4	08/01/2013	181 * XVII
MIK9413	55652633C	5185/1	21/01/2013	167
MIM1875	55651136C	5185/1	22/01/2013	167
MIO0766	55653824C	5746/1	06/02/2013	187 * I
MIP1364	55654188C	5185/1	07/02/2013	167
MIY6994	55651127C	5541/4	14/01/2013	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJA5129	55654155C	5185/1	31/01/2013	167
MJE3049	55654353C	5541/4	04/02/2013	181 * XVII
MJU3824	55651905C	6041/1	10/01/2013	207
MJY9387	55653389C	7366/2	31/01/2013	252 * VI
MJZ5298	55653946C	5185/1	30/01/2013	167
MKA2451	55654505C	7366/2	05/02/2013	252 * VI
MKB1322	55653356C	5819/6	21/01/2013	193
MKB6626	55653001C	5541/4	19/01/2013	181 * XVII
MKB6626	55653002C	5525/0	19/01/2013	181 * XV
MKE5308	55653081C	7366/2	16/01/2013	252 * VI
MKG8933	55653346C	6050/1	25/01/2013	208
MKI7877	55650124C	5550/0	21/01/2013	181 * XVIII
MKM0100	55653354C	5819/6	21/01/2013	193
MKO9279	55654558C	5541/4	08/02/2013	181 * XVII
MKU0069	55629013C	5541/6	05/02/2013	181 * XVII
MKW0805	55651748C	7366/2	10/01/2013	252 * VI
MLA1037	55652554C	6122/0	22/01/2013	214 * I
MWI5275	55650118C	5720/0	16/01/2013	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1105

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1105/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMB1195	55653659C	7366/2	23/01/2013	252 * VI
AOM4522	55654108C	5185/1	22/01/2013	167
ASS0252	55651346C	5541/4	13/02/2013	181 * XVII
CIT9456	55637749C	5541/4	16/01/2013	181 * XVII
CVB3996	55652553C	7366/2	22/01/2013	252 * VI
ELS9663	55650013C	5746/1	21/01/2013	187 * I
HYF2039	55653167C	5185/1	23/01/2013	167
IMP9877	55653651C	6041/2	23/01/2013	207
JYR0879	55653667C	7366/2	25/01/2013	252 * VI
KQJ1624	55646277C	7366/2	23/01/2013	252 * VI
LXI6318	55654666C	5819/6	07/02/2013	193
LYU0993	55653325C	5819/6	24/01/2013	193
LZC7971	55651132C	6050/1	18/01/2013	208
LZP5123	55625249C	5185/1	23/01/2013	167
LZY4384	55652880C	7366/2	23/01/2013	252 * VI
MAJ9178	55646198C	6041/2	13/01/2013	207
MBR9941	55654807C	5185/1	13/02/2013	167
MBX2959	55654755C	5185/1	13/02/2013	167
MCA3262	55653332C	5819/6	25/01/2013	193
MCC7363	55628347C	5819/6	21/01/2013	193
MCI0559	55653373C	5819/6	25/01/2013	193
MCW4190	55652637C	5185/1	22/01/2013	167
MDC0616	55652953C	5185/1	23/01/2013	167
MDE8916	55124198C	5819/6	21/01/2013	193
MDE9509	55652826C	6122/0	17/01/2013	214 * I
MDR4186	55651634C	6050/1	21/01/2013	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MET6384	55653317C	5185/1	23/01/2013	167
MFI1477	55653706C	7366/2	24/01/2013	252 * VI
MFL4071	55654651C	5819/6	06/02/2013	193
MFZ4703	55652743C	5185/1	22/01/2013	167
MGG5670	55654822C	5185/1	13/02/2013	167
MGH1207	55653707C	7366/2	25/01/2013	252 * VI
MGL7595	55652555C	5541/4	22/01/2013	181 * XVII
MGM7716	55653205C	5185/1	22/01/2013	167
MGW6639	55625248C	5185/1	23/01/2013	167
MHA4370	55653316C	5185/1	23/01/2013	167
MHB6508	55654506C	5568/0	13/02/2013	181 * XIX
MHD6125	55653506C	5185/1	24/01/2013	167
MHJ5093	55653031C	5509/0	23/01/2013	181 * XIII
MHP6924	55654655C	5819/6	06/02/2013	193
MIW9628	55652733C	5185/1	22/01/2013	167
MJB3580	55653311C	5819/6	23/01/2013	193
MJG0578	55130225C	5541/4	24/01/2013	181 * XVII
MJM8093	55653022C	5550/0	23/01/2013	181 * XVIII
MJN9280	55621852C	5460/0	13/02/2013	181 * IX
MJO0432	55652916C	7366/2	22/01/2013	252 * VI
MJQ3497	55653522C	7366/2	25/01/2013	252 * VI
MKP2507	55651331C	5541/4	16/01/2013	181 * XVII
MKT0821	55654814C	5185/1	13/02/2013	167
MKY1847	55653312C	5819/6	23/01/2013	193
MXO8630	55652879C	5460/0	22/01/2013	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1108

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1108/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKX9555	55654130C	5185/1	26/01/2013	167
ALA6245	55651349C	5541/1	21/02/2013	181 * XVII
ALC7892	55652930C	5185/1	24/01/2013	167
ALD4952	55654703C	5550/0	14/02/2013	181 * XVIII
AMA4042	55653906C	5185/1	29/01/2013	167
AMV5220	55653604C	5185/1	24/01/2013	167
ARI6945	55653655C	5720/0	23/01/2013	186 * I
ASA0522	55653037C	5207/0	27/01/2013	169
BKT2673	55651348C	5452/1	21/02/2013	181 * VIII
CMG0727	55654240C	5185/1	15/02/2013	167
CMG0727	55654241C	5835/0	15/02/2013	195
DPX3854	55653811C	7366/2	29/01/2013	252 * VI
DWP5163	55652207C	5819/6	25/02/2013	193
DYD3474	55648847C	5185/1	28/01/2013	167
EAL0538	55655465C	5185/1	17/02/2013	167
GYJ9988	55650135C	5541/4	29/01/2013	181 * XVII
HJN1159	55653721C	5541/4	08/02/2013	181 * XVII
HLH7465	55654090C	5452/1	23/02/2013	181 * VIII
HRC8030	55652960C	7366/2	23/01/2013	252 * VI
IJD9191	55653258C	5550/0	26/01/2013	181 * XVIII
IKB2224	55653240C	7366/2	30/01/2013	252 * VI
IMP9877	55646276C	6050/1	23/01/2013	208
ING3181	55650900C	6050/1	25/01/2013	208
IOG2055	55653383C	7366/2	25/01/2013	252 * VI
IPD3386	55652205C	5819/6	25/02/2013	193
KZW8177	55654316C	5541/4	15/02/2013	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LBS3003	55653270C	5819/6	31/01/2013	193
LCY2169	55653558C	5746/1	31/01/2013	187 * I
LN5701	55654083C	7366/2	19/02/2013	252 * VI
LWZ4492	55653630C	5185/1	28/01/2013	167
LXB9753	55654146C	5185/1	30/01/2013	167
LXH5347	55654088C	7315/0	19/02/2013	252 * I
LXO1870	55652447C	5452/1	30/01/2013	181 * VIII
LXO5798	55652647C	5185/1	22/01/2013	167
LYV3753	55653234C	6050/1	26/01/2013	208
LYV9440	55653335C	5819/6	25/01/2013	193
LZA1708	55654321C	5509/0	19/02/2013	181 * XIII
MAH3146	55651635C	5452/1	25/01/2013	181 * VIII
MAJ4824	55653406C	5541/1	26/02/2013	181 * XVII
MAY1453	55653615C	7366/2	25/01/2013	252 * VI
MBE4223	55653943C	5703/0	29/01/2013	185 * I
MBV9247	55655452C	5452/1	23/02/2013	181 * VIII
MBW6595	55653617C	5185/1	25/01/2013	167
MBY3568	55654965C	7366/2	21/02/2013	252 * VI
MCA2053	55653897C	5819/6	14/02/2013	193
MCH6227	55653720C	5541/4	08/02/2013	181 * XVII
MCK9093	55653868C	5819/6	01/02/2013	193
MDJ8324	55654144C	7366/2	30/01/2013	252 * VI
MDN5029	55653852C	5819/6	30/01/2013	193
MDP7562	55653704C	5185/1	24/01/2013	167
MDT6520	55653278C	5932/0	31/01/2013	203 * II
MDV6799	55653261C	7366/2	26/01/2013	252 * VI
MDW6444	55655110C	5541/4	27/02/2013	181 * XVII
MDX2317	55650005C	5452/1	21/01/2013	181 * VIII
MEA7844	55654713C	6122/0	26/02/2013	214 * I
MEB3123	55654664C	5819/6	07/02/2013	193
MEB6964	55652638C	7366/2	22/01/2013	252 * VI
MEK5902	55654112C	5185/1	26/01/2013	167
MEM1874	55653179C	7366/2	23/01/2013	252 * VI
MEM5612	55654207C	7366/2	30/01/2013	252 * VI
MES3114	55654128C	5185/1	26/01/2013	167
MES7434	55654205C	7366/2	30/01/2013	252 * VI
MEZ9332	55653392C	5819/6	01/02/2013	193

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFB0491	55652486C	7366/2	29/01/2013	252 * VI
MFC9414	55653672C	7366/2	25/01/2013	252 * VI
MFD2926	55653670C	7366/2	25/01/2013	252 * VI
MFE2938	55654237C	5185/1	15/02/2013	167
MFI5093	55654439C	5452/1	20/02/2013	181 * VIII
MFL8034	55654125C	5185/1	26/01/2013	167
MFM9975	55653339C	5819/6	25/01/2013	193
MFS2597	55653232C	7366/2	26/01/2013	252 * VI
MFW4505	55654414C	7366/2	31/01/2013	252 * VI
MFZ3635	55652650C	5185/1	22/01/2013	167
MFZ8686	55654798C	7366/2	26/02/2013	252 * VI
MGJ5987	55651342C	5720/0	24/01/2013	186 * I
MGK5496	55648848C	7366/2	28/01/2013	252 * VI
MGM4298	55653409C	5541/1	26/02/2013	181 * XVII
MGM8256	55638166C	7366/2	20/02/2013	252 * VI
MGP3438	55652886C	5509/0	29/01/2013	181 * XIII
MGQ0187	55653349C	7366/2	28/01/2013	252 * VI
MGR4892	55653956C	7366/2	30/01/2013	252 * VI
MGT8192	55653636C	5185/1	28/01/2013	167
MGZ2335	55130226C	5541/4	28/01/2013	181 * XVII
MHF1716	55653380C	7366/2	25/01/2013	252 * VI
MHK5935	55652923C	7366/2	24/01/2013	252 * VI
MHM7738	55649250C	7366/2	26/02/2013	252 * VI
MHY6114	55654148C	5185/1	30/01/2013	167
MIA3764	55653763C	5541/4	07/02/2013	181 * XVII
MIC0014	55637736C	7366/2	24/01/2013	252 * VI
MIE4439	55654154C	5185/1	31/01/2013	167
MIF0890	55653514C	7366/2	25/01/2013	252 * VI
MIF6149	55653949C	5185/1	30/01/2013	167
MIG6350	55651338C	5452/1	28/01/2013	181 * VIII
MII1299	55653922C	5185/1	29/01/2013	167
MII6208	55654230C	7366/2	07/02/2013	252 * VI
MIJ3149	55652803C	7366/2	11/01/2013	252 * VI
MIK2322	55654295C	5550/0	19/02/2013	181 * XVIII
MIK3213	55653611C	5185/1	24/01/2013	167
MIM4568	55651373C	5819/6	28/01/2013	193
MIQ0448	55653920C	5185/1	29/01/2013	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIQ2301	55653524C	5185/1	28/01/2013	167
MIQ8427	55652914C	7366/2	22/01/2013	252 * VI
MIU0015	55654327C	5819/6	19/02/2013	193
MIU5732	55652876C	5509/0	21/01/2013	181 * XIII
MIU9057	55652485C	7366/2	29/01/2013	252 * VI
MIW1374	55652747C	6858/0	26/01/2013	231 * VII
MIY1933	55653668C	7366/2	25/01/2013	252 * VI
MJD3212	55653853C	7366/2	30/01/2013	252 * VI
MJF1980	55654239C	5185/1	15/02/2013	167
MJN8577	55652569C	7366/2	26/01/2013	252 * VI
MJQ7442	55646280C	7366/2	23/01/2013	252 * VI
MJT8356	55654963C	6050/1	14/02/2013	208
MJV8689	55650134C	5541/4	29/01/2013	181 * XVII
MJY5584	55653334C	5819/6	25/01/2013	193
MKE5752	55651372C	5819/6	28/01/2013	193
MKI2919	55654089C	5185/1	19/02/2013	167
MKM9356	55651148C	5185/1	30/01/2013	167
MML7010	55655460C	5452/1	23/02/2013	181 * VIII
NHD5606	55652922C	5819/6	24/01/2013	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1112

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1112/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAW4865	55654246C	5746/1	23/02/2013	187 * I
ABJ4884	55654001C	5819/6	07/02/2013	193
ABW0572	55654425C	5452/1	04/02/2013	181 * VIII
AEM7978	55654404C	5991/0	31/01/2013	206 * I
AIC7290	55653968C	6050/1	31/01/2013	208
DJC3333	55654247C	5720/0	27/02/2013	186 * I
DKX3283	55651133C	5185/1	22/01/2013	167
DMW1310	55654420C	5991/0	31/01/2013	206 * I
EBJ6516	55655528C	5185/1	28/02/2013	167
ELK8403	55655542C	5185/1	04/03/2013	167
ITI0035	55652884C	5541/4	28/01/2013	181 * XVII
LNR3699	55655538C	5185/1	04/03/2013	167
LVW4090	55655516C	5703/0	28/02/2013	185 * I
LWX3282	55655353C	7366/2	27/02/2013	252 * VI
LWX3282	55655354C	5185/1	27/02/2013	167
LWY5035	55653416C	5550/0	06/03/2013	181 * XVIII
LXJ8342	55654335C	5185/1	03/03/2013	167
LXT7600	55652571C	6050/1	01/02/2013	208
LXW8967	55654424C	5509/0	04/02/2013	181 * XIII
LYM8149	55654304C	5452/1	03/02/2013	181 * VIII
LYU6869	55653865C	5819/6	01/02/2013	193
LZH4892	55654177C	5185/1	07/02/2013	167
LZK3111	55651966C	5819/1	06/03/2013	193
LZK3111	55651967C	5835/0	06/03/2013	195
LZN9132	55653916C	5185/1	29/01/2013	167
LZO4442	55653266C	5819/6	31/01/2013	193

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZZ4532	55654601C	5460/0	05/02/2013	181 * IX
MAO4053	55653217C	5452/1	22/01/2013	181 * VIII
MAW6098	55653809C	7366/2	29/01/2013	252 * VI
MBC2836	55655508C	5185/1	28/02/2013	167
MBG1472	55653250C	7366/2	30/01/2013	252 * VI
MBI4407	55655208C	5541/4	06/03/2013	181 * XVII
MBS6572	55651387C	7366/2	01/02/2013	252 * VI
MBV5786	55653569C	5703/0	04/03/2013	185 * I
MCC5167	55654571C	5703/0	08/02/2013	185 * I
MCG7133	55653973C	5452/1	08/02/2013	181 * VIII
MCZ3014	55653908C	5185/1	29/01/2013	167
MDF2000	55654401C	5550/0	31/01/2013	181 * XVIII
MDH4917	55655117C	5509/0	05/03/2013	181 * XIII
MDI5568	55653562C	5746/1	04/03/2013	187 * I
MDP2470	55653880C	5819/6	06/02/2013	193
MDY6591	55652572C	7366/2	01/02/2013	252 * VI
MEF4977	55655505C	5452/1	28/02/2013	181 * VIII
MEQ2678	55655525C	5703/0	28/02/2013	185 * I
MER2904	55655536C	5460/0	04/03/2013	181 * IX
MFA2918	55655504C	5452/1	28/02/2013	181 * VIII
MFE2154	55654429C	5509/0	04/02/2013	181 * XIII
MFJ5889	55654679C	5509/0	08/03/2013	181 * XIII
MFR1981	55653918C	5185/1	29/01/2013	167
MFV0419	55654503C	7366/2	01/02/2013	252 * VI
MFY6650	55652987C	5185/1	04/03/2013	167
MGG7714	55655366C	7366/2	07/03/2013	252 * VI
MGL4362	55651391C	5509/0	05/03/2013	181 * XIII
MGX6089	55654582C	5703/0	28/02/2013	185 * I
MGY4378	55654417C	7366/2	31/01/2013	252 * VI
MHA3971	55653122C	6050/1	08/03/2013	208
MHB2922	55654583C	5550/0	04/03/2013	181 * XVIII
MHC5974	55655547C	5185/1	04/03/2013	167
MHD0804	55655539C	5185/1	04/03/2013	167
MHJ3811	55639395C	6122/0	04/02/2013	214 * I
MHL4890	55651370C	5819/6	28/01/2013	193
MHL8681	55653966C	7366/2	31/01/2013	252 * VI
MHN1317	55654287C	5185/1	03/02/2013	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHP3968	55654183C	5185/1	07/02/2013	167
MHR6756	55653402C	7366/2	05/02/2013	252 * VI
MHU5081	55652891C	5746/1	31/01/2013	187 * I
MHW2741	55653886C	5819/6	07/02/2013	193
MIC6195	55653969C	5185/1	31/01/2013	167
MIC6195	55654423C	5509/0	04/02/2013	181 * XIII
MIF3901	55653642C	5185/1	28/01/2013	167
MIK5293	55652894C	5746/1	31/01/2013	187 * I
MIL2592	55653910C	5185/1	29/01/2013	167
MIQ5673	55653186C	7366/2	27/01/2013	252 * VI
MIR7796	55654097C	5487/0	23/02/2013	181 * XI
MIU7711	55652998C	5541/1	08/03/2013	181 * XVII
MIX4115	55653838C	5550/0	06/03/2013	181 * XVIII
MJC9900	55653938C	7366/2	29/01/2013	252 * VI
MJH3881	55655546C	5185/1	04/03/2013	167
MJK3561	55654190C	7366/2	07/02/2013	252 * VI
MJP5929	55653633C	5185/1	28/01/2013	167
MJV9165	55655469C	5185/1	03/03/2013	167
MKI1469	55654675C	5541/1	07/03/2013	181 * XVII
MKI8969	55654223C	7366/2	30/01/2013	252 * VI
MKO4081	55655370C	5541/4	07/03/2013	181 * XVII
MKY7508	55654610C	5703/0	08/02/2013	185 * I
MLA8129	55652885C	6050/1	28/01/2013	208
MMB8560	55654678C	5509/0	08/03/2013	181 * XIII
MMF7911	55653712C	7366/2	29/01/2013	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1116

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1116/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANQ9731	55654816C	5185/1	13/02/2013	167
BTR0393	55654257C	5185/1	30/01/2013	167
DIS3300	55654617C	5568/0	12/03/2013	181 * XIX
DST5428	55655380C	5509/0	15/03/2013	181 * XIII
GUJ7600	55652585C	6068/1	15/03/2013	209
LND6839	55629014C	5541/4	05/02/2013	181 * XVII
LWR8278	55654324C	5819/6	19/02/2013	193
LXE2757	55654227C	5185/1	03/02/2013	167
LXJ2668	55654228C	5185/1	03/02/2013	167
MAR4826	55654829C	5185/1	13/02/2013	167
MAX3030	55654661C	5819/6	07/02/2013	193
MBA6930	55631392C	7366/2	12/03/2013	252 * VI
MBG2073	55653284C	5819/6	07/02/2013	193
MBL5142	55653698C	7366/2	06/02/2013	252 * VI
MBV8787	55654568C	5703/0	08/02/2013	185 * I
MCA2336	55130231C	5541/4	06/02/2013	181 * XVII
MCE4082	55653899C	5819/6	14/02/2013	193
MCG5885	55134084C	5452/2	13/03/2013	181 * VIII
MDC0862	55654284C	5185/1	03/02/2013	167
MDP6619	55652586C	5819/6	15/03/2013	193
MEH2426	55653875C	5509/0	05/02/2013	181 * XIII
MEW0751	55654819C	5185/1	13/02/2013	167
MEW2625	55653845C	6122/0	14/03/2013	214 * I
MEY0007	55654951C	7366/2	07/02/2013	252 * VI
MFN2742	55654827C	5185/1	13/02/2013	167
MFY1301	55653287C	5746/1	11/02/2013	187 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGG5287	55654352C	5550/0	04/02/2013	181 * XVIII
MGP2262	55654234C	7366/2	07/02/2013	252 * VI
MHK9504	55654318C	5452/1	15/02/2013	181 * VIII
MIJ3612	55649849C	5550/0	11/03/2013	181 * XVIII
MIR7234	55655614C	5703/0	15/03/2013	185 * I
MIT4244	55651397C	5568/0	13/03/2013	181 * XIX
MIZ9497	55638182C	7366/2	11/03/2013	252 * VI
MKF0561	55654067C	5541/4	15/02/2013	181 * XVII
MKV8821	55654667C	5509/0	14/02/2013	181 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1120

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1120/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJF7783	55654075C	7366/2	15/02/2013	252 * VI
HAE7856	55654595C	5550/0	16/03/2013	181 * XVIII
INP2825	55649222C	5550/0	24/09/2012	181 * XVIII
IWM1957	55654611C	5550/0	15/02/2013	181 * XVIII
JVF2470	55655479C	5738/0	19/03/2013	186 * II
LCK3672	55653847C	5550/0	18/03/2013	181 * XVIII
LPL3162	55638176C	5703/0	08/03/2013	185 * I
LUZ9028	55654957C	5541/4	14/02/2013	181 * XVII
LVM5858	55654292C	5185/1	03/02/2013	167
LXF6040	55654600C	5746/1	16/03/2013	187 * I
LYR9183	55653298C	5703/0	15/02/2013	185 * I
MDM8954	55655484C	5738/0	23/03/2013	186 * II
MDZ7219	55654235C	7366/2	15/02/2013	252 * VI
MEC2059	55653900C	5819/6	14/02/2013	193
MEF5421	55651864C	5541/1	22/03/2013	181 * XVII
MEI7355	55649219C	7366/2	24/09/2012	252 * VI
MFV6174	55652213C	6122/0	13/03/2013	214 * I
MGA4714	55650657C	5185/1	19/09/2012	167
MGG2743	55645800C	5509/0	21/03/2013	181 * XIII
MGU7661	55649335C	5509/0	19/09/2012	181 * XIII
MHD9899	55654315C	5460/0	15/02/2013	181 * IX
MHS8697	55651972C	5452/1	22/03/2013	181 * VIII
MJM6828	55650503C	5541/4	15/02/2013	181 * XVII
MJQ6302	55653692C	7366/2	05/02/2013	252 * VI
MJX5765	55654291C	5185/1	03/02/2013	167
MKB7237	55654079C	5509/0	19/02/2013	181 * XIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLD3660	55655051C	7366/2	14/02/2013	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1123

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1123/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEP4441	55655467C	5185/1	27/02/2013	167
AGE4978	55655266C	7366/2	25/03/2013	252 * VI
ARI0546	55634421C	7366/2	28/03/2013	252 * VI
AST0434	55656153C	5185/1	31/03/2013	167
AUE2766	55655269C	5541/4	02/04/2013	181 * XVII
BGS7972	55655623C	5819/6	19/03/2013	193
CIJ6075	55655517C	5703/0	28/02/2013	185 * I
EEN2904	55655108C	5541/4	26/02/2013	181 * XVII
EHF1949	55655625C	7366/2	19/03/2013	252 * VI
HEI3520	55655974C	5541/4	28/03/2013	181 * XVII
HLH5102	55656274C	5460/0	28/03/2013	181 * IX
IKJ7676	55655518C	5703/0	28/02/2013	185 * I
ILP3093	55649248C	6050/1	21/02/2013	208
JCF8088	55655807C	7366/2	19/03/2013	252 * VI
JTP4242	55652299C	5991/0	16/03/2013	206 * I
JUN8524	55656257C	7366/2	28/03/2013	252 * VI
LNB7190	55654333C	5452/1	23/02/2013	181 * VIII
LWS9484	55656336C	6041/2	01/04/2013	207
LXC9397	55656254C	5746/1	28/03/2013	187 * I
LYD4941	55656259C	5460/0	28/03/2013	181 * IX
LYW6445	55629017C	5509/0	06/02/2013	181 * XIII
LZA1423	55656270C	7366/2	28/03/2013	252 * VI
LZT4571	55645797C	5541/1	05/03/2013	181 * XVII
LZW6275	55655155C	5541/4	01/03/2013	181 * XVII
MAL7964	55655730C	5185/1	20/03/2013	167
MAL9061	55653103C	5185/1	25/02/2013	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAP5209	55627727C	7366/2	05/02/2013	252 * VI
MAX4065	55654632C	6122/0	28/03/2013	214 * I
MBB0515	55655159C	5452/1	21/03/2013	181 * VIII
MBB9184	55655750C	5509/0	26/03/2013	181 * XIII
MBI1093	55654252C	5185/1	30/01/2013	167
MBO7404	55654792C	5819/1	26/02/2013	193
MBP7614	55656121C	7366/2	31/03/2013	252 * VI
MBQ8776	55652227C	5550/0	23/03/2013	181 * XVIII
MBV0575	55652294C	6050/1	16/03/2013	208
MBZ7326	55656112C	7366/2	27/03/2013	252 * VI
MCF7350	55656287C	5185/1	01/04/2013	167
MCI8923	55656004C	5550/0	25/03/2013	181 * XVIII
MCM0252	55655954C	5541/4	20/03/2013	181 * XVII
MCN2161	55638066C	5541/4	16/03/2013	181 * XVII
MCO1026	55653950C	5185/1	30/01/2013	167
MCR0109	55655309C	5541/4	18/03/2013	181 * XVII
MCT0355	55655628C	7366/2	19/03/2013	252 * VI
MCX6351	55655641C	7366/2	27/03/2013	252 * VI
MCY9683	55654094C	5452/1	23/02/2013	181 * VIII
MDD5826	55655456C	5452/1	23/02/2013	181 * VIII
MDH1517	55655871C	5703/0	20/03/2013	185 * I
MDI4555	55651408C	5738/0	25/03/2013	186 * II
MDS3516	55656055C	6122/0	26/03/2013	214 * I
MDT2527	55655482C	5185/2	23/03/2013	167
MDV3643	55652230C	7366/2	23/03/2013	252 * VI
MEB3415	55654297C	5452/1	23/02/2013	181 * VIII
MEC8264	55654312C	5541/4	15/02/2013	181 * XVII
MEG6363	55651859C	5541/1	26/02/2013	181 * XVII
MET7114	55653767C	6050/2	02/03/2013	208
MEY0007	55655510C	5185/1	28/02/2013	167
MFA1128	55656101C	5541/1	27/03/2013	181 * XVII
MFG4019	55655260C	5550/0	25/03/2013	181 * XVIII
MFK0344	55652219C	5550/0	23/03/2013	181 * XVIII
MFR5892	55653980C	5460/0	26/03/2013	181 * IX
MFY9136	55635002C	5541/4	26/03/2013	181 * XVII
MGA7038	55649843C	5541/4	06/03/2013	181 * XVII
MGB6355	55655885C	5452/1	24/03/2013	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGE8491	55656340C	7366/2	01/04/2013	252 * VI
MGF0395	55655205C	5452/6	01/03/2013	181 * VIII
MGF9102	55652203C	5819/6	25/02/2013	193
MGM0508	55653242C	7366/2	30/01/2013	252 * VI
MGR8538	55653413C	5452/1	06/03/2013	181 * VIII
MGT8211	55653199C	5452/1	31/01/2013	181 * VIII
MGT9673	55652977C	5185/1	04/03/2013	167
MGX2493	55655966C	5541/4	20/03/2013	181 * XVII
MHC1247	55655550C	5185/1	04/03/2013	167
MHC6265	55130241C	7366/2	28/03/2013	252 * VI
MHD4557	55655747C	6122/0	20/03/2013	214 * I
MHH9648	55654626C	5460/0	28/03/2013	181 * IX
MHI7709	55655638C	5819/6	27/03/2013	193
MHL1198	55655864C	5703/0	20/03/2013	185 * I
MHS7526	55654732C	5568/0	18/03/2013	181 * XIX
MHT4554	55655972C	5509/0	28/03/2013	181 * XIII
MHU3196	55634417C	5185/1	28/03/2013	167
MHV8279	55656343C	5819/1	01/04/2013	193
MHV8279	55656344C	6050/1	01/04/2013	208
MIA2988	55655415C	7366/2	26/03/2013	252 * VI
MIB4063	55655897C	5185/1	28/03/2013	167
MIB9647	55656103C	5819/6	27/03/2013	193
MID7888	55655457C	5452/1	23/02/2013	181 * VIII
MIE3680	55654786C	5550/0	21/02/2013	181 * XVIII
MIH7429	55653571C	5703/0	04/03/2013	185 * I
MIL2745	55655102C	5509/0	21/02/2013	181 * XIII
MIN1424	55653984C	5541/4	27/03/2013	181 * XVII
MIQ2301	55656119C	7366/2	31/03/2013	252 * VI
MIS3441	55655111C	5509/0	27/02/2013	181 * XIII
MIS8525	55654298C	6041/2	23/02/2013	207
MIX0706	55656001C	7366/2	21/03/2013	252 * VI
MJF3851	55654966C	6122/0	28/02/2013	214 * I
MJG5869	55655361C	5541/4	07/03/2013	181 * XVII
MJL7782	55653835C	5452/2	06/03/2013	181 * VIII
MJM2465	55654906C	5541/1	25/03/2013	181 * XVII
MJM3704	55654244C	5738/0	23/02/2013	186 * II
MJQ4155	55655650C	7366/2	27/03/2013	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJZ3309	55654448C	7366/2	28/02/2013	252 * VI
MKF4690	55655951C	5541/4	20/03/2013	181 * XVII
MKG1107	55654962C	5738/0	14/02/2013	186 * II
MKP5187	55653291C	5819/6	15/02/2013	193
MKZ1027	55655109C	5541/4	27/02/2013	181 * XVII
MKZ9778	55656125C	7366/2	31/03/2013	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1127

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1127/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFP0001	55655417C	6122/0	02/04/2013	214 * I
AFX5555	55656331C	5185/1	01/04/2013	167
AKW9450	55638178C	5703/0	08/03/2013	185 * I
DUK6413	55655355C	5819/6	27/02/2013	193
JPH9930	55654677C	5541/1	07/03/2013	181 * XVII
LWZ6887	55654781C	5541/4	21/02/2013	181 * XVII
LYF3577	55654332C	5452/1	23/02/2013	181 * VIII
LYF9706	55655811C	5819/5	03/04/2013	193
LZG0009	55655202C	5541/4	28/02/2013	181 * XVII
LZR3315	55654740C	6050/1	03/04/2013	208
LZS9404	55653682C	7366/2	30/01/2013	252 * VI
MBW1933	55656133C	6068/1	04/04/2013	209
MCD2405	55656261C	5452/1	28/03/2013	181 * VIII
MCV7948	55653925C	5185/1	29/01/2013	167
MDB2602	55655977C	5509/0	01/04/2013	181 * XIII
MDL8663	55652978C	5185/1	04/03/2013	167
MEI9036	55653566C	5746/1	04/03/2013	187 * I
MEO3147	55654408C	5568/0	31/01/2013	181 * XIX
MEW9878	55653464C	5479/0	06/03/2013	181 * X
MEW9878	55653465C	5835/0	06/03/2013	195
MFH0502	55656143C	5819/6	08/04/2013	193
MFH4621	55652999C	5185/1	08/03/2013	167
MFL3578	55653420C	5541/6	03/04/2013	181 * XVII
MGJ5780	55656529C	6050/1	05/04/2013	208
MGL5956	55655402C	5746/1	28/02/2013	187 * I
MGO8352	55653993C	5541/4	02/04/2013	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGW3114	55652582C	6068/1	15/03/2013	209
MGW9065	55653466C	5452/1	07/03/2013	181 * VIII
MHM3430	55652577C	5452/1	07/03/2013	181 * VIII
MHP7618	55654717C	5568/0	06/03/2013	181 * XIX
MIC4171	55656526C	6050/1	05/04/2013	208
MIN5612	55653419C	5541/4	03/04/2013	181 * XVII
MIP0194	55655622C	5819/6	19/03/2013	193
MJD8689	55653386C	5819/6	30/01/2013	193
MJY3416	55653578C	5541/1	01/04/2013	181 * XVII
MKP1306	55656516C	6050/1	05/04/2013	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1131

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1131/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CJT3102	55656317C	5720/0	28/03/2013	186 * I
CXG0695	55652589C	5452/1	15/03/2013	181 * VIII
CYJ7976	55656847C	5452/1	09/04/2013	181 * VIII
CYY3253	55655403C	6050/1	05/03/2013	208
DFO7847	55654367C	5541/4	08/04/2013	181 * XVII
DHQ5853	55656860C	7366/2	09/04/2013	252 * VI
DRH5686	55655617C	5703/0	15/03/2013	185 * I
DSY4476	55655917C	5509/0	18/04/2013	181 * XIII
DXY5851	55656918C	5703/0	09/04/2013	185 * I
GZP3715	55655379C	5509/0	15/03/2013	181 * XIII
HEW2855	55654343C	5568/0	11/03/2013	181 * XIX
HMS5351	55655915C	5509/0	16/04/2013	181 * XIII
HNF6246	55653139C	6041/2	09/04/2013	207
HOL7551	55656626C	5550/0	16/04/2013	181 * XVIII
IFY8484	55654591C	5550/0	16/03/2013	181 * XVIII
IIX8317	55656057C	5541/6	30/03/2013	181 * XVII
ILU6476	55656768C	5452/1	16/04/2013	181 * VIII
INI9833	55655888C	5509/0	28/03/2013	181 * XIII
LOJ3348	55638184C	7366/2	12/03/2013	252 * VI
LWS9484	55656543C	5185/1	05/04/2013	167
LXE2757	55655882C	5185/1	28/03/2013	167
LYJ3625	55655430C	5541/4	13/04/2013	181 * XVII
LYJ3625	55655431C	5525/0	13/04/2013	181 * XV
LYN1552	55656535C	5185/1	05/04/2013	167
LZD3241	55655618C	5703/0	15/03/2013	185 * I
LZD6732	55656870C	5185/1	09/04/2013	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZF3585	55654579C	5452/1	04/03/2013	181 * VIII
LZV3742	55654454C	5550/0	11/03/2013	181 * XVIII
MAD9152	55656813C	6050/1	09/04/2013	208
MAJ0393	55654726C	6050/1	18/03/2013	208
MAP5209	55655729C	5185/1	20/03/2013	167
MAR0412	55655607C	5550/0	15/03/2013	181 * XVIII
MAW7345	55653141C	5185/1	09/04/2013	167
MAW7345	55656466C	5541/4	09/04/2013	181 * XVII
MBF1621	55654724C	5550/0	14/03/2013	181 * XVIII
MBL3904	55655814C	5452/1	03/04/2013	181 * VIII
MBL9178	55656409C	5568/0	05/04/2013	181 * XIX
MBM8136	55654592C	5550/0	16/03/2013	181 * XVIII
MBN5050	55653300C	5452/1	07/03/2013	181 * VIII
MBO8831	55652584C	6068/1	15/03/2013	209
MBS5497	55656862C	5185/1	09/04/2013	167
MBV4739	55655646C	7366/2	27/03/2013	252 * VI
MBV7917	55653147C	5509/0	15/04/2013	181 * XIII
MCA1732	55656909C	6122/0	09/04/2013	214 * I
MCG6622	55656706C	5452/1	12/04/2013	181 * VIII
MCJ9999	55656972C	5185/1	17/04/2013	167
MCL7477	55656177C	5541/1	16/04/2013	181 * XVII
MCN1326	55656172C	5550/0	16/04/2013	181 * XVIII
MCR8140	55656474C	5509/0	09/04/2013	181 * XIII
MDG0067	55656166C	5509/0	12/04/2013	181 * XIII
MDI6916	55656296C	5452/1	05/04/2013	181 * VIII
MDJ1564	55654596C	5550/0	16/03/2013	181 * XVIII
MDL0989	55656244C	5452/1	12/04/2013	181 * VIII
MDM1463	55656830C	5550/0	09/04/2013	181 * XVIII
MDN7654	55656504C	6041/2	05/04/2013	207
MDU9142	55656204C	5550/0	31/03/2013	181 * XVIII
MED3304	55649848C	5550/0	11/03/2013	181 * XVIII
MEG6855	55655766C	5541/4	05/04/2013	181 * XVII
MEK0385	55656866C	5185/1	09/04/2013	167
MET0171	55654731C	6050/1	18/03/2013	208
MFA6075	55656467C	5541/4	09/04/2013	181 * XVII
MFF3465	55656549C	5819/6	09/04/2013	193
MFG2859	55656007C	6050/1	18/04/2013	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFH4965	55655426C	5541/4	10/04/2013	181 * XVII
MFJ7274	55656558C	5460/0	09/04/2013	181 * IX
MFO9918	55656757C	7366/2	12/04/2013	252 * VI
MFQ9795	55652211C	5460/0	09/03/2013	181 * IX
MFR8128	55656292C	7366/2	05/04/2013	252 * VI
MFV0637	55656836C	7366/2	09/04/2013	252 * VI
MFV2405	55655709C	6122/0	20/03/2013	214 * I
MFV2405	55655710C	5185/1	20/03/2013	167
MFV2405	55655711C	7366/2	20/03/2013	252 * VI
MFV9073	55656534C	5185/1	05/04/2013	167
MFY1854	55656236C	5819/6	12/04/2013	193
MGA1861	55654727C	6050/1	18/03/2013	208
MGD5478	55634234C	5550/0	05/04/2013	181 * XVIII
MGH9559	55655434C	5568/0	13/04/2013	181 * XIX
MGI5649	55656884C	5541/4	17/04/2013	181 * XVII
MGI6498	55656472C	5509/0	09/04/2013	181 * XIII
MGP7873	55654744C	7030/1	07/04/2013	244 * I
MGW1658	55655612C	7366/2	15/03/2013	252 * VI
MGW2381	55652591C	7366/2	15/03/2013	252 * VI
MGX1897	55629028C	5460/0	17/04/2013	181 * IX
MGY8352	55656867C	5185/1	09/04/2013	167
MHE5857	55651921C	6122/0	16/04/2013	214 * I
MHE8069	55656824C	5550/0	09/04/2013	181 * XVIII
MHG1788	55656754C	7366/2	12/04/2013	252 * VI
MHH5686	55653137C	6041/2	09/04/2013	207
MHL4631	55656008C	7366/2	18/04/2013	252 * VI
MHL9519	55656253C	5452/7	28/03/2013	181 * VIII
MHR4568	55650504C	5967/0	14/03/2013	203 * V
MHR5854	55655170C	5550/0	18/04/2013	181 * XVIII
MHS0263	55656239C	5819/6	12/04/2013	193
MHX9326	55653126C	7366/2	27/03/2013	252 * VI
MIH7755	55655712C	5185/1	20/03/2013	167
MIO0957	55656148C	7366/2	08/04/2013	252 * VI
MIO2658	55638186C	5550/0	16/03/2013	181 * XVIII
MIQ4774	55655437C	5550/0	13/04/2013	181 * XVIII
MIR7368	55634232C	5509/0	03/04/2013	181 * XIII
MIT3674	55656493C	5550/0	17/04/2013	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIW1502	55656924C	5819/1	13/04/2013	193
MIW3672	55634233C	5568/0	03/04/2013	181 * XIX
MIW5787	55654345C	5550/0	11/03/2013	181 * XVIII
MIY8619	55629024C	5541/5	04/04/2013	181 * XVII
MJC6913	55656502C	5509/0	05/04/2013	181 * XIII
MJF5459	55655744C	5509/0	20/03/2013	181 * XIII
MJF7059	55656603C	5568/0	09/04/2013	181 * XIX
MJJ0439	55656501C	5509/0	05/04/2013	181 * XIII
MJK8386	55656982C	5452/1	17/04/2013	181 * VIII
MJM5196	55656490C	5541/4	17/04/2013	181 * XVII
MJN7073	55656838C	5185/1	09/04/2013	167
MJS7397	55655270C	6050/1	02/04/2013	208
MKE7463	55655707C	5185/1	20/03/2013	167
MKG4592	55653133C	5541/4	03/04/2013	181 * XVII
MKL6090	55654344C	5452/1	11/03/2013	181 * VIII
MKP1351	55656940C	7366/2	17/04/2013	252 * VI
MKQ6828	55655376C	7366/2	11/03/2013	252 * VI
MKT1688	55655506C	7030/1	28/02/2013	244 * I
MLA8129	55656910C	5703/0	09/04/2013	185 * I
MMH3991	55656621C	5550/0	16/04/2013	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1135

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1135/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAK1828	55656002C	5550/0	25/03/2013	181 * XVIII
AJV3010	55657101C	5185/1	21/04/2013	167
AJV3010	55657102C	5720/0	21/04/2013	186 * I
AMM4770	55654912C	7366/2	22/04/2013	252 * VI
COI7380	55655805C	5541/1	15/03/2013	181 * XVII
DES6440	55654519C	5185/2	10/04/2013	167
DXS1657	55652223C	7366/2	23/03/2013	252 * VI
EBF5537	55657142C	5452/1	21/04/2013	181 * VIII
EMS4482	55656776C	5460/0	20/04/2013	181 * IX
EOG6565	55651409C	5738/0	22/04/2013	186 * II
EOG6565	55651410C	5819/1	22/04/2013	193
GSW1949	55655384C	5819/6	24/04/2013	193
HRF8240	55657154C	5720/0	23/04/2013	186 * I
IDW8575	55656714C	5185/1	20/04/2013	167
IGC0733	55656106C	5819/6	27/03/2013	193
ILN3175	55655734C	5185/1	20/03/2013	167
JVS9142	55652296C	5991/0	16/03/2013	206 * I
KZQ2081	55655755C	5550/0	16/03/2013	181 * XVIII
LOI6557	55655281C	6050/1	22/04/2013	208
LXY7308	55656888C	5215/2	17/04/2013	170
LYE6127	55652598C	5541/1	19/03/2013	181 * XVII
LYS0212	55655440C	7366/2	16/04/2013	252 * VI
LYT3933	55654904C	5550/0	21/03/2013	181 * XVIII
MAI2541	55654045C	5746/1	15/04/2013	187 * I
MAL2392	55653497C	5452/1	17/04/2013	181 * VIII
MAW3300	55657301C	5550/0	25/04/2013	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAY2989	55655445C	5541/1	22/04/2013	181 * XVII
MBI0344	55655324C	5550/0	30/03/2013	181 * XVIII
MBP7615	55655858C	5703/0	20/03/2013	185 * I
MBS1482	55656337C	6050/1	28/03/2013	208
MBS1482	55656338C	6041/2	28/03/2013	207
MBW1303	55657119C	5185/1	21/04/2013	167
MBW1303	55657129C	5452/1	21/04/2013	181 * VIII
MBZ4241	55654905C	5541/1	25/03/2013	181 * XVII
MCC7028	55656986C	5550/0	17/04/2013	181 * XVIII
MCF0623	55651986C	5541/1	23/04/2013	181 * XVII
MCG7530	55642701C	5738/0	22/04/2013	186 * II
MCS7183	55634415C	5541/4	28/03/2013	181 * XVII
MCW7837	55657133C	5452/1	21/04/2013	181 * VIII
MDF8470	55655718C	7315/0	20/03/2013	252 * I
MDF8470	55655719C	5185/1	20/03/2013	167
MDP8826	55655313C	7030/2	18/03/2013	244 * I
MDS5343	55655764C	5452/1	28/03/2013	181 * VIII
MDW3752	55656333C	7366/2	01/04/2013	252 * VI
MEC9585	55656777C	5720/0	20/04/2013	186 * I
MED2825	55655158C	6050/1	09/03/2013	208
MEG4695	55655382C	5452/2	23/03/2013	181 * VIII
MEI8376	55656719C	5452/1	24/04/2013	181 * VIII
MEK6264	55655010C	5541/1	22/04/2013	181 * XVII
MEK8436	55655867C	5703/0	20/03/2013	185 * I
MEL8003	55653498C	5509/0	25/04/2013	181 * XIII
MET1093	55656056C	7366/2	26/03/2013	252 * VI
MET5495	55651970C	5550/0	22/03/2013	181 * XVIII
MFL5733	55656713C	5185/1	20/04/2013	167
MFN7248	55655743C	5460/0	20/03/2013	181 * IX
MFO6605	55656709C	7366/2	16/04/2013	252 * VI
MFS2596	55652216C	7048/1	21/03/2013	244 * II
MFW4354	55655175C	5550/0	22/04/2013	181 * XVIII
MGD0366	55653986C	5509/0	28/03/2013	181 * XIII
MGD0366	55655976C	5509/0	28/03/2013	181 * XIII
MGD0366	55656308C	5185/1	28/03/2013	167
MGD1613	55655278C	5185/1	22/04/2013	167
MGL0291	55655721C	5185/1	20/03/2013	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGM2823	55652592C	6122/0	15/03/2013	214 * I
MGX2405	55655603C	7366/2	11/03/2013	252 * VI
MHM9389	55656785C	7366/2	24/04/2013	252 * VI
MHR8017	55653496C	5452/1	24/04/2013	181 * VIII
MHW7564	55655171C	5550/0	18/04/2013	181 * XVIII
MID6521	55656140C	5819/6	08/04/2013	193
MIE5910	55655643C	7366/2	27/03/2013	252 * VI
MIE6463	55655902C	5541/4	25/03/2013	181 * XVII
MIG0551	55656799C	5550/0	24/04/2013	181 * XVIII
MIJ0153	55653495C	5452/2	24/04/2013	181 * VIII
MIK9413	55652232C	5460/0	25/03/2013	181 * IX
MIM6300	55655874C	5185/1	28/03/2013	167
MIM6652	55647058C	5541/1	20/04/2013	181 * XVII
MIR9162	55652226C	5550/0	23/03/2013	181 * XVIII
MIT0221	55654970C	5541/4	26/03/2013	181 * XVII
MIV8263	55656800C	5568/0	24/04/2013	181 * XIX
MIX7235	55656082C	5452/1	23/04/2013	181 * VIII
MJQ4788	55654916C	5541/1	22/04/2013	181 * XVII
MJT0361	55655635C	5819/6	27/03/2013	193
MJT0361	55656005C	7366/2	25/03/2013	252 * VI
MJU0754	55656794C	7366/2	24/04/2013	252 * VI
MJU4528	55654683C	5819/6	22/04/2013	193
MJV9636	55656263C	5452/1	28/03/2013	181 * VIII
MJY0527	55130245C	6050/1	02/04/2013	208
MKB0687	55656608C	5568/0	13/04/2013	181 * XIX
MKE3692	55652225C	7366/2	23/03/2013	252 * VI
MKG3700	55655647C	7366/2	27/03/2013	252 * VI
MKJ0303	55652228C	5550/0	23/03/2013	181 * XVIII
MKK2611	55652217C	7366/2	21/03/2013	252 * VI
MKM0522	55656154C	5452/1	31/03/2013	181 * VIII
MKX1955	55655860C	5703/0	20/03/2013	185 * I
MKZ2805	55655733C	7366/2	20/03/2013	252 * VI
MLA1079	55655658C	6947/2	14/04/2013	235
MLB3912	55656183C	5509/0	24/04/2013	181 * XIII
MMH1111	55656923C	5185/1	13/04/2013	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1533

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1533/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBD0985	55914632D	5541/1	07/12/2012	181 * XVII
MEQ2839	55911847D	5460/0	21/11/2012	181 * IX
MGO0541	55913000D	5452/1	12/11/2012	181 * VIII
MHU1480	55911550D	5720/0	30/11/2012	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1536

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1536/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BTE7460	55913225D	5550/0	24/11/2012	181 * XVIII
HWI1758	55914873D	5452/1	15/12/2012	181 * VIII
LXX7059	55059423D	5525/0	02/12/2012	181 * XV
LYK6147	55914874D	5452/1	15/12/2012	181 * VIII
MAU0312	55911848D	5460/0	21/11/2012	181 * IX
MCF1556	55914726D	7366/2	05/12/2012	252 * VI
MDC5696	55054441D	5193/0	19/11/2012	168
MDQ6365	55913590D	5452/1	24/11/2012	181 * VIII
MDZ4858	55914261D	6050/1	27/11/2012	208
MEA3484	55914485D	5819/1	04/12/2012	193
MEA3484	55914486D	6076/0	04/12/2012	210
MEI6407	55911548D	6050/1	29/11/2012	208
MFA9697	55911170D	5835/0	18/11/2012	195
MFD2727	55059422D	5525/0	02/12/2012	181 * XV
MGI7081	55913589D	5452/1	24/11/2012	181 * VIII
MGY9631	55914094D	5541/5	30/11/2012	181 * XVII
MHY7227	55913600D	5452/1	24/11/2012	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1540

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1540/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKB8756	55914793D	6076/0	26/12/2012	210
AKB8756	55914795D	5207/0	26/12/2012	169
AKB8756	55914796D	5819/1	26/12/2012	193
LFD4048	55915501D	5525/0	19/12/2012	181 * XV
LZF7531	55915379D	5525/0	22/12/2012	181 * XV
LZI3198	55911925D	5452/1	20/12/2012	181 * VIII
MCB0077	55910012D	5380/0	29/12/2012	181 * I
MGJ9524	55058689D	5215/1	16/11/2012	170
MGJ9524	55058690D	5207/0	16/11/2012	169
MGJ9524	55058691D	5800/0	16/11/2012	192
MGJ9524	55058692D	5835/0	16/11/2012	195
MHF2704	55915179D	5185/1	21/12/2012	167
MHF2704	55915180D	5185/2	21/12/2012	167
MHW1510	55911927D	6076/0	21/12/2012	210
MIF8513	55910832D	7056/1	11/12/2012	244 * III
MJL0393	55914501D	5541/1	14/12/2012	181 * XVII
MJW9150	55912478D	6050/1	14/12/2012	208
MKT1301	55913601D	5541/1	28/11/2012	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1544

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1544/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFZ7881	55160267C	5215/2	10/12/2012	170
LYD6096	55160284C	5452/2	02/01/2013	181 * VIII
MAH5492	55915681D	5207/0	04/01/2013	169
MAP4702	55914861D	5452/1	08/12/2012	181 * VIII
MAS5155	55914902D	5185/1	08/12/2012	167
MBQ1184	55915024D	7048/1	13/12/2012	244 * II
MCB7154	55058877D	7056/1	02/12/2012	244 * III
MCB7154	55058893D	5835/0	02/12/2012	195
MFV7913	55062720D	7048/1	05/12/2012	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1548

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1548/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADE9700	55058697D	5541/1	14/12/2012	181 * XVII
BXM3419	55915157D	5541/1	14/12/2012	181 * XVII
DDQ0604	55914862D	5550/0	09/12/2012	181 * XVIII
LWV6672	55911185D	5525/0	08/01/2013	181 * XV
LXA4403	55915153D	5541/1	14/12/2012	181 * XVII
MBA0231	55915971D	7056/1	08/01/2013	244 * III
MBA0231	55915974D	5207/0	08/01/2013	169
MBA0231	55915975D	5819/1	08/01/2013	193
MCO2799	55059974D	5452/1	14/12/2012	181 * VIII
MCZ1198	55915722D	5541/5	09/01/2013	181 * XVII
MDC1964	55160288C	5541/1	09/01/2013	181 * XVII
MHB5271	55160295C	5185/1	11/01/2013	167
MIW6308	55061587D	7366/2	20/12/2012	252 * VI
MJD9128	55160287C	5541/1	09/01/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1552

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1552/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CGN8697	55914663D	5819/4	19/01/2013	193
LXM4824	55916254D	5452/1	18/01/2013	181 * VIII
MAL5300	55914266D	5550/0	16/01/2013	181 * XVIII
MBE5721	55160279C	5452/1	20/12/2012	181 * VIII
MCA2318	55916128D	6858/0	19/01/2013	231 * VII
MDC2249	55914875D	5738/0	18/12/2012	186 * II
MEV8775	55915080D	5207/0	20/01/2013	169
MEV8775	55915081D	5720/0	20/01/2013	186 * I
MEV8775	55915082D	5835/0	20/01/2013	195
MEV8775	55915083D	6076/0	20/01/2013	210
MEX4996	55915787D	5738/0	15/01/2013	186 * II
MFA0094	55916264D	5452/1	18/01/2013	181 * VIII
MFL0874	55910293D	5460/0	18/12/2012	181 * IX
MGT3659	55915074D	5541/1	15/01/2013	181 * XVII
MHQ2509	55916602D	5479/0	18/01/2013	181 * X
MHV9056	55913107D	7056/1	17/01/2013	244 * III
MIL2751	55916012D	7048/2	15/01/2013	244 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1556

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1556/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXD7084	55912073D	5452/1	20/01/2013	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1560

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1560/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABA8180	55912486D	5452/1	20/01/2013	181 * VIII
ABH7945	55909314D	5452/1	22/01/2013	181 * VIII
AIE0354	55915063D	5541/1	15/01/2013	181 * XVII
ASN5172	55915716D	5541/1	09/01/2013	181 * XVII
CYX3642	55915054D	6050/1	08/01/2013	208
IBN0693	55915706D	6785/1	19/12/2012	231 * II * a
IDG0266	55915682D	5207/0	04/01/2013	169
JFF4921	55918009D	5541/1	23/01/2013	181 * XVII
LXD6425	55911924D	5452/1	20/12/2012	181 * VIII
LXL3220	55910424D	5452/1	04/01/2013	181 * VIII
LYV8609	55914510D	5541/1	26/12/2012	181 * XVII
MCA7320	55160291C	5541/1	09/01/2013	181 * XVII
MCG7628	55913605D	5541/1	15/01/2013	181 * XVII
MCZ0349	55916537D	5185/1	12/01/2013	167
MDJ4596	55915085D	5541/1	22/01/2013	181 * XVII
MDY9297	55915723D	5541/5	09/01/2013	181 * XVII
MES8136	55912908D	5185/1	22/12/2012	167
MES8136	55912909D	5835/0	22/12/2012	195
MEU3136	55915721D	5541/5	09/01/2013	181 * XVII
MFO3481	55913802D	7030/1	01/01/2013	244 * I
MFV7618	55915363D	7366/2	22/12/2012	252 * VI
MGB9221	55915732D	5835/0	10/01/2013	195
MGF4667	55915088D	5541/1	22/01/2013	181 * XVII
MHW9369	55915091D	5541/1	22/01/2013	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1564

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1564/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAY6759	55160289C	5541/1	09/01/2013	181 * XVII
MIJ7264	55918028D	5541/1	29/01/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1568

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1568/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGQ1116	55915998D	5185/1	01/02/2013	167
AIW9760	55057639D	5460/0	05/02/2013	181 * IX
CIL9133	55057640D	5410/0	05/02/2013	181 * IV
CWL8046	55918513D	5185/1	11/02/2013	167
CWL8046	55918514D	5720/0	11/02/2013	186 * I
IDS4939	55918517D	5371/0	11/02/2013	180
KYH0070	55061598D	5541/1	02/02/2013	181 * XVII
LZQ9493	55915065D	5541/1	15/01/2013	181 * XVII
MAX4040	55916560D	5835/0	16/01/2013	195
MAX4040	55916563D	5185/1	16/01/2013	167
MBI3741	55915064D	5541/1	15/01/2013	181 * XVII
MBW4005	55915794D	5738/0	15/01/2013	186 * II
MBW4005	55915796D	7366/2	15/01/2013	252 * VI
MBW4005	55915797D	7030/2	15/01/2013	244 * I
MCF6710	55909635D	5479/0	11/01/2013	181 * X
MCV9134	55918506D	5738/0	09/02/2013	186 * II
MDA8415	55913676D	5428/3	01/02/2013	181 * V
MDB1540	55915066D	5541/1	15/01/2013	181 * XVII
MEU8844	55910839D	5541/1	07/02/2013	181 * XVII
MFG4088	55916201D	6050/1	21/01/2013	208
MFJ6286	55915986D	5835/0	16/01/2013	195
MFO7861	55916331D	5541/5	31/01/2013	181 * XVII
MGB5289	55916442D	5835/0	09/02/2013	195
MGB5289	55916443D	5185/1	09/02/2013	167
MGL2326	55915508D	6050/1	20/01/2013	208
MGZ5840	55914267D	5550/0	16/01/2013	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHF1181	55915798D	6866/1	17/01/2013	231 * VIII
MHN8953	55915791D	5738/0	15/01/2013	186 * II
MHX7527	55915070D	5541/1	15/01/2013	181 * XVII
MIK9183	55916604D	6866/1	18/01/2013	231 * VIII
MIS5746	55916654D	5185/1	14/01/2013	167
MJN9721	55916552D	6050/1	16/01/2013	208
MKA1312	55154784C	7030/2	22/01/2013	244 * I
MKD1147	55913607D	5541/1	21/01/2013	181 * XVII
MKE3627	55918501D	5460/0	05/02/2013	181 * IX
MMF7911	55910356D	7366/2	06/02/2013	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1572

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1572/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DAR9578	55916170D	5207/0	23/01/2013	169
INI6532	55919135D	5738/0	13/02/2013	186 * II
MDG4815	55913669D	5835/0	14/01/2013	195
MFD8295	55916210D	5738/0	11/02/2013	186 * II
MFY4291	55916255D	5541/1	18/01/2013	181 * XVII
MGR8908	55918008D	5541/1	23/01/2013	181 * XVII
MJB3670	55913675D	5185/1	17/01/2013	167
MKL0106	55918007D	7366/2	23/01/2013	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1576

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1576/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DBE2085	55914154D	5550/0	24/02/2013	181 * XVIII
ERB8608	55910847D	5541/4	19/02/2013	181 * XVII
IQV1999	55918020D	7366/2	29/01/2013	252 * VI
LNO0836	55914680D	5207/0	28/01/2013	169
LYD0113	55063877D	5525/0	23/02/2013	181 * XV
LYY1208	55062724D	5207/0	24/01/2013	169
LYY1208	55062725D	5185/2	24/01/2013	167
LYY1208	55062726D	5215/2	24/01/2013	170
MAT9837	55914918D	5550/0	25/02/2013	181 * XVIII
MCE9557	55918021D	5541/1	25/01/2013	181 * XVII
MCF5964	55916185D	7366/2	28/01/2013	252 * VI
MDJ5568	55913626D	5541/1	20/02/2013	181 * XVII
MET2995	55918801D	5380/0	04/03/2013	181 * I
MFA9552	55916599D	6050/1	01/02/2013	208
MFI0624	55914917D	5550/0	25/02/2013	181 * XVIII
MFQ9226	55918019D	5541/1	25/01/2013	181 * XVII
MGC1367	55916610D	7056/1	22/02/2013	244 * III
MGW5642	55916349D	5452/2	25/02/2013	181 * VIII
MHW2248	55916187D	7366/2	28/01/2013	252 * VI
MIP7739	55160292C	5541/5	09/01/2013	181 * XVII
MJD7923	55910863D	6050/2	14/02/2013	208
MJD7923	55910864D	5215/2	14/02/2013	170
MJD7923	55910866D	5819/4	14/02/2013	193
MJD7923	55910867D	5215/1	14/02/2013	170
MJD7923	55910868D	6122/0	14/02/2013	214 * I
MJD7923	55910869D	5738/0	14/02/2013	186 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJD7923	55910870D	7234/0	14/02/2013	250 * I * a
MMA0303	55918030D	5738/0	29/01/2013	186 * II
MMB5210	55918022D	5541/1	25/01/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1580

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1580/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CDD2732	55054845D	5185/1	03/03/2013	167
IDW8575	55913634D	5550/0	05/03/2013	181 * XVIII
LWU6797	55919616D	6076/0	04/03/2013	210
LXF4663	55919048D	5452/1	27/02/2013	181 * VIII
LXQ7189	55914925D	6122/0	07/03/2013	214 * I
LYK4924	54568548C	5479/0	07/02/2013	181 * X
LYP7430	55919230D	5460/0	06/03/2013	181 * IX
MBG4430	55914919D	5550/0	25/02/2013	181 * XVIII
MCP0994	55916335D	7366/2	18/02/2013	252 * VI
MDM7618	55913719D	5835/0	07/02/2013	195
MDM7618	55913723D	5819/7	07/02/2013	193
MDO7082	55918029D	5541/1	29/01/2013	181 * XVII
MDR8973	55919177D	5550/0	04/03/2013	181 * XVIII
MDS8802	55910362D	7366/2	07/03/2013	252 * VI
MDT9458	55913631D	5550/0	05/03/2013	181 * XVIII
MFS2525	55915520D	5452/1	02/03/2013	181 * VIII
MFY4348	55918035D	7056/1	31/01/2013	244 * III
MGF9669	55919226D	5185/1	02/03/2013	167
MHQ1523	55919526D	5509/0	07/03/2013	181 * XIII
MHR4194	55054843D	5185/1	03/03/2013	167
MIM2948	55916702D	5800/0	04/03/2013	192
MIM2948	55916703D	5967/0	04/03/2013	203 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1584

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1584/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKS8001	55918108D	5835/0	12/02/2013	195
AOS3787	55910353D	7366/2	06/02/2013	252 * VI
KMY2885	55916222D	5460/0	11/03/2013	181 * IX
MAT2633	55918929D	5452/1	11/03/2013	181 * VIII
MCX5653	55919485D	5738/0	13/03/2013	186 * II
MDE5831	55913689D	5240/0	11/03/2013	173
MDE5831	55913690D	5215/2	11/03/2013	170
MDE5831	55913691D	5207/0	11/03/2013	169
MDU5618	55918738D	7072/2	11/02/2013	244 * V
MGY8625	55918982D	7030/2	14/03/2013	244 * I
MHC9386	55910022D	7030/2	11/03/2013	244 * I
MHM6694	55919410D	5541/1	11/03/2013	181 * XVII
MHT6201	55914278D	5460/0	13/03/2013	181 * IX
MJL3068	55910354D	7366/2	06/02/2013	252 * VI
MJQ9838	55917302D	5207/0	18/03/2013	169
MJQ9838	55917303D	7030/2	18/03/2013	244 * I
MJQ9838	55917304D	7064/0	18/03/2013	244 * IV
MJQ9838	55917305D	5843/3	18/03/2013	196
MJY3729	55918927D	5380/0	09/03/2013	181 * I
MKG1107	55914686D	7030/1	10/02/2013	244 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1588

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1588/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALZ6881	55911591D	5185/1	02/10/2012	167
AOD6266	55918308D	5460/0	18/02/2013	181 * IX
CEG4577	55914525D	5568/0	08/03/2013	181 * XIX
DBO0019	55911501D	5550/0	27/09/2012	181 * XVIII
DHT1637	55911593D	5185/1	02/10/2012	167
JNM6550	55911592D	5185/1	02/10/2012	167
JQM0674	55911751D	5452/1	28/09/2012	181 * VIII
LWU9349	55919237D	7030/1	16/03/2013	244 * I
LYJ2389	55919239D	5193/0	24/03/2013	168
MBB6128	55919483D	5525/0	09/03/2013	181 * XV
MBF2546	55911434D	5185/1	27/09/2012	167
MCO8339	55911522D	5835/0	22/10/2012	195
MDN5663	55918923D	5525/0	09/03/2013	181 * XV
MFG2490	55911527D	5738/0	24/10/2012	186 * II
MHD4213	55910361D	7366/2	07/03/2013	252 * VI
MIS3357	55061681D	5185/1	16/02/2013	167
MIS3357	55061682D	5231/1	16/02/2013	172
MJD2443	55911562D	5185/1	29/09/2012	167
MJF6646	55911439D	5185/2	27/09/2012	167
MJM2968	55919495D	7366/2	13/03/2013	252 * VI
MKB7911	55911759D	5452/1	24/10/2012	181 * VIII
MKI1539	55918302D	7366/2	16/02/2013	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1592

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1592/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AOQ7628	55911223D	5460/0	23/03/2013	181 * IX
IIT1938	55919036D	5550/0	22/02/2013	181 * XVIII
IMM3014	55058699D	7366/2	07/03/2013	252 * VI
IOH2623	55916996D	6068/1	02/03/2013	209
JGC2554	55914157D	5550/0	24/02/2013	181 * XVIII
JGC2554	55919457D	6050/1	05/03/2013	208
JGC2554	55919468D	5827/0	05/03/2013	194
JUL4163	55913724D	5541/1	25/02/2013	181 * XVII
LZX3318	55918802D	5541/1	04/03/2013	181 * XVII
MAS1024	55916911D	5541/4	25/03/2013	181 * XVII
MBJ7091	55919452D	6050/1	01/03/2013	208
MBW2715	55918803D	5452/2	04/03/2013	181 * VIII
MEK4633	55913635D	5550/0	06/03/2013	181 * XVIII
MES0218	55917235D	6050/1	29/03/2013	208
MEY1887	55913696D	5185/1	06/03/2013	167
MFL9320	55916337D	5568/0	20/02/2013	181 * XIX
MFO8253	55916611D	5401/0	25/02/2013	181 * III
MFP8769	55912496D	6050/1	26/02/2013	208
MFZ6606	55060378D	5835/0	19/02/2013	195
MGD4400	55917712D	7366/2	27/03/2013	252 * VI
MHK5843	55917000D	5452/1	04/03/2013	181 * VIII
MHT6214	55918340D	5541/1	06/03/2013	181 * XVII
MJA7244	55916346D	5541/5	22/02/2013	181 * XVII
MJC3762	55163546C	5738/0	25/03/2013	186 * II
MJY9417	55919054D	5568/0	24/02/2013	181 * XIX
MKA5189	55918322D	6050/1	22/02/2013	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKY2008	55918326D	5541/1	22/02/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1596

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1596/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LNN7899	55918520D	5185/1	02/03/2013	167
LNN7899	55918522D	5835/0	02/03/2013	195
LZQ9493	55918804D	5541/1	04/03/2013	181 * XVII
MAL5300	55918525D	5550/0	23/03/2013	181 * XVIII
MBM2463	55917795D	5460/0	03/04/2013	181 * IX
MBM2463	55917796D	5525/0	03/04/2013	181 * XV
MBN0654	55917744D	5380/0	03/04/2013	181 * I
MBR2515	55913173D	5185/1	08/03/2013	167
MBR8784	55917101D	5452/1	18/03/2013	181 * VIII
MBT2064	55916894D	7030/2	19/02/2013	244 * I
MDC4571	55059984D	7030/1	30/01/2013	244 * I
MEE8243	55911225D	7366/2	28/03/2013	252 * VI
MEO3147	55916329D	5541/5	31/01/2013	181 * XVII
MEY1765	55917094D	5452/1	05/04/2013	181 * VIII
MGT8645	55910365D	7366/2	07/03/2013	252 * VI
MHK8072	55917798D	5460/0	03/04/2013	181 * IX
MHX8408	55917746D	5380/0	03/04/2013	181 * I
MIF3127	55917731D	5460/0	03/04/2013	181 * IX
MII6208	55917698D	5460/0	03/04/2013	181 * IX
MIN5612	55917742D	5541/4	03/04/2013	181 * XVII
MJI6161	55918350D	5541/1	08/03/2013	181 * XVII
MKQ6247	55919621D	6858/0	04/03/2013	231 * VII
MKW8208	55918344D	5541/1	08/03/2013	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1600

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1600/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AES2715	55063891D	5398/0	14/04/2013	181 * II
ANG8244	55910850D	5541/4	21/02/2013	181 * XVII
CNC9915	55916618D	5240/0	13/04/2013	173
CNC9915	55916619D	5215/2	13/04/2013	170
JRJ3264	55919971D	5460/0	15/04/2013	181 * IX
JYR5632	55916239D	5452/1	15/04/2013	181 * VIII
MBM2508	55919959D	5452/1	12/04/2013	181 * VIII
MCC8262	55917031D	5541/1	16/04/2013	181 * XVII
MCL6805	55919962D	5452/1	12/04/2013	181 * VIII
MCM5472	55914928D	5347/0	10/04/2013	178
MDC1158	55920214D	5380/0	12/04/2013	181 * I
MDC1158	55920216D	7030/2	12/04/2013	244 * I
MDK1017	55919357D	5541/5	27/03/2013	181 * XVII
MDP6619	55919904D	5452/1	09/04/2013	181 * VIII
MED0754	55913312D	7030/1	17/03/2013	244 * I
MED5484	55919970D	5541/1	12/04/2013	181 * XVII
MEH2722	55917102D	5452/1	18/03/2013	181 * VIII
MEN4664	55915538D	5380/0	06/04/2013	181 * I
MFJ1494	55915543D	7030/1	14/04/2013	244 * I
MFJ9257	55919412D	5541/5	11/03/2013	181 * XVII
MFS3635	55918338D	5541/1	06/03/2013	181 * XVII
MGB9136	55062736D	5479/0	03/04/2013	181 * X
MHD9899	55917016D	5541/1	15/03/2013	181 * XVII
MHD9899	55917017D	5541/1	15/03/2013	181 * XVII
MHF1443	55913314D	5819/4	04/04/2013	193
MHN9991	55061691D	5452/2	11/04/2013	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHU8793	55917054D	5738/0	12/03/2013	186 * II
MII5687	55914275D	5541/4	13/03/2013	181 * XVII
MIY4801	55919423D	5541/5	11/04/2013	181 * XVII
MKE4122	55918920D	5525/0	09/03/2013	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1604

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1604/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDS4434	55912499D	5452/1	26/03/2013	181 * VIII
MIQ7773	55917722D	7030/2	29/03/2013	244 * I
MLN0679	55919908D	6122/0	15/04/2013	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 13 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Lei Nº 2.082, de 15 de Maio de 2013.

LEI Nº 2.082, DE 15 DE MAIO DE 2013.

Autoriza à baixa de bens inservíveis do Patrimônio Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à baixa do Patrimônio Municipal, dos bens especificados no Anexo Único desta Lei.

§ 1º A baixa de que trata o caput deste artigo tem como objetivo eliminar os bens inservíveis do Patrimônio Municipal.

§ 2º Considera-se inservível, para efeito desta Lei, o bem que não puder ser utilizado pelo Poder Executivo Municipal ou por outro órgão ou entidade sem fins lucrativos, para o fim a que se destina, devido à perda de suas características e cuja recuperação seja considerada antieconômica.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de maio de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Lei nº 2.082, de 15 de maio de 2013)

RELAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS QUE SERÃO DESTINADOS PARA SUCATA

Código do Patrimônio	DESCRIÇÃO	VALOR
816	Luminária Suporte Ferro	R\$ 30,00
838	Tanque em Metal	R\$ 70,00
1261	Mesa Impressora	R\$ 25,00
1445	Estabilizador - GR Savage	R\$ 25,00
1527	Estufa Esterilização e Secagem - Nevon	R\$ 720,00
1546	Balança para Bebês - Welmy	R\$ 98,00
1549	Cadeira Madeira Cor Mel	R\$ 15,00
1551	Cadeira Madeira Cor Mogno	R\$ 15,00
1552	Cadeira Madeira Cor Mogno	R\$ 15,00
1553	Maca Metal com Estofado Branco	R\$ 48,00
1558	Maca Metal com Estofado Branco	R\$ 220,00
1559	Cama Hospitalar Branca	R\$ 160,00
1561	Balcão Formica 6 Portas, 8 Gavetas	R\$ 169,00
1569	Cadeira Madeira Cor Mel	R\$ 15,00
1570	Cadeira Madeira Cor Mel	R\$ 15,00
1571	Cadeira Madeira Cor Mel	R\$ 15,00
1572	Cadeira Madeira Cor Mel	R\$ 15,00
1573	Cadeira Metal, Assento e Encosto Madeira	R\$ 12,00

1575	Cadeira Metal, Assento e Encosto Madeira	R\$ 12,00
1577	Cadeira Madeira, Assento Plástico Trançado	R\$ 12,00
1584	Balcão MDF, 5 Gavetas, 3 Portas	R\$ 63,00
1586	Cadeira Madeira Cor Mel	R\$ 15,00
1686	Impressora Colorida HP	R\$ 200,00
1694	Mesa em MDF	R\$ 38,00
1939	Armário de Madeira	R\$ 41,00
1986	Carteira Escolar	R\$ 25,00
2086	Mesa Formica para computador	R\$ 78,00
2186	Purificador de Água - Latina	R\$ 150,00
2221	Cadeira Escolar	R\$ 10,00
2222	Cadeira Escolar	R\$ 10,00
2232	Cadeira Escolar	R\$ 10,00
2284	Cadeira Escolar	R\$ 10,00
2325	Cadeira Escolar	R\$ 10,00
2329	Cadeira Escolar	R\$ 10,00
2476	Desfibrilador - Emai	R\$ 3.500,00
2477	Monitor Cardíaco - Emai	R\$ 3.500,00
2478	Suporte Lâmpada	R\$ 30,00
2480	Mesa Formica Branca, 3 Gavetas	R\$ 69,00
2499	Suporte Lâmpada	R\$ 54,00
2692	Botijão de Inseminação	R\$ 1.500,00
2706	Monitor LG	R\$ 390,00
3368	Gaita Todeschini	R\$ 1.500,00
3369	Gaita Todeschini	R\$ 1.500,00
3635	Monitor Flatron - LG	R\$ 310,00
3664	Impressora Agendamento - Bematech	R\$ 500,00
3764	Cadeira Giratória sem Braço Cinza	R\$ 178,00
3788	Cadeira Giratória sem Braço Cinza	R\$ 178,00
3878	Carteira Escolar	R\$ 25,00
3962	Carteira Escolar	R\$ 25,00
3975	Conjunto Mesa e Cadeira Escolar	R\$ 45,00
4014	Cadeira Fixa Escolar	R\$ 15,00
4043	Carteira Escolar	R\$ 25,00
4146	Carteira Escolar	R\$ 25,00
4201	Cadeira Fixa Escolar	R\$ 15,00
4207	Cadeira Fixa Escolar	R\$ 15,00
4208	Cadeira Fixa Escolar	R\$ 15,00
4233	Carteira Escolar	R\$ 25,00
4242	Carteira Escolar	R\$ 25,00
4339	Carteira Escolar	R\$ 25,00
4450	Armário de Madeira	R\$ 150,00
4773	Impressora Digital - Bematech	R\$ 500,00
6224	Cadeira Longarina - 4 lugares, cinza	R\$ 150,00
6395	Fogareiro 2 Bocas a Gás	R\$ 100,00
9076	Antena Engenius EOC 16050	R\$ 790,00
9077	Antena Engenius EOC 16050	R\$ 790,00
9080	Antena Engenius EOC 16050	R\$ 790,00
9081	Antena Engenius EOC 16050	R\$ 790,00

9082	Antena Engenius EOC 16050	R\$ 790,00
9088	Antena Engenius EOC 16050	R\$ 790,00
TOTAL	R\$ 21.505,00	

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de maio de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.083, de 15 de Maio de 2013.

LEI Nº 2.083, DE 15 DE MAIO DE 2013.

Autoriza o poder executivo a realizar a abertura de crédito adicional - anulação de dotações no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional - anulação de dotações, criando-se as modalidades de aplicação necessária e adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 126.500,00 (cento e vinte e seis mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01.15.451.4511.2.034 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 87
Aplicação Direta R\$ 126.500,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações, em conformidade com o que estabelece inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964:

09.00
SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01.15.451.4511.2.052 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 91
Aplicação Direta R\$ 66.500,00

09.00
SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01.15.451.4511.1.027 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 93
Aplicação Direta R\$ 60.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de maio de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Portaria N.º 189/2013

PORTARIA n.º 189/2013

Concede licença para tratamento de saúde a servidora JANICE DE FREITAS, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora JANICE DE FREITAS, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da data de 02/05/2013, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02/05/2013.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de maio de 2013.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Portaria N.º 190/2013

PORTARIA n.º 190/2013

Concede férias a servidora JEANE DOS PASSOS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JEANE DOS PASSOS, ocupante do cargo de Professora I Auxiliar de Sala, férias por 30 dias que gozará a partir de 15/05/2013 a 13/06/2013, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de maio de 2013.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Reclassificação Paulo Henrique Lohn

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.
PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2012

Aos oito dias do mês de maio do ano de 2013, PAULO HENRIQUE LOHN, por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que não vai assumir a vaga relativo ao de Professor II - Português, portanto solicita passar para o final da lista dos aprovados.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de maio de 2013.

Schroeder

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 130/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 130/2013

ALTERA E ACRESCE DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 001/95 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º O parágrafo terceiro, do art. 68, da Lei Complementar Municipal nº001/95 passará a ter a seguinte redação:

“[]

§ 3º - O pagamento na forma deste artigo será único, e ou em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e consecutivas, a critério da Secretaria de Finanças, regulados por Decreto, pela soma dos débitos existentes na data da concessão e abrangerá, ainda, débitos ou parcelas destes, vencidas no exercício. Admitir-se-á uma só vez o parcelamento, sendo possível um único reparcelamento administrativo, desde que não tenha ocorrido a propositura de execução judicial.

[]”

Art. 2º Fica acrescido à Lei Complementar Municipal nº001/95, o seguinte art. 68-A e seus §§ 1º e 2º:

“Art., 68-A Admitir-se-á, uma única vez, o parcelamento de débitos fiscais na fase judicial, oriundos ou não do art. 68 desta Lei Complementar, podendo o pagamento ser único, e ou em até 18 (dezoito) prestações mensais e consecutivas, a critério da Secretaria de Finanças, regulado por Decreto, aplicando-se as disposições do § 2º do Art. 68 desta Lei Complementar.

§ 1º Sendo a proposta aceita pelas partes, os atos executivos serão suspensos, implicando a aceitação no reconhecimento da dívida pelo sujeito passivo, afastando a contestação do débito judicial, mantidas eventuais garantias.

§ 2º A falta de pagamento de 3 (três) prestações, consecutivas ou não, nos prazos fixados, importará na caducidade do parcelamento e implicará no prosseguimento do processo judicial, com imediato início ou continuidade dos atos executivos”.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de maio de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 002639/13 de 15 de Maio de 2013

DECRETO Nº 002639/13 DE 15 DE MAIO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001909/12 de 27 de Novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 26.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER

05.01.27.812.0007.2.028 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Obras e Instalações

R\$ 26.000,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0000

R\$ 26.000,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 15 de Maio de 2013

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.638/2013 de 14 de Maio de 2013

DECRETO Nº 2.638/2013 de 14 de maio de 2013

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, REGIDO PELA LEI N.º 1.764/2009.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Legislação Municipal nº 1.764/2009, que vem estabelecer regras para a Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório do Município de Schroeder.

Considerando que o servidor nomeado para cargo efetivo do quadro de pessoal do Município de Schroeder fica sujeito a um período de 03 (três) anos de estágio probatório, nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal.

Considerando o transcurso do prazo do estágio probatório.

Considerando que a organização e operacionalização da Avaliação do Estágio Probatório foram executadas por Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº. 5.006 de 22 de fevereiro de 2013.

Considerando a Ata nº 80, apresentada pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, que vem emitir parecer final para os servidores, a fim de homologar a sua confirmação no cargo a que foram nomeados.

DECRETA:

Art. 1o Fica homologado o resultado conclusivo dos servidores que passaram pelo período do estágio probatório e obtiveram a aprovação ao cargo que foram nomeados, conforme Ata nº 80/2013 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, conforme segue abaixo:

- Débora Patrícia Grando Borges;
- Elmer Sandro Quadros;
- João Carlos Lescowicz;
- Karine Viergutz Marques;
- Mario Muller Junior.

Art. 2o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 14 de maio de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Resolução Nº 001/2013 _Protocolo de Psicologia RESOLUÇÃO Nº. 001/2013 PROTOCOLO DE PSICOLOGIA

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 14 de fevereiro de 2013 RESOLVE APROVAR o Protocolo de Atenção em Saúde Mental é um guia para conhecimento da rede de Saúde Mental do município de Schroeder. Tem como objetivo assegurar o princípio de territorialidade, descentralização do atendimento e garantir acesso às pessoas que necessitam de cuidados específicos na área de saúde mental.

Assim, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 14 de fevereiro de 2013.
Mario Muller Junior
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Resolução Nº 002/2013 _ Protocolo de Fisioterapia RESOLUÇÃO Nº. 002/2013 PROTOCOLO DE FISIOTERAPIA

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 14 de fevereiro de 2013 RESOLVE APROVAR o Protocolo para o serviço de fisioterapia terá como principal objetivo otimizar o serviço, direcionar e organizar o fluxo, e nortear as ações que envolvem o encaminhamento para fisioterapia.

Assim, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 14 de fevereiro de 2013.
MARIO MULLER JUNIOR
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Resolução Nº 003/2013 _Prestação de Contas da Vigilância Sanitária Referente ao Ano de 2012 RESOLUÇÃO Nº. 003/2013 PRESTAÇÃO DE CONTAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA REFERENTE AO ANO DE 2012

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 14 de fevereiro de 2013 RESOLVE APROVAR a prestação de contas da vigilância sanitária referente ao ano de 2012.

Assim, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 14 de fevereiro de 2013.
MARIO MULLER JUNIOR
Presidente do Conselho Municipal de Saúde



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

www.ciga.sc.gov.br

Dispensa Nº 23/2013-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 23/2013 - DL**

Processo Nr.: 36/2013
Data: 15/05/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: NEOVITA COM. DE PROD. ORTOPÉDICOS E HOSPITALARES L

Código: 9630

Endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 353

Cidade: Jaraguá do Sul - SC

CNPJ: 04.506.043/0001-02

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada para conserto de oito aparelhos esfignomanômetros para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	2,00	Troca de manguito em latex (esfignomanômetro - naylon)	PÇS	12,50	25,00
2	1,00	Troca de manguito em latex (esfignomanômetro - brim)	PÇS	12,50	12,50
3	2,00	Troca de braçadeira em naylon (esfignomanômetro - naylon)	PÇS	16,00	32,00
4	1,00	Troca de braçadeira em brim (esfignomanômetro - brim)	PÇS	18,00	18,00
5	2,00	Troca de pêra de latex (esfignomanômetro - obeso - naylon)	PÇS	7,00	14,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Considerando que os aparelhos esfignomanômetros (para aferição da pressão arterial) são utilizados diariamente e com muita frequência em todas unidades de saúde e em atividades de grupos nos bairros, precisamos do conserto dos oito aparelhos, pois, este é um procedimento de triagem prévia às consultas e de monitoramento da pressão arterial para diagnóstico de hipertensão arterial e outras patologias cardíacas. Este ano já foram aferidas 3778 pressões arteriais em atendimentos eletivos e de urgência. Contudo, com o número reduzido de aparelhos aptos para o uso, a assistência à saúde está sendo prejudicada. O processo licitatório está sendo elaborado junto ao setor competente.

Schroeder, 15 de Maio de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 23/2013 - DL**

Processo Nr.: 36/2013
Data: 15/05/2013

Folha: 2/2

8/5/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 8 de Maio de 2013

Valor da Despesa: 101,50 (cento e um reais e cinquenta centavos)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Dispensa Nº 24/2013-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 24/2013 - DL**Processo Nr.: 38/2013
Data: 15/05/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: PLASFORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS PLÁSTI

Código: 12591

Endereço: RUA TREZA DE MAIO, Nº 521

Cidade: Pinhais - PR

CNPJ: 04.993.154/0001-82

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de pallet plástico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	20,00	Estrato plástico com as maiores dimensões, o que resulta no diferencial de maior facilidade para montagem e desmontagem (principalmente para limpeza). Medidas: 1,00 x 1,20 x 0,17cm. Matéria prima: confeccionados em polipropileno ou polietileno.	UN	180,00	3.600,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA

Estamos adquirindo o objeto através de dispensa, em função da urgência exigida no auto de intimação anexo. Assim estaremos evitando possíveis atrasos no cumprimento da lei.

Schroeder, 15 de Maio de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 24/2013 - DL**

Processo Nr.: 38/2013
Data: 15/05/2013

Folha: 2/2

6/5/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 6 de Maio de 2013

Valor da Despesa: 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Dispensa Nº 25/2013-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCDISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 25/2013 - DLProcesso Nr.: 39/2013
Data: 15/05/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: CENTERLABSC - COMÉRCIO DE PROD. LABORATORIAUIS LTD

Código: 12592

Endereço: RUA FERMINO COSTA, 493

Cidade: Florianópolis - SC

CNPJ: 08.010.504/0001-02

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de Pipeta descartável plástica incolor 3ml com graduação, tipo conta gotas, para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Pipeta descartável plástica incolor 3ml com graduação, tipo conta gotas. Caixa c/ 500 Unidades.	CX	46,00	46,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Desde 1986, o Brasil vem convivendo com epidemias, atingindo a maior parte do território nacional, atualmente com circulação dos 4 diferentes sorotipos virais, entre eles, DENV1 - Dengue. Essa situação deve despertar a atenção das três esferas da Política de Saúde, para o desenvolvimento competente e responsável das ações necessárias. Santa Catarina apresenta uma realidade epidemiológica para dengue bastante diferenciada dos outros estados da federação, sendo o único sem transmissão autóctone da doença atualmente. Além disso, a grande maioria de seus municípios não tem infestação pelo Aedes aegypti, entre eles, Schroeder, apenas detectando focos eventuais, porém sem dispersão importante. Em função desse quadro, o estado de Santa Catarina necessitamos de material específico que possibilitem aos profissionais agentes de endemias municipais realizar seu trabalho com eficiência e eficácia, entre eles, as pipetas acima mencionadas. Tais pipetas, são utilizadas quando suspeita-se ou encontram-se focos de larva. Segundo o manual Dengue Instruções para Pessoal de Combate ao Vetor - 2001 - Ministério da Saúde: Manual de Normas Técnicas p. 40, "No caso de uso do pesca-larvas, deve-se de início percorrer, rapidamente, a superfície da água com o instrumento, visando surpreender as larvas e pupas que aí estejam. Em seguida, percorre-se com o pesca-larva todo o volume de água, fazendo movimento em forma de um "8", descendo até o fundo do depósito. Recolhe-se então o material retido no pesca-larva, transferido-o para pequena bacia, já contendo água limpa. Aí o material é examinado. Com o uso da pipeta sugam-se as larvas e/ou pupas que forem encontradas, transferindo-as para a palma da mão a fim de se retirar o excesso de água...".

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 15 de Maio de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 25/2013 - DL**

Processo Nr.: 39/2013
Data: 15/05/2013

Folha: 2/2

07/05/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 7 de Maio de 2013

Valor da Despesa: 46,00 (quarenta e seis reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Dispensa Nº 34/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 34/2013 - DL**

Processo Nr.: 85/2013
Data: 15/05/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: CLEONICE DE OLIVEIRA DOS SANTOS - ME
Endereço: RUA PAULO EGGERT, 581
Cidade: Jaraguá do Sul - SC
CNPJ: 06.986.435/0001-33

Código: 10383

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de feixas e placas para a 8ª Exposição Sul Brasileira de Orquídeas e Plantas Ornamentais, realizada no Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	8,00	Placas com adesivação e impressão digital com pés de madeira medindo 60cm x 40cm para fixar nos trevos- com a seguinte frase: Evento Exposição Sul Brasileira de Orquídeas 17 a 19 de maio/2013 + seta	UN	29,00	232,00
2	4,00	Placas com adesivação e impressão digital com pés de madeira medindo 60cm x 40cm para fixar na beira da rua - com a seguinte indicação: (2 Estacionamento Visitante Entrada), (2 estacionamento visitante Saída) e (2 Estacionamento Expositor) + seta	UN	29,00	116,00
3	3,00	Placas em PVC com adesivação e impressão com a seguinte frase: (WC masculino) medindo 30x10cm	UN	8,50	25,50
4	4,00	Placas em PVC com adesivação e impressão com a seguinte frase: (WC feminino) medindo 30x10cm	UN	8,50	34,00
5	1,00	Placas em PVC com adesivação e impressão com a seguinte frase: (Vendas de Orquídeas e Plantas Ornamentais) medindo 120x40cm	UN	65,00	65,00
6	1,00	Placas em PVC com adesivação e impressão com a seguinte frase: (Gastronomia e Artesanato) medindo 120x10cm	UN	65,00	65,00
7	1,00	Faixa em lona com impressão medindo: 800x100cm	UN	410,00	410,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

SERÁ REALIZADO NO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NOS DIAS 16, 17, 18 E 19 DE MAIO A 8ª EXPOSIÇÃO SUL BRASILEIRA DE ORQUÍDEAS E PLANTAS ORNAMENTAIS. SENDO ASSIM, NÃO ESTAVA PREVISTO NO ANO PASSADO ESTE EVENTO, E CONSECUTIVAMENTE NÃO HOUVE LICITAÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA DIVULGAÇÃO DO EVENTO. TAMBÉM NÃO IDENTIFICAMOS NENHUM OBJETO COM ESTAS DESCRIÇÕES NO PROCESSO 142/2013 - HOMOLOGAÇÃO 26/11/2012 (LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO). SOLICITAMOS ENTÃO A DISPENSA PARA ELABORAÇÃO E CONFEÇÃO DE PLACAS E FAIXA.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 34/2013 - DL**

Processo Nr.: 85/2013
Data: 15/05/2013

Folha: 2/2

Schroeder, 15 de Maio de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

13/05/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 13 de Maio de 2013

Valor da Despesa: 947,50 (novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Dispensa Nº 35/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 35/2013 - DL**

Processo Nr.: 86/2013
Data: 15/05/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: PANINI BRASIL LTDA

Código: 10843

Endereço: AL CAIAPOS 425

Cidade: Barueri - SP

CNPJ: 58.732.058/0001-00

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Assinatura de gibi Turma da Mônica (mais cortesia da revista Pelezinho + almanaque da Turma da Mônica) para a Biblioteca Pública Municipal Cruz e Sousa da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, do Município de Schroeder/SC

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	ASSINATURA DE GIBI TURMA DA MÔNICA	UN	297,90	297,90

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

PARA UTILIZAÇÃO COMO MATERIAL DE LEITURA, NA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL CRUZ E SOUSA. RESSALTA-SE QUE O MATERIAL POSSUI SEUS DIREITOS DE VENDA DIRETA, PELA EDITORA PANINI, CITA-SE AINDA QUE, ESTE MATERIAL VAI AO ENCONTRO DA NECESSIDADE ATUAL DA BIBLIOTECA MUNICIPAL.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 15 de Maio de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 35/2013 - DL**

Processo Nr.: 86/2013
Data: 15/05/2013

Folha: 2/2

08/05/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 8 de Maio de 2013

Valor da Despesa: 297,90 (duzentos e noventa e sete reais e noventa centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Inexigibilidade Nº 01/2013-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 1/2013 - IL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 37/2013
Data: 15/05/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: VIAÇÃO CANARINHO LTDA
Endereço: RUA ROBERTO ZIEMANN, 460
Cidade: Jaraguá do Sul - SC
CNPJ: 84.438.209/0001-21

Código: 6320

Inscrição Estadual: 251767345

Objeto da Compra: Contratação de empresa de transporte público afim de atendermos aos usuário da política municipal de saúde no que se refere a concessão do auxílio passe, de acordo com a legislação municipal vigente para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	transporte público afim de atendermos aos usuário da política municipal de saúde no que se refere a concessão do auxílio passe, de acordo com a legislação municipal vigente para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.	UN	500,00	500,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.****CAPUT - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.****JUSTIFICATIVA**

A Lei Municipal 1.699 de 2008, prevê em seu inciso I : transporte de pacientes a outros municípios não limítrofes, na forma de passagens subsidiadas, quando não for possível o transporte por veículos próprios da Prefeitura Municipal. Neste mesmo Artigo, parágrafo 2º, constatamos a possibilidade deste benefício ser oferecido a participantes de programa regular de assistência em saúde no âmbito do SUS para cidades contíguas ao município de Schroeder. Discorremos ainda, que a concessão de auxílio passagem de transporte coletivo, neste caso, intermunicipal, será disponibilizados aos pacientes/usuários da Rede SUS que atendam a todos os critérios da Lei Municipal supra citada, bem como Resoluções do Conselho Municipal de Saúde em vigência, tal como renda percapita de um salário mínimo e meio vigente. Ressaltamos que a empresa em questão é a única que realiza o transporte intermunicipal na região diariamente, com horários e trajetos pre definidos, alcançando os locais/bairros/necessários para efetivarmos este benefício a população demandante, motivo pelo qual não foi possível realizar contação

Schroeder, 15 de Maio de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 1/2013 - IL****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 37/2013
Data: 15/05/2013

Folha: 2/2

7/5/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Schroeder, 7 de Maio de 2013

Valor da Despesa: 500,00 (quinhentos reais)**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

I Errata de Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 12/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 12/2013-FMS

PROCESSO Nº. 31/2013-FMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de item referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preço nº. 12/2013-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência, deste instrumento convocatório, ficando assim determinado:

Leia-se:

7.1.8 "Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa e/ou Alvará Sanitário.

Schroeder, 14 de maio de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Termo de Homologação e Adjudicação Licitação Modalidade Tomada de Preço Nº. 01/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2013-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2013-PMS, PROCESSO Nº. 56/2013-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: Levantamento topográfico e batimétrico; Sondagem a percussão e Sondagem rotativa da Ponte Trindade localizada na Rua Marechal Castelo Branco, bairro Bracinho interligando os municípios de Schroeder e Jaraguá do Sul, conforme ANEXO VIII - TERMO REFERÊNCIA e ANEXO X- Memorial descritivo.

Vencedor: AZIMUTE ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 80.095.425/0001-60.

Valor da proposta vencedora: R\$ 36.285,10 (trinta e seis mil, duzentos e oitenta e cinco reais e dez centavos).

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 53/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato nº. 53/2013-FMS

Processo de licitação nº. 36/2013-FMS - Dispensa de Licitação nº. 23/2013-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NEOVITA COMÉRCIO DE PRODUTOS ORTOPÉDICOS E HOSPITALRES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.506.043/0001-02, estabelecida Rua Barão do Rio Branco, nº. 353, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-400.

Objeto: contratação de empresa especializada para conserto de oito aparelhos esfignomâmetros para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Troca de manguito em latex (esfigno-manômetro - naylon)	2	Peça	12,50	25,00
02	Troca de manguito em latex (esfigno-manômetro - brim)	1	Peça	12,50	12,50
03	Troca de braçadeira em naylon (esfigno-manômetro - naylon)	2	Peça	16,00	32,00
04	Troca de braçadeira em brim (esfigno-manômetro - brim)	1	Peça	18,00	18,00
05	Troca de péra de latex (esfigno-manômetro - obeso - naylon)	2	Peça	7,00	14,00
VALOR R\$ TOTAL					101,50

Valor do contrato: R\$ 101,50 (cento e um reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 15/05/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 95/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 95/2013 - PMS

Modalidade Tomada de Preço nº. 01/2013-PMS - Processo nº. 56/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: AZIMUTE ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.095.425/0001-60, estabelecida na Rua Werner Duwe, nº 3686, Testa Salto, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.074-001.

Objeto: Levantamento topográfico e batimétrico; Sondagem a percussão e Sondagem rotativa da Ponte Trindade localizada na Rua Marechal Castelo Branco, bairro Bracinho interligando os municípios de Schroeder e Jaraguá do Sul, conforme ANEXO VIII - TERMO REFERÊNCIA e ANEXO X- Memorial descritivo.

Valor do contrato: R\$ 36.285,10 (trinta e seis mil, duzentos e oitenta e cinco reais e dez centavos).

Data da Assinatura: 15/05/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 96/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 96/2013 - PMS

Processo Licitatório nº. 85/2013-PMS - Dispensa de Licitação nº. 34/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CLEONICE DE OLIVEIRA DOS SANTOS, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.986.435/0001-33, estabelecida na Rua Paulo Eggert nº. 581, Bairro João Pessoa, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a Aquisição de faixas e placas para a 8ª Exposição Sul Brasileira de Orquídeas e Plantas Ornamentais, realizada no Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Placas com adesivação e impressão digital com pés de madeira medindo 60cm x 40cm para fixar nos trevos- com a seguinte frase: Evento Exposição Sul Brasileira de Orquídeas 17 a 19 de maio/2013 seta	08	Unidade	29,00	232,00

02	Placas com adesivação e impressão digital com pés de madeira medindo 60cm x 40cm para fixar na beira da rua - com a seguinte indicação: (2 Estacionamento Visitante Entrada), (2 estacionamento visitante Saida) e (2 Estacionamento Expositor) seta	04	Unidade	29,00	116,00
03	Placas em PVC com adesivação e impressão com a seguinte frase: (WC masculino) medindo 30x10cm	03	Unidade	8,50	25,50
04	Placas em PVC com adesivação e impressão com a seguinte frase: (WC feminino) medindo 30x10cm	04	Unidade	8,50	34,00
05	Placas em PVC com adesivação e impressão com a seguinte frase: (Vendas de Orquídeas e Plantas Ornamentais) medindo 120x40cm	01	Unidade	65,00	65,00
06	Placas em PVC com adesivação e impressão com a seguinte frase: (Gastronomia e Artesanato) medindo 120x10cm	01	Unidade	65,00	65,00
07	Faixa em lona com impressão medindo: 800x100cm	01	Unidade	410,00	410,00
TOTAL R\$					947,50

Valor do contrato: R\$ 947,50 (novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 15/05/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 97/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 97/2013 - PMS

Processo Licitatório nº. 86/2013-PMS - Dispensa de Licitação nº. 35/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PANINI BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº.

58.732.058/0001-00, estabelecida na Al. Caiapos nº.425, Bairro Tamboré, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP: 06.460-110.

Objeto: Constitui o presente contrato a assinatura de gibi Turma da Mônica (mais cortesia da revista Pelezinho almanaque da Turma da Mônica) para a Biblioteca Pública Municipal Cruz e Sousa da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	ASSINATURA DE GIBI TURMA DA MÔNICA	01	Unidade	297,90	297,90
TOTAL R\$					297,90

Valor do contrato: R\$ 297,90 (duzentos e noventa e sete reais e noventa centavos)

Data da Assinatura: 15/05/2013 - Vigência: 12 meses

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Timbó

PREFEITURA

Aviso de Licitação Deserta - Pregão Presencial N.º 43 2013 PMT

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO LICITAÇÃO DESERTA
PREGÃO PRESENCIAL N.º. 43/2013 PMT

O Município de Timbó torna público para conhecimento dos interessados que restou DESERTO o Pregão Presencial n.º. 43/2013 que teve por objetivo CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DE COPIAS E PLOTAGENS DE PROJETOS PUBLICOS, DESTINADOS A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE, sendo que não houve empresas interessadas em participar do certame.

Timbó (SC), 14 de maio de 2013
FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Aviso Pregão Presencial N.º 06 2013 Fumtran - Material Elétrico

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2013 FUNTRAM

OBJETO: aquisição de material para entrada de energia na instalação de barreiras eletrônicas em Timbó/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 28 de maio de 2013. ABERTURA: dia 28 de maio de 2013 as 09h00min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 10/05/2013.
FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Aviso Pregão Presencial N.º 13 2013 FMS - Aquisição de Suplemento Nutricional

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2013 FMS

OBJETO: aquisição de suplementos nutricionais para distribuição gratuita aos pacientes usuários da Secretaria de Saúde (Repetição parcial Pregão Presencial n.º 06-2013, com alterações). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 31 de maio de 2013. ABERTURA: dia 31 de maio de 2013 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 14/05/2013
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário Municipal de Saúde

Extrato Contrato 2013/78

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º. 2013/78
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Trânsito e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.
CONTRATADO: Direta Telecomunicações LTDA.

OBJETO: Locação, instalação, habilitação, manutenção e SME (Serviço Móvel Especializado) de rádios de comunicação. VALOR TOTAL: R\$ 21.120,00 (vinte e um mil cento e vinte reais). PRAZO: 02/05/2013 até 31/12/2013. Data da Assinatura: 02/05/13.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente SAMAE

FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Três Barras

PREFEITURA

Portaria N.º. 337 de 02 de Maio de 2013.

PORTARIA N.º. 337 DE 02 DE MAIO DE 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:
EXONERAR, a servidora MARLI APARECIDA DOS SANTOS, das suas funções que exercia no cargo de DIRETORA DE CMEI, PC 06 "Cmei Vera Lucia L. K. Dumas" quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes desde município. A contar da presente data

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 02 de Maio de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria N.º. 338 de 06 de Maio de 2013.

PORTARIA N.º. 338 DE 06 DE MAIO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:
EXONERAR, o servidor MARCOS ROGERIO DE PAULA, das suas funções que exercia no cargo de SECRETÁRIO, PC 01 "Urbanismo & Limpeza Pública" quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Urbanismo & Limpeza Pública desde município. A contar da presente data

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de Maio de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 339 de 06 de Maio de 2013.
PORTARIA Nº. 339 DE 06 DE MAIO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONCEDER, o servidor AÉCIO RODRIGO BUDANT, no cargo de Diretor, PC 06 "Finanças" quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura, 20 (vinte) dias de férias do período aquisitivo de 11/03/2012 á 10/03/2013, sendo 10 (dez) dias pecúnia, A contar da presente de 10 de maio de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de Maio de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 340 de 06 de Maio de 2013.
PORTARIA Nº. 340 DE 06 DE MAIO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONCEDER a funcionária, FRANCISLEINE ALVES, cargo de PROFESSORA, Efetiva, 40hrs semanais, do quadro de estatutária, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, com base no artigo 7º. Inciso XVIII da constituição Federal, a contar da presente data

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de maio de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Assistente Administrativo

Portaria Nº. 341 de 06 de Maio de 2013.
PORTARIA Nº. 341 DE 06 DE MAIO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora JOSIANE ALBINGHAUS, para exercer suas funções no cargo de SECRETÁRIA, PC 01 "Urbanismo & Limpeza Pública" quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotada na Secretaria de Urbanismo & Limpeza Pública desde

município. A contar da presente data

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de Maio de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 342 de 06 de Maio de 2013.
PORTARIA Nº. 342 DE 06 DE MAIO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONTRATAR, a Senhora FRANCIELI TATIANE DA SILVA, aprovada através do Processo Seletivo 03/2013, Emprego Público, para exercer suas funções no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, conforme o Decreto Lei Nº 4.204 de 18 de fevereiro de 2013. Lotada na Secretaria de Saúde desde município. A contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de Maio de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 343 de 06 de Maio de 2013.
PORTARIA Nº. 343 DE 06 DE MAIO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONTRATAR, a Senhora PRISCILA DAS NEVES DA SILVA, aprovada através do Processo Seletivo 03/2013, Emprego Público, para exercer suas funções no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, conforme o Decreto Lei Nº 4.204 de 18 de fevereiro de 2013. Lotada na Secretaria de Saúde desde município. A contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de Maio de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 344 de 06 de Maio de 2013.
PORTARIA Nº. 344 DE 06 DE MAIO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONTRATAR, a Senhora THAIS PLATNER, aprovada através do Processo Seletivo 03/2013, Emprego Público, para exercer suas funções no cargo de Enfermeira, conforme o Decreto Lei Nº 4.204 de 18 de fevereiro de 2013. Lotada na Secretaria de Saúde desde município. A contar de 08 de maio de 2013

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de Maio de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Ata Registro de Preço

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 53/2013.
EDITAL DE PREGÃO Nº. 45/2013.

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
* SECRETARIA DE AGRICULTURA
* SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO.
* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
* SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS
* ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTOVÃO
* FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Aos 14 dias do mês de maio do ano de 2013, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa TRES BARRAS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA, CNPJ nº. 13.140.047/0001-00, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

TRES BARRAS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
002	30,00000	PECA	25,8000	774,00	ACABAMENTO PARA VALVULA DE DESCARGA EM PVC
003	20,00000	PECA	8,3500	167,00	ADAPTADOR FLANGE 25 X 3/4
004	30,00000	PECA	11,9700	359,10	ADAPTADOR FLANGE 32 X 1
012	40,00000	PECA	14,9500	598,00	ALICATE UNIVERSAL
014	20,00000	PECA	11,9500	239,00	ALICATE DE BICO
016	20,00000	PECA	27,9500	559,00	ALICATE DE PRESSAO
020	10,00000	PECA	289,0000	2.890,00	ARAME FARPADO (ROLO COM 500 METROS)

023	50,00000	QUIL	12,9500	647,50	ARAME GALVANIZADO 16
027	300,00000	SACO	7,7800	2.334,00	ARGAMASSA AC I - 20 KG
030	500,00000	SACO	9,4500	4.725,00	MASSA PRONTA REBOCO - 20KG
031	10,00000	PECA	11,9500	119,50	ARMACAO 1X1 PESADA
032	5,00000	UNID	30,8500	154,25	ARMARIO EM PVC PARA BANHEIRO
034	30,00000	PECA	44,9000	1.347,00	ASSENTO SANITARIO ALMOFADA
039	50,00000	UNID	39,9500	1.997,50	BOTA DE BORRACHA 7 LEGUAS BRANCA
041	20,00000	PECA	0,9800	19,60	ABRAÇADEIRA ROSCA SEM FIM 3/4
042	20,00000	PECA	1,4800	29,60	ABRAÇADEIRA ROSCA SEM FIM 1
043	20,00000	PECA	1,9800	39,60	ABRAÇADEIRA ROSCA SEM FIM 1 1/2
044	20,00000	PECA	5,9800	119,60	BRAÇO DE ALUMINIO PARA CHUVEIRO
045	30,00000	PECA	5,4800	164,40	BRAÇO EM PVC PARA CHUVEIRO
046	30,00000	PECA	3,9800	119,40	BROCA AÇO RAPIDO 2,5 MM
047	30,00000	PECA	4,4800	134,40	BROCA AÇO RÁPIDO 3 MM
048	30,00000	PECA	5,4800	164,40	BROCA ACO RAPIDO 3,5MM
049	30,00000	PECA	5,4600	163,80	BROCA ACO RAPIDO 4,0MM
051	30,00000	PECA	5,9800	179,40	BROCA DE WIDIA 6,00 MM
056	50,00000	UNID	5,4800	274,00	BROXA GRANDE PARA PINTURA
058	30,00000	PECA	1,4800	44,40	BUCHA DE REDUCAO 1X3/4
059	30,00000	PECA	2,1800	65,40	BUCHA DE REDUCAO 1 1/2X 1
060	50,00000	PECA	2,1800	109,00	BUCHA SOLDAVEL 50X25MM
062	1.000,00000	PECA	0,0600	60,00	BUCHA DE NYLON PLASTICA 8MM
064	30,00000	UNID	7,9800	239,40	CABO PARA MACHADO
066	30,00000	UNID	7,9800	239,40	CABO P/ ENXADA
068	50,00000	PECA	7,9800	399,00	CADEADO 25 MM
070	50,00000	PECA	10,2800	514,00	CADEADO 35 MM
071	50,00000	PECA	13,7800	689,00	CADEADO 40 MM
072	50,00000	PECA	13,9800	699,00	CADEADO 45 MM
074	50,00000	PECA	38,9500	1.947,50	CADEADO 60MM
075	10,00000	UNID	64,9500	649,50	CAIXA DE AGUA DE PVC COM TAMPA 100 LITROS
077	10,00000	UNID	176,9000	1.769,00	CAIXA DE AGUA DE PVC COM TAMPA 300 LITROS
078	10,00000	UNID	169,9000	1.699,00	CAIXA DE AGUA DE PVC COM TAMPA 500 LITROS
080	10,00000	UNID	563,0000	5.630,00	CAIXA DE AGUA DE FIBRA COM TAMPA - CAPAC. 2.000 L.

083	5,00000	UNID	2.250,0000	11.250,00	CAIXA DE AGUA DE FIBRA COM TAMPA 10000 LITROS
084	100,00000	UNID	19,9800	1.998,00	CAIXA DE DESCARGA
087	20,00000	PECA	64,9000	1.298,00	CAIXA DE GORDURA EM CONCRETO
088	20,00000	PECA	64,9000	1.298,00	CAIXA DE GORDURA EM CONCRETO GR
093	30,00000	UNID	49,9000	1.497,00	CAIXA MONOFASICA
094	30,00000	UNID	109,0000	3.270,00	CAIXA TRIFASICA
096	500,00000	SACO	7,5800	3.790,00	CAL HIDRATADO
098	20,00000	UNID	13,9800	279,60	CAMARA PARA PNEU DE CARRINHO
099	200,00000	UNID	10,4800	2.096,00	TUBO SOLDABEL 25 MM
100	100,00000	UNID	18,8800	1.888,00	TUBO SOLDABEL 32 MM
102	100,00000	UNID	14,9800	1.498,00	CANO 40 MM PARA ESGOTO
103	100,00000	UNID	23,5000	2.350,00	CANO ESGOTO 50 MM - 6 M - 1a
104	100,00000	UNID	34,0000	3.400,00	CANO ESGOTO 75 MM - 1A.
105	200,00000	UNID	35,9000	7.180,00	CANO ESGOTO 100 MM - 1A.
107	30,00000	UNID	21,9800	659,40	CAPA DE CHUVA FORRADA
108	50,00000	UNID	105,5000	5.275,00	CARRINHO DE MAO PVC
111	20,00000	JOGO	106,0000	2.120,00	CAXILHO COM VISTA 14 CM CAMBARA
116	1.000,00000	SACO	20,8800	20.880,00	CIMENTO (SACO DE 50 KG)
119	50,00000	UNID	5,9800	299,00	COLA SUPER BOND-ER OU SIMILAR
120	50,00000	UNID	17,9500	897,50	COLA CASCOREZ (OU SIMILAR) DE 1KG, PARA MADEIRA
122	20,00000	UNID	8,5800	171,60	COLHER PARA PEDREIRO N 8
124	100,00000	CHAP	65,5000	6.550,00	COMPENSADO 2,20 X 1,10 X 20MM
129	50,00000	CONJ	10,9500	547,50	INTERRUPTOR 1 TECLA COM TOMADA
130	50,00000	PECA	6,6800	334,00	CONJUNTO 1 TOMADA
131	50,00000	PECA	10,9800	549,00	CONJUNTO 2 TOMADAS
133	20,00000	CONJ	177,0000	3.540,00	CONJUNTO SANITARIO 3 PEÇAS COLORIDO
135	500,00000	METR	0,6800	340,00	CORDA NYLON 8MM
136	500,00000	METR	1,1800	590,00	CORDA NYLON 10M
137	50,00000	PECA	4,4800	224,00	DESEMPENADEIRA DE MADEIRA
140	20,00000	PECA	23,9000	478,00	DISCO DE CORTE DIAMANTADO
141	30,00000	PECA	9,9800	299,40	DISJUNTOR MONOFASICO 30 A
144	30,00000	PECA	51,9500	1.558,50	DISJUNTOR BIFASICO 50A
146	30,00000	PECA	59,9000	1.797,00	DISJUNTOR TRIFASICO 50 AMPERES
151	20,00000	UNID	37,8000	756,00	DUCHA CORONA
153	30,00000	UNID	5,4800	164,40	DUREPOXI 100 GR
154	50,00000	UNID	17,9800	899,00	ENXADA C/CABO

158	10,00000	UNID	107,9000	1.079,00	ESCADA 7 DEGRAUS DE ALUMINIO
159	30,00000	PECA	4,9800	149,40	ESCOVA DE AÇO SEM CABO
160	50,00000	UNID	2,9800	149,00	ESCOVA DE AÇO
161	10,00000	UNID	12,4800	124,80	ESQUADRO 14CM CABO PVC
162	20,00000	UNID	13,9800	279,60	ESQUADRO 14CM CABO ALUMINIO
163	50,00000	UNID	19,9800	999,00	ESPUMA EXPANSIVA 500ML
164	30,00000	UNID	15,6800	470,40	ESPUMA EXPANSIVA 300ML
168	100,00000	UNID	26,9000	2.690,00	FECHADURA CROMADA EXTERNA
170	100,00000	UNID	20,9800	2.098,00	FECHADURA CROMADA PARA BANHEIRO
172	500,00000	UNID	7,4800	3.740,00	BARRA DE AÇO CA 60 5,00MM COM 12 METROS
173	500,00000	UNID	14,4500	7.225,00	BARRA DE AÇO CA 50 6,3MM COM 12 METROS
175	300,00000	UNID	24,4800	7.344,00	BARRA DE AÇO CA 50 10,0MM COM 12 METROS
177	300,00000	UNID	103,9000	31.170,00	BARRA DE AÇO CA 50 16,0MM COM 12 METROS
179	200,00000	METR	2,9800	596,00	CABO DUPLEX 2X16MM
180	200,00000	METR	4,7800	956,00	CABO TRIPLEX 3X16MM
181	200,00000	METR	8,4800	1.696,00	CABO QUADRIplex 4 16MM
182	200,00000	METR	0,7600	152,00	FIO SOLIDO 1.5 MM
187	200,00000	METR	0,8800	176,00	FIO FLEXIVEL 1,5MM
188	300,00000	METR	1,1800	354,00	FIO FLEXIVEL 2,5MM
189	300,00000	METR	1,9800	594,00	FIO FLEXIVEL 4MM
191	300,00000	METR	5,1800	1.554,00	FIO FLEXIVEL 10,00MM
194	200,00000	METR	2,9800	596,00	FIO PARALELO 2 X 4,0MM
195	200,00000	METR	3,2800	656,00	FIO CABO PP 2X2,50MM
196	70,00000	PECA	3,9800	278,60	SERRA AÇO RAPIDO
200	100,00000	UNID	8,4800	848,00	FITA ADESIVA
201	100,00000	UNID	5,4800	548,00	FITA CREPE 25mm 50m
202	100,00000	UNID	10,9500	1.095,00	FITA ZEBRADA 185 METROS
203	10,00000	PECA	8,4600	84,60	FORMAO 1 POLEGADA
208	30,00000	UNID	29,9800	899,40	HASTE TERRA 2,40 M
209	50,00000	UNID	15,9500	797,50	HASTE TERRA COM 1.5 METRO
210	50,00000	GALA	16,9500	847,50	IMPERMEABILIZANTE PARA ARGAMASSA 3,2 LITROS
211	10,00000	BALD	84,5000	845,00	IMPERMEABILIZANTE PARA ARGAMASSA 18 LITROS
212	50,00000	POTE	7,9800	399,00	IMPERMEABILIZANTE PARA ARGAMASSA 1 LITRO

215	200,00000	PECA	4,2800	856,00	PLAFON PVC
217	100,00000	PECA	5,9800	598,00	JOELHO ESGOTO 100MM 45
219	100,00000	PECA	1,7800	178,00	JOELHO ESGOTO 50MM 45
220	100,00000	PECA	1,1800	118,00	JOELHO ESGOTO - 40 MM
221	200,00000	PECA	0,4800	96,00	JOELHO 25 MM SOLDAREL
222	100,00000	PECA	0,9800	98,00	JOELHO 32 MM SOLDAREL
223	100,00000	PECA	2,9800	298,00	JOELHO SOLDAREL 50MM
224	50,00000	PECA	0,5800	29,00	JOELHO PARA MANGUEIRA 1/2
225	50,00000	PECA	0,6800	34,00	JOELHO PARA MANGUEIRA 3/4
226	50,00000	PECA	0,9800	49,00	JOELHO PARA MANGUEIRA 1
227	50,00000	PECA	2,1800	109,00	JOELHO PARA MANGUEIRA 1 1/2
228	120,00000	PECA	12,9800	1.557,60	LAMPADA ECONOMICA 25 W
230	50,00000	UNID	10,9800	549,00	LAMPADA ECONOMICA 15W
231	50,00000	UNID	9,4800	474,00	LAMPADA ECONOMICA 7W
233	500,00000	UNID	5,4800	2.740,00	LAMPADAS FLUORESCENTE 40 W
235	50,00000	UNID	2,4800	124,00	LAMPADA INCANDESCENTE 100wts
236	50,00000	UNID	4,5000	225,00	LAMPADA INCANDESCENTE 150 W
237	20,00000	PECA	14,9800	299,60	LIMA PARA ENXADA
238	50,00000	PECA	6,9800	349,00	LIMA PARA MOTOSERRA
239	200,00000	METR	3,2800	656,00	LIXA 100
246	100,00000	UNID	59,9000	5.990,00	LUMINARIA 2X40W COMPLETA P. ELETRONICO
247	50,00000	UNID	39,9500	1.997,50	LUMINARIA 1X40W COMPLETA P ELETRONICO
251	10,00000	UNID	43,9500	439,50	MACHADO COM CABO
253	10,00000	UNID	61,5000	615,00	MANGUEIRA PARA JARDIM (30 M)
255	30,00000	UNID	118,9500	3.568,50	MANGUEIRA PARA JARDIM (50 METROS)
265	20,00000	SACO	74,9000	1.498,00	MASSA ACRILICA 15 KG
267	30,00000	LATA	47,9000	1.437,00	MASSA PVA 18 LITROS
268	40,00000	M2	24,9500	998,00	MASSA PVA SC 15 KG
271	30,00000	UNID	17,9500	538,50	PA CORTAR SEM CABO
272	10,00000	UNID	34,7000	347,00	PICARETA COM CABO
274	50,00000	UNID	2,2300	111,50	PINCEL 1.1/2
275	50,00000	UNID	2,9800	149,00	PINCEL No 2
280	30,00000	UNID	54,5000	1.635,00	PORTA INTERNA 0,70 PINUS
282	30,00000	UNID	84,0000	2.520,00	PORTA INTERNA 80 CM EM CHAPA DE IMBUIA

283	30,00000	UNID	158,0000	4.740,00	PORTA EXTERNA 2,10 X 0,80
284	10,00000	UNID	158,0000	1.580,00	PORTA DE FERRO 80 CM
285	50,00000	QUIL	12,5800	629,00	PREGO 10X10
287	80,00000	QUIL	8,9800	718,40	PREGO 13 X 15
289	300,00000	QUIL	8,9700	2.691,00	PREGO 17 X 27
291	200,00000	QUIL	7,4700	1.494,00	PREGO 20 X 42
293	50,00000	PECA	21,9000	1.095,00	REATOR ELETRONICO 2X20
296	30,00000	UNID	49,0000	1.470,00	REGISTRO GAVETA 3/4
299	50,00000	PECA	18,9500	947,50	REGISTRO DE ESFERA 50
300	10,00000	PECA	39,9500	399,50	REPARO VALVULA DE DESCARGA
301	100,00000	QUIL	2,3300	233,00	REJUNTE
302	50,00000	PECA	7,4800	374,00	ROLO DE LA PARA PINTURA 15 CM COM CABO
304	50,00000	UNID	16,9000	845,00	ROLO DE LA ANTI GOTA 23CM COM CABO
305	50,00000	UNID	11,9500	597,50	ROLO DE ESPUMA PARA PINTURA 23 CM
306	50,00000	UNID	4,9800	249,00	ROLO DE ESPUMA PARA PINTURA 15 CM
309	10,00000	GALA	57,9500	579,50	SELADOR PARA MADEIRA 3,6 LITROS
313	10,00000	PECA	408,0000	4.080,00	SERRA MARMORE
317	200,00000	UNID	25,9800	5.196,00	TELHA DE FIBRO DE CIMENTO 213X110X 5MM
318	200,00000	UNID	24,4800	4.896,00	TELHA DE FIBRO CIMENTO 183X110X 5MM
322	5.000,00000	UNID	1,4800	7.400,00	TELHAS DE BARRO TIPO ROMANA DE 1a. QUALIDADE
325	300,00000	M2	10,9500	3.285,00	TELA GALVANIZADA MALHA 5,5 FIO 16
328	25.000,00000	UNID	0,5500	13.750,00	TIJOLOS COM 06 FUROS
332	50,00000	GALA	27,9500	1.397,50	TINTA PVA 3,6
333	50,00000	LATA	139,0000	6.950,00	TINTA PVA 18 LT
338	100,00000	LATA	42,4800	4.248,00	TINTA OLEO 3,6 LITROS
340	20,00000	GALA	47,9500	959,00	TINTA PARA PISO - 3,6L
341	50,00000	LATA	179,0000	8.950,00	TINTA PARA PISO 18 LITROS
345	20,00000	UNID	39,9500	799,00	TORNEIRA BICA MOVEL
346	20,00000	UNID	27,9500	559,00	TORNEIRA PARA PIA CROMADA 1/2"
347	20,00000	UNID	27,9500	559,00	TORNEIRA LAVATORIO CROMADA
348	30,00000	UNID	74,9000	2.247,00	TORNEIRA LAVATORIA LUXO CROMADA
349	30,00000	UNID	37,9500	1.138,50	TORNEIRA LAVATORIA BICO MOVEL
351	50,00000	UNID	2,4800	124,00	TORNEIRA PVC PARA JARDIM

353	50,00000	UNID	13,9800	699,00	TORNEIRA PVC PARA LAVATORIO
355	20,00000	UNID	9,4800	189,60	TRENA 5 M
357	20,00000	UNID	23,4000	468,00	TRENA FECHADA 30 METROS DE FIBRA DE VIDRO
359	20,00000	PECA	89,5000	1.790,00	VALVULA DE DESCARGA
361	5,00000	UNID	86,5000	432,50	VASO SANITARIO
363	50,00000	GALA	56,4800	2.824,00	VERNIZ (GALAO DE 3,6 LITROS)
364	200,00000	M2	12,8800	2.576,00	PISO CERAMICA DE 1a QUALIDADE.
365	300,00000	M.LI	0,5300	159,00	MANGUEIRA PRETA 1/2
366	200,00000	METR	0,7800	156,00	MANGUEIRA PRETA 3/4
367	100,00000	METR	0,9800	98,00	MANGUEIRA PRETA 1 1/2
368	100,00000	METR	1,6800	168,00	MANGUEIRA PRETA 1 1/2
Total TRES BARRAS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA 322.607,55					

Julgamento: MEN. PREÇO

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 45/2013 - Procedimento Administrativo nº. 53/2013, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 14 de maio de 2013.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

TRES BARRAS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA

CNPJ nº. 13.140.047/0001-00

Testemunhas:

1 _____
JACY DE FATIMA ABUDA

2 _____
NILTON AVANIR HURMUS

Ata Registro de Preço

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 53/2013.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 45/2013.

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

* SECRETARIA DE AGRICULTURA

* SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO.

* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

* SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS

* ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTÓVÃO

* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos 14 dias do mês de maio do ano de 2013, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA, CNPJ nº. 02.672.502/0001-94, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	20,00000	PECA	38,9900	779,80	ACABAMENTO PARA VALVULA DE DESCARGA CROMADA
005	20,00000	PECA	14,3900	287,80	adaptador flange 50 x 1 1/2
006	20,00000	PECA	0,4900	9,80	ADAPTADOR PARA MANGUEIRA 1/2
007	20,00000	PECA	0,5900	11,80	ADAPTADOR PARA MANGUEIRA 3/4
008	20,00000	PECA	0,9900	19,80	ADAPTADOR PARA MANGUEIRA 1
009	20,00000	PECA	2,6900	53,80	ADAPTADOR PARA MANGUEIRA 1 1/2
010	50,00000	PECA	2,9700	148,50	ADESIVO 75 GR
011	50,00000	PECA	1,6900	84,50	ADESIVO 17GR
013	10,00000	PECA	34,4400	344,40	ALICATE BOMBA D AGUA
015	20,00000	PECA	14,9900	299,80	ALICATE DE CORTE
017	10,00000	PECA	7,9900	79,90	ANCINHO COM CABO 10 DENTES
018	40,00000	PECA	7,9900	319,60	ANCINHO COM CABO 12 DENTES
019	40,00000	PECA	4,4900	179,60	ANCINHO SEM CABO 12 DENTES
021	10,00000	PECA	152,5000	1.525,00	ARAME FARPADO (ROLO COM 250 METROS)
022	30,00000	QUIL	12,9900	389,70	ARAME GALVANIZADO 14
024	30,00000	PECA	12,9400	388,20	ARAME GALVANIZADO 18
025	150,00000	QUIL	6,4900	973,50	ARAME RECOZIDO
026	30,00000	PECA	12,4900	374,70	ARCO DE SERRA
028	100,00000	SACO	18,3500	1.835,00	ARGAMASSA AC II - 20KG
029	100,00000	SACO	33,9400	3.394,00	ARGAMASSA AC III - 20KG
033	150,00000	PECA	15,9900	2.398,50	ASSENTO SANITARIO SIMPLES
035	60,00000	UNID	4,8900	293,40	BANDEJA PARA PINTURA - TAMANHO GRANDE
036	50,00000	PECA	3,9900	199,50	BOIA 1/2 PARA CAIXA DE DESCARGA
037	30,00000	PECA	7,9900	239,70	BOIA PARA CAIXA D'AGUA 3/4
038	15,00000	PECA	209,0000	3.135,00	BOMBA VIBRATORIA 650
040	100,00000	UNID	27,9000	2.790,00	BOTINA DE COURO
050	30,00000	PECA	7,4900	224,70	BROCA DE ACO RAPIDO 6MM
052	30,00000	PECA	9,9900	299,70	BROCA DE WIDIA 8,00 MM

053	30,00000	PECA	16,9900	509,70	BROCA DE WIDIA 10,0MM
054	50,00000	UNID	3,9900	199,50	BROXA MEDIA P/ PINTURA
055	80,00000	UNID	2,9900	239,20	BROXA PARA PINTURA PEQUENA
057	30,00000	PECA	0,6900	20,70	BUCHA DE REDUCAO 3/4 X 1/2
061	1.000,00000	PECA	0,0800	80,00	BUCHA DE NYLON PLASTICA 6MM
063	60,00000	UNID	7,9900	479,40	CABO P/ PA JUNTAD EIRA/CORTADEIRA
065	30,00000	UNID	8,9900	269,70	CABO PARA PICARETA
067	50,00000	PECA	6,6900	334,50	CADEADO 20 MM
069	50,00000	PECA	9,4900	474,50	CADEADO 30 MM
073	50,00000	PECA	24,9900	1.249,50	CADEADO 50 MM
076	10,00000	UNID	94,5000	945,00	CAIXA DE AGUA DE PVC COM TAMPA 200 LITROS
079	10,00000	UNID	289,5000	2.895,00	CAIXA DE AGUA DE PVC COM TAMPA 1000 LITROS
081	10,00000	UNID	798,0000	7.980,00	CAIXA DE AGUA DE FIBRA CAP. 3000L
082	5,00000	UNID	1.514,0000	7.570,00	CAIXA DE AGUA DE FIBRA COM TAMPA - CAPAC. 5.000 L.
085	50,00000	UNID	35,9000	1.795,00	CAIXA DE DESCARGA COMPLETA
086	15,00000	PECA	133,0000	1.995,00	CAIXA DE GORDURA PVC
089	200,00000	UNID	0,4900	98,00	CAIXA DE LUZ 4 X 2
090	5,00000	UNID	23,9900	119,95	CAIXA PVC SOBREPOR P/ 6 DISJUNTORES
091	20,00000	UNID	17,9900	359,80	CAIXA PVC EMBUTIR PARA 6 DISJUNTOR
092	5,00000	UNID	49,4000	247,00	CAIXA PVC PARA 12 DISJUNTORES
095	500,00000	SACO	7,5900	3.795,00	CAL VIRGEM (SACO 20 KG)
097	1.000,00000	SACO	6,6700	6.670,00	CAL PARA PINTURA 8KG
101	100,00000	UNID	41,9500	4.195,00	TUBO SOLDAVEL 50MM
106	100,00000	UNID	128,8000	12.880,00	CANO ESGOTO 150 MM - 1a
109	50,00000	UNID	81,9900	4.099,50	CARRINHO DE MAO CHAPA
110	30,00000	JOGO	99,4000	2.982,00	CAXILIO COM VISTA 14CM
112	20,00000	PECA	4,9900	99,80	CHAVE DE FENDA 1/4X4
113	20,00000	PECA	6,9900	139,80	CHAVE DE FENDA 5/16X5
114	20,00000	PECA	4,9900	99,80	CHAVE PHILIPS 1/4X4
115	20,00000	PECA	2,9900	59,80	CHAVE PHILLIPS 3/16X3
117	20,00000	LATA	9,9700	199,40	COLA DE CONTATO 200 GRAMAS
118	10,00000	LATA	13,9500	139,50	COLA DE CONTATO 400 GRAMAS
121	20,00000	UNID	9,9900	199,80	COLHER PARA PEDREIRO Nº 9
123	100,00000	CHAP	55,9000	5.590,00	COMPENSADO 2,20 X 1,10 X 17MM
125	500,00000	METR	0,5300	265,00	CONDUITE CORRUGADO 3/4

126	400,00000	METR	0,5300	212,00	CONDUITE CONRRUGADO
127	50,00000	CONJ	9,4900	474,50	INTERRUPTOR 1 TECLA SIMPLES
128	50,00000	CONJ	12,9900	649,50	INTERRUPTOR 2 TECLA
132	20,00000	CONJ	173,0000	3.460,00	CONJUNTO SANITARIO 3 PEÇAS BRANCO
134	400,00000	UNID	2,9900	1.196,00	CORANTE
138	50,00000	PECA	8,8900	444,50	DESEMPENADEIRA DE AÇO
139	50,00000	PECA	6,9900	349,50	DESEMPENADEIRA COM ESPUMA
142	30,00000	PECA	9,9900	299,70	DISJUNTOR MONOFASICO 20 A
143	30,00000	PECA	16,9900	509,70	DISJUNTOR MONOFASICO 40A
145	20,00000	PECA	59,9000	1.198,00	DISJUNTOR TRIFASICO 30A
147	50,00000	PECA	2,9900	149,50	DOBRADIÇA GALV.2 ¹ /2
148	50,00000	PECA	3,9900	199,50	DOBRADIÇA GALV 3
149	50,00000	PECA	2,1900	109,50	DOBRADIÇAS GALV 3.1/2
150	20,00000	UNID	27,9000	558,00	DUCHA SINTEX OU SIMILAR
152	50,00000	UNID	38,9000	1.945,00	DUCHA LORENZETI OU SIMILAR
155	20,00000	UNID	14,9900	299,80	ENXADA SEM CABO
156	10,00000	UNID	101,9900	1.019,90	ESCADA DE METAL COM 06 DEGRAUS
157	20,00000	UNID	107,9900	2.159,80	ESCADA DE METAL COM 07 DEGRAUS
165	10,00000	UNID	19,9900	199,90	FACAO 18
166	20,00000	UNID	19,9900	399,80	BAINHA PARA FACAO 18
167	100,00000	UNID	20,9900	2.099,00	FECHADURA CROMADA INTERNA
169	50,00000	UNID	31,9900	1.599,50	FECHADURA CROMADA EXTERNA PORTA DE FERRO
171	500,00000	UNID	5,7900	2.895,00	BARRA DE ACO CA 60 4,2MM COM 12 METROS
174	500,00000	UNID	19,9700	9.985,00	BARRA DE ACO CA 50 8,0MM COM 12 METROS
176	300,00000	UNID	42,9500	12.885,00	BARRA DE ACO CA 50 COM 12,0MM COM 12 METROS
178	100,00000	UNID	113,9000	11.390,00	BARRA DE ACO CA 50 20,0MM COM 12 METROS
183	1.000,00000	METR	1,1900	1.190,00	FIO SOLIDO 2,5MM
184	200,00000	METR	1,9900	398,00	FIO SOLIDO 4MM
185	400,00000	METR	2,7900	1.116,00	FIO SOLIDO (6MM)
186	200,00000	METR	5,1700	1.034,00	FIO SOLIDO 10MM
190	300,00000	METR	2,6900	807,00	FIO FLEXIVEL 6,00MM
192	500,00000	METR	1,2900	645,00	FIO PARALELO 2X1,5MM
193	1.000,00000	METR	1,7400	1.740,00	FIO PARALELO 2 X 2,50
197	100,00000	UNID	4,4900	449,00	FITA ISOLANTE COM 20 METROS
198	100,00000	UNID	2,6900	269,00	FITA ISOLANTE ROLO C/ 10 MTS
199	100,00000	UNID	1,6900	169,00	FITA ISOLANTE COM 5 METROS
204	200,00000	M2	9,9900	1.998,00	FORRO DE PINUS

205	100,00000	M2	12,4900	1.249,00	FORRO PVC
206	5,00000	UNID	119,0000	595,00	FOSSA SEPTICA
207	10,00000	UNID	129,9900	1.299,90	FURADEIRA ELETRICA 500W
213	20,00000	PECA	7,4900	149,80	INTERRUPTOR EXTERNO
214	50,00000	PECA	10,4900	524,50	INTERRUPTOR EXTERNO COM TOMADA
216	100,00000	PECA	3,4900	349,00	JOELHO ESGOTO - 100 MM
218	100,00000	PECA	1,5900	159,00	JOELHO ESGOTO - 50 MM
229	200,00000	UNID	15,3700	3.074,00	LAMPADA ECONOMICA 30W
232	500,00000	UNID	5,4900	2.745,00	LAMPADA FLUORESCENTE 20 W
234	100,00000	UNID	2,1900	219,00	LAMPADA INCANDESCENTE 60W
240	100,00000	METR	3,2700	327,00	LIXA N 80
241	100,00000	METR	3,2700	327,00	LIXA 120
242	500,00000	METR	0,8400	420,00	LONA PRETA 120 MICRAS
243	1.000,00000	M2	0,6400	640,00	LONA PRETA 150 MICRAS
244	100,00000	UNID	47,9900	4.799,00	LUMINARIA COMPLETA 2x20W
245	30,00000	UNID	31,9900	959,70	LUMINARIA COMPLETA 1X20 WP. ELETRONICO
248	20,00000	UNID	7,4900	149,80	MACANETA PARA FECHADURA
249	100,00000	M2	15,9900	1.599,00	MADEIRA DE PINUS
250	500,00000	ML	1,0900	545,00	RIPAS DE PINUS 1" x 2"
252	10,00000	UNID	39,9000	399,00	MACHADO SEM CABO
254	20,00000	UNID	31,9900	639,80	MANGUEIRA PARA JARDIM 15 MT
256	50,00000	UNID	16,9900	849,50	MARTELO 25MM
257	30,00000	UNID	16,9900	509,70	MARTELO 27MM
258	20,00000	UNID	27,9900	559,80	MARTELO 27MM COM CABO FIBRA
259	20,00000	UNID	24,9000	498,00	MARRETA COM CABO 1 KG
260	20,00000	UNID	32,9000	658,00	MARRETA COM CABO 2 KG
261	10,00000	UNID	49,9900	499,90	MARRETA DE 03 KG COM CABO
262	10,00000	UNID	64,9900	649,90	MARRETA 5 KG
263	50,00000	GALA	24,9900	1.249,50	MASSA ACRILICA 3,6 LITROS
264	20,00000	LATA	76,4900	1.529,80	MASSA ACRILICA (BALDE DE 18 LT)
266	50,00000	GALA	20,4900	1.024,50	MASSA PVA 3,6 LITROS
269	10,00000	UNID	17,9900	179,90	PA AJUNTADEIRA
270	15,00000	UNID	17,9900	269,85	PA CORTAR COM CABO
273	50,00000	UNID	1,8300	91,50	PINCEL 1"
276	50,00000	UNID	2,9900	149,50	PINCEL 2.1/2"
277	20,00000	UNID	3,9900	79,80	PINCEL 3
278	50,00000	UNID	5,9900	299,50	PINCEL DE 4 POLEGADAS
279	30,00000	UNID	54,9000	1.647,00	PORTA INTERNA 0,80 PINUS
281	30,00000	UNID	54,9900	1.649,70	PORTA INTERNA 0,60 PINUS
286	30,00000	QUIL	8,9700	269,10	PREGO 12 X 12
288	50,00000	QUIL	7,9900	399,50	PREGO 15 X 21

290	200,00000	QUIL	7,4900	1.498,00	PREGO 18 X 36
292	50,00000	QUIL	7,9900	399,50	PREGO 25 X 72
294	50,00000	PECA	27,9900	1.399,50	REATOR ELETRONICO 2 X 40
295	50,00000	UNID	29,9000	1.495,00	REGISTRO DE PRESSAO CROMADO 3/4"
297	30,00000	UNID	13,9500	418,50	REGISTRO PRESSÃO AMARELO 3/4
298	50,00000	PECA	8,4900	424,50	REGISTRO ESFERA 25MM
303	50,00000	UNID	16,9900	849,50	ROLO DE LA PARA PINTURA 23 CM
307	10,00000	LATA	76,4000	764,00	SELADOR ACRILICO COM 18 LITROS
308	20,00000	GALA	23,9900	479,80	SELADOR ACRILICO COM 3,6 LITROS
310	20,00000	LATA	279,0000	5.580,00	SELADOR DE MADEIRA 18 LITROS
311	100,00000	LITR	8,9900	899,00	SOLVENTE
312	50,00000	LATA	39,9900	1.999,50	SOLVENTE GALAO COM 5 LITROS
314	500,00000	UNID	11,1900	5.595,00	TELHA DE FIBRO CIMENTO 2,44X50X 4,00MM
315	350,00000	UNID	6,9900	2.446,50	TELHA DE FIBRO CIMENTO 122X50X 4,0MM
316	200,00000	UNID	31,4900	6.298,00	TELHAS DE FIBRO CIMENTO 244X 110X 5MM
319	200,00000	UNID	19,9900	3.998,00	TELHA DE FIBRO CIMENTO 153X110X 5MM
320	100,00000	UNID	15,9900	1.599,00	TELHA DE FIBRO CIMENTO 122X110 X 5MM
321	5.000,00000	UNID	1,4400	7.200,00	TELHA FRANCESA (BARRO)
323	400,00000	UNID	2,9900	1.196,00	GOIVA DE BARRO TIPO CELIN
324	300,00000	M2	7,9900	2.397,00	TELA GALVANIZADA MALHA 5,5 FIO 18
326	200,00000	M.LI	4,4900	898,00	TELA GALVANIZADA GALINHEIRO 2X22X 1,80
327	200,00000	M.LI	5,4900	1.098,00	TELA GALVANIZADA VIVEIRO 1/2X24X 1,00
329	15.000,00000	UNID	0,5800	8.700,00	TIJOLO MACIÇO
330	5.000,00000	UNID	0,5800	2.900,00	TIJOLO 2 FUIROS
331	15.000,00000	UNID	0,6400	9.600,00	TIJOLOS 4 FUIROS 11X11X25
334	100,00000	GALA	24,9900	2.499,00	TINTA ACRILICA 3,6 LITRO
335	50,00000	LATA	124,9900	6.249,50	TINTA ACRILICA FOSCA (LATA DE 18 LITROS)
336	50,00000	GALA	51,9900	2.599,50	TINTA ACRILICA SEMI BRILHO BRANCA - GL 3,6 LT
337	30,00000	LATA	279,0000	8.370,00	TINTA ACRILICA SEMI BRILHO 18 LITROS
339	50,00000	LATA	244,0000	12.200,00	TINTA OLEO 18 LT
342	100,00000	GALA	61,9000	6.190,00	TINTA ESMALTE SINTETICA BRANCA (3,6 LITROS)
343	50,00000	LATA	12,9900	649,50	TINTA SPRAY
344	50,00000	PECA	4,9900	249,50	TOMADA EXTERNA

350	50,00000	UNID	14,9900	749,50	TORNEIRA DE METAL 3/4 PARA JARDIM
352	10,00000	UNID	11,9900	119,90	TORNEIRA PVC PARA TANQUE
354	10,00000	UNID	13,9700	139,70	TORNEIRA PVC PARA PIA
356	30,00000	UNID	14,9900	449,70	TRENA 7,5 MT
358	10,00000	UNID	39,9000	399,00	TRENA 50 M
360	20,00000	PECA	25,9900	519,80	VALVULA DE DESCARGA EM PVC
362	50,00000	UNID	224,0000	11.200,00	VASO SANITARIO COM CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA
Total JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA 313.808,50 Julgamento: MEN. PREÇO					

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 45/2013 - Procedimento Administrativo nº. 53/2013, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 14 de maio de 2013.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA,

CNPJ nº. 02.672.502/0001-94

Testemunhas:

1 _____
NILTON AVANIR HURMUS

2 _____
JACY DE FATIMA ABUDA

Tunápolis

PREFEITURA

Lei Nº 1.116/2013 de 16 de Maio de 2013.

Lei nº 1.116/2013 de 16 de maio de 2013.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR, RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizada a concessão de auxílio financeiro na importância de R\$ 40,00(quarenta reais) mensais, individualmente, para estudantes do Ensino Superior, residentes ou domiciliados no município de Tunápolis - SC., respeitadas as seguintes condições:

I - Que o estudante beneficiado tenha residência ou domicílio na circunscrição física do município de Tunápolis - SC, comprovada através da apresentação de comprovante de residência ou título de eleitor.

II - Que o estudante esteja regularmente matriculado em Instituição de Ensino, cujo curso com habilitação não seja oferecido no município de Tunápolis - SC.

III - Que o estudante apresentará Atestado de Frequência emitido pela Instituição de Ensino, devendo apresentá-lo sempre até o último dia do mês maio e do mês de setembro de cada ano letivo.

IV - Que o estudante terá direito a receber até no máximo 10 parcelas do benefício previsto no caput deste artigo.

V - O valor do auxílio previsto no caput deste artigo poderá ser reajustado anualmente, através do índice geral de preços de mercado - INPC acumulado do ano anterior, mediante ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Os benefícios desta Lei são extensivos aos cursos de ensino Médio e Pós-Médio Profissionalizantes não oferecidos e que não tenham Convênio firmado com o Município.

Art. 3º Que o pagamento do auxílio financeiro previsto nesta Lei, será efetuado através de depósito em conta bancária informada pelo estudante.

Parágrafo único. Que o valor do auxílio financeiro será depositado 02 vezes ao ano, mais precisamente nos meses de junho e outubro de cada ano, sendo cada depósito correspondente a metade das parcelas totais do auxílio previsto no inciso IV do artigo 1º desta Lei.

Art. 4º Os benefícios desta Lei não se aplicam aos estudantes que usufruam transporte escolar oferecido diretamente pelo Município.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão cobertas com recursos orçamentários do exercício vigente.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar ato complementar (resoluções) necessário para a fiel aplicação desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogando-se integralmente a Lei Municipal nº 992/2010 de 16 de junho de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 16 de maio de 2013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada
em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Lei Nº 1.117/2013 de 16 de Maio de 2013.

Lei nº 1.117/2013 de 16 de Maio de 2013.

DENOMINA A RUA PROJETADA "A", ENTRE A RUA SANTA MARIA E SÃO FRANCISCO, NO BAIRRO PROGRESSO, NESTE MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica denominado a Rua Projetada "A", entre as Ruas Santa Maria e São Francisco, loteamento de parte da chácara urbana nº 37, bairro progresso, no Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, da seguinte forma:

"RUA JOSÉ ALVÍCIO RITTER".

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de Maio de 2013.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada
em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Lei Nº 1118/2013 de 16 de Maio de 2013.

Lei nº 1118/2013 de 16 de Maio de 2013.
DENOMINA A SERVIDÃO DE PASSAGEM A ASSOCIAÇÃO TUNAS
PISCINA CLUBE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica denominado a Servidão de Passagem a Associação Tunas Piscina Clube, Recebida em doação da Abastecedora Wilges Ltda, conforme Lei Municipal nº. 0368/1997, na proximidade do Posto Maga, no Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, da seguinte forma:

“IVONE WELTER”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vereadores de Tunápolis, em 16 de Maio de 2013.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada
em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Turvo

PREFEITURA

Tomada Preço 15/2013

Aviso de Licitação
Processo de Licitação nº 15/2013 - Tomada de Preço nº 15/2013

Objeto: Contratação de empresa para a construção de uma Unidade Básica de Saúde na comunidade de Linha Contessi.
Entrega dos envelopes: até as 08h45min do dia 31/05/2013
Abertura da Sessão: á partir das 09:00 horas do dia 31/05/2013
Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186.

Turvo - SC, em 15 de Maio de 2013.
NESTOR RECO
Pregoeiro

Vargem Bonita

PREFEITURA

Aquisição de Materiais e Mão de Obra Destinados a Manutenção da Iluminação Pública

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 018/2013
PREGÃO Nº 010/2013

O MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, neste Ato representado pela sua Prefeita Municipal MELANIA ROMAN MENEZHINI torna Público, que será realizada LICITAÇÃO, na modalidade de PREGÃO, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA. Data limite para entrega dos Envelopes de Proposta e Habilitação será às 09:00 horas do dia 28/05/2013, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita, à Rua Coronel Vitório Nº. 966. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Compras e Licitações ou através do endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br, ou telefone: 49-35483000.

Vargem Bonita 14 de maio de 2013.
MELANIA A. ROMAN MENEZHINI
PREFEITA MUNICIPAL

Vidal Ramos

PREFEITURA

Resolução N.º 02/2013

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (CMAS)
MUNICIPIO DE VIDAL RAMOS

RESOLUÇÃO N.º 02/2013

Dispõe aprovação e destinação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência social (FEAS) referente aos Benefícios Eventuais.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, proveniente do FEAS, no valor de R\$ 2.025,90 (Dois mil vinte e cinco reais e noventa centavos).

Parágrafo único. Os Benefícios Eventuais referem-se às provisões suplementares e provisórias, prestados ao cidadão e as famílias em virtude de nascimento, morte situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade publica.

Art. 2º Os recursos serão destinados ao custeio de Benefícios Eventuais para a provisão de: auxilio funeral, natalidade, situações de vulnerabilidade temporária e/ou de calamidade publica.

Art. 3º Os recursos cofinanciados de que trata esta resolução não poderão ser aplicados em itens referentes a orteses e próteses,

tais como aparelhos ortopédicos, dentadura, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos, e outros itens inerentes a área de saúde, como medicamentos, pagamentos de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leite, dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoa que tenha necessidade de uso, conforme expresso na Resolução n.º 39 do CNAS.

Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação.

VIDAL RAMOS, 02/05/2013.

VILMA POPENGA HEYMANNS

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Errata Cancelando Edital N.º. 38/2013 - Eventual Aquisição de Computadores, e Horas Técnicas

Prefeitura de Vidal Ramos

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

ERRATA CANCELANDO EDITAL N.º. 38/2013

Por determinação do Prefeito Municipal o Edital n.º. 38/2013 encontra-se cancelado a partir da data de publicação, sem previsão para ser republicado. Constitui objeto do presente certame para eventuais Aquisições computadores e notebooks, teclado, mouse, no-break e horas técnicas para a Administração Municipal de Vidal Ramos, Fundo da Saúde, Assistência Social, Educação, Funderural, Fia e Fundema, conforme Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas, que acompanha este edital.

Vidal Ramos, 15 de maio de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Pregão Presencial N.º 01/2013 - FIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2013-FIA

O Prefeito Municipal Interino de Videira, através do Fundo Municipal da Criança e Adolescente, torna público que fará realizar o Pregão Presencial n.º 01/2013-FIA. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGUROS PARA COBERTURA DO VEÍCULO DO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. 2. TIPO: Menor Preço Unitário. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 29 de Maio de 2013, na Avenida Manoel Roque, n.º 188, Videira-SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones 49 3566-9034/3566-9032.

Videira - SC, 14 de Maio de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Xavantina

PREFEITURA

Edital Pe 10/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 10/2012 PMX

Objeto: Aquisição de alimentos para preparação de merenda escolar para alunos matriculados em escolas da rede municipal de ensino infantil e fundamental e para preparação de lanches para alunos do CRAS, conforme especificações constantes no ANEXO "A" deste Edital. Forma de Pregão: Eletrônico. Tipo: Menor Preço por Item. Recebimento das propostas: até às 16:00 do dia 28/05/2013. Início da Sessão: 29/05/2013, às 08:30, no endereço eletrônico <http://cidadecompras.cnm.org.br>, horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites <http://cidadecompras.cnm.org.br> e www.xavantina.sc.gov.br. Quaisquer informações sobre o edital poderão ser obtidas no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Xavantina, situado na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 16 de maio de 2013.

MAURO JUNES POLETTI,

Prefeito Municipal.

Associações

EGEM

Aditivo ao Edital N.º 21/2013 - Alteração Valor Inscrição Atendimento ao Público

ADITIVO AO EDITAL N.º 21/2013 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CURSO SOBRE QUALIDADE DO ATENDIMENTO NO SERVIÇO PÚBLICO

A Escola de Gestão Pública - EGEM informa a alteração do valor da inscrição do Curso do atendimento no Serviço Público, a realizar-se em Mafra de acordo com o edital n.º 21/2013 publicado em 20/02/2013.

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I - Dos Valores

Tipo de inscrição - PARCELA ÚNICA Valor (por inscrição)

Servidores de municípios filiados à FECAM R\$100,00

Demais participantes R\$ 200,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

Florianópolis, 15 de maio de 2013.

Edital 46/2013 - Evento Neti _Amerios _Amavi

EDITAL Nº 46/2013

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CAPACITAÇÃO SOBRE OS SERVIÇOS ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA NOS MUNICÍPIOS

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os trabalhadores do SUAS, para o conhecimento acerca do processo de envelhecimento, com vistas a compreender os serviços de atendimento a pessoa idosa e a atuação das equipes de referência junto aos municípios.

2. PÚBLICO-ALVO

Gestores e Trabalhadores Municipais de Assistência Social, Conselheiros e Secretárias(os) Executivos dos Conselhos do Idoso.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Maravilha/SC Auditório da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS Av. Euclides da Cunha, 160
Período das inscrições	16/05/2013 a 05/08/2013
Vencimento do boleto de cobrança	05/08/2013
Homologação das inscrições	07/08/2013
Período de realização	23 de agosto de 2013
Carga horária total	10 horas/aula
Quantidade de vagas	80 vagas

Cidade/Local	Rio do Sul/SC Auditório da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI Rua XV de Novembro, 737
Período das inscrições	16/05/2013 a 19/08/2013
Vencimento do boleto de cobrança	19/08/2013

Homologação das inscrições	21/08/2013
Período de realização	03 de setembro de 2013
Carga horária total	10 horas/aula
Quantidade de vagas	80 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I - Dos Valores

Tipo de inscrição - PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 100,00
Demais participantes	R\$ 150,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

8h30 às 12h	1. Processo de Envelhecimento Humano
	1.1. Insuficiência Social e Familiar em relação a Pessoa Idosa
13h30 às 17h30	2. Serviços de Atendimento a Pessoa Idosa na Política de Assistência Social
	2.1. Proteção Social Básica
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
	Serviço de Proteção Social Básica à Domicílio para pessoa idosa
	2.2. Proteção Social Especial de Média Complexidade
	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoa Idosa e sua Famílias
	Centro Dia como alternativa de atendimento
	2.3. Proteção Social Especial de Alta Complexidade
	Serviço de Acolhimento Institucional
	República
	Casa-lar

7. PALESTRANTES**JORDELINA SCHIER**

Doutora em Enfermagem (2010) e Mestre em Enfermagem (2001) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Gerontologia pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) (2005). Integrante do Grupo de Estudos sobre Cuidado de Saúde de Pessoas Idosas (GESPI/UFSC). Enfermeira do Hospital Universitário/ UFSC. Coordenadora do Núcleo de Estudos da Terceira Idade - NETI/UFSC. Tem experiência na área de educação permanente para idosos e enfermagem gerontológica, especialmente com o idoso hospitalizado e familiar cuidador.

MARIA CECILIA ANTONIA GODTSFRIEDT

Graduada em Serviço Social. Especialista em Gerontologia - Lato Sensu -1991 ULBRA/RS. Especialista em Administração e Formação de Recursos Humanos. Especialista em formação e Coordenação de Dinâmica de Grupo- 1993. Atualmente é assistente social da Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas. Integrante da EQUIPE Técnica do NETI/UFSC, Membro do Comitê Científico NETI/PROEX/UFSC. Tem experiência na área das Ciências Sociais, com ênfase em Fundamentos da Gerontologia, atuando principalmente nos seguintes temas: gerontologia, envelhecimento, educação, aposentadoria/programas, gerontologia, educação em saúde e centros de convivência. Atua como Conselheira Titular pelo CRESS/SC, junto ao Conselho Municipal do de Florianópolis, membro da mesa diretora da Associação Nacional de Gerontologia seção Brasil e Santa Catarina, gestão 2012/2014.

Janice Merigo

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Assistente Social da Federação Catarinense de Municípios - FECAM. Conselheira Estadual de Assistência Social. Trabalhou como Assistente Social no município de Dionísio Cerqueira e da Palhoça/SC e da Palhoça/SC, na proteção social especial no atendimento das famílias envolvidas com situações de violência intrafamiliar. Docente do Curso de Serviço Social da UNISUL - Campus Florianópolis. Coordenadora e Docente do Curso de Pós-graduação em Gestão Social de Políticas Públicas. Docente do Curso de Pós-graduação em Políticas Públicas e Demandas Familiares. Ministrou capacitações sobre a inscrição das entidades socioassistenciais, sobre metodologia de trabalho com famílias e sobre a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais.

DARLENE DE MORAES SILVEIRA

Assistente Social. Mestre em Educação. Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Docente do Curso de Serviço Social da UNISUL - Campus Florianópolis. Coordenadora e Docente do Curso de Pós-graduação em Gestão Social em Políticas Públicas e Demandas Familiares. Docente do Curso de Pós-graduação em Gestão Social de Políticas Públicas. Ministrou capacitação para conselheiros municipais em 2010, pelo MDS. Ministrou capacitações sobre a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais e metodologia de trabalho com famílias.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!**7. ANEXOS**

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 142 - Programa - Itapiranga

Extrato de Contrato nº 142/2013

Contrato de Programa - Itapiranga

CONTRATANTE: Município de Itapiranga

CNPJ: 82.821.208/0001-36

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 067/2013

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Itapiranga e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Itapiranga no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal. Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Itapiranga, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 30 de abril de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 143 - Rateio - Itapiranga

Extrato de Contrato nº 143/2013

Contrato de Rateio - Itapiranga

CONTRATANTE: Município de Itapiranga

CNPJ: 82.821.208/0001-36

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 068/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Itapiranga e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 067/2013.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem

ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 30 de abril de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 144 - PGT - Ibicaré

Extrato de Contrato nº 144/2013

Contrato de Rateio - Programa de Gestão Tributária - Ibicaré

CONTRATANTE: Município de Ibicaré

CNPJ: 82.939.448/0001-30

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 001/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; e gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 255,00 (duzentos e cinquenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 10 de maio de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 145 - Rateio - Turvo

Extrato de Contrato nº 145/2013

Contrato de Rateio - Turvo

CONTRATANTE: Município de Turvo

CNPJ: 82.548.983/0001-60

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 54/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Turvo e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 02/2009.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 03 de maio de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato Nº 138/2013

Extrato de Contrato nº 138/2013

Contrato Administrativo

CONTRATANTE: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

CONTRATADA: Reunidas Turismo S.A.

CNPJ: 04.176.082/0001-80

OBJETO: Prestação de serviços de reserva, emissão e venda de passagens aéreas e terrestres nacionais e internacionais para o CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais normas legais federais.

VALOR: Até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo praticado o desconto de 0,50% (meio por cento) sobre o valor de tabela de tarifas oficial das companhias.

VIGÊNCIA: O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados na cláusula sexta do presente contrato, sendo sua vigência até 31/12/2013, podendo ser prorrogado, mediante celebração de aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses.

Florianópolis, 07 de maio de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CINCO**Atestado de Aprovação Nº At013 do Edital de Chamamento Nº 0005/2013 - Produvale**

MARCAS APROVADAS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS Nº 0005/2013

MATERIAIS AMBULATORIAIS

ANEXO IV**ATESTADO DE APROVAÇÃO Nº. AT0013**

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, APROVAMOS as respectivas MARCAS/TIPOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentados pela empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSP. LTDA.

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA
125	unidade	Atadura de crepom 13 fios, 25cm x 4,5m (1,80m em repouso), deve atender as normas da ABNT.	MEDI HOUSE
126	unidade	Atadura de crepom 13 fios, 30cm x 4,5m (1,80m em repouso), deve atender as normas da ABNT.	MEDI HOUSE
128	unidade	Esparadrapo 2,5cmx4,5m, tecido 100% algodão com resina acrílica impermeabilizante, com massa adesiva á base de borracha natural, óxido de zinco e resina. Embalagem com capa protetora.	CREMER
134	unidade	Seringa 1ml (insulina), stopper fino, êmbolo com anel de retenção, sem espaço morto, capacidade para 100 unidades de insulina com graduação de 1 em 1 unidade, com agulha de 8mm x 0,3mm de calibre.	INJEX

137	unidade	Seringa com trava de segurança 20ml, sem agulha, em polipropileno, estéril, siliconizada, descartável, com bico rosca dupla que permita o uso de todas as marcas de agulha e que atenda a NR 32. Embolo com anel interno emborrachado para melhor retencao de líquido. Graduada em escala numérica para ml com números nítidos, visíveis e gravados ao longo do corpo da seringa. embalada individualmente em papel grau cirúrgico contendo as informações sobre: tipo, data e validade da esterilização, procedencia, fabricante, número de lote, registro no MS (na caixa e na embalagem individual). Seringa dotada de dispositivo de segurança retrátil para a agulha em retração mecânica da agulha para dentro do corpo da seringa de tal forma que o profissional nao entre em contato com a a mesma.	LABOR IMPORT
138	unidade	Seringa com trava de segurança 3ml, sem agulha, em polipropileno, estéril, siliconizada, descartável, com bico rosca dupla que permita o uso de todas as marcas de agulha e que atenda a NR 32. Embolo com anel interno emborrachado para melhor retencao de líquido. Graduada em escala numérica para ml com números nítidos, visíveis e gravados ao longo do corpo da seringa. embalada individualmente em papel grau cirúrgico contendo as informações sobre: tipo, data e validade da esterilização, procedencia, fabricante, número de lote, registro no MS (na caixa e na embalagem individual). Seringa dotada de dispositivo de segurança retrátil para a agulha em retração mecânica da agulha para dentro do corpo da seringa de tal forma que o profissional nao entre em contato com a a mesma.	LABOR IMPORT
139	unidade	Seringa com trava de segurança 5ml, sem agulha, em polipropileno, estéril, siliconizada, descartável, com bico rosca dupla que permita o uso de todas as marcas de agulha e que atenda a NR 32. Embolo com anel interno emborrachado para melhor retencao de líquido. Graduada em escala numérica para ml com números nítidos, visíveis e gravados ao longo do corpo da seringa. embalada individualmente em papel grau cirúrgico contendo as informações sobre: tipo, data e validade da esterilização, procedencia, fabricante, número de lote, registro no MS (na caixa e na embalagem individual). Seringa dotada de dispositivo de segurança retrátil para a agulha em retração mecânica da agulha para dentro do corpo da seringa de tal forma que o profissional nao entre em contato com a a mesma.	LABOR IMPORT

140	unidade	Seringa com trava de segurança 10ml, sem agulha, em polipropileno, estéril, siliconizada, descartável, com bico rosca dupla que permita o uso de todas as marcas de agulha e que atenda a NR 32. Embolo com anel interno emborrachado para melhor retenção de líquido. Graduada em escala numérica para ml com números nítidos, visíveis e gravados ao longo do corpo da seringa. embalada individualmente em papel grau cirúrgico contendo as informações sobre: tipo, data e validade da esterilização, procedência, fabricante, número de lote, registro no MS (na caixa e na embalagem individual). Seringa dotada de dispositivo de segurança retrátil para a agulha em retração mecânica da agulha para dentro do corpo da seringa de tal forma que o profissional não entre em contato com a mesma.	LABOR IMPORT
-----	---------	--	--------------

Fraiburgo SC, 14 de maio de 2013.

CAMILA STRAPAZZON

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 028/2012

ELIZETE APARECIDA GIRARDI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 028/2012

Atestado de Aprovação Nº At014 do Edital de Chamamento Nº 0005/2013 - Dimaci

MARCAS APROVADAS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS Nº 0005/2012
MATERIAIS AMBULATORIAIS

ANEXO IV

ATESTADO DE APROVAÇÃO Nº AT0014

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de materiais, APROVAMOS os seguintes com as respectivas MARCAS/ MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentados pela empresa Dimaci/SC - Material Cirúrgico Ltda.

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO
95	caixa	Luva de procedimentos tamanho G - em látex, lubrificada com pó bio-absorvível, espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50mg por u. Caixa com 100 unidades	DESCARPACK
96	caixa	Luva de procedimentos tamanho M - em látex, lubrificada com pó bio-absorvível, espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50mg por u. Caixa com 100 unidades.	DESCARPACK
97	caixa	Luva de procedimentos tamanho P - em látex, lubrificada com pó bio-absorvível, espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50mg por u. Caixa com 100 unidades.	DESCARPACK

98	caixa	Luva de procedimentos tamanho PP - em látex, lubrificada com pó bio-absorvível, espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50mg por u. Caixa com 100 unidades.	DESCARPACK
----	-------	---	------------

Fraiburgo SC, 14 de maio de 2013.

CAMILA STRAPAZZON

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 028/2012

ELIZETE APARECIDA GIRARDI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 028/2012

Atestado de Aprovação Nº At014 do Edital de Chamamento Nº 0005/2013 - Dimaci

MARCAS APROVADAS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS Nº 0005/2012
MATERIAIS AMBULATORIAIS

ANEXO IV

ATESTADO DE APROVAÇÃO Nº AT0014

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de materiais, APROVAMOS os seguintes com as respectivas MARCAS/ MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentados pela empresa Dimaci/SC - Material Cirúrgico Ltda.

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO
95	caixa	Luva de procedimentos tamanho G - em látex, lubrificada com pó bio-absorvível, espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50mg por u. Caixa com 100 unidades	DESCARPACK
96	caixa	Luva de procedimentos tamanho M - em látex, lubrificada com pó bio-absorvível, espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50mg por u. Caixa com 100 unidades.	DESCARPACK
97	caixa	Luva de procedimentos tamanho P - em látex, lubrificada com pó bio-absorvível, espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50mg por u. Caixa com 100 unidades.	DESCARPACK
98	caixa	Luva de procedimentos tamanho PP - em látex, lubrificada com pó bio-absorvível, espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50mg por u. Caixa com 100 unidades.	DESCARPACK

Fraiburgo SC, 14 de maio de 2013.

CAMILA STRAPAZZON

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 028/2012

ELIZETE APARECIDA GIRARDI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 028/2012

Atestado de Aprovação Nº At015 do Edital de Chamamento Nº 0005/2013 - Dimaci

MARCAS APROVADAS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS Nº 0005/2013
MATERIAIS AMBULATORIAIS

ANEXO IV

ATESTADO DE APROVAÇÃO Nº AT0015

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de materiais, APROVAMOS os seguintes com as respectivas MARCAS/MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentados pela empresa Dimaci/SC - Material Cirúrgico Ltda.

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCAS/MODELO
125	unidade	Atadura de crepom 13 fios, 25cm x 4,5m (1,80m em repouso), deve atender as normas da ABNT.	NEVE
126	unidade	Atadura de crepom 13 fios, 30cm x 4,5m (1,80m em repouso), deve atender as normas da ABNT.	NEVE
129	kit	Kit papanicolau deve conter: 1 espéculo descartável modelo collin, tamanho M, 1 escova cervical, com as cerdas num formato levemente cônico, fabricada em fios de nylon com ponta protegida e haste plástica, com 18cm de comprimento; 1 espátula de ayres, fabricada em madeira de 19cm de comprimento; 1 caixa porta-lâminas de 2,8cm x 8,4cm, com 1 lâmina de vidro de 2,5cmx7,5cm e 1mm de espessura, sendo que apresenta uma pequena parte fosca para identificação do paciente;	ADLIN
130	kit	Kit papanicolau deve conter: 1 espéculo descartável modelo collin, tamanho P, 1 escova cervical, com as cerdas num formato levemente cônico, fabricada em fios de nylon com ponta protegida e haste plástica, com 18cm de comprimento; 1 espátula de ayre, fabricada em madeira de 19cm de comprimento; 1 caixa porta-lâminas de 2,8cmx8,4cm, com 1 lâmina de vidro de 2,5cm x 7,5cm e 1mm de espessura, sendo que apresenta uma pequena parte fosca para identificação do paciente.	ADLIN
131	kit	Kit Papanicolau, tamanho "M", o kit deverá conter: 01 espéculo vaginal descartável, 01 escova cervical, 01 espátula de ayres em madeira, 01 luva E.V.A., 01 estojo porta-lâminas e 01 lâmina de vidro.	ADLIN
132	unidade	Micropore Transparente, fita hipoalérgica microporosa, confeccionada com substrato de não tecido á base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva a base de poliacrilato hipoalergênico, 2,5cmx4,5m, produto com capa protetora, com BPF (Boas Práticas de Fabricação).	3M

133	unidade	Seringa 10ml, seringa hipodérmica de segurança, sem agulha, estéril, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos, seringa confeccionada em polipropileno e constituída por cilindro, êmbolo e graduação até 10ml. Cilindro dividido em corpo com siliconização interna, bico tipo Luer-Lok, flange e dispositivo de segurança articulado pré acoplado ao corpo da seringa. Êmbolo dividido em haste e rolha de borracha. Escala da graduação é de 1ml nos traços longos e de 0,2ml nos traços curtos. Esterilizado a óxido de etileno. Deve atender a NR 32, com BPF (Boas Práticas de Fabricação) emitido pela ANVISA.	BD
134	unidade	Seringa 1ml (insulina), stopper fino, êmbolo com anel de retenção, sem espaço morto, capacidade para 100 unidades de insulina com graduação de 1 em 1 unidade, com agulha de 8mm x 0,3mm de calibre.	BD
135	unidade	Seringa 3ml, seringa hipodérmica de segurança, sem agulha, estéril, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos, seringa confeccionada em polipropileno e constituída por cilindro, êmbolo e graduação até 3ml. Cilindro dividido em corpo com siliconização interna, bico tipo Luer-Lok, flange e dispositivo de segurança articulado pré acoplado ao corpo da seringa. Êmbolo dividido em haste e rolha de borracha. Escala da graduação é de 0,5ml nos traços longos e de 0,1ml nos traços curtos. Esterilizado a óxido de etileno. Deve atender a NR 32, com BPF (Boas Práticas de Fabricação) emitido pela ANVISA.	BD
136	unidade	Seringa 5ml, seringa hipodérmica de segurança, sem agulha, estéril, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos, seringa confeccionada em polipropileno e constituída por cilindro, êmbolo e graduação até 5ml. Cilindro dividido em corpo com siliconização interna, bico tipo Luer-Lok, flange e dispositivo de segurança articulado pré acoplado ao corpo da seringa. Êmbolo dividido em haste e rolha de borracha. Escala da graduação é de 1ml nos traços longos e de 0,2ml nos traços curtos. Esterilizado a óxido de etileno. Deve atender a NR 32, com BPF (Boas Práticas de Fabricação) emitido pela ANVISA.	BD

138	unidade	Seringa com trava de segurança 3ml, sem agulha, em polipropileno, estéril, siliconizada, descartável, com bico rosca dupla que permita o uso de todas as marcas de agulha e que atenda a NR 32. Embolo com anel interno emborrachado para melhor retenção de líquido. Graduada em escala numérica para ml com números nítidos, visíveis e gravados ao longo do corpo da seringa. embalada individualmente em papel grau cirúrgico contendo as informações sobre: tipo, data e validade da esterilização, procedência, fabricante, número de lote, registro no MS (na caixa e na embalagem individual). Seringa dotada de dispositivo de segurança retrátil para a agulha em retração mecânica da agulha para dentro do corpo da seringa de tal forma que o profissional não entre em contato com a mesma.	BD
139	unidade	Seringa com trava de segurança 5ml, sem agulha, em polipropileno, estéril, siliconizada, descartável, com bico rosca dupla que permita o uso de todas as marcas de agulha e que atenda a NR 32. Embolo com anel interno emborrachado para melhor retenção de líquido. Graduada em escala numérica para ml com números nítidos, visíveis e gravados ao longo do corpo da seringa. embalada individualmente em papel grau cirúrgico contendo as informações sobre: tipo, data e validade da esterilização, procedência, fabricante, número de lote, registro no MS (na caixa e na embalagem individual). Seringa dotada de dispositivo de segurança retrátil para a agulha em retração mecânica da agulha para dentro do corpo da seringa de tal forma que o profissional não entre em contato com a mesma.	BD
140	unidade	Seringa com trava de segurança 10ml, sem agulha, em polipropileno, estéril, siliconizada, descartável, com bico rosca dupla que permita o uso de todas as marcas de agulha e que atenda a NR 32. Embolo com anel interno emborrachado para melhor retenção de líquido. Graduada em escala numérica para ml com números nítidos, visíveis e gravados ao longo do corpo da seringa. embalada individualmente em papel grau cirúrgico contendo as informações sobre: tipo, data e validade da esterilização, procedência, fabricante, número de lote, registro no MS (na caixa e na embalagem individual). Seringa dotada de dispositivo de segurança retrátil para a agulha em retração mecânica da agulha para dentro do corpo da seringa de tal forma que o profissional não entre em contato com a mesma.	BD

141	unidade	Termômetro com aferição digital, de temperatura corporal, confeccionado em termoplástico, com aviso sonoro, visor digital de fácil visualização, resistente à água, deverá possuir selo de qualidade do INMETRO.	INCOTERM
-----	---------	--	----------

Fraiburgo SC, 14 de maio de 2013.

CAMILA STRAPAZZON

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 028/2012

ELIZETE APARECIDA GIRARDI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 028/2012

Atestado de Aprovação Nº At016 do Edital de Chamamento Nº 0005/2013 - Fufa

MARCAS APROVADAS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS Nº 0005/2013
MATERIAIS AMBULATORIAIS

ANEXO IV

ATESTADO DE APROVAÇÃO Nº AT0016

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de materiais, APROVAMOS os seguintes com as respectivas MARCAS/ MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentados pela empresa FUFA -SC - Com. e Representações Ltda.

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCAS/MODELO
127	rolo	Atadura de rayon, não estéril, tamanho 7,5cm x 5m, confeccionada em fibras sintéticas 100% rayon, livre de impurezas, rasgos, fios soltas e manchas, atóxica e apirogênica. Indicado para curativos ou onde necessite de alta absorção e baixa aderência tecidual como no caso de curativos para queimaduras.	POLAR FIX

Fraiburgo SC, 14 de maio de 2013.

CAMILA STRAPAZZON

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 028/2012

ELIZETE APARECIDA GIRARDI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 028/2012

CIS/AMUREL

Extrato de Contrato de Programa 20/2013 EXTRATO DE CONTRATO

CT de Programa nº 20/2013

Município: Jaguaruna

Consórcio: CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da AMUREL

Objeto: Disciplinar as relações estabelecidas entre as partes, consistente na transferência de atribuições e prestação de serviços de saúde, geridos de forma associada pelos Municípios Consorciados.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 29/04/2013.

Assinantes:

LUIZ ARNALDO NAPOLI

PELO MUNICÍPIO

JORGE LEONARDO NESI
PELO CONSÓRCIO.

Extrato de Contrato de Rateio 21/2013
EXTRATO DE CONTRATO

CT de Rateio nº. 21/2013
Município: Jaguaruna
Consórcio: CIS/AMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amurel

Objeto: Rateio das despesas, inclusive pré-operacionais, necessárias à manutenção do Consórcio, bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados aos Municípios.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 29/04/2013.

Assinantes:
LUIZ ARNALDO NAPOLI E EDER ROCHA MEURER
PELO MUNICÍPIO

JORGE LEONARDO NESI E JAISON CARDOSO DE SOUZA
PELO CONSÓRCIO.



PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE